

Cadernos de Campo:
Revista de Ciências Sociais

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara

Reitor: Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor: Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Carlos Frederico de Oliveira Graeff

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva

Vice-Diretora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Comissão editorial: Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha;

Prof. Dr. Marcelo Santos; Profa. Dra. Maria Jardim

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)-. – Araraquara : Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp – Araraquara.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 – Fax: (16) 3334-6267 (Departamento de Sociologia)

E-mail: cadernosdecampo@fclar.unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento
de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419

Cadernos de Campo

Araraquara

n. 25

p. 1-290

jul./dez. 2018

CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores-chefes

Isaías Albertin de Moraes, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara

Matheus Felipe Silva, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara

Comitê Editorial

Isaías Albertin de Moraes, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara

Matheus Felipe Silva, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara

Luciane Alcantara, Mestranda do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil

Ana Julieta Parente Balog, Mestranda do PPGCS da UNESP/Araraquara

João Maciel Araújo, Doutorando do PPGCS da UNESP/Araraquara, Brasil

Richard Douglas Coelho Leão, Doutorando em Ciências Sociais pela Unesp Araraquara

Conselho Científico

Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido

Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França

Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil

João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos da América do Norte

Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Prof. Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil

Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Revisão e Tradução

Mayara Mayumi Sataka, Mestranda do PPGLLP da Unesp/Araraquara, Brasil

Jessica Chagas de Almeida: Mestre em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Doutoranda em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Cinthia Yuri Galelli: Mestre em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Doutoranda em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Tamiris Destro Costa: Mestre em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Doutoranda em Linguística e língua portuguesa UNESP FCLAr

Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

Imagem da capa

Créditos: Luiz Munhoz (Porto Alegre, 16 de agosto de 2018)

SUMÁRIO

Resenha

| | |
|--|---|
| How Democracies Die <i>Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes</i> | 7 |
|--|---|

Dossiê: Cultura Política e Crise Democrática

| | |
|--|----|
| Apresentação <i>Bianca de Freitas Linhares e Fábio Hoffmann</i> | 19 |
|--|----|

Entrevista

| | |
|---|----|
| Entrevista com Professor Doutor Henrique Carlos De Oliveira De Castro <i>Bianca de Freitas Linhares e Fábio Hoffmann</i> | 25 |
|---|----|

Colaboração Especial

| | |
|---|----|
| A Internet e a (des)politização dos jovens brasileiros <i>Jennifer Azambuja de Moraes e Marcello Baquero</i> | 33 |
|---|----|

Artigos

| | |
|--|----|
| A construção da desconfiança e a crise da democracia: mídia e política no Brasil contemporâneo <i>Alexandre Aparecido dos Santos e Rosangela da Silva</i> | 63 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| A institucionalização de agências anticorrupção no Brasil: potencialidades e desafios <i>Fillipi Lúcio Nascimento</i> | 87 |
|--|----|

| | |
|--|-----|
| A participação cidadã juvenil em Baja California, México e Califórnia, Estados Unidos: um estudo comparativo com participantes de modelos de nações unidas <i>Fernando David Márquez Duarte</i> | 113 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Confluências e dissonâncias entre as teorias da democracia de Schumpeter e Dahl: análise das críticas e alguns de seus impactos <i>Alison Ribeiro Centeno</i> | 139 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| Crise de representação e cultura política no Brasil: como participam os brasileiros? <i>Andressa Liegi Vieira Costa e Ana Julia Bonzanini Bernardi</i> | 157 |
| Democracia representativa em África: desafios das instituições democráticas em Moçambique no séc. XXI (2002-2015) <i>Kátia Sara Henriques Xavier-Zeca</i> | 181 |
| Honra, poder e parentela política: reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no Sertão Pernambucano <i>Giovanni Alves Duarte de Sá</i> | 209 |
| Mídias sociais digitais: implicações sobre o processo democrático <i>Rodrigo Regazonni de Oliveira</i> | 229 |
| O vazio ocupa um espaço imenso: Ocupações Secundaristas e as habilidades necessárias para se mover na crise <i>Fernanda Ströher Barbosa e Ceres Karam Brum</i> | 245 |
| Valores e crise da representação na América Latina: podemos antever um personalismo político? <i>Josimar Souza Silva</i> | 269 |

RESENHA

HOW DEMOCRACIES DIE

Jorge Henrique Oliveira de Souza GOMES¹

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018.

Novembro de 2018.

Em *How Democracies Die*, Levitsky e Ziblatt (2018) fazem uma análise histórica minuciosa de como as democracias podem ser minadas de modo paulatino até se tornarem ou ditaduras ou simplesmente “semidemocracias” (MAINWARING; BRINKS; PEREZ-LINAN, 2001)². O objetivo do livro, entretanto, não é exatamente teórico nem metodológico e os autores não se debruçam com esmero sobre terminologias e outras discussões comuns à ciência política. A intenção do livro é quase cívica: dar um alerta informado e didático não só à comunidade acadêmica, mas ao público em geral, sobre os riscos de líderes autoritários que usam a própria democracia (ou o método majoritário) para acostrar princípios democráticos básicos. Assim, o livro foi desenhado para ser bastante acessível a pessoas de fora da área ciência política e talvez por isso deixe a desejar em alguns aspectos mais técnicos.

O livro possui muitas aplicações quando lido levando em conta o turbulento contexto político nacional recente. Há diversas lições que podem ser tiradas das páginas de *How Democracy Dies* e uma das intenções da presente resenha crítica é justamente procurar fazer um leitura do caso brasileiro à luz dos conselhos e avisos dados por Levitsky e Ziblatt.

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE- Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. jorge.osg@gmail.com.

² “Semi-democracia”, inclusive, é um termo que estranhamente não é citado pelo livro. Mainwaring, o criador do termo, é mencionado apenas nos agradecimentos.

Os autores do livro destacam que, após vários anos de pesquisa estudando como países democráticos se tornam autocracias na Europa e na América Latina, começaram a notar nos Estados Unidos da era Trump alguns dos mesmo sintomas de arrefecimento democrático que eles haviam enxergado tantas outras vezes em outras nações. O que estava sendo visto na Rússia com Putin, na Polônia com Duda, na Turquia com Erdogan, na Venezuela com Chávez e Maduro começava a se delinear nos EUA, o bastião da democracia liberal. O livro rememora os acertos e erros históricos das elites políticas tanto nos EUA quanto alhures.

Logo do início, os autores falam sobre como as elites políticas podem fazer alianças perigosas com outsiders visando colher frutos políticos no futuro. Contudo, muitas vezes o cálculo dessas elites é míope e elas são engolidas posteriormente pelo próprio outsider que elas alimentaram e deixam “entrar” no sistema. Isso ocorreu com Mussolini e Hitler. O nazifascismo na Europa ascendeu ao poder com a anuência das elites políticas e através de meios democráticos. Contudo, há casos menos extremos de derrocada da democracia: mais recentemente, na Venezuela, ocorreu o mesmo com Chávez, que, após ser preso por tentativa de golpe, recebeu um indulto natalino de um líder tradicional e conseguiu concorrer à presidência venezuelana e ser eleito.

Os autores, ainda no início do livro, mobilizam os escritos de Juan Linz. Linz (2018), que no seu livro “*The Breakdown of Democratic Regimes*” destaca os principais sinais de alerta que devemos observar para saber se um político pode ser tido como autoritário ou não. São eles: 1) rejeição, em palavras ou ações, das regras do jogo democrático. 2) negação da legitimidade dos oponentes. 3) tolerância ou encorajamento da violência. 4) Inclinação a cortar liberdades civis de oponentes, incluindo a mídia.

Caso um candidato ou político eleito conteste resultados críveis e legítimos de uma eleição e apoie soluções inconstitucionais, como, por exemplo, golpes militares, ele incorre no primeiro sinal. Se descreve seus rivais políticos como “subversivos”, “criminosos” e é contra a participação deles na arena política, cai no segundo sinal. Se, mesmo que de modo velado, endossar atos violentos e não rechaça-los de pronto, ou ainda louvar atos de torturadores e violência policial, acaba caindo no terceiro sinal. Quando apoia abertamente políticos, épocas ou leis que restringiram liberdades civis e direitos fundamentais, ou ainda ameaça seus críticos e rivais (na mídia, na sociedade civil ou na política) com medidas legais descabidas, temos um exemplo do quarto sinal.

No Brasil, se analisarmos os candidatos para a presidência da República da eleição de 2018, alguns se encaixam em uma ou mais de uma dessas características. No campo da esquerda, Ciro Gomes é conhecido por ser errático,

explosivo e instável. Boulos, por sua vez, contemporiza regimes autoritários, como o venezuelano e o cubano. Contudo, no campo oposto, o então candidato Jair Bolsonaro se encaixa em todos os indicativos estabelecidos por Juan Linz. O supramencionado político já louvou torturadores condenados; já defendeu o fechamento do Congresso, o fuzilamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; defende a violência policial mesmo em situações onde não há justificativa, apoiou publicamente chacinas como a do presídio de Pedrinhas, no Maranhão; corrobora a prática da tortura e é um saudoso da Ditadura Militar. Além disso, incita sempre saídas violentas para a resolução de conflitos, como quando, ainda no Exército, em 1986, planejou um ato terrorista em protesto contra os alegados baixos salários de sua categoria. Os exemplos supracitados são apenas alguns da extensa lista do deputado que está correntemente entre as primeiras colocações nas pesquisas eleitorais. Importante frisar, porém, que no livro os autores colocam o Brasil fora da zona de risco democrática.

Voltando à análise do livro, os autores colocam que as elites (outro termo pouco problematizado teoricamente no livro) funcionam como *gatekeepers*, ou seja, atores que tem o poder de permitir ou não a entrada de novos competidores. Elites podem criar barreiras à entrada, fortalecendo o *status quo* e gerando estabilidade. O outro lado, que é pouco abordado no livro, é que esse papel das elites, visto de modo positivo por Ziblatt e Levitsky, pode também engessar a realidade, criando um estado de coisas pouco aberto a mudanças que muitas vezes são necessárias. Os autores se utilizam de uma concepção do termo “elites” na linha de teóricos clássicos como Mosca (1992), Pareto (2014) e Michels (1982), conforme é usual na ciência política. Entretanto, não aprofundam teoricamente a conceituação do termo, o que pode deixar alguns leitores mais leigos confusos, já que o termo “elites” muitas vezes possui uma conotação pejorativa e restrita ao âmbito financeiro no senso comum.

Em seguida, o livro se debruça sobre a experiência americana e mostra como os EUA foram, até poucos anos atrás, bem-sucedidos em evitar que outsiders e aventureiros entrassem na política partidária profissional. Um dos exemplos citados é o famoso magnata e empresário Henry Ford, ícone do capitalismo industrial americano. Ford, já famoso e admirado no setor privado, tentou emplacar uma carreira na política dos EUA, porém, não obteve o apoio necessário e acabou levado pouco a sério devido a seus posicionamentos populistas e racistas. Tido como um verdadeiro *self made man*, o administrador não foi bem recebido pela elite política a despeito do apelo popular que despertava em boa parte da população.

Contudo, o livro destaca que houve um ponto de inflexão no caminho virtuoso da democracia americana. Essa ruptura ocorre em 1968, em meio as demandas por maior participação, quando houve uma mudança nas regras das eleições primárias nos EUA. As mudanças propiciaram uma influência muito grande dos filiados na escolha dos líderes. Isso alargou a porta de entrada para novos atores na política, o que é visto como ruim para Ziblatt e Levitsky, pois torna mais fácil a entrada de outsiders e políticos com discurso anti-sistema, como foi o caso de Trump, que conseguiu concorrer graças ao sistema de primárias. Seguindo a tradição dos federalistas, a dupla de pesquisadores ressalta que a solução nem sempre é, como prega o receituário popular, “mais democracia”. Nesse sentido, a concepção dos autores está afinada com boa parte da produção recente em teoria democrática empírica, com destaque para o livro de Achen e Bartels (2016) *Democracy for Realists*. Nesse livro, os autores também confirmam a perspectiva realista de que a democracia não é uma panaceia e de que nem sempre o método majoritário puro e simples é capaz de resolver problemas complexos. Inclusive, muitas vezes, aumentar a participação pode até aumentar os problemas. O plebiscitarismo e experiências de democracia direta nos dias de hoje são frequentemente instrumentalizadas por líderes populistas. As elites políticas servem justamente como filtros institucionais e atores de veto que impedem maiorias desenfreadas de realizarem mudanças rupturais.

O livro denuncia a complacência do Partido Republicano com a figura de Trump e destaca que as reações internas contra o empresário foram tímidas e pouco difundidas. Os autores sublinham que em outros países já ocorreu a situação onde um partido deixa de apoiar uma candidatura que lhe seria politicamente favorável, fazendo oposição a essa alternativa politicamente benéfica em nome de valores democráticos mais elevados e da estabilidade da nação. Isso aconteceu em alguns países da Europa, na época do nazifascismo, porém, não ocorreu na história recente dos EUA.

Um outro fator importante que possibilitou a chegada de Trump na política *mainstream* e enfraqueceu o poder dos *gatekeepers* tradicionais foi a emergência de canais de mídia alternativa, incluindo canais de TV a cabo que focam em um público específico e dão vazão ao extremismo latente em parte da população, além das mídias sociais. Internet e redes sociais, aliás, são temas quase não abordados pelo livro, no entanto, existe hoje um amplo debate na ciência política sobre o papel da internet como promotora ou não da polarização e da radicalização da política (SUSTEIN, 2017; GABLER, 2016; BOXELL; GENTZKOW; SHAPIRO, 2017).

Há também uma explicação sobre como o colégio eleitoral americano, pensado pelos Federalistas, foi distorcido com o passar dos tempos e se tornou mais poroso aos interesses das forças político-partidárias. Contudo, não há nenhuma problematização sobre os conhecidos e criticados aspectos negativos dessa instituição (DAHL, 2015), como a distorção quantitativa dos votos, que gera falhas de representação (LIJPHART, 1999). Os autores até citam outros casos como o de Trump onde houve discrepância razoável entre os votos do colégio eleitoral e da população, mas não há nenhuma crítica a esse sistema nem tampouco menções aos seus pontos negativos.

Um dos pontos centrais do livro é que não foi a “qualidade” da constituição americana que garantiu a continuidade democrática desse país. Diversos outros países emularam a constituição americana e não conseguiram manter por tanto tempo uma democracia saudável. Um desses exemplos é a Argentina. Como a constituição americana é uma constituição concisa e enxuta, há muitos meios de explorar brechas e manipular regras mantendo a legalidade. É possível “forçar a barra” e aplicar jurisprudências duvidosas contra inimigos políticos sem, no entanto, ferir as regras constitucionais. É a noção de “*Constitutional Hard-Ball*”, criada por Mark Tushnet (2018), que significa explorar com má fé regras constitucionais.

Impeachments, court-packings, shutdowns e outros instrumentos ou práticas legais são possíveis nos EUA mas não costumam ser usados de modo exagerado. Entretanto, os autores argumentam que esses tipos de medida têm sido usados recentemente de um modo que vem ultrapassando o limite do razoável. Exemplo disso foi a reação republicana à indicação de juiz da Suprema Corte dos EUA feita por Obama após a morte do magistrado Scalia. Obama, nos últimos dias de sua administração, propôs para ocupar o assento de Scalia o nome de Merrick Garland, considerado bastante moderado pela opinião pública. Todavia, os republicanos, donos da maioria no Senado americano, barraram a nomeação após uma sabatina de 293 dias, a mais longa da história americana, com direito até a políticos republicanos lançando provocações no Twitter. É normal que algumas indicações sejam negadas nos EUA (ao contrário do que ocorre no Brasil), contudo, a maneira como isso ocorreu com Obama foi não usual.

Essa discussão sobre uso forçado de processos legais e tolerância mútua levantada por *How Democracies Dies* possui muitas aplicações no Brasil. O sociólogo político Celso Rocha de Barros (2018), em artigo na Revista Piauí onde analisa a crise política nacional a luz do livro de Ziblatt Levitsky, considera que o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi uma espécie de “*Constitutional Hard-Ball*”. Além disso, acredita que algumas normas não escri-

tas de tolerância mútua e auto-restrição não foram respeitadas, mormente pela oposição de direita.

Inexiste consenso, na ciência política nacional, sobre as consequências tanto normativas quanto positivas do processo que culminou com o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. As leituras variam nas proporções de otimismo e pessimismo. Uma parte razoável dos pesquisadores e analistas da área enxerga o processo como um golpe parlamentar que ocasionou na deterioração institucional do país (MIGUEL, 2018). Uma versão mais branda desse mesmo argumento, nota no impeachment de 2016 uma ruptura institucional (AVRITZER, 2016). Outra perspectiva, ao contrário, percebe um fortalecimento das instituições de controle e da sociedade civil ativa, vendo assim o saldo final do processo de impeachment como positivo (AUSTON; MELO; MUELLER; PEREIRA, 2016). Há ainda aqueles que viram excessos no processo de impeachment e irresponsabilidade da oposição, porém não acreditam que houve golpe no sentido estrito do termo e reconhecem os equívocos estratégicos cometidos pela ex-presidente durante a condução de seu mandato (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017; BARROS, 2018).

Pode-se afirmar que a instabilidade política brasileira é mais antiga do que o que as narrativas disponíveis apontam e é devida não a uma deficiência institucional inata (própria do nosso desenho constitucional, que possibilitou o chamado “presidencialismo de coalisão), mas a falta de *fair play* político, cultura democrática e boa vontade dos atores (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017). O impeachment, assim, não representa uma ruptura ou exceção exótica num processo histórico-institucional ascendente, mas sim uma operacionalização hiperbólica de um *modus operandi* de resolução de conflitos bastante comum na política brasileira e sul-americana (PEREZ-LIÑAN, 2007).

O livro cita muito rapidamente o Brasil como exemplo de democracia que permanece intacta³. Contudo, de acordo com grande parte das lições destacadas pelos autores, será que não haveria motivos para sermos menos otimistas? Existe uma série de normas não-escritas da Democracia, como *fair-play*, tolerância mútua, *forbearance*, respeito aos resultados e auto-restrição, que não foram respeitadas nos últimos anos. Os autores citam o conceito de *Constitutional Hardball* para exemplificar o uso de ferramentas legais e constitucionais instrumentalizadas, sem o devido amparo jurisprudencial, contra inimigos políticos.

³ Em visitas recentes ao Brasil, após o lançamento do livro, Levitsky parece ter tido uma visão menos otimista.

Ora, a leitura de muitos é que o Brasil vive precisamente o cenário supracitado, e não é de hoje. Fazendo um breve apanhado histórico: 1) Collor, primeiro presidente eleito após a redemocratização, desrespeitou flagrantemente diversas regras de etiqueta democrática e presidencial (como quando chamou o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, de “velho Gaga”); 2) durante sua presidência FHC sofreu 17 pedidos de impeachment mal fundamentados, ao mesmo tempo em que se reelegeu com base em uma PEC proposta sob medida para ele próprio; 3) durante os anos do PT no governo houve flerte aberto com regimes populistas e iliberais, como o governo Chávez/Maduro⁴; 4) recentemente, tivemos uma presidente que, desde o primeiro dia de sua reeleição, foi impedida de governar e teve a legitimidade de seus votos questionada pelo principal líder do partido de oposição. Além disso, essa mesma presidente, mesmo alertada pelo TCU, fez esquemas contábeis ilegais numa quantidade muito maior do que a feita em governos anteriores⁵. 5) Vemos uma retórica extremamente agressiva por parte de atores mainstream da esquerda e da direita e, ao mesmo tempo, uma polarização que enxerga a oposição como “inimiga do povo” e a vitória dos adversários como “inaceitável”. A escalada dos fatos levou até mesmo a episódios de violência política, algo que até então estava restrito a alguns setores da extrema esquerda. Desse modo, será que não há evidências claras de que a tolerância mútua e outras regras tácitas do cotidiano democrático não foram deixadas de lado pelas elites na realidade brasileira e que esse processo está se agravando e tomando proporções graves nos últimos anos?⁶

As evidências acima elencadas parecem apontar para o fato de que talvez a democracia no Brasil não esteja tão consolidada quanto as aparências mostram. Alguns pesquisadores já têm batido nessa tecla há algum tempo, principalmente na área de segurança pública e instituições coercitivas (ZAVERRUCHA, 2000; NÓBREGA JR., 2010).

⁴ Segundo autores como Melo (2017), Pippa Norris e Inglehart (2018), populismo é um termo que engloba retórica agressiva anti-establishment, anti-elites, anti-pluralismo e plebiscitarismo demagógico. “Iliberalismo”, por sua vez, é um termo criado por Fareed Zakaria (1997) para descrever democracias onde há eleições, porém não há garantias liberais como liberdade de imprensa, de oposição, instituições contramajoritárias, independência judicial, Estado de Direito, etc.

⁵ Tal fato é digno de nota pois, mesmo sendo uma manobra relativamente “comum”, as chamadas “Pedaladas” se tornaram sistemáticas no governo Dilma segundo Mansueto Almeida (COSTAS, 2015).

⁶ Esses decerto são questionamentos difíceis de serem respondidos de modo peremptório, pois, a despeito dos episódios elencados acima, é cristalino que o Brasil garantiu em sua história recente também diversas conquistas institucionais, como o fortalecimento das instituições de controle (MELO, 2015), um sistema de eleições sólido e confiável (MARTÍNEZ I COMA; NORRIS; FRANK, 2015) e um Judiciário independente (MELO, 2015) – lembrando que “independência” não é sinônimo de neutralidade.

How Democracies Dies traz um instigante apanhado histórico sobre o que fez a democracia americana se transformar num verdadeiro baluarte dos valores liberais para o resto do planeta. O livro também relembra os tropeços e percalços dessa caminhada e aponta de maneira bastante clara as ameaças do presente. Contudo, a obra possui uma série de falhas que podem até passar a limpo para o público geral, mas saltam aos olhos de cientistas políticos mais críticos. O livro falha em responder as seguintes perguntas: o que são afinal “democracias”? Quais os tipos e graus de regimes híbridos entre democracias puras e ditaduras? Esse é um debate importante sobre o qual os autores passam por cima. Outra questão terminológica importante: os autores usam de modo intercambiável e solto os termos “populismo”, “autoritarismo” e “personalismo”. Isso pode causar confusão na cabeça dos leitores e enfraquece tanto o valor semântico dos termos e como o rigor teórico na análise.

Outra questão preocupante do ponto de vista metodológico: o historicismo do livro é certamente algo positivo e digno de nota, porém, gera um viés de seleção: apenas casos que confirmam a teoria dos autores são citados. A análise acaba se tornando enviesada e elementar. Por que não usar um *QCA* (*Qualitative Comparative Analysis*) para explorar condições necessárias e suficientes para a democracia? Rodar uma regressão com um número maior de países? Ou ainda, citar estudos empíricos, no lugar de apenas exemplos históricos? A escolha metodológica dos autores é válida e legítima, agregando fluidez à leitura, contudo, seu argumento central ganharia mais força se acompanhado de evidências empíricas mais robustas. Além disso, a comparação entre EUA e países como Turquia e Venezuela, conquanto ilustrativa, acaba sendo descabida, pois as realidades históricas, contextuais e institucionais entre tais países são bastante distintas. Ademais, Trump vem sofrendo uma série de derrotas no seu governo devido ao forte sistema de *checks and balances* característico do presidencialismo americano.

Outrossim, a preocupação (legítima e necessária) com o governo de Donald Trump e sua ameaça aos valores democráticos acaba tornando a análise do livro mais próxima de uma análise quase jornalístico-literária. O livro gasta um bom tempo mostrando como Trump é uma ameaça à democracia e compila uma coleção de diversas frases absurdas e ofensivas do presidente americano. O objetivo político do livro é relevante, porém, acaba dando à obra um ar menos científico e técnico. Um ponto forte da leitura de *How Democracies Dies* é justamente sua fluidez e simplicidade. Contudo, do ponto de vista acadêmico, o livro tropeça nas questões acima descritas.

Segundo um dos últimos dossiês do V-Dem (LÜHRMANN *et al*, 2018), uma das tendências globais na área política é um processo de autocratização das

democracias. A faceta mais conhecida da democracia, as eleições, permanece forte em diversos países, porém, outras questões, como independência das instituições de controle, liberdade de expressão e oposição, imprensa livre e garantia de direitos individuais, tem sido atacados mundo afora, mesmo em algumas das democracias mais antigas. Mais países tem se tornado democráticos, porém, democracias consolidadas têm tido uma piora considerável em quesitos extra-eleitorais, como os já citados acima. *How Democracies Dies* trabalha encima dessa tendência e foca no exemplo dos EUA. É um livro de ciência política que tenta mostrar ao grande público como a erosão da democracia pode ocorrer de modo paulatino e inclusive com a presença de eleições.

REFERÊNCIAS

ACHEN, C.; BARTELS, L. **Democracy for realists**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

AUSTON, L. ; MELO, M. ; MUELLER, B.; PEREIRA, C. **Brazil in transition: beliefs, leadership and institutional change**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

AVRITZER, L. O fim da Nova República. **GGN: Jornal de Todos os Brasis**, [S.l.], 15 maio 2016. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/analise/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BARROS, C. R. de. O Brasil e a recessão democrática: como o cenário político global ajuda a entender a nossa crise – e vice-versa. **Revista Piauí**, São Paulo, ed.139, abr. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-brasil-e-recessao-democratica/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BOXELL, L.; GENTZKOW, M.; SHAPIRO, J. M. **Is the internet causing political polarization? evidence from demographics**. [S.l.: s.n.], March 2017. Disponível em: <https://www.brown.edu/Research/Shapiro/pdfs/age-polars.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COSTAS, R. Entenda a polêmica por trás das pedaladas fiscais. **BBC Brasil**, São Paulo, 07 out. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151006_pedaladas_tcu_entenda_ru. Acesso em: 15 fev. 2019.

DAHL, R. **A Constituição Americana é democrática?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

GABLER, N. The internet and social media are increasingly divisive and undermining of democracy. **AlterNet**, [S.l.], 30 Jun. 2016. Disponível em: <https://www.alternet.org/2016/06/digital-divide-american-politics/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. A crise e o atual debate institucional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n.3, p.79-97, 2017.

LINZ, J. **The breakdown of democratic regimes**. In: LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How Democracies Die*. New York: Penguin Random House, 2018. p. 21.

LÜHRMANN, A. *et al.* State of the world 2017: autocratization and exclusion? **Journal Democratization**, [S.l.], v.25, n.8, 2018. DOI 10.1080/13510347.2018.1479693.

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PEREZ-LINAN, A. Classificando regimes na América Latina, 1949-1995. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p.645-687, 2001.

MARTÍNEZ I COMA, F.; NORRIS, P.; FRANK, R. W. Integridad en las elecciones de America 2012-2014. **America Latina Hoy: Revista de Ciencias Sociales**, Salamanca, v.70, p. 37-54, 2015.

MELO, M. Independência institucional e combate à corrupção. **CEPESP**, [S.l.], 25 jan. 2015. Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2015/01/25/marcus-melo-independencia-institucional-e-combate-a-corrupcao/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MELO, M. O populismo de Trump. **CEPESP**, [S.l.], 23 jan. 2017. Disponível em: <https://cepesp.wordpress.com/2017/01/23/marcus-melo-sobre-trump/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

MIGUEL, L. Curso sobre o golpe de 2016, um balanço. **CCG: Jornal de Todos os Brasis**, [S.l.], 03 jul. 2018. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/analise/curso-sobre-o-golpe-de-2016-um-balanco-por-luis-felipe-miguel/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MOSCA, G. **La classe politica**. México: Fondo de Cultura Economica, 1992.

NÓBREGA JR., J. A semi-democracia brasileira: autoritarismo ou democracia? **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 23, p.74-141, jan./abr. 2010.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: the rise of authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PARETO, V. **Manual of political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PÉREZ-LIÑAN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SUSTEIN, C. **Divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TUSHNET, M. Constitutional Hard-Ball. *In*: LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. New York: Penguin Random House, 2018. p. 82.

ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, New York, v.76, n.6, p.22-43, Nov./Dec. 1997.

ZAVERUCHA, J. **A frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2000.

Recebido em 3 de julho de 2018

Aprovado em 12 de agosto de 2018

DOSSIÊ: CULTURA POLÍTICA E CRISE DEMOCRÁTICA

APRESENTAÇÃO

A crise da democracia não é um tema novo nos estudos da Ciência Política. O relatório da Comissão Trilateral¹ realizada na década de setenta já trazia como diagnóstico um aumento substancial da participação e das demandas sociais, e sobre as quais a arquitetura burocrática existente não estaria conseguindo responder de forma satisfatória. Também constava no relatório um aumento da mídia crítica ao governo, o que provocava uma redução da autoridade governamental, contribuindo para a perda da legitimidade de governos e do regime. Este relatório, editado e publicado em livro (1975), concentrava o resultado de estudos de países da Europa, Japão e Estados Unidos, e dentre os cientistas políticos mais destacados estava Samuel Huntington e Michel Crozier.

Com a Terceira Onda [Democrática] (HUNTINGTON, 1994) e mais tarde a ruína do Bloco Soviético foi a vez dos estudos de transição e consolidação da democracia concentrarem as atenções dos pesquisadores. Autores como Francis Fukuyama (1992) e Jean-Marie Guéhenno (1994) não tardaram em afirmar que a democracia não teria mais “inimigos” e se tornaria, aos poucos, o regime político da maioria das nações. A euforia, no entanto, durou pouco, pois ao final da década de 90 algumas democracias já apresentavam problemas de desempenho, apoio e legitimidade. As atenções, então, se voltaram para as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas em relação ao regime democrático e também sobre regras informais e atributos como confiança interpessoal, níveis de engajamento em organizações não formais e graus de cooperação e solidariedade.

¹ A Comissão Trilateral de 1973 foi um fórum de discussão fundado por David Rockefeller e era formado por integrantes representantes do Japão, Europa Ocidental e América do Norte. Seu objetivo era estimular diálogos políticos e econômicos para gerar diagnósticos que ajudassem na cooperação destes países. O livro resultante do relatório pode ser acessado em: <https://archive.org/details/TheCrisisOfDemocracy-TrilateralCommission-1975/page/n0>.

Usando como recorte os mesmos países do relatório da Comissão Trilateral, Pharr, Putnam e Dalton (2000) encontraram padrões sistemáticos de queda da confiança nas lideranças e nas instituições políticas. Para explicar a queda da confiança os autores apontaram para uma piora no desempenho da democracia, principalmente em relação às instituições representativas, uma mudança nos critérios e padrões de avaliação e um “excesso” de informação que estaria provocando um aumento das expectativas em relação ao próprio desempenho da democracia.

O aumento da capacidade de acumular informação e seus impactos nas percepções, atitudes e comportamentos também foi pesquisado por Pippa Norris (2011). Ancorada na tese do pós-materialismo de Ronald Inglehart (1971), elaborou o conceito de *cidadãos críticos*, onde apontou evidências para uma mudança no comportamento do cidadão em relação ao sistema político em geral. Essa mudança estava provocando um aumento da capacidade cognitiva dos cidadãos sobre o campo da política, onde uma maior exposição ao noticiário, principalmente em matérias de cunho negativo sobre o campo da política, ao mesmo tempo em que reforçava as aspirações democráticas, também levava o cidadão a se comportar de maneira mais crítica na hora de avaliar a política, suas instituições e o desempenho do regime.

A tese do pós-materialismo basicamente argumenta que os coortes geracionais que experimentaram uma segurança existencial material voltariam suas atenções para questões mais amplas como direitos de liberdade, posicionamentos mais responsáveis em relação ao meio ambiente em detrimento de decisões e concentração de poder. A democracia seria o regime político no qual estas novas aspirações e demandas encontrariam uma vazão mais ampliada. Recentemente, no entanto, Foa e Mounk (2016) encontraram um desacoplamento do apoio dos jovens em relação à democracia. Explorando medidas como (1) apoio dos cidadãos ao sistema como um todo, (2) o grau no qual eles apoiam instituições-chave da democracia liberal, (3) sua disposição para avançar suas causas políticas dentro do sistema político existente e (4) sua receptividade a alternativas autoritárias, chegaram a um resultado no qual a “coorte” geracional representada pelos *millennials* americanos aparece como a mais antidemocrática quando comparada com “coortes” precedentes.

E se uma mudança nas atitudes, percepções e comportamentos dos cidadãos de democracias consolidadas aponta para um cenário de desacoplamento do apoio, quando nos voltamos para as pesquisas feitas na América Latina e no Brasil os resultados não deixam de considerar as especificidades regional e

nacional. A tese do “pós-lua de mel” elaborada por Catterberg e Moreno (2006) argumenta que, para os cidadãos da América Latina, uma forte expectativa fora gerada de que com a transição dos regimes autoritários para regimes democráticos muitas das soluções para os problemas das pessoas seriam encontradas. Uma vez que isso não ocorreu, o resultado prático e imediato seria a desconfiança nas instituições e uma avaliação negativa do desempenho do regime. Argumentos similares à tese do “pós-lua de mel” podem ser encontrados em Ribeiro (2011) e Moisés (2005).

Mais de quarenta anos após o relatório da Comissão Trilateral, observamos que o tema continua o mesmo, embora a agenda de pesquisa sobre a crise da democracia tenha sido ampliada em muitas dimensões, tanto na linha institucionalista, quanto na culturalista. Castells (2018) argumenta que a crise da democracia é a do modelo liberal, no qual instituições centrais desse modelo como partidos políticos e parlamentos não estão mais conseguindo justificar seu desempenho diante de uma realidade muito diferente do contexto no qual elas surgiram. Além da deterioração da arquitetura democrática em muitos países como bem trouxe Diamond (2017), também uma onda neonacionalista ganha força permitindo a ascensão de lideranças de cunho antidemocrático. Como afirmam Levitsky e Ziblatt (2018), hoje as democracias morrem aos poucos, por dentro, a partir da ascensão de lideranças e governos que vão enfraquecendo-as paulatinamente. A perda do apoio da população representada pelo declínio da confiança em instituições, a insatisfação e avaliações negativas em relação ao desempenho da democracia contribuem para um ressurgimento do discurso nacionalista.

Reforçando a argumentação de Inglehart (2002), democracias necessitam de instituições e procedimentos, mas de forma alguma podem sobreviver sem o apoio de massas. Esse apoio é traduzido em sentimento de pertencimento ao sistema político, adesão à democracia como valor, satisfação com o desempenho democrático, confiança em suas instituições e apoio aos governos e às lideranças políticas. Esses elementos estão em processo de desintegração, portanto, nada mais oportuno do que trazer artigos com pesquisas sobre este tema. Essa é a proposta deste dossiê, que agora apresentamos aos leitores da Revista Cadernos de Campo.

Desejamos uma boa leitura!

Organizadores,

Bianca de Freitas Linhares

Doutora em Ciência Política (UFRGS). Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais (2003) e mestrado em Ciência Política (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora adjunta do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da UFPel.

Fábio Hoffmann

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tem especialização em Marketing, Direito Eleitoral e Partidário pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), e é bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CATTERBERG, G; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, vol. 18, n.1, p. 31-48, 2006.

CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P; WATANUKI, Joji. The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission. New York: New York University Press, 1975.

DIAMOND, Larry. Para entender a democracia. Curitiba: Ed. Instituto atuação, 2017.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yasha. The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, vol. 27, n. 3, p. 5-17, july, 2016.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUÉHENNO, Jean-Marie. O fim da democracia. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. *American Political Science Review*, vol. 65, n. 4, p. 991-1017, dec., 1971.

_____. *Cultura e democracia*. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). *A Cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como Morrem as Democracias*. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2018.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

NORRIS, Pippa. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Spring: Cambridge University, 2011.

PHARR, Susan J.; Putnam, Robert D.; DALTON, Russell J. A quarter-century of declining confidence. *Journal of Democracy*, vol. 11, n. 2, p. 5-25, abril, 2000.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, vol. 19, n. 39, p. 167-182, jun. 2011.

DOSSIÊ CULTURA POLÍTICA E CRISE DEMOCRÁTICA

ENTREVISTA COM PROFESSOR DOUTOR HENRIQUE CARLOS DE OLIVEIRA DE CASTRO

Bianca de Freitas LINHARES¹
Fábio HOFFMANN²

Apresentação

Henrique Carlos de Oliveira de Castro é doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (respectivamente 2000 e 1995). Foi pesquisador e professor convidado na University of Notre Dame (EUA) em 2016, realizou estágio pós-doutoral na École des hautes études en science sociales (Paris, França) em 2010/2011 e estágio doutoral (sanduíche) no Institute for Social Research da Universidade de Michigan em 1999 (EUA). É professor no Programa de Pós-graduação em Ciência Política e do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Foi professor da Universidade de Brasília (UnB), lotado no CEPPAC (Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas) de 2000 a 2013 e também diretor do DATAUnB (Centro de Pesquisa de Opinião Pública - Pesquisas Sociais Aplicadas) entre 2004 e 2008. É consultor da Capes para temas de internacionalização e coordenador e diretor da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey) no Brasil.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas/RS – Brasil. Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). biancafinharies@gmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Pelotas/RS – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de pelotas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). molahms@gmail.com.

1) Professor Dr. Henrique de Castro, obrigado por aceitar gentilmente ceder essa entrevista para o dossiê *Cultura Política e Crise Democrática* da revista *Cadernos de Campo* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A sua tese de doutorado defendida no ano de 2000 foi a primeira no Brasil a se valer de dados da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS). Sabendo que a primeira onda de pesquisas que contemplou o Brasil cobriu os anos de 1989 a 1993, por que se demorou tanto para utilizar esse material? E como o senhor entrou em contato com esses dados?

Antes de tudo, obrigado pela oportunidade de conversarmos sobre cultura política e a Pesquisa Mundial de Valores. Bem, penso que existe no Brasil um mito na pesquisa social: dado bom é o dado que o pesquisador coleta, o que nem sempre é verdade quando se tratam de dissertações de mestrado ou mesmo teses de doutorado. Sim, um estudante de pós-graduação de fato precisa aprender a fazer pesquisa empírica, mais além dos necessários conhecimentos de teoria e metodologia. No entanto, aprendizado e pesquisa são coisas distintas, embora possam e devam andar juntas. Respondendo direto à pergunta: creio que a pesquisa WVS (entre outras bases internacionais de dados em Ciências Sociais) é pouco utilizada ainda hoje no Brasil por um misto de desconhecimento da sua existência com preconceito, limitação metodológica e uma certa presunção; pensando aqui, talvez o primeiro seja o mais importante.

Eu tive acesso ao WVS quando fiz um curso avançado de métodos quantitativos para as Ciências Sociais em 1996, na Universidade de Michigan, ainda antes de entrar no doutorado. Fiquei impressionado com a quantidade de bases de dados que os estudantes de lá utilizavam cotidianamente, o que os ajudava não apenas na formação, mas também nos trabalhos. Nós, alguns colegas e eu que estudávamos com o prof. Marcello Baquero, conhecíamos muitas bases de dados internacionais, mas não tínhamos a prática de usá-las em pesquisa, mas comecei a mudar depois da experiência em Michigan. Logo em seguida, já no doutorado, escrevi para o prof. Ronald Inglehart, fundador do WVS, para solicitar permissão para usar os dados na minha tese. Por fim, durante o meu estágio doutoral – o doutorado sanduíche – no Institute for Social Research da mesma Universidade de Michigan em 1999, com a supervisão do próprio Inglehart, fui convidado por ele para ser o novo responsável pelo WVS Brasil e entrar para a rede mundial da pesquisa.

2) Em seu livro *Cultura Política Comparada* (2014, Verbena), no qual analisou a democracia e as mudanças econômicas no Brasil, Argentina e

Chile, o senhor chegou à conclusão de que seria necessária a elaboração de um conceito de cultura política adequado à América Latina e não simplesmente “importar” a definição proposta pela literatura internacional. O senhor poderia explicar-nos as razões dessa necessidade e apontar algumas peculiaridades da cultura política latino-americana e em que ela se diferencia da cultura política presente nas formulações tradicionais da obra pioneira de Gabriel Almond e Sidney Verba?

Um comentário preliminar: um conceito precisa ter validade, por assim dizer, planetária, como costumava dizer o prof. Roberto Cardoso de Oliveira, para ser científico. Assim, um conceito geral não pode ser “local”, mas se adequar às diferentes realidades sociais, ou seja, não pode servir para atender aos interesses e explicar apenas algumas sociedades (existem as chamadas teorias de médio alcance, mas não é o caso de cultura política). O que defendo é que o conceito de cultura política (e outros, como o de democracia liberal, por exemplo) foram construídos sem considerar realidades distintas daquelas nas quais e para as quais foram gestados, ou seja, os países centrais do capitalismo em meio à Guerra Fria. Talvez não pudesse ser diferente naquele momento (isso é outra história), mas o avanço científico de lá para cá não apenas permite, mas mesmo não pode prescindir da “universalização” do conceito. O conceito de cultura política de Almond e Verba é claramente normativo e considera apenas a realidade, interesses e valores da democracia liberal dos EUA e da Europa; o resto do mundo teria que se submeter e seguir a realidade das potências capitalistas ocidentais. Se olharmos bem, isso é o contrário do que fizeram: foram livres intelectualmente para proporem o seu sistema político e a forma de organizar a sua sociedade. Pois bem, é exatamente a mesma liberdade intelectual que defendo que tenhamos na América Latina e em outras regiões periféricas do mundo: que possamos construir as nossas realidades sem precisarmos ser tutelados. Como consequência, o conceito de cultura política (entre outros) precisa ser ampliado para colocar as nossas sociedades como atores e sujeitos. A diferença fundamental é que não devemos eleger um modelo de cultura política que deva ser seguido ou copiado – o uso normativo da teoria de cultura política –, mas usar o ferramental teórico e metodológico para compreendermos cada realidade social. O uso normativo da cultura política implica o que chamei de “armadilha da cultura cívica”.

3) No livro o senhor nos diz que não podemos cair na “armadilha da cultura cívica” – fato de haver culturas predispostas a receber a democracia – e encontrou índices de escala de adesão a valores democráticos próximos às das chamadas democracias consolidadas. A pergunta que fica é a seguinte:

por que a democracia na América Latina parece ser mais instável que suas congêneres do hemisfério norte? Ou por que grande parte da literatura trata as democracias da região dessa forma? A instabilidade seria a própria marca da cultura política na América Latina?

Eu penso que a democracia liberal ocidental está passando por uma crise maior do que alguns querem aceitar. Provavelmente se fala menos a respeito por um certo desconforto em aceitar que talvez a democracia liberal não consiga mais responder de forma efetiva à desigualdade, ao elitismo, à judicialização da política, ao aumento do poder dos grupos econômicos na política, à falência do sistema de representação tradicional, com a crescente participação via as “novas redes sociais”, entre outras coisas. O “fim da história”, nas palavras de Fukuyama, cantado em verso prosa, talvez não seja tão real, havendo a necessidade de serem repensadas as sociedades ocidentais. O irônico é que foi preciso que certos fenômenos conhecidos na América Latina, por exemplo, começassem a existir na Europa e EUA para alguns analistas se darem conta de que talvez os problemas da democracia que conhecemos na América Latina não existam por causa dos atrasos de outras sociedades, mas talvez por questões intrínsecas ao sistema. A eleição do presidente Trump fez cientistas políticos norte-americanos falarem nas mazelas do populismo para a democracia, mas isso sabemos há décadas na América Latina! O populismo vira um problema para a democracia quando chega nos EUA? Ou não acreditavam que uma “verdadeira democracia”, que uma “democracia consolidada” poderia eleger líderes populistas? E a possibilidade de eleição de dirigentes protofascistas na Europa não serve para mostrar que talvez a República de Weimar não seja a única que pode ser destruída com eleições? Um detalhe: talvez as sociedades europeias e norte-americana não vejam as suas democracias sucumbirem pela cultura política, o que contraria o senso comum (mais um motivo para estudarmos o campo). Bem, se os estudiosos dos países centrais fossem mais humildes e tentassem aprender conosco, uma vez que vivemos as mazelas que eles parecem estar começando a experimentar agora, ao invés de apenas quererem nos ensinar, talvez conseguissem compreender melhor a sua realidade e a própria democracia.

Quanto à instabilidade da democracia na América Latina, penso que se dá por ser um sistema político que não foi, no seu modelo liberal europeu e norte-americano, construído com base no que somos, nas nossas características, nas nossas experiências. Ironicamente, a crise da democracia nos países centrais talvez sirva para entenderem que instabilidade não é algo apenas latino-americano.

4) Quais são as principais mudanças de agenda que a cultura política enfrenta hoje quando comparada com o último quarto do século XX?

Creio que deixar de ser normativa, ou seja, de querer impor um modelo de cultura política e de sociedade e passar a ser mais explicativa. Hoje em dia, temos pesquisas maravilhosas de cultura política, e não me refiro unicamente ao WVS, mas também aos barômetros regionais (Latinobarômetro etc.), entre muitas outras, sem esquecermos a infinidade de dados que as novas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) permitem que estudemos. Sobre o WVS, costumo compará-lo com outras iniciativas científicas internacionais, como os esforços empreendidos por cientistas do mundo todo para o mapeamento DNA, o projeto Genoma. A própria Biologia teve que evoluir para dar conta dos desafios e descobertas que essa colaboração global monumental propiciou. De forma similar, cientistas sociais de diversos países vêm colaborando durante mais de cinco décadas para construir mais e melhores evidências sobre a cultura e comportamento político e social dos seres humanos. Falo com certa presunção e orgulho que considero o WVS o principal instrumento criado para realizar esse “mapeamento”. Com esta riqueza empírica e metodológica em mãos, não tem sentido, na minha opinião, usarmos as mesmas explicações de décadas atrás ou mesmo as que temos hoje. Temos que olhar para frente, sermos abertos para as novidades que podemos descobrir. Ainda somos – os cientistas sociais – muito avessos à colaboração, mas teremos que aprender, é questão de tempo. É lugar-comum falarmos que a Ciência somente avança quando temos dúvidas, o que é verdade. A certeza é o campo da política, não da pesquisa. Vamos ser “científicos” e olharmos a realidade e a cultura política com dúvidas, querendo aprender.

5) A tese da mudança cultural, ou pós-materialismo, elaborada pelo professor Ronald Inglehart na década de setenta do século passado, empreendida pelo entendimento de mudança nas prioridades valorativas dos indivíduos, foi formulada inicialmente para abranger as sociedades em estágio industrial avançado. Qual a sua atual validade pensando em um contexto latino-americano?

Penso que temos que tratar do assunto em dois níveis. O primeiro, é a descoberta da existência de valores pós-materialistas em sociedades avançadas por Inglehart, que me parece não apenas adequada, mas correta. O segundo, é a proposição de mudança cultural, que implicaria que todas as sociedades, de certa forma, tenderiam a ser majoritariamente pós-materialistas à medida que as novas gerações experimentassem uma segurança material e social semelhante à que houve na Europa e EUA. Penso que esta segunda proposição é demasiado normativa

e não considera outros fatores que podem explicar mudanças culturais, mais além da base material. Por exemplo, apresentei com colegas (Daniel Capistrano e Sonia Ranincheski) no Congresso APSA (American Political Science Association) em Boston nos EUA, no final de agosto deste ano, um trabalho falando justamente disso. O artigo propõe a globalização e a hegemonia de valores das elites como uma explicação alternativa ao desenvolvimento econômico para explicar a existência de uma relativamente alta existência de valores pós-materialistas na América Latina em relação à renda per capita e outros indicadores econômicos. O prof. Inglehart fazia parte do mesmo painel e se mostrou interessado nos nossos achados. Logo o artigo vai estar disponível para debate.

6) Na edição de julho de 2016, o Journal of Democracy trouxe um artigo de Yascha Mounk, intitulado de “The democratic disconnect”, no qual o autor trazia a tese de que há um processo de queda na adesão aos valores democráticos das gerações mais novas nos Estados Unidos. Nesta mesma edição, Ronald Inglehart procurou amenizar a tese de Mounk, argumentando a existência de uma peculiaridade conjuntural para o caso norte-americano, onde haveria três elementos que podiam estar confluindo para esta disjunção: paralisia do Governo, aumento na desigualdade de renda e a influência política de bilionários. Na hipótese da síndrome de queda, verificada no apoio à democracia entre os jovens, estar presente nas coortes de outras democracias, quais são os riscos para um colapso global da atual ordem democrática? Isso poderia ocorrer daqui a uma ou duas gerações?

Não sei se poderia falar em colapso da democracia como algo genérico, mas sim de crise da democracia liberal. A sociedade do início do século XXI é muito distinta da que foi imaginada pelos revolucionários ingleses ou franceses ou ainda dos “Pais Fundadores” da democracia norte-americana (aliás, sobre o quanto a democracia norte-americana mudou desde os seus primórdios, sempre vale a pena ler e reler os textos que Robert Dahl escreveu a partir dos anos 1990). Penso, como disse antes, que a democracia está em crise nos países centrais, que serviam de exemplo e modelo. No entanto, creio que é importante pensarmos sobre qual democracia falamos: da normativa, idealizada e “perfeita”, ou da real, a liberal? Daquela idealizada que buscamos ou da que foi efetivada pelos seres humanos? Da que existia no início do século XX ou a que temos hoje? Da que existia nos EUA nos anos 1960 ou a que esse país queria exportar e impor a outros países? Entendo que a democracia existente no Ocidente é fruto das contradições que as suas sociedades enfrentam. Ora, pode ser fácil culpar desigualdade e concentração de renda pelos problemas que a democracia nos

EUA enfrenta, mas temos que lembrar que a democracia liberal lá existente foi criada (normativa e socialmente) organicamente ligada ao capitalismo e que os problemas citados são inerentes a esse mesmo capitalismo. Assim, a democracia tal qual é defendida lá não pode ser pensada fora do capitalismo e, assim, vai ser necessariamente influenciada por ele, para o bem ou para o mal. Ou seja, penso que a democracia liberal está em crise porque a sociedade que a gerou vive uma fase de hiperconcentração de renda e de poder: nada mais natural que isso se refletir na política.

7) Professor Dr. Henrique Castro, pode dizer-nos como está a organização da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) que em 2018 contemplará dentre outros países, o Brasil?

No momento, cerca de 30 países já terminaram a coleta de dados, incluindo o Brasil, e há a perspectiva de chegarmos ao final da onda com mais 70 países. Vai ser a onda com maior quantidade de países envolvidos. A World Values Survey Association (WVSA), que dirige a pesquisa e que tem um sócio e diretor por país, considera que, com a sétima onda, o WVS se consolida como a maior e mais abrangente pesquisa na área de Ciências Sociais no planeta. Penso que, no Brasil, o impulso que demos para o fortalecimento do grupo WVS Brasil nos últimos dois ou três anos vai permitir que consigamos aumentar a visibilidade e o uso dos dados da pesquisa, que, a propósito, é gratuito e simples (basta baixar os dados ou usar a ferramenta on-line na página que está na página da pesquisa, www.worldvaluessurvey.org). Uma maneira simples de acompanhar as novidades da pesquisa no Brasil e no mundo é pelas páginas Facebook do WVS Brasil e da WVSA.

8) Em relação ao Brasil, quais são as perspectivas sobre o futuro da democracia, uma vez que as respostas dadas pelo sistema político a crises internas passam, na maioria das vezes, pelos caminhos do autoritarismo?

Eu penso que temos que olhar certos conceitos com mais vagar; um deles é autoritarismo. Sim, claro que existe autoritarismo, mas não podemos usar o conceito como um antônimo de democracia ou como um defeito de sociedades que são distintas das nossas. Por exemplo, será que o chapéu de autoritarismo serve tanto para o Brasil, cuja cultura foi constituída a partir de uma visão individualista europeia e com uma elite antipovo, com o que existe na China, que possui uma cultura coletivista influenciada pelo confucionismo? Talvez haja algumas similaridades empíricas, mas tenho dúvidas se é o mesmo fenômeno, se as evidências se referem ao mesmo conceito. Bem, mas especificamente em relação ao Brasil, penso que nunca tivemos uma real democracia. Sempre vivemos de

golpe em golpe, de ditadura em ditadura, basta ver quantos presidentes foram eleitos e terminaram os seus mandatos na nossa história. Przerworski escreveu uma vez que a democracia se caracteriza pelos perdedores aceitarem a derrota e esperarem a próxima eleição para tentarem vencer. Ora, somos exatamente o contrário! Antes das eleições, já anunciamos que não aceitaremos o resultado! Eleito alguém, imediatamente o que se faz é impedir que governe ou mesmo tratar de derrubar o mandatário. Na minha opinião, o autoritarismo é e vai continuar sendo uma importante marca da nossa sociedade.

9) Professor Dr. Henrique Castro, queremos agradecer mais uma vez pela entrevista e gostaríamos que o senhor deixasse algumas considerações sobre a importância de uma agenda de pesquisas que contemple a relação entre a cultura política e o momento crítico pelo qual vêm passando os regimes democráticos.

A ciência pode ajudar a construção de uma sociedade melhor; isto acontece em todas as áreas do conhecimento, e naturalmente também nas Ciências Sociais. No entanto, não é a ciência quem decide o que pode ou deve ser feito, mas sim as pessoas, considerando os mecanismos sociais e políticos. Assim, por melhor que sejam os conhecimentos gerados, não vamos construir um mundo melhor sem a efetiva participação de muitos em um projeto político de país que não naturalize as desigualdades e as demais mazelas com as quais parece que nos acostumamos. Conhecermos quem somos, como pensamos e como agimos é fundamental para podermos nos transformarmos, e foi assim que aconteceu em todos os países que de alguma forma mudaram a cara das suas sociedades. Claro que o conhecimento de quem somos é mais amplo que a cultura política, mas certamente os mecanismos culturais são fundamentais para impulsionar, facilitar, dificultar ou mesmo impedir determinadas mudanças. Eu não tenho a indicação de uma agenda particular de pesquisa neste sentido, mas entendo que a resolução dos problemas sociais é o caminho a seguir ao invés de usar a ciência e a pesquisa para alimentar egos, preencher uma linha no currículo ou alavancar carreiras.

A INTERNET E A (DES)POLITIZAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS

Jennifer Azambuja de MORAIS¹
Marcello BAQUERO²

RESUMO: À semelhança do que está acontecendo no mundo, o Brasil está se tornando uma sociedade da informação, onde quase metade da população está conectada na internet. Esses dados proporcionam debates sobre o impacto desta como uma agência relevante de socialização política. Sugere-se, por um lado, que estaria em andamento a estruturação de uma cultura política mais politizada e assertiva, e por outro, argumenta-se que o impacto tende a ser mais negativo, uma vez que estaria se produzindo intolerância e dogmatismo político entre os jovens. O objetivo deste trabalho é analisar se o uso da internet e suas redes sociais estão afetando as atitudes e os comportamentos políticos dos jovens e que tipo de cultura política está se constituindo. Os dados utilizados para testar a hipótese provêm de pesquisas quantitativas realizadas em três cidades do Sul do Brasil em 2015/2016, com 2035 jovens de 13 a 24 anos, pelo NUPESAL/UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Internet. Socialização política. Cultura política.

Introdução

Dados de pesquisas de cultura política indicam, consistentemente, que as chamadas sociedades modernas não têm conseguido estimular os jovens a serem politicamente mais engajados na política. Esses dados apontam, igualmente, um

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutora em Ciência Política pela UFRGS e pós-doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. jennifer.amorais@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutor em Ciência Política pela Florida State University, pós-doutorado no Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, Argentina, pós-doutorado na Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor convidado do PPG de Ciência Política da UFRGS. nupesal@yahoo.com.

comportamento da juventude de afastamento, decepção e indiferença com a política, os gestores públicos e as instituições políticas. Nessa direção, Resnick e Casale (2013) argumentam que os jovens cidadãos votam em menor proporção em pleitos eleitorais comparados com o resto da população. Tal comportamento tem implicações danosas para o processo de construção democrática de um país, sobretudo em relação à questão da legitimidade e estabilidade política. Quando hábitos e costumes políticos de natureza negativa são naturalizados ao longo do tempo, os jovens que optam por não participar da arena política “delegam” decisões importantes àqueles que têm diferentes interesses e valores.

Por que os jovens brasileiros, segundo dados de pesquisa (LATINOBAROMETRO, 2010; NUPESAL, 2015-2016), continuam a mostrar apatia e indiferença no que diz respeito a participar da vida política institucionalizada, principalmente por meio de partidos políticos e de instituições formais da democracia representativa? A literatura apresenta duas perspectivas para responder a esta questão. Por um lado, pressupõe-se que o acesso à informação política, por parte dos jovens, auxilia a predispor a juventude para um maior engajamento político. Uma segunda vertente teórica sinaliza para o contexto eleitoral e partidário, destacando a importância da eficácia quantitativa política da juventude.

Em relação à primeira abordagem, a questão a ser respondida é: os jovens brasileiros estão informados politicamente para se mobilizarem em defesa dos seus interesses? E a segunda questão é: a internet e as redes sociais ajudam a produzir eficácia política na juventude brasileira quando comparada com as gerações anteriores?

Pensamos que as respostas a estes questionamentos passam por uma compreensão do processo histórico na construção de uma cultura política juvenil no Brasil. Isso direciona a análise para os fatores histórico-estruturais que têm constrangido não só o desenvolvimento democrático do país, mas especialmente o papel dos jovens na política contemporânea. E, um segundo fator se refere ao exame do papel das novas tecnologias de informação e comunicação no processo de construção de jovens cidadãos com eficácia política.

Com base nessas questões, este trabalho problematiza como o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (internet e redes sociais) estão afetando a estruturação de atitudes e comportamentos políticos dos jovens e que tipo de cultura política está se constituindo. Abordamos essas questões analisando, em primeiro lugar, os padrões de participação política dos jovens atualmente e comparando com dados de 2002 (na cidade de Porto Alegre) e, num segundo momento, examinando se a internet e suas redes sociais estão impactando na

constituição de uma nova cultura política juvenil. O estudo é de caráter teórico-descriptivo. Apesar das recentes mobilizações da juventude, orientadas para reivindicar mais espaços e oportunidades na sociedade brasileira via dispositivos de mídia mais sofisticados, propomos como hipótese de trabalho que tais ocorrências não se constituem em iniciativas de longa duração, sendo, portanto, de caráter conjuntural e episódico, constringendo, desse modo, o surgimento de uma cultura política participativa.

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução. Na segunda parte discutimos a literatura sobre cultura política e participação. Incluímos também, nessa seção, uma análise do papel da internet e das redes sociais no desenvolvimento da eficácia política da juventude brasileira. Na terceira parte, examinamos os padrões de participação política dos jovens. Os dados utilizados para examinar a hipótese proposta provêm da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), com 690 jovens na cidade de Porto Alegre/RS (2015), 571 jovens na cidade de Florianópolis/SC (2016) e 774 jovens na cidade de Curitiba/PR (2016), com idade entre 13 e 24 anos, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil (CNPQ).

Está em andamento a institucionalização de uma cultura política digital

Na última década, questionamentos, expectativas e demandas por uma sociedade mais igualitária e inclusiva passaram a ser disseminados por uma nova ferramenta tecnológica de agregação de interesses: a internet, juntamente com as redes sociais. Tal dispositivo, argumenta-se, tem se constituído no espaço ideal para criar identidades coletivas, formar capital social e construir um novo mecanismo de transmissão de demandas entre Estado e sociedade civil. Este canal tem sido utilizado principalmente pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político para tentar transformar a sociedade. Esses esforços têm se manifestado na intensificação do interesse dos jovens em fazer parte dessas comunidades virtuais. Quiçá um dos exemplos mais significativos desse tipo de mobilização tenha sido o que se convencionou chamar da “revolução colorida” nos últimos cinco anos e que marcou um conjunto de iniciativas, globalmente, patrocinado pelos jovens e parece ter marcado uma nova forma de participação via redes sociais.

Essas manifestações parecem constituir-se em novos pontos de referência para organizar a participação política dos jovens e revelam uma tendência de

perda de densidade dos veículos tradicionais de representação política – partidos e organizações governamentais – como legítimos interlocutores dos interesses da juventude perante o estado.

Já existe evidência de que os jovens desempenharam papéis significativos em mobilizações políticas. Exemplos recentes daquilo que se convencionou chamar de “epidemia de protestos”, ocorreram no mundo árabe em 2010 e 2011, na Rússia em 2011, na Turquia e no Brasil em 2013 (com a participação de quase três milhões de brasileiros, na sua maioria jovens), e na Venezuela em 2014, constituindo-se num fenômeno de âmbito global sinalizando que no futuro a forma de participação será diferente, embora ainda não se saiba exatamente a direção que ela seguirá. A este respeito, Schmidt e Cohen (2013, p. 63) têm afirmado que “[...] o novo futuro será de movimentos revolucionários na medida em que as tecnologias de comunicação possibilitam novas conexões e geram mais espaço para a expressão [...]” principalmente, nós acrescentamos, para os jovens. Os autores fazem a ressalva, entretanto, que “existirão poucos resultados revolucionários”. Um dos fatores motivadores da onda de protestos dos jovens deriva da hostilidade que demonstram pelas instituições convencionais de mediação política (partidos políticos) e uma crescente desconfiança do mercado e do governo.

O perfil dos jovens que participaram dos protestos nos últimos cinco anos, aponta para uma nova geração de “rebeldes” que desejam expurgar as instituições existentes (KRASSTEV, 2014). Para David Graeber (2013), ativista que ocupou Wall Street, o objetivo dessa mobilização era criar uma crise de legitimidade no sistema dando uma ideia para o mundo do que uma verdadeira democracia deveria ser.

Esses acontecimentos trazem à tona a discussão da relação entre o crescimento individual e um sistema democrático saudável (DEWEY, 1916). Sobre essa questão, o já clássico estudo de Almond e Verba (1965) sobre a construção de uma cultura política democrática mostrava que atitudes democráticas são efetivamente inculcadas e internalizadas pela juventude via educação, em outras palavras, pelo processo de socialização política.

É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Por meio da interação do indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta, desenvolve determinados padrões de orientação e participação política (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977). Assim, os jovens são socializados por uma gama ampla de instituições socializadoras (amigos, colegas, parentes, grupos de referência e, atualmente, a internet), concomitante com sua experi-

ência passada e cotidiana em diferentes contextos e com modalidades distintas de resposta (via mecanismos formais convencionais ou informais, por exemplo, associações comunitárias etc.).

Dessa forma, a socialização é um processo complexo e múltiplo, já que pode ocorrer de forma distinta dependendo do contexto o qual se analisa (HYMAN, 1959). Para Brim (1966), a importância dos papéis que a pessoa adquire ao longo de sua vida derivam do contexto político, econômico e social e das regras e normas que ela internalizou para a estruturação de sua personalidade política.

As novas expectativas e comportamentos que ocorrem a cada novo papel que a pessoa adquire, podem produzir uma reconstrução ou alteração na identidade pessoal do indivíduo (BRIM, 1966). A vida do ser humano em sociedade é permeada não somente pela socialização primária, mas também pela ressocialização. Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa.

Nessa linha de análise, Sigel (1970) argumenta que a pessoa nasce não socializada, portanto é necessário que ela aprenda as normas e leis que regulam uma sociedade. Nesse sentido, a socialização diz respeito ao processo de treino e desenvolvimento individual que conduz a pessoa ao aprendizado de tais valores. É esse processo que proporciona as bases para a estabilidade e sobrevivência de um sistema social e político, pois é ele que molda o engajamento e comportamento dos seus cidadãos.

A este respeito, Easton e Dennis (1970) argumentam que indivíduo cresce observando na prática o funcionamento do governo e comparando-o com uma visão idealizada de como ele deveria ser. Tal comparação contribui para o desenvolvimento ou não da sofisticação política. Assim, o objetivo central dos estudos de socialização política é o de compreender a influência que diferentes agências (econômicas, sociais, culturais e políticas) têm no desenvolvimento de novos padrões atitudinais e comportamentais dos jovens, tendo a educação papel central nesse processo.

Esse ponto de vista é compartilhado por Lipset (1994), para quem a educação tem um efeito positivo no desenvolvimento de uma sociedade democrática e com estabilidade social. Mais recentemente, uma vasta literatura tem sido produzida sobre a qualidade das democracias contemporâneas e o papel do cidadão no processo de construção de novas formas de participação política e a possibilidade de constituição de culturas políticas mais direcionadas para

um envolvimento político mais participativo e eficiente por parte da juventude brasileira.

Ao se discutir o tema da qualidade da democracia no Brasil como indutor de uma nova cultura política é preciso fazer a ressalva de que a concepção de democracia contemporânea vai além da dimensão formal, sendo necessário incluir a dimensão substantiva. O procedimento de incorporar essa dimensão desloca a atenção para o papel do cidadão na sustentação e fortalecimento do sistema democrático. Não é tarefa simples, entretanto, alcançar esse objetivo, pois a sociedade brasileira, apesar de avanços significativos na dimensão procedural da democracia, continua a evidenciar constrangimentos de natureza substantiva que se manifestam nas desigualdades social, política e econômica. Não é por acaso que pesquisas de opinião pública têm mostrado ao longo dos anos uma crescente insatisfação dos jovens com a democracia e o sistema político pela ineficiência em enfrentar os problemas mais estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se central na discussão sobre cultura política e democracia, entender como os jovens internalizam normas e valores políticos e como esses elementos os ajudam na construção de uma imagem do mundo político e das expectativas que são geradas em relação ao futuro. Conceitos associados à decodificação do mundo político se referem ao grau de informação, nível de engajamento, grau de interesse e eficácia política. Nessa perspectiva, é fundamental tentar desvendar quais as condições que motivam os jovens a formar identidades coletivas que levem à ação na tentativa de construir uma nova cultura política no país.

Tal objetivo deriva de uma aparente transformação que estaria em andamento, de uma cultura política tradicional para uma de natureza assertiva. Dalton e Welzel (2014a) afirmam que, segundo as pesquisas *surveys* feitas nos últimos quarenta anos, os cidadãos presentemente estão desenvolvendo valores mais assertivos e de autoexpressão, contrários aos valores de lealdade e submissão, do modelo de Almond e Verba (1965). Dalton e Welzel (2014b) definem orientações assertivas como uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e expressarem preocupações comuns. Tais valores combinam liberdade, igualdade e visões expressivas, envolvendo uma ênfase nas “liberdades individuais”, na “igualdade de oportunidades” e na “voz do povo” (DALTON; WELZEL, 2014b, p. 138). Essas prioridades tornam as pessoas conscientes dos seus direitos e dos outros e indignadas com as violações desses direitos, criando-se, assim, um estímulo para expressar suas revoltas através da ação coletiva (DALTON; WELZEL, 2014b). O Quadro 1, desenvolvido por Dalton e Welzel (2014b), apresenta a diferença entre valores de lealdade e valores assertivos.

Quadro 1 – Aspectos de cidadania leal e assertiva

| Domínio | Cidadãos leais | Cidadãos assertivos |
|---|---|--|
| Prioridades de valor | Prioridades dos Outputs (Saída ou Resultados); ênfase na ordem e na segurança; limitação na ênfase da expressão e participação; predominam valores materialistas/protetivos | Prioridades nos Inputs (Entrada ou Processo); ênfase na expressão e na participação; limitação na ênfase na segurança e na ordem; prevalência nos valores pós-materialistas/emancipatórios |
| Orientações de autoridade | Deferência à autoridade na família, no local de trabalho e na política | Distanciamento da autoridade na família, no local de trabalho e na política |
| Confiança institucional | Alta confiança nas instituições | Baixa confiança nas instituições |
| Suporte democrático | Apoio aos princípios da democracia e às suas práticas (democratas satisfeitos) | Forte apoio aos princípios da democracia, mas baixo apoio às suas práticas (democratas insatisfeitos) |
| Noção de democracia | Mistura de noções voltadas para os inputs (participação) com noções voltadas para os outputs (democracia como uma ferramenta para atingir bens sociais) | Noções de democracia relacionadas aos inputs (participação) se tornam claramente dominantes |
| Ativismo político | Eleições e outras formas convencionais de atividades legitimadoras | Forte afinidade com atividade não violentas e desafiadoras da elite política estabelecidas |
| Consequências sistêmicas esperadas | Um governo mais efetivo e responsável? | |

Fonte: Dalton e Welzel (2014a, p. II).

A premissa da cultura política assertiva é de que há uma mudança da natureza da cidadania democrática, uma vez que ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos. As evidências demonstram que não só nas democracias estabelecidas, como também nas democracias emergentes, as orientações assertivas estão se tornando realidade (DALTON; WELZEL, 2014b). Portanto, a evolução da cultura política sugere que as orientações democráticas diferem do modelo de cultura cívica de Almond e Verba (1965), levando a uma revitalização da cultura política e a um novo potencial de avanço democrático.

Um dos principais autores que examina essa questão é José Álvaro Moises (2010) que, ao avaliar as contribuições tanto da perspectiva institucional, quanto

da cultura política, conclui que enquanto a dimensão normativa se refere à adesão da democracia como princípio ou valor ideal derivada da cultura política, a dimensão institucional diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime e a confiança que eles depositam nas instituições políticas.

Em primeiro lugar é preciso entender como o processo de construção de uma cultura política se manifesta e quais são as implicações na formação de uma juventude politizada e que contribua para o fortalecimento democrático. Não é o caso de realizar-se aqui uma revisão pormenorizada da teoria da cultura política. Isto já tem sido feito por vários autores (PATEMAN, 1989; BURBANO DE LARA, 2002; BAQUERO, 2011). O aspecto fundamental a ressaltar é que uma cultura política participativa requer cidadãos com eficácia política e predispostos a se envolverem em iniciativas políticas que pressionem o Estado a proporcionar mais e melhores alternativas de oportunidades para um futuro melhor. Na ausência dessas predisposições, o tipo de cultura política que se estrutura caracteriza-se pela desconfiança, passividade e indiferença.

A desconfiança dos jovens em relação à política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. Confiar ou não confiar não se dá dentro de um vazio, mas resulta do tipo de aprendizado que os jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto, assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas, por si só, não conduz ao fortalecimento de uma cultura política democrática, mas é o desempenho dessas instituições que catalisam, ou não, a confiança dos jovens, nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa.

Quando a cultura política apresenta uma assimetria entre avanços formais e estagnação política e social, a estrutura democrática se mostra instável, ambivalente e híbrida. Embora tal situação não represente um risco de ruptura institucional ou regressão política, não deixa de ser um aspecto que condiciona a baixa qualidade da democracia no país e compromete sua legitimidade.

Em trabalhos recentes temos argumentado que as instituições não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da democracia (BAQUERO; MORAIS, 2014; BAQUERO; BAQUERO, 2012). É imperativo incorporar na equação democrática o apoio dos indivíduos. Para ilustrar este ponto perguntamos: como poderiam eleições mediadas por partidos, mesmo quando estáveis, mas que não representam o interesse das pessoas, serem consideradas plenamente legítimas? (BAQUERO, 2000; BAQUERO, 2004; BAQUERO, 2011). Argumentamos, portanto, que a compreensão da democracia e a formatação de uma cultura política juvenil precisa ir além da dimensão institucional. Assim,

o desafio do fortalecimento democrático com base numa cultura política participativa juvenil se localiza em três aspectos principais, a saber: 1) como criar as condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; 2) como construir uma cultura política orientada pela legalidade e responsabilidade para estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável e 3) como superar os constrangimentos histórico estruturais que limitam o fortalecimento democrático e a construção de uma cultura política participativa, dando destaque à informação e ao conhecimento ou, em outras palavras, à educação. Esses fatores não operam num *vacuum*, mas estão entrelaçados com a história, as instituições e os valores culturais internalizados ao longo do tempo. Assim, assume centralidade a importância de se compreender como se estruturou a cultura política brasileira.

Cultura política brasileira

Contemporaneamente é importante destacar que o país parece estar entrando em um novo ciclo político-histórico no qual novas demandas emergem simultaneamente a questionamentos do modelo formal-procedimental da democracia representativa (BAQUERO, 2011). Tal fenômeno é tributário das características do processo de transição para democracia o qual ocorreu antes da construção de valores democráticos, sobretudo da participação política e do interesse por assuntos políticos. Assim, não se plasmaram:

[...] instituições sólidas congruentes com valores políticos republicanos. O comportamento político continua a ser quase amador e pouco crítico, os partidos políticos sofrem de falta de credibilidade e são considerados pouco representativos e a construção da cidadania é constrangida pela ausência de gestores públicos com capacidade moral e competência. (BAQUERO, 2011, p.26).

Em tais circunstâncias se faz necessário territorializar o conceito original de cultura política para uma análise de países emergentes, como o caso do Brasil (TURNER, 1995; BROW; GRAY, 1979; BAQUERO, 2003, 2007, 2011; SOUZA; LAMOUNIER, 1994; CASTRO, 2008). Nesse sentido, Castro (2009) destaca que a partir da evolução do debate teórico sobre o tema, bem como da disseminação de novos estudos empíricos, surge a possibilidade de se falar sobre uma teoria de cultura política que vá além da classificação proposta

por Almond e Verba (1965). Em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída a priori, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas (CASTRO, 2009).

Com base nessa afirmação e com o objetivo de contribuir para explicar o comportamento e as atitudes políticas dos jovens no Brasil, em especial do Sul do país, destacando a influência da internet, faz-se necessário resgatar fatores histórico-estruturais importantes que possibilitem a contextualização de como as crenças e os valores políticos foram construídos.

A primeira constatação a ser feita é de que o processo de democratização do Brasil, a partir da década de 1980, após o fim do regime autoritário, vem apresentando uma incongruência entre uma democracia formal e uma democracia social. Segundo Baquero (2001, p. 99), frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, “[...] a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país.” Para além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Porém o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no Brasil e, também, para o baixo interesse pelos assuntos políticos, para a baixa participação política dos cidadãos e os baixos níveis de capital social e de confiança nas instituições, corroborando com o cinismo, o individualismo, a corrupção, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo.

Alguns autores brasileiros, buscando compreender a evolução do Brasil, apontaram a influência histórica³, marcada pela instabilidade política e econômica, e o autoritarismo vivenciado no país como responsáveis pela falta de uma cultura política democrática (TORRES, 1933; VIANNA, 1952, 1956; AMARAL, 1934; FREYRE, 1986; HOLANDA, 1992). Esses estudos revelam as práticas clientelistas, personalistas, patrimonialistas e corporativistas - que ganharam destaque com o estudo de Faoro (1989) -, que se mantêm até hoje e são consideradas estruturais na cultura brasileira (AMORIM, 2006; MOISÉS, 1995; BAQUERO, 1997).

³ Segundo Baquero (2001, p. 102), de acordo com essas concepções, “[...] a sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a Ética da aventura.” Originalmente o caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, que implicava a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas (BAQUERO, 2001).

Com o enfoque na cultura política, estudos sobre o Brasil têm proliferado nas últimas décadas (BAQUERO, 2001, 2011; MOISÉS, 1995, 2008, 2010, 2013). Por exemplo, segundo Moisés (1995, p. 105), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, “[...] combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes ‘estadistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado.”⁴ Para Moisés (1995), essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo.

No contexto do Sul do país, alguns trabalhos abordaram os padrões de participação política (BAQUERO, 2003), o papel do Estado na construção da democracia brasileira (BAQUERO; CASTRO, 1996), os jovens e a socialização política (BAQUERO, 1997; ROBALLO, 2011; NAZZARI, 2006), e as experiências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (GONZÁLEZ, 2001; FEDOZZI, 2009; BAQUERO *et al.*, 2005; RIBEIRO; BORBA, 2011). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, conforme Baquero (2007), apesar de ser considerada pelos gaúchos uma sociedade politizada em relação ao resto do Brasil, os dados sugerem que persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política democrática e participativa. As perspectivas desses autores conjugadas à história do país mostram que a cultura política do brasileiro, do gaúcho, do catarinense e do paranaense é fortemente marcada pelo baixo interesse dos cidadãos na política, pela apatia, pela pouca participação política e pelo alto grau de desconfiança nas instituições políticas e nas pessoas. Essa incongruência embora não apresente sérios riscos à curto prazo para a democracia, pode comprometer a sua qualidade.

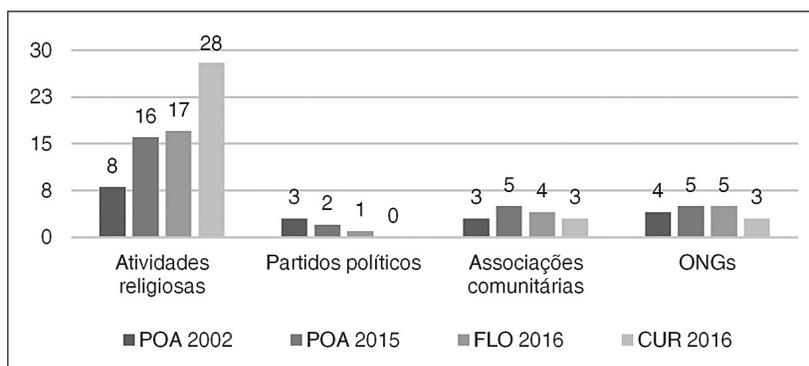
Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência política brasileira tem-se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas mani-

⁴ Ainda nesse sentido, os autores Souza e Lamonier (1994, p. 64) por apontarem que a cultura política é derivada do funcionamento do sistema político, consideram a cultura política brasileira “patrimonial”. Nesse contexto, o Brasil é fortemente marcado por uma cultura política de subordinação popular que vem do período colonial, da economia agrícola, baseada na monocultura e no trabalho escravo.

festações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que se têm instalado ao longo do tempo. Mobilizações semelhantes aparecem nos últimos cinco anos, tendo seu ápice em julho de 2013, com protestos em todo o país que obrigaram o governo a dar respostas às demandas dos jovens. Esses acontecimentos, entretanto, que em outras circunstâncias se constituiriam em matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

A reduzida participação dos jovens na política fica evidente quando se examinam os dados de pesquisas tipo survey realizadas pelo NUPESAL, no período de 2002 a 2016. Os dados indicam que a participação política dos jovens é mínima quando comparada com atividades de natureza religiosa ou de recreação. Os dados do Gráfico 1 indicam que os instrumentos necessários para a construção de uma cultura política democrática, com base na participação da juventude na política, estão ausentes ou funcionam de maneira precária.

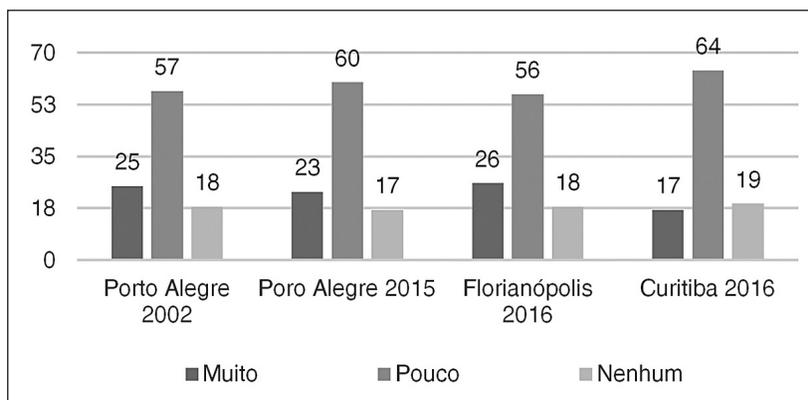
Gráfico 1 – Participação de jovens em atividades sociais e políticas (2002-2016)



n POA 2002 = 500; n POA 2015 = 690; n Flor = 571; n CUR = 774

Fonte: NUPESAL (2002, 2015-2016).

Da mesma forma, não é surpresa constatar que o nível de interesse por política também é reduzido, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Interesse por política (%)

n POA 2002 = 500; n POA 2015= 672; n FLO 2016= 556; n CUR 2016= 736

Fonte: NUPESAL (2002, 2015-2016).

Os dados do Gráfico 2 indicam que o interesse pela política entre os jovens continua baixo (25% em Porto Alegre 2002, 23% em Porto Alegre 2015, 26% em Florianópolis 2016 e 17% em Curitiba 2016). Apesar de percebermos um aumento no pouco interesse em Porto Alegre 2015 (60%) e Curitiba 2016 (64%), isso não se caracteriza como uma mudança na cultura política juvenil, visto que os dados relativos a nenhum interesse em assuntos políticos são similares entre 2002 (18%) e 2015-2016 (17% Porto Alegre, 18% Florianópolis e 19% Curitiba). Os jovens continuam apáticos em relação aos assuntos políticos, 60% possui pouco interesse.

Quando os jovens não demonstram interesse por assuntos políticos e não se sentem estimulados a participar de atividades políticas, a construção de uma cultura política de caráter assertivo é difícil.

Essa situação, para O'Donnell (1993) e Avritzer (2002), sugere que a construção de uma cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos instaurados na sociedade, sobretudo os que perduram por longo tempo. Os dados acima examinados sugerem que o hábito de participação política da população brasileira em instâncias políticas convencionais (partidos) é mínima e está longe de ser a base sobre a qual se constitui uma cultura política cívica. A principal diferença entre adultos e jovens radica em questões de iniciativas esportivas e de cultura. Chama a atenção o fato de haver pouca orientação, por parte dos jovens, para ações de natureza pós-materialista (INGLEHART, 1977) como é a questão do meio ambiente. Em síntese, os dados do gráfico examinado

sugerem que os padrões de participação política dos jovens, nos últimos anos, em pouco diferem dos hábitos participativos dos adultos.

Tais resultados nos levam a pensar que constituir uma nova cultura política com eficácia política baseada no protagonismo juvenil não parece ser uma tendência para o futuro. Se esta afirmação é plausível, a pergunta que surge é: até que ponto os meios de comunicação e, principalmente, as novas tecnologias como a internet e a formação de redes sociais estão influenciando novos padrões de engajamento político dos jovens?

Os novos meios de comunicação passaram a ocupar papel central nos debates sobre a construção da democracia no Brasil e o papel dos jovens nesse processo, principalmente levando em conta que as instituições tradicionais e formais de mediação política não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política. Na próxima seção examinamos como a internet está impactando os jovens em comparação com a população como um todo.

Os efeitos dos meios de comunicação

Os meios de comunicação de massa possuem um importante papel na difusão de informações, pois mesmo tendo como função social informar e orientar à crítica, “[...] muitas vezes, a cultura midiática divulga determinado fato, mas, no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares [...]” (CRUZ, 2006, p. 78). Os estudos na área indicam que a política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade. Esse entrelaçamento é sempre reforçado, pois o acesso às informações políticas é feito através das mídias (BEZERRA, 2007; LIMA, 2004; MATOS, 2009; MIGUEL, 1998; OLIVEIRA, 1999; REBELLO, 1996; RUBIM, 1994; SILVESTRIN, 2000; WOLF, 1995). Desde que os meios de comunicação assumiram esse papel de instituição política, os processos políticos não se efetivam sem eles.

Essa interação entre a comunicação e a política ficou evidente, nas duas últimas décadas, com o surgimento das novas tecnologias. Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e no comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política. Nesse contexto, a mídia eletrônica, especialmente a internet, passa a configurar, na virada do século, o segundo meio mais preferido dos brasileiros⁵.

⁵ Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014, p.7), “o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas

Conforme Sangirardi (2013), a erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento permeou a política com novos enquadramentos, apresentando-a de maneira mais informal que o formato tradicional do jornalismo, com isso, estas manifestações alcançariam o público principalmente formado pelos mais jovens.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade estão divididos entre a teoria dos efeitos negativos e a teoria da mobilização. A primeira teoria, dos efeitos negativos⁶, trabalha com a perspectiva de que os meios de comunicação interferem de forma negativa no aprendizado dos assuntos públicos, diminuindo a confiança no governo e na participação política. A segunda teoria, relacionada à mobilização⁷, acredita no poder de mobilização política das mídias.

A perspectiva dos efeitos negativos começou com os estudos de efeitos mínimos da mídia na opinião pública na década de 1960, mas foi ganhando força pós-Vietnã e pós-Watergate e que segundo Norris (2000), impactou no crescimento da alienação dos cidadãos. Mas foi a partir de 1990, que essa perspectiva se ampliou, com as críticas aos meios de comunicação.

Essa alienação, fruto do questionamento das instituições políticas representativas, poderia ser superada com uma nova abordagem da mídia, embora esse não seja seu papel (PATTERSON, 1998). Sabemos que a mídia deveria se restringir a informar e não a formar a opinião pública, porém vemos como inevitável uma ampliação das funções da mídia para além de informar, como, por exemplo, vigiar o poder público e a condução da agenda pública.

No que diz respeito à internet, vários estudos têm apontado os efeitos negativos nos padrões de consumo de informação⁸. Este tipo de nova tecnologia estaria provocando mudanças políticas nos países democráticos, principalmente em relação às campanhas políticas e captação de recursos. Acima de tudo, as novas mídias, para Plattner (2012), estariam afetando a maneira como a opinião pública é formada e transmitida. Por isso, a internet, atualmente, vem se constituindo num tema controverso pelos efeitos que teria em relação ao declínio do capital social. Nesse sentido, Putnam (2002) já enfatizava que, em relação à internet, os americanos estão tecnologicamente avançados

revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%”.

⁶ Alguns autores dessa posição são: Patterson (1998, 2000), Mervin (1998), Negrine (1996), Cappella e Jamieson (1997) e Putnam (1995).

⁷ Alguns autores dessa posição são: Norris et al. (1999), Newton (1999) e Matos (2007).

⁸ Alguns autores que trabalham com o impacto da internet no capital social: Recuero (2009; 2012), Primo (2013) e Norris (2001).

ao mesmo tempo em que estão socialmente mais isolados. É, preciso, entretanto, relativizar a influência da internet para não considerá-la como sendo socialmente desmotivadora. Putnam lembra que quando 10% dos americanos tinham acesso à internet, em 1996, o baixo vínculo social e nível de engajamento cívico na América já existia há 25 anos. Por esse motivo, ressalta que não é possível afirmar que as relações sociais simplesmente se deslocaram do espaço físico para o virtual. Nesse sentido, “[...] a internet poderia fazer parte da solução do problema cívico ou ainda exacerbá-lo, mas a revolução cibernética não o provocou.” (PUTNAM, 2002, p. 97).

Como alternativa a estas perspectivas negativas em relação ao consumo dos meios de comunicação, em especial a internet, a teoria da mobilização identifica os efeitos positivos e negativos de cada mídia, para que seja possível fazer uma análise mais aprofundada dos seus efeitos (NORRIS, 2000). Para Norris, apesar das grandes mudanças na indústria das notícias, não existe uma clareza de que isso tenha deteriorado a cobertura política e causado efeitos negativos na população.

O que fica claro é que as duas teorias, tanto a de efeitos negativos quanto a de mobilização, não podem ser mutuamente excludentes. É, necessário relativizar os efeitos dos meios de comunicação, pois é perceptível que os conteúdos veiculados podem ocasionar tanto efeitos negativos quanto positivos. O contexto histórico, social e político, além da cultura política de cada país ou região necessitam ser avaliados, bem como fatores relacionados a idade, sexo, religião, renda e escolaridade. Não se pode negar o papel de informar que os meios de comunicação possuem, constituindo-se um aspecto positivo, visto que o advento tecnológico permite ao cidadão informar-se sobre os acontecimentos em todos os níveis, 24 horas por dia, seja via TV ou acessando a internet.

Internet, redes sociais e jovens

O que está claro no mundo contemporâneo é que, tanto a televisão quanto a internet desempenham papel fundamental na disseminação de informações e na decodificação dessas no processo de estruturação de novas identidades coletivas de natureza virtual por meio da formação de redes sociais. Assim, pode-se verificar como a internet e seus usos podem promover a identidade cultural dos jovens, contribuindo para o processo de construção de valores sociais.

A internet como meio de comunicação e de compartilhamento de informações, por meio de redes sociais (*Orkut, Facebook, Google+, Twitter, Youtube, MySpace, WhatsApp*), é um espaço em que a informação se propaga rapida-

mente. Por isso torna-se um desafio constante para os cientistas sociais prever a influência e o alcance de qualquer informação colocada nestas redes, pois a sua veiculação está vulnerável ao interesse de acesso dos usuários. Para isso basta possuir um perfil que o identifique dentro da rede. Pois, estando nas redes pode comunicar-se, publicar informações e informar-se sobre qualquer conteúdo que esteja ali operacionalizado, principalmente, conteúdos relacionados à política dentro dessas redes sociais.

As relações experimentadas dentro dessas redes caracterizam outra forma de sociabilidade, pois possuem características específicas proporcionadas pelo mundo virtual. Dessa forma, ampliam-se os vínculos sociais e criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELLS, 2010, p. 446). Para Thompson e Hickey (2005) as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários – televisão e outros agentes de mídia, como rádio, jornais e etc. –, isto porque as novas tecnologias não favorecem somente a transmissão de informações, mas também isolam o indivíduo.

É nesse contexto que as redes sociais têm se constituído num dos meios mais populares de compartilhamento de informações, de relacionamentos pessoais e a base sobre a qual novas identidades coletivas anônimas são formadas. Conforme Machado e Tijiboy (2005), esses *softwares* sociais são os programas que funcionam como mediadores sociais, que por sua vez favorecem a criação de redes de relacionamentos “através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os ‘eus’ privado e público”.

Essas redes sociais se caracterizam por serem comunidades interpessoais, ou seja, não objetivam relacionar os tipos específicos de interesses dos usuários por questões políticas. Elas têm os seus usuários, majoritariamente, “centrados em um padrão ego centrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1). De acordo com a autora, os padrões de relacionamento encontrados nessas redes diferem substancialmente dos encontrados nas estruturas de redes sociais fora do mundo virtual. Assim, é esperado que se tenha, dentro do número de contatos, maior proximidade com alguns, resultando vínculos fortes e duradouros, ou apenas vínculos fracos (AGUIAR, 2007).

O estudo de Recuero (2006) busca identificar, nesse contexto de relacionamentos, a formação de capital social entre os usuários de uma rede social, o *Orkut*, desde que estes relacionamentos estejam fundamentados em outros espaços. Nas comunidades do *Orkut* – um dos aplicativos de interação do site –,

a autora identifica que existem laços associativos entre os usuários, sendo que estes não precisam interagir com outros usuários ou comunidades, se assim não o quiserem. Para Recuero (2006), contudo, no *Orkut* os índices de capital social se encontravam pouco solidificados, enquanto que em redes de blogs é possível identificar grupos mais sólidos e densos que proporcionam capital social mais sedimentado.

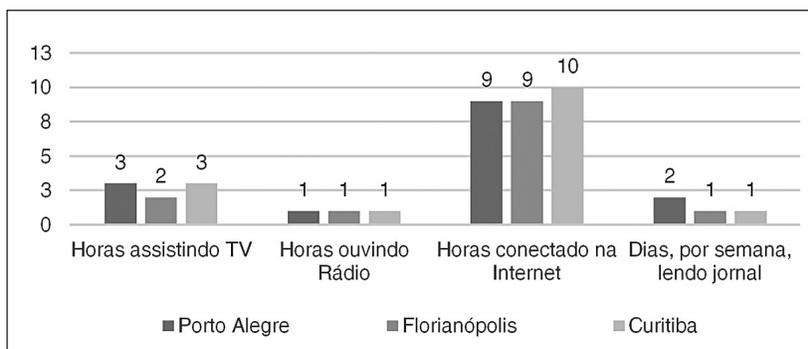
Com relação aos jovens, pesquisas têm-se proposto a investigar como a internet pode vir a se constituir como um agente da socialização política. Yang e Rhee (2010) avaliaram como os novos usos dados à internet têm refletido nos padrões de comunicações familiares. Segundo essa pesquisa, com jovens estudantes da Coreia do Sul, a internet é a fonte de informação de grande parte das conversas familiares com relação à política iniciadas pelos estudantes em casa. Contudo os autores identificam que os tipos de relações de comunicação estabelecidas no cotidiano das famílias possuem um efeito maior sobre a intensidade das conversas familiares sobre política, do que o efeito isolado do acesso à internet pelos jovens.

No caso brasileiro, é perceptível que os jovens brasileiros consideram cada vez menos os partidos como uma opção para o engajamento político. Nessas circunstâncias, o uso da internet como meio de mobilização, poderia possibilitar que as redes sociais se constituam em espaços mais estimulantes para promover o engajamento político dos jovens. Este uso das novas tecnologias para finalidades sociais e políticas por parte da juventude é bastante semelhante ao uso das velhas tecnologias por outras gerações (HERRING, 2008). Por isso, para compreender essa chamada “geração digital” não é suficiente considerar o uso das novas tecnologias e a construção de identidades através das redes sociais, mas sim à luz das mudanças, como, por exemplo, a economia política da cultura juvenil, as políticas sociais e culturais, as práticas para regular a vida dos jovens e as suas realidades (BUCKHINGHAM, 2008).

Neste sentido, há um campo aberto para realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e do conteúdo de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são novas e pouco exploradas fronteiras para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea (CARRANO, 2012).

É importante ressaltar que os jovens passam mais horas por dia conectados na internet, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tempo de uso dos meios de comunicação



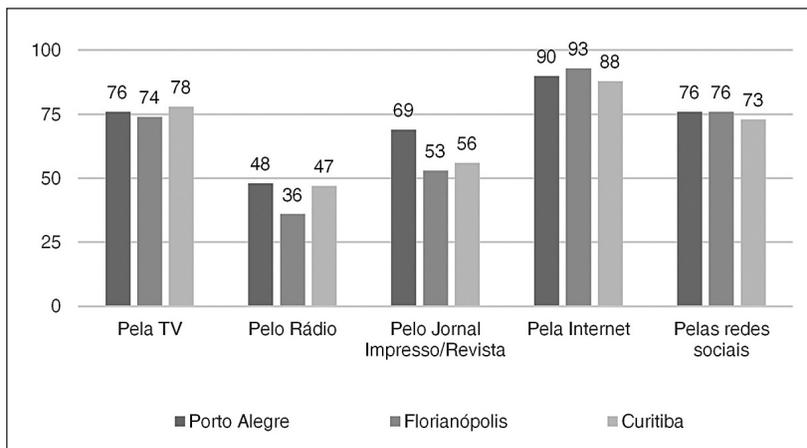
n POA = 626 ; n FLO = 542 ; n CUR = 708

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os jovens passam em média 9 horas do dia conectados na internet (9h Porto Alegre, 9h Florianópolis e 10h Curitiba). Isso deflagra o quanto a internet está inserida no cotidiano desse público, ultrapassando o uso dos demais meios de comunicação e impulsionando o jovem a imergir em um mundo virtual com diferentes e diversas possibilidades de interação, diversão e informação. Depois da internet, a TV é o meio que os jovens ficam mais tempo, com média de 3h por dia (3h Porto Alegre, 2h Florianópolis e 3h Curitiba), o que acaba mantendo determinados padrões de comportamento ao longo do tempo. É essa interação que precisa ser melhor compreendida, pois cruzam-se informações convencionais que obedecem a uma lógica estabelecida e normas e valores tradicionais disseminados pela televisão com novos valores e normas decorrentes de novas formas de sociabilidade e constituição de identidades coletivas propiciadas pela internet.

No Gráfico 4, apresentamos o comportamento dos jovens em relação à busca de informações políticas nos meios de comunicação.

Gráfico 4 – Informa-se sempre ou às vezes para saber mais sobre assuntos políticos (%)



n POA = 645 ; n FLO = 551 ; n CUR = 747

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os jovens das três capitais do Sul do país entrevistados informam-se em média 90% pela internet quando querem saber mais sobre assuntos políticos (90% em Porto Alegre, 93% em Florianópolis e 88% em Curitiba), 76% pela TV (76% em Porto Alegre, 74% em Florianópolis e 78% em Curitiba), 75% pelas redes sociais (76% em Porto Alegre, 76% em Florianópolis e 73% em Curitiba), 59% pelo jornal impresso/revista (69% em Porto Alegre, 53% em Florianópolis e 56% em Curitiba) e 44% pelo rádio (48% em Porto Alegre, 36% em Florianópolis e 47% em Curitiba).

Esse gráfico demonstra o quanto os jovens se informam pela internet, considerando-a como fonte de informação antes dos demais meios de comunicação. Isto é resultado da imersão diária e da quantidade de tempo que os jovens passam na internet, além da sua facilidade em usar as ferramentas disponíveis (nativos digitais). Além disso, a TV também tem significativa influência sobre os jovens, bem como as redes sociais. Na Tabela 1 percebe-se mais claramente o papel da internet como um novo agente socializador dos jovens.

Tabela 1 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, qual é a primeira e a segunda instituição mais importante (%)

| | Porto Alegre | | Florianópolis | | Curitiba | |
|--------------------------------|--------------|----------|---------------|----------|----------|----------|
| | 1º lugar | 2º lugar | 1º lugar | 2º lugar | 1º lugar | 2º lugar |
| Família | 39 | 15 | 44 | 16 | 38 | 14 |
| Igreja | 3 | 5 | 2 | 5 | 3 | 8 |
| Escola | 18 | 16 | 18 | 20 | 18 | 17 |
| Amizades | 4 | 13 | 3 | 11 | 2 | 7 |
| Televisão | 7 | 10 | 6 | 12 | 13 | 16 |
| Rádio | 0 | 3 | 0 | 3 | 2 | 4 |
| Jornal impresso/Revista | 8 | 13 | 5 | 8 | 8 | 10 |
| Internet/Redes sociais | 22 | 25 | 22 | 26 | 17 | 23 |

n POA = 586 ; n FLO = 514 ; n CUR = 718

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os dados da Tabela 1 indicam que a família permanece como primeira agente socializadora dos jovens das três capitais do Sul do Brasil, inclusive nos assuntos políticos. Porém a internet e as redes sociais deslocaram a escola, que era a segunda agência, para o terceiro lugar, passando também os grupos de pares e os demais meios de comunicação. Esses dados vão ao encontro do que Paletz, Owen e Cook (2012) argumentam, que a internet é uma agente socializadora pelo fato de ser uma fonte de informação dos jovens e de proporcionar a formação de opiniões públicas. Isso não é novidade para os estudos de socialização, visto que os meios de comunicação já eram considerados como agente socializador dos jovens, mas segundo Schmidt (2001), a novidade reside no fato de que um desses meios, no caso a internet, tem ganhado grande destaque, ultrapassando a escola e o grupo de pares em alguns contextos.

O uso da internet como fonte de informações e formadora de opiniões sobre assuntos políticos pode ser um marco de mudança do tipo de valores internalizados pelos jovens, ou seja, de mudança da cultura política institucionalizada no Brasil e no Sul do país, visto que a internet pode ser utilizada como um contraponto às opiniões emitidas pelos demais agentes socializadores, dando aos jovens oportunidades de construção de um novo mundo, conforme afirma Turkle (1997).

Considerações finais

O impacto das novas tecnologias de mídia (internet) se constitui num dos mais discutidos temas no campo das ciências sociais atualmente. No entanto, pouco ainda se sabe conclusivamente sobre seu impacto na reestruturação de normas e hábitos da população, principalmente dos jovens. Não há dúvida quanto ao acesso quantitativo a esta ferramenta por parte dos jovens, no entanto, é cedo para afirmar se tal dispositivo propiciará as bases para a constituição de uma cidadania juvenil mais participativa e efetiva na construção de uma nova cultura política. Neste trabalho apontamos dois fatores que ao nosso ver se constituem em constrangimentos do desenvolvimento democrático contemporâneo no Brasil, a despeito da disponibilidade de novas tecnologias de mídia, principalmente a internet. O primeiro refere-se à influência de legados histórico-estruturais que mantêm inalterados padrões atitudinais e comportamentais que, num passado recente, foram danosos para o fortalecimento democrático no país e que ficou demonstrado nos dados sobre participação; o segundo fator diz respeito aos efeitos negativos que o mau uso de novas tecnologias de mídia podem provocar para o desenvolvimento de uma cultura política participativa.

Esses alertas escancaram a necessidade de se empreender mais pesquisas sobre a forma como os jovens internalizam normas e valores no mundo contemporâneo e qual será o potencial efeito no futuro, no sentido de solidificarem a eficácia política. Assim, torna-se oportuno estimular pesquisas e estudos sobre a socialização política dos jovens como um processo contínuo que se alastra durante toda sua vida (SIGEL, 1970). Nessa perspectiva, a socialização política precisa ser pesquisada tanto do ponto de vista da juventude quanto da vida adulta para poder avaliar a magnitude de mudanças nas atitudes e comportamentos em relação à política.

Esforços nessa direção proporcionariam subsídios teórico-práticos para superar os obstáculos que limitam a estabilidade e legitimidade democrática no país. Para Nazzari (2006), por exemplo, a relação que a pessoa estabelece com a democracia, e assim, com sua participação política, é um reflexo da socialização imposta pela sociedade e os quesitos que a compõem.

THE INTERNET AND THE (DES) POLITIZATION OF YOUNG BRAZILIANS

ABSTRACT: *Similar to what is happening in the world, Brazil is becoming an information society, where almost half of the population is connected to the Internet. This data produces*

debates about the impact of the internet as an agency of political socialization. On the one hand it is suggested that there is a process of structuring a more politicized and assertive political culture and, on the other hand, its impact tends to be more negative, since it would be producing intolerance and political dogmatism among young people. The purpose of this paper is to analyze whether the use of the Internet and its social networks are affecting attitudes and political behaviors of the young people and what kind of political culture has been constituted. The data used to test the hypothesis come from quantitative surveys conducted by NUPESAL/UFRGS in three Brazilian cities (Porto Alegre, Florianópolis and Curitiba) in 2015 and 2016, with 2035 young citizens 13 to 24 years-old.

KEYWORDS: *Young. Internet. Political socialization. Political culture.*

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais** [...]. Santos: Intercom, 2007. p.1-15.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1965.

AMARAL, A. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Nacional, 1934.

AMORIM, M. S. S. de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

AVRITZER, L. **Democracy and public space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BAQUERO, M. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, M. (org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 25-15.

BAQUERO, M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 231-259, 2007.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, 2004.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, p. 83-108, 2003.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BAQUERO, M. **Democracia, cultura e comportamento eleitoral**: uma análise da situação brasileira. 2000. Trabalho apresentado ao Seminário: Democracia: Teoria e Prática, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2000.

BAQUERO, M. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.

BAQUERO, C. M. J.; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, p. 19-25, 2012.

BAQUERO, M.; CASTRO, H. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. *In*: BAQUERO, M (org.). **Partidos, democracia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996. p.11-39.

BAQUERO, C. M. J.; MORAIS, J. A. Inertial democracy, political parties and political culture in Latin America. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 23., 2014, Montreal. **Anais [...]**. Montreal: [s.n.], 2014. p. 1- 27.

BAQUERO, M. *et al.* Bases de um novo contrato social? impostos e orçamento participativo em Porto Alegre. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.XI, n. 1, p. 94-127, 2005.

BEZERRA, H. **Mídia e política**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BRIM, O. G. Jr. Socialization through the life cycle. *In*: BRIM, O. G. Jr.; WHEELER, S. **Socialization after childhood**. New York: Wiley, 1966. p. 01-49.

BROWN, A.; GRAY, J. (org.). **Political culture and political change in communist states**. New York: Holmes & Meier, 1979.

BUCKINGHAM, D. **Youth, identity, and digital media**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. (The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning).

BURBANO DE LARA, F. **Democracia, gobernabilidad y cultura política**. Equador: Flacso, 2002.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. New York: Oxford University Press, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, L. R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CRUZ, F. **A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e jornal do almoço**. Pelotas: Educat, 2006.

DALTON, R; WELZEL, C. Introduction. *In*: DALTON, R.; WELZEL, C. (org.). **The civic culture transformed**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a. p.I-IV.

DALTON, R.; WELZEL, C. Political culture and value change. *In*: DALTON, R.; WELZEL, C. (org.). **The civic culture transformed**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b. p.1-16.

DAWSON, R. E.; PREWITT, K; DAWSON, K. S. **Political socialization: an analytic study**. Boston: Little, Brown, 1977.

DEWEY, J. **Democracy and education: an introduction to the philosophy of education**. New York: Macmillan, 1916. Disponível em: http://iwcenglish1.typepad.com/Documents/dewey_democracy_and_education.pdf. Acesso em: 10 dez. 2014.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in the political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1970.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FEDOZZI, L. Cultura política e orçamento participativo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n.22, p.385-41, 2009.

- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- GONZÁLEZ, R. Capital social, ação coletiva e orçamento participativo. *In*: BAQUERO, M. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 150-172.
- GRAEBER, D. **The democracy project**: a history, a crisis, a movement. New York: Spiegel and Grau, 2013.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio: José Olympio, 1992.
- HERRING, S. Questioning the generational divide: technological exoticism and adult constructions of online youth identity. *In*: BUCKINGHAM, D. (ed.). **Identity**. Cambridge: The MIT Press, 2008. p. 71-92. (MacArthur Series on Digital Media and Learning).
- HYMAN, H. **Political socialization**: a study of the psychology of political behavior. New York: Free Press, 1959.
- KRASTEV, I. From politics to protest. **Journal of Democracy**. [S.L.], v. 25, n. 4, p. 5-19, 2014.
- INGLEHART, R. **The silent revolution**: changing values and political styles among western publics. New Jersey: Princeton University Press, 1977.
- LATINOBAROMETRO. **Latinobarometro Data Base**. Santiago: Latinobarometro, 2010. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 05 out. 2014.
- LIMA, V. A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LIPSET, S. M. The social requisites of democracy revisited: 1993 presidential address. **American Sociological Review**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 1-22, 1994.
- MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.01-09, 2005.
- MATOS, H. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.
- MATOS, H. Capital social, internet e TV: controvérsias. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 24-35, 2007.

MERVIN, D. The news media and De-mocracy in the United States. *In*: RANDALL, V. (org.). **Democratization and the media**. London: Frank Cass, 1998. p.6-22.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 à 1998. **Comunicação Política**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 119-137, 1998.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. *In*: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013. p.27-50.

MOISÉS, J. A. **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p.11-43, 2008.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: bases socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NAZZARI, R. K. **Juventude Brasileira**: capital Social, cultura política e socialização política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NEGRINE, R. **The communication of politics**. London: Sage, 1996.

NEWTON, K. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Political Science**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 577-599, 1999.

NORRIS, P. **Digital divide**: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, P. **A virtuous circle**: political communications in post-industrial democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, P. *et al.* **On message**: communicating the campaign. London: Sage, 1999.

NUPEAL. **Democracia, mídias e capital social**: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). Porto Alegre: NUPEAL, 2015-2016. Banco de dados.

NUPEAL. **Pesquisa com jovens em Porto Alegre**. Porto Alegre: NUPEAL, 2002. Banco de dados.

O'DONNELL, G. On the state, democratization and some conceptual problems: Latin America view with glances at some post-communist countries. **World Development**, [S.l.], v. 21, n. 8, p.1355-1369, 1993.

OLIVEIRA, L. A. **A disputa política na televisão**: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PALETZ, D.; OWEN, D.; COOK, T. **21st century american government and politics**: v.1.0. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://2012books.lardbucket.org/pdfs/21st-century-american-government-and-politics.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PATEMAN, C. The civic culture: a philosophic critique. *In*: ALMOD, G.; VERBA, S. (org.). **The civic culture revisited**. California: Sage, 1989. p. 57-102.

PATTERSON, T. E. **The mass media election**: how americans choose their president. New York: Praeger, 2000.

PATTERSON, T. E. Time and news: the media's limitations as an instrument of democracy. **International Political Science Review**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 55-67, 1998.

PLATTNER, M. Media and democracy: the long view. **Journal of Democracy**. [S.l.], v. 23, n. 4, p.62-73, Oct. 2012.

PRIMO, A. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PUTNAM, R. **Solo en la bolera**: colapso y surgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.

PUTNAM, R. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. **Political Science and Politics**, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 1-20, 1995.

RESNICK, D.; CASALE, D. Young populations in young democracies: generational voting behavior in sub-Saharan Africa. **Democratization**, [S.l.], v. 21, p. 1172-1194, 2013.

REBELLO, M. M. C. **Campanhas eleitorais em foco**: a construção das imagens. 1996. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RECUERO, R. Dinâmicas de redes sociais no *Orkut* e capital social. **Razón y Palabra**, Equador, v. 52, p.1-15, 2006.
- RIBEIRO, E.; BORBA; J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 11-36, 2011.
- ROBALLO, J. H. **Cultura política, socialização política e internet**: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- RUBIM, A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, H. (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo, Scritta, 1994. p.31-52.
- SANGIRARDI, P. **Comunicação política digital e comportamento eleitoral**: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 7., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ABCiber, 2013. p. 1-14.
- SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política nos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SCHMIDT, E.; COHEN, J. **The new digital age**: reshaping the future of people, nations and business. New York: Alfred A. Knopf, 2013.
- SIGEL, R. Assumptions about learning political values. *In*: GREENBERG, E. S. (org.). **Political socialization**. New York: Atherton Press, 1970. p. 19-23.
- SILVESTRIN, C. B. **Gênero, política e eleições**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SOUZA, A. de.; LAMOUNIER, B. **As elites brasileiras e a modernização do setor público**. São Paulo: IDESP, 1990.
- THOMPSON, W. E.; HICKEY, J. V. **Society in focus**: an introduction to sociology. New York: Allyn & Bacon, 2005.
- TORRES, A. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- TURKLE, S. **A vida no Ecrã**: a identidade na era da internet. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

TURNER, F. Reassessing political culture. *In*: SMITH, P. (org.). **Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis**. Boulder: Westview Press, 1995. p. 209-229.

VIANNA, F. J. de O. **Evolução do povo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, F. J. de O. **Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

YANG, J.; RHEE, J. **The internet as an agent of political socialization: the relationship between internet news use, political socialization, family discussion, and family communication pattern**. *In*: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 2010, Singapura, **Anais [...]**. Singapura: Suntec Singapura Internacional Conction & Exhibition Centre, Suntec City, 2010. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p405195_index.html. Acesso em: 6 maio 2014.

Recebido em 27 de junho de 2018

Aprovado em 10 de outubro de 2018

A CONSTRUÇÃO DA DESCONFIANÇA E A CRISE DA DEMOCRACIA: MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹

Alexandre Aparecido dos SANTOS²

Rosângela da SILVA³

RESUMO: Com o objetivo de problematizar a centralidade da mídia em relação à dinâmica política contemporânea, tomando um período histórico que retoma acontecimentos que vão desde as jornadas de junho de 2013, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016, até a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018 – entendidos enquanto processos que expressam um momento de crise vivenciado pela democracia representativa no país – este artigo toma a relação entre mídia e política como objeto de estudo. A abordagem teórica será realizada a partir da análise de Ianni (1997) e Miguel (2010), autores que, ao fazerem um balanço da literatura acerca desta temática reiteram a hipótese de que a mídia constrói um discurso de desconfiança acerca da política. Para tanto, serão analisadas, a partir dos dados do site Manchetômetro, o teor das notícias veiculadas no Jornal Nacional, da Rede Globo, nos períodos acima mencionados.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Mídia. Política.

Introdução

As jornadas de junho de 2013, o processo de impeachment (e as visões construídas e reproduzidas acerca deste) que retirou do poder a presidenta eleita

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Bolsista Capes DS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. alexandre.sociais@hotmail.com.

³ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Bolsista Capes DS. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. ro.toledo84@hotmail.com.

pelo voto popular Dilma Rousseff em 2016 e a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio deste ano, constituem-se como grandes momentos que inflamaram a sociedade civil brasileira. O elemento em comum a todas essas manifestações foi a demonstração generalizada de insatisfação, seja em relação ao sistema democrático, as instituições políticas ou a prática de seus agentes.

Tais acontecimentos evidenciam um cenário político o qual pode ser facilmente entendido como um momento de crise de nosso sistema democrático representativo. Miguel (2010) faz um interessante balanço trazendo importantes contribuições para o debate acerca desta questão, Dahl (2000), por exemplo, afirma que tal fenômeno indica a construção de um “paradoxo democrático”, pois ao mesmo tempo em que há emergência de “cidadãos críticos” (NORRIS, 1999), os quais “combinam alto grau de adesão aos *valores* da democracia política (igualdade, soberania popular, etc.)”, verifica-se também “uma completa falta de fé nos mecanismos institucionais que no ocidente estão associados a ela” (MIGUEL, 2010, p. 223).

Tal fenômeno tem adquirido caráter global, e se faz presente tanto nos países de democracias consolidadas existentes em países europeus e Estados Unidos, quanto em países de democracias recentes, como no caso do Brasil. Como afirma Moisés e Carneiro (2008), em ambos os casos a desconfiança política afeta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o sistema democrático como um todo. Porém, há uma diferença que deve ser explicitada. Nas velhas democracias, a ideia de uma descrença na política motivou “os cidadãos a adotarem novas atitudes políticas e formas de participação na vida pública [...]” e a pensar em “[...] reformas das instituições democráticas”, enquanto que nos países de democracias recentes tal descrença revela uma tendência que tem levado o cidadão “a afastar-se da política ou a desinteressar-se de seus rumos.” (MOISÉS; CARNEIRO, 2008, p.1).

Na recente democracia nacional, após duas décadas de Ditadura Militar, vivenciamos atualmente um ciclo de governos democráticos iniciado com José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Posteriormente, entramos em um momento marcado por eleições e reeleições de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, período em que o país esteve sob o controle de dois grandes partidos que, ao menos em seus discursos, se apresentavam como representantes de duas propostas distintas de governo.

Na prática, esse foi o período mais duradouro de desenvolvimento do sistema democrático no Brasil, ou seja, a democracia representativa no país tem uma história real de menos de 40 anos. No limite, a partir desta recente história democrática podemos dizer que contemporaneamente ocorre aqui no Brasil o

que Moisés e Carneiro (2008) aponta como um descompasso entre o “significado normativo do regime democrático” e a “frustração com o desempenho das instituições democráticas”, o que resulta na desconfiança das mesmas por parte dos cidadãos.

Diante deste cenário contemporâneo e tentando olhar para além das disputas partidárias, neste trabalho refletimos sobre a seguinte questão: Qual o papel dos dispositivos midiáticos para a dinâmica política contemporânea no Brasil? E ainda, de maneira mais específica, em que medida estes dispositivos podem auxiliar na construção da referida desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas nacionais?

Ianni (1997) pode nos ajudar a problematizar a primeira questão a partir de suas análises acerca do processo de globalização. Segundo ele, este processo resultou na crise do Estado-Nação e, conseqüentemente, de todas as categorias associadas a ele, como Estado, sociedade civil, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outros. Nesse sentido, podemos dizer que, contemporaneamente, tais categorias precisam ser reelaboradas. Do mesmo modo, é preciso que surjam novas categorias para dar conta de uma realidade a qual não se encaixa mais na dinâmica clássica dos estados nacionais. Realidade essa que pode ser caracterizada por um deslocamento do lugar do desenvolvimento da política que, por sua vez, obedece, agora, a uma dinâmica ditada pela lógica da mundialização das relações políticas, econômicas e culturais.

Para Ianni (1997), a grande mídia, através de seus dispositivos, já operaria nessa lógica de mundialização, fato pelo qual ela atuaria como “intelectual orgânico das classes dominantes” na atualidade, cumprindo um papel que, para além de informar, tem a função também de formar a opinião pública, por meio de um processo de seleção e interpretação dos fatos que devem vir a ser notícia.

No âmbito da dinâmica política propriamente dita, Ianni chama a atenção para a submissão do discurso dos agentes políticos e dos partidos em si ao discurso dos dispositivos midiáticos. Esta condição coloca os dispositivos midiáticos em uma posição central em relação aos processos de desenvolvimento da dinâmica política, pois, como afirma Biroli (2011), sua interferência vai além de seu posicionamento acerca dos temas da agenda pública, ela influencia até mesmo na conformação da agenda política e eleitoral. Neste mesmo sentido, para além da capacidade da mídia de produzir a agenda pública, Miguel e Biroli (2010) afirmam que a mídia se tornou também o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos, transformou o discurso político, assim como também tem grande influência no papel de destaque que a gestão da visibilidade tem ganhado nos processos políticos.

Miguel (2010) afirma ainda que, para além dessa influência da mídia sobre o modo de fazer da política, no âmbito das disputas de poder, a mídia pode também influenciar em um processo de declínio da confiança não só na elite política como também na efetividade das instituições democráticas, isto é, da dinâmica política de modo geral. O que nos ajudará a problematizar a segunda questão em debate.

Segundo o autor, a cobertura da mídia em muitos momentos tende a ser cínica em relação à dinâmica política. Ele aponta três elementos para fundamentar tal afirmação, o primeiro seria resultante da existência do que ele chama de uma “ideologia profissional” na qual o jornalismo está totalmente envolto e que faz com que tais profissionais continuamente enxerguem que, por trás do discurso do campo político sempre há intenções escusas para serem desvendadas.

O processo de “especialização profissional”, seu segundo argumento, evidencia que devido a uma grande especialização do profissional midiático, o tratamento dado aos diversos temas torna-se muito limitado. Quanto ao tema da política, por exemplo, tais profissionais tendem a reduzir todo o discurso de um agente do campo político, seja ele sobre o mais variado dos temas cotidianos, a discursos da própria política.

Por sua vez, o terceiro elemento seria a abordagem estratégica do jornalismo sobre os feitos dos agentes do campo político, confundindo muitas vezes a esfera da vida pública com a da vida privada dos agentes políticos. Este tipo de abordagem pode acabar construindo, através da veiculação de uma narrativa de desconfiança sobre as ações dos políticos, uma imagem negativa acerca da dinâmica política como um todo.

Na tentativa de pensar essa relação entre a mídia e a produção da narrativa da desconfiança em relação às instituições políticas no Brasil, buscaremos correlacionar⁴ a teoria abordada acima com os dados produzidos pelo Manchetômetro⁵ sobre a cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo, único telejornal acompanhado pelo site desde 2014⁶, quando o site foi criado, até o período em que ocorreu a greve nacional dos caminhoneiros, em maio de 2018.

⁴ Pensando a centralidade atribuída ao discurso e as formações discursivas por pensadores como Augé (1994), Bourdieu (1983) e Foucault (1978), entendemos que as formações discursivas ocupam o lugar de uma categoria estruturante em nossa contemporaneidade. Motivo pelo qual podemos refletir, metodologicamente, sobre questões ligadas a relações de poder dentro de um dado contexto social através dos discursos ali produzidos e veiculados, na medida em que entendemos os discursos enquanto produtos e produtores destes contextos sociais.

⁵ O Manchetômetro (2014) é um website de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política e não tem qualquer filiação com partido político ou grupo econômico.

⁶ No início de julho de 2014, o Laboratório de Estudos da Mídia e da Esfera Pública (LEMPEP) colocou no ar o Manchetômetro. Durante os meses seguintes, a equipe fez o acompanhamento diário da cobertura das eleições nos jornais impressos Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, e no Jornal Nacional da Rede Globo,

Sobre a produção dos dados, a análise de valência aparece como a principal metodologia do site em questão, como segue:

A principal metodologia utilizada no Manchetômetro, a Análise de Valências, já pertence à tradição dos estudos de mídia e foi empregada de maneira pioneira no Brasil por Marcus Figueiredo, professor e pesquisador do antigo IUPERJ, atual IESP-UERJ. Tal análise busca responder à seguinte pergunta: o texto em questão expressa alguma posição quanto ao assunto ou aos personagens mencionados? Dividimos nossas valências em quatro tipos: positivas, negativas, neutras e ambivalentes. As notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão, sejam elas factuais ou normativas (exemplo: “Programa X diminuiu drasticamente os níveis de desnutrição infantil nos estados da Região Nordeste” ou “Fulano de Tal cumpriu a maioria de suas promessas de campanha”); as contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas ao personagem ou tema em questão (exemplo: ‘Política econômica do governo não detém inflação’ ou ‘Cicrano não é um ministro confiável’; quando o texto é mormente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação de neutro (exemplo: ‘Congresso aprova lei Y’ ou ‘Conheça as novas regras do programa Z’); e em caso de equilíbrio entre referências negativas e positivas, a notícia é classificada como ambivalente (exemplo: ‘Desemprego cai, mas inflação aumenta’). (MANCHETÔMETRO, 2014).

Nesse sentido, as Jornadas de Junho, o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a greve dos caminhoneiros são referenciadas neste trabalho como marcos reveladores de momentos da crise do nosso sistema democrático. É válido ressaltar que não faremos uma análise exaustiva dos seus significados, pois estamos conscientes das limitações do recorte escolhido, seja, analisar apenas um veículo midiático, o Jornal Nacional, assim como conscientes também de que esse fenômeno não é resultado de um processo monocausal. Portanto, analisaremos apenas de que maneira tais acontecimentos foram apresentados e refletidos pela mídia em questão, e como a mesma pode se utilizar desse fenômeno da

noticiário televisivo de maior audiência no país. A equipe também incluiu na base de dados e gráficos do site o período anterior à campanha eleitoral, retrocedendo a análise até o começo de 2014, a fim de que os usuários pudessem avaliar se houve mudanças com o advento do período de campanha. Após o fim do período eleitoral, o Manchetômetro continuou a acompanhar a cobertura de economia e política dos maiores veículos de comunicação brasileiros, produzindo dados quantitativos e artigos qualitativos acerca de tais temas (MANCHETÔMETRO, 2014).

insatisfação e/ou apatia para ajudar a construir uma narrativa de desconfiança em relação ao sistema político como um todo.

Confiança *versus* desconfiança: uma discussão teórica sobre mídia e política na contemporaneidade

O artigo de Luís Felipe Miguel (2010), *A mídia e o declínio da confiança na política* apresenta um balanço acerca das correntes teóricas que, na passagem do século, tentaram compreender ou, no limite, elucidar melhor o contexto atual das democracias representativas. Ele nos aponta que, destas tentativas, o que ficou claro para a maioria da literatura científica que se debruçou sobre a questão foi o entendimento de que o problema não estaria no sistema democrático, mas sim nos cidadãos por ele representado, motivo pelo qual “[...] boa parte da literatura adota um tom condenatório, culpando os cidadãos por alimentarem expectativas excessivas quanto ao funcionamento da democracia.” (MIGUEL, 2010, p. 223).

No que se refere à mídia e sua possível relação com o desgaste dos sistemas democráticos representativos, o autor apresenta três hipóteses pelas quais a literatura operacionalizaria suas análises sobre as relações entre os meios de comunicação, que ele chama de elite política e os eleitores. Estas hipóteses seriam:

- a) A hipótese do cinismo crescente do público, segundo o qual a elite política atual é tão boa quanto a do passado, mas os cidadãos se tornaram incapazes de apreciar suas virtudes;
- b) A hipótese do fim das ilusões, para qual a elite política passada é tão ruim quanto a atual, mas o público só agora abriu os olhos e deixou de ser engando como antes;
- c) A hipótese da percepção correta continuada, que entende que a qualidade média da elite política decaiu e, no passado, como agora o público é capaz de avaliá-la de forma acertada. (MIGUEL, 2010, p. 224).

Para a literatura corrente, estas hipóteses tentariam dar conta de entender o aumento da crença na incapacidade do sistema democrático representativo, em dar repostas ao grande número de demandas políticas (dos cidadãos) de nossa contemporaneidade. Essa espécie de descrença na política pode ser evidenciada, de forma clara, por três indicativos: “a descrença generalizada nas potencialidades da política institucional evidenciada com o aumento da abstenção eleitoral”; “a erosão das lealdades partidárias” e “e os *surveys* acerca da confiança no sistema e nas elites políticas” (MIGUEL, 2010, p.225).

Miguel (2010) segue afirmando que, em todas as análises que possam ser construídas a partir destas hipóteses encontraremos, sem dúvida, a participação dos meios de comunicação como algo central, uma vez que para ele “[...] em qualquer das três narrativas, os meios de comunicação de massa cumprem papel crucial, seja alterando as disposições do público, seja influenciando na qualidade da elite política.” (MIGUEL, 2010, p. 224).

Em seu texto também encontramos uma análise sobre os desdobramentos destas hipóteses na literatura especializada sobre o tema. Esta análise se inicia a partir da ideia de uma “espiral do cinismo”, segundo a qual a atual mudança de comportamento da elite do campo político pode ser pensada como um reflexo do comportamento de seus eleitores, ou seja, segundo esta literatura:

A hipótese é que existiria um círculo vicioso de realimentação entre a cobertura da imprensa sobre a política, as expectativas do público e o comportamento dos políticos. O cinismo de cada um reforçaria o cinismo dos outros: os políticos perceberiam que não vale a pena manter uma postura republicana, que priorize o bem comum, já que sempre serão encarados como autointeressados e carreiristas; os jornalistas saberiam que seus leitores esperam uma leitura da política nesse diapasão; o público veria sua crença no desregramento dessa atividade confirmada tanto pelo noticiário quanto por seus eventuais encontros com os políticos. (MIGUEL, 2010, p. 227).

O que temos aqui, em discussão, é a ideia de uma desconfiança excessiva por parte dos eleitores em relação à elite política contemporânea, fato que reforça o apontamento inicial de Miguel (2010), de que parte significativa da literatura procuraria uma resposta para a crise contemporânea do sistema democrático representativo na esfera dos eleitores e não na elite política ou nas próprias instituições governamentais do contexto político atual.

Dessa maneira, a hipótese do “espiral do cinismo” desenvolvida por Capella e Jamieson (1997), demonstra que os dispositivos do campo midiático possuem um papel muito relevante no atual cenário da política. Papel este, que nos permite apresentar a ideia do *príncipe eletrônico* desenvolvida por Octavio Ianni (1999).

Segundo este autor, na contemporaneidade:

As instituições clássicas da política estão sendo desafiadas a remodelar-se, ou a ser substituídas por anacronismo, já que outras e novas instituições e

técnicas da política estão sendo criadas, praticadas e teorizadas. Em lugar de *O príncipe* de Maquiavel e de *O moderno príncipe* de Gramsci, assim como de “outros príncipes” pensados e praticados no curso dos tempos modernos, cria-se o príncipe eletrônico, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros. (IANNI, 1999, p. 12).

Segundo as perspectivas de Ianni (1999) e de Miguel (2010), contemporaneamente, os dispositivos midiáticos, por meio da veiculação de seus regimes discursivos possuem cada vez mais a capacidade de modificar as disposições, tanto dos eleitores, quanto dos agentes do campo político. Característica essa que colocaria os dispositivos midiáticos em um lugar privilegiado dentro das relações e disputas políticas como um todo.

Segundo Ianni (1999), para vislumbrarmos a centralidade que os discursos midiáticos podem assumir nos contextos das dinâmicas políticas contemporâneas, temos que assumir como pressuposto a ideia de que:

As tecnologias da mídia e das suas articulações sistêmicas, tomadas em si, sem qualquer aplicação podem ser consideradas inocentes, neutras. Quando inseridas nas atividades sociais, nas formas de sociabilidade, ou melhor, nos jogos das forças sociais, nesses casos transforma-se em técnicas sociais. Passam a dinamizar, intensificar, generalizar, modificar ou bloquear relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ativas em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Nesse sentido é que adquirem presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais. (IANNI, 1999, p. 20).

Esse argumento pode ser fortalecido quando agregamos o que Miguel (2010) chamou de o “despertar do espírito crítico”. Nessa perspectiva, o aumento da desconfiança do eleitorado em relação aos seus representantes do campo político deve-se ao fato de os cidadãos terem “aberto os olhos”, “[...] a elite política sempre teria sido mais ou menos do jeito que as pessoas imaginam que ela é hoje – incompetente, despreocupada com o povo, corrupta. Só que antes o público não sabia disso.” (MIGUEL, 2010, p. 230).

Seria, justamente, neste longo processo de aprendizagem sobre questões relativas às instituições governamentais e ao próprio funcionamento do campo

político, que a produção de informações pelos dispositivos do campo midiático ganharia grande importância no contexto político contemporâneo.

Por essa perspectiva, temos a ideia de que “[...] se hoje não existem ‘grandes líderes’ similares aos do passado, não é porque faltem candidatos ao cargo, mas porque temos informações em excesso sobre eles.” (MIGUEL, 2010, p. 230). Esta segunda hipótese de trabalho, apresentada e discutida por Miguel (2010), está muito próxima ao ponto da reflexão de Ianni (1997), que valoriza a não passividade do público midiático, mais especificamente a do eleitor diante das relações estabelecidas entre o chamado príncipe eletrônico e os agentes do campo político, pois:

É a mídia que forma e conforma, ou influência, decisivamente as mentes e os corações de muitos, da grande maioria, em todo o mundo. [...]. Isso não significa que o leitor, o ouvinte, o espectador, a audiência ou o público são inertes, passivos. É claro que eles são sempre ativos radicados nos jogos das atividades sociais, compreendendo as condições concretas de vida e trabalho. (IANNI, 1997, p. 3).

Diante disso, podemos nos deter sobre a terceira ideia de trabalho apresentada e trabalhada por Miguel (2010), a hipótese da decadência das elites políticas. Nesta perspectiva, a centralidade dos meios de comunicação junto aos contextos políticos contemporâneos chega a seu extremo. Isso se dá por que:

A mídia eletrônica contribui para personalizar as disputas de poder, tornando os partidos menos centrais, seja para os candidatos (que prescindem deles para se comunicar com o público), seja para os eleitores (que pouco os levam em conta para fazer suas escolhas) como observa Sartori e muitos outros. (MIGUEL, 2010, p. 230).

No limite, esta ideia nos revela “[...] a percepção de um público informado, que passa a avaliar de maneira mais crítica uma classe política que não é nem melhor nem pior que a do passado, conflita como senso comum, para o qual há uma decadência dos governantes.” (MIGUEL, 2010, p. 233). A hipótese de uma decadência das elites políticas quando pensada a partir da centralidade da veiculação dos discursos midiáticos se aproxima em muito do que Ianni (1999) apresenta ao discorrer sobre as potencialidades do príncipe eletrônico.

Segundo ele, em nossa contemporaneidade a preponderância da centralidade da mídia nas dinâmicas do campo político gera uma condição pela qual

“[...] em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião.” (IANNI, 1999, p. 24).

Em síntese, podemos dizer que para Miguel (2010), a contemporaneidade pode ser entendida como um contexto em que “[...] a desconfiança em relação aos políticos é elemento de uma desconfiança generalizada, em relação a qualquer discurso de poder, o que, aliás, inclui o próprio discurso da mídia [...]” (MIGUEL, 2010, p. 238). Um contexto em que a desconfiança nas instituições representativas evidenciaria os limites do sistema democrático representativo. Em suas palavras:

[...] sob essa perspectiva, a desconfiança em relação a classe política remete ao fato de que ela é *estruturalmente* incapaz de cumprir os compromissos com seus constituintes, dados os vieses da representação política formal. Não se trata, assim, de uma elite política que piorou ou de uma população que abriu os olhos quanto aos defeitos de seus governantes, mas de um processo histórico que evidenciou os limites da democracia eleitoral que temos. (MIGUEL, 2010, p. 238, grifo do autor).

Segundo Miguel, por essa perspectiva, viveríamos contemporaneamente em um contexto em que:

Os meios de comunicação - em particular, a televisão - reduziriam a capacidade cognitiva do eleitorado, ao mesmo tempo que o fariam imaginar que possuiria mais informação sobre a vida política, levando a piores escolhas; enfraqueceriam os partidos políticos, tornando a política uma disputa entre personalidades; e obrigariam os líderes políticos a apresentar respostas apressadas aos acontecimentos. Dessa forma, contribuiriam para a redução na qualidade da tomada de decisões. (MIGUEL, 2010, p. 236).

O que se coloca em questão a partir das discussões de Miguel (2010) são os limites entre as ideias de confiança e desconfiança para as dinâmicas de reprodução e funcionamento do campo político contemporâneo. Sobre estes limites, a partir de Moisés (2005), pode-se afirmar que certo grau de desconfiança é benéfico para o bom andamento de uma democracia, no entanto, a desconfiança generalizada pode levar ao comprometimento do funcionamento do regime democrático como um todo, o que gera um grande problema para a qualidade

do sistema político em contextos de democracias já consolidadas, assim como para os processos de consolidação do sistema representativo em países de democracia recente, como no caso do Brasil.

A construção da desconfiança e a crise da democracia: um exercício introdutório de análise

As discussões teóricas empreendidas até aqui, que tiveram como base o pensamento de Luis Felipe Miguel e Octavio Ianni, nos permite visualizar a intrínseca relação existente entre a mídia e a política na contemporaneidade. Pretende-se construir, de agora em diante, um breve e introdutório exercício de análise sobre o contexto político nacional, tomando por base algumas das hipóteses teóricas apresentadas acima e o lugar ocupado pelos meios de comunicação em nosso país. Os resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM (BRASIL, 2016a) realizada em 2016, a pedido da Secretaria de Comunicação Social⁷ pode nos ajudar a pensar tal relação.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 e da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2014, ambos realizados pelo IBGE. Tais pesquisas foram realizadas com a população de 16 anos ou mais em todas as unidades federativas (BRASIL, 2016a). Entre tantas outras coisas, também buscou olhar para uma das questões centrais de nosso artigo, a relação entre as informações veiculadas pelos dispositivos midiáticos e seus consumidores e, segunda ela:

[...] mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. É possível observar que quase seis em cada dez ouvintes de rádio confiam sempre ou quase sempre nas notícias divulgadas por essa mídia, proporção semelhante entre os leitores de jornais. Por volta de quatro em cada dez leitores confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas nas revistas. Por sua vez, a maioria dos usuários de internet confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de sites, de blogs e de redes sociais. (BRASIL, 2016a, p. 33).

⁷ De acordo com a legislação brasileira em vigor (Lei nº 10.683/2003, art. 2ºB, III), a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem entre suas missões institucionais a atribuição de organizar e desenvolver um sistema de informação e pesquisa de opinião pública, cujos principais objetivos devem ser monitorar as demandas da sociedade por políticas e serviços públicos bem como a avaliação que a sociedade faz dessa oferta de políticas e serviços públicos (BRASIL, 2016a, p. 3).

Este estudo também busca localizar qual o meio de comunicação preferido pelos brasileiros, tendo em vista o acesso e o uso dos mesmos, sobre isso ele aponta que:

A TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados, sendo mencionada pela quase totalidade da amostra. Pouco mais de três quartos dos entrevistados assistem TV todos os dias da semana. O acesso é mais frequente entre segunda e sexta-feira, e o tempo médio de acesso supera as três horas diárias. As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo. (BRASIL, 2016a, p. 33).

A seguir, podemos perceber de forma mais clara a superioridade da TV enquanto meio de comunicação preferido e mais utilizado pelos entrevistados:

Tabela 1 – Meios de comunicação mais consumidos

| Base: Amostra (15050) | 1ª MENÇÃO | 1ª+2ª MENÇÕES |
|--|--------------|------------------|
| TV | 63% | 89% |
| Internet | 26% | 49% |
| Rádio | 7% | 30% |
| Jornal | 3% | 12% |
| Revista | 0% | 1% |
| Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto) | 0% | 0% |
| Outro (Esp.) | 0% | 2% |
| NS/NR | 0% | 0% |

Fonte: PBM 2016

Ele também identifica que, dentre as emissoras de TV, a Rede Globo desponta como a preferida e mais consumida pelo público:

Tabela 2 – Emissoras de TV mais consumidas

| Base: Costuma assistir TV (14666) | 1ª MENÇÃO | 1ª+2ª MENÇÕES |
|-----------------------------------|--------------|------------------|
| Globo | 56% | 73% |
| SBT | 11% | 36% |
| Record | 12% | 32% |
| Band | 3% | 11% |
| Globo News | 1% | 2% |
| SporTV | 1% | 2% |
| Discovery Channel | 1% | 2% |
| Fox | 1% | 2% |
| RBS TV | 1% | 1% |
| Cultura | 0% | 1% |
| TV Canção Nova | 0% | 1% |
| TV Aparecida | 0% | 1% |
| Rede Vida | 0% | 1% |
| Telecine Pipoca | 0% | 1% |
| BandNews TV | 0% | 1% |
| GNT | 0% | 1% |
| TNT | 0% | 1% |

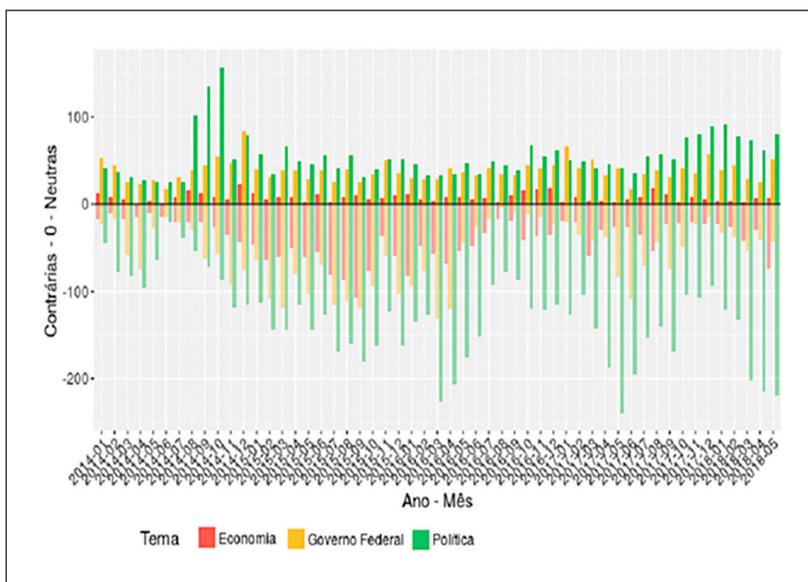
Fonte: PBM 2016

Os dados acima apresentados, enquanto resultados da Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM), justificam nosso recorte empírico, a cobertura do Jornal Nacional sobre a dinâmica política do país, um telejornal que é exibido desde 1969 e que figura entre os carros-chefes da programação da emissora de TV mais vista no país. Emissora que assim apresenta o seu fazer jornalístico:

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. [...] Em resumo, portanto, jornalismo é uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. (PRINCÍPIOS..., 2011).

Nesse sentido apresentamos a seguir como foi, segundo o Manchetômetro, a cobertura do Jornal Nacional sobre três grandes temas: Política, Economia e Governo Federal:

Gráfico 1 – Abordagem Jornal Nacional: Política, economia e governo federal (2014 - 2018)

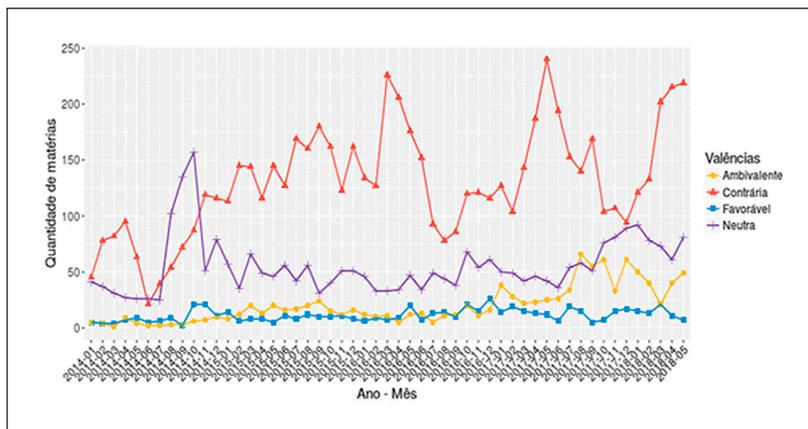


Fonte: Manchetômetro

Como podemos observar, neste período de tempo, o governo federal e a política de forma geral aparecem na cobertura do Jornal Nacional de forma contrária, ou seja, na maioria das matérias apresentadas por esse dispositivo midiático os temas diretamente ligados ao contexto da dinâmica política foram apresentados com referências predominantemente negativas.

Uma vez que a temática da política foi a que mais recebeu matérias contrárias no período aqui estudado, será a partir dela que construiremos nosso exercício de análise. Tal temática foi assim retratada pelo Jornal Nacional de janeiro de 2014 a maio de 2018:

Gráfico 2 – Abordagem Jornal Nacional: Política (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

O gráfico acima acentua a conotação negativa, expressa pela valência contrária, atribuída a temática da política nas edições do Jornal Nacional nos últimos anos. Também permite destacar a disparidade entre o número de matérias contrárias produzidas em relação ao número de matérias favoráveis ou neutras, diante da temática política.

Ao relacionarmos esses dados, tendo em vista as potencialidades dos discursos informativos em nossa contemporaneidade já que “[...] mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio” (BRASIL, 2016a, p. 33) e as ideias sobre a produção de uma narrativa da desconfiança acerca da política apresentada por Miguel (2010), no limite, podemos começar a pensar sobre o papel dessa produção midiática em um contexto de crise do sistema democrático nacional que antes anunciamos.

Nosso recorte empírico se encerra em maio de 2018, mês marcado por uma greve nacional dos caminhoneiros, levando o país a um cenário inusitado, instaurando um estado de crise em todo o país:

Mesmo depois de Temer anunciar com otimismo o acordo, a greve de caminhoneiros chega ao 5º dia e causa reflexos pelo país; governo aciona forças federais para desbloquear estradas. Os caminhoneiros mantêm a estratégia de ficarem concentrados principalmente nos acostamentos. A lista de aeroportos que ficaram sem combustível aumenta. A falta de combustível limita circulação de ambulâncias e cancela cirurgia em alguns estados. [...] Os problemas de abastecimento se agravam: a Associação

Brasileira de Proteína Animal (ABPA) diz que 64 milhões de aves e pintinhos já morreram, 1 bilhão de aves e 20 milhões de suínos estão sem ração, 167 unidades de produção de carne estão com atividades suspensas e 234 mil trabalhadores estão com atividades interrompida. (CRONOLOGIA..., 2018).

Este estado de crise revelou um tipo de clamor por uma possível intervenção militar, acontecimento que ganhou destaque diante da insegurança da greve e que repercutiu em diversos meios de comunicação, como vemos, por exemplo, em uma matéria do jornal Folha de São Paulo de 30/maio, intitulada “Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva”.

Nesta matéria, o dispositivo midiático apresenta uma entrevista com um membro da reserva do exército nacional, na qual, uma das perguntas tem como tema específico essa percepção de pedidos por intervenção militar:

[...] Como o Sr. vê os pedidos de intervenção militar presentes nos protestos dos caminhoneiros?

Não são só os caminhoneiros. Há um crescimento exponencial desse tipo de manifestação. Não é igual a 64, mas é semelhante, guardadas as enormes diferenças e as devidas proporções. A semelhança é esse clamor popular pela intervenção militar. (FLECK, 2018).

Aqui chegamos a um ponto nodal para nossa reflexão, é possível pensar em uma relação entre esse clamor por parte da população nacional por uma intervenção militar e a produção negativa dos dispositivos midiáticos acerca dos temas ligados a política, contexto em que o Jornal Nacional figura como um destes dispositivos?

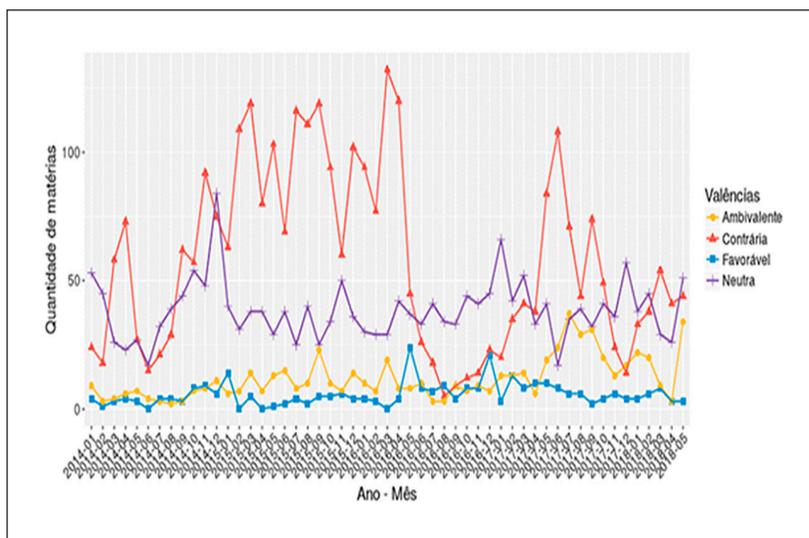
Em nosso entender, estes dois fatos – o clamor por intervenção e a produção midiática sobre política – podem estar reciprocamente ligados, sobretudo se pensarmos a partir da ideia da construção de uma desconfiança em relação aos assuntos da política, dada pela veiculação dos discursos midiáticos contrários a dinâmica política em si.

A ligação entre estes dois fatos fica mais evidente quando pensamos a relação entre os dispositivos midiáticos e seus consumidores como uma relação de cumplicidade, lembrando que grande parte deste público confia quase sempre na notícia consumida. Além disso, para muitos desses, os militares não fazem parte do mundo da política, mundo tão desprestigiado pelo discurso midiático

em questão e por isso apareceriam como uma solução para o atual momento de crise no país.

Já vimos a narrativa construída pelo Jornal Nacional sobre a temática da política, trabalhando com essa ideia da construção de uma narrativa de desconfiança em relação à política, olhemos agora a forma pela qual este mesmo telejornal retratou a esfera do governo federal no período aqui discutido:

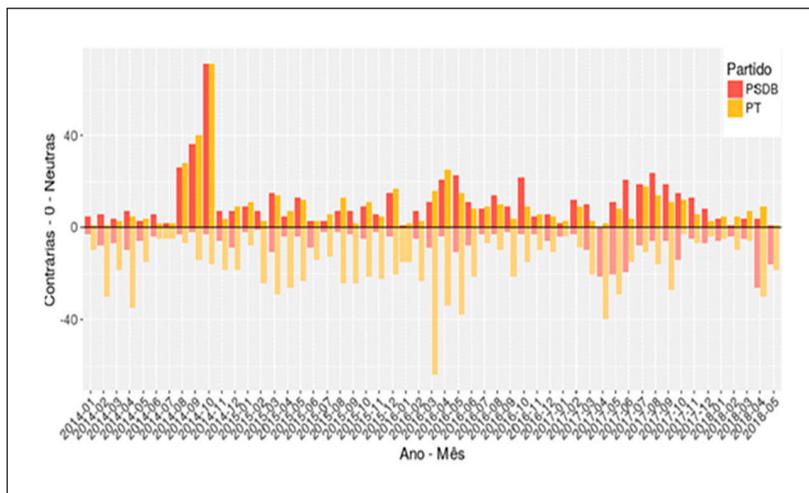
Gráfico 3 – Abordagem Jornal Nacional: Governo federal (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

Esta percepção, acerca da construção de uma narrativa contrária aos assuntos próprios da dinâmica política nacional, é ainda mais compreensível quando olhamos para o modo pelo qual os principais partidos políticos, tendo em vista que são os dois partidos eleitos na esfera federal nos últimos cinco pleitos eleitorais, aparecem na cobertura do telejornal em questão:

Gráfico 4 – Abordagem Jornal Nacional: Partidos políticos (2014 - 2018)



Fonte: Manchetômetro

É observável, a exemplo das duas temáticas – política e governo federal – os dois partidos também ocupam um lugar expressivo de negatividade na narrativa sobre o contexto das dinâmicas políticas do país construídas pelo Jornal Nacional, lugar esse que também é expresso pelo grande número de edições do telejornal com valências contrárias a estes partidos.

Sendo assim, de forma geral, podemos apontar que a partir da cobertura realizada pelo dispositivo midiático Jornal Nacional, seus consumidores estiveram em constante contato com uma narrativa que desqualifica as instituições políticas do país, revelando assim o que podemos chamar de um processo de construção, via dispositivo midiático, da desconfiança em relação à esfera política nacional.

Considerações finais

A democracia brasileira vive, na atualidade, um momento de crise, apontamos as Jornas de Junho de 2013, o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a greve dos caminhoneiros, em maio deste ano, como momentos representativos desta crise. Em meio a amplitude deste processo buscamos, neste trabalho, refletir de maneira introdutória, acerca de qual é o papel dos dispositivos midiáticos em relação ao crescente processo de desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas.

Uma vez que nosso sistema democrático pertence ao conjunto das chamadas democracias recentes, ou seja, aos sistemas democráticos em que as instituições políticas, assim como a ideia de uma cultura cívica ainda se encontram em desenvolvimento, podemos dizer que os dispositivos midiáticos se colocam cada vez mais como um importante e fundamental agente no jogo político nacional. Tais dispositivos se inseriram nas dinâmicas do campo político do país e se potencializam na medida em que essa dinâmica faz parte de um contexto mais global.

Pesquisas realizadas na última década e meia mostraram isso para o Brasil, México e Chile (MOISÉS, 1995; DURAND PONTE, 2005; HUNEEUS, 2004), e mostraram que existe associação entre os sentimentos de insatisfação com a democracia, apatia ou impotência política e a desconfiança dos cidadãos de instituições democráticas. Tampouco é diferente a situação da Coreia do Sul estudada por Shin (SHIN, 2005). Em vários desses países, as instituições democráticas se originaram de estruturas do regime autoritário e, muitas vezes, mostraram-se incoerentes com seus objetivos, mesmo quando conheceram reformas importantes, não tendo tido ainda oportunidade de passar pelo processo de rotinização que, no caso das democracias mais antigas, malgrado seu mal estar recente, foi um ingrediente importante de seu longo processo de consolidação (MOISÉS, 2008, p.8).

É nesse ponto que a construção de uma narrativa da desconfiança pelos dispositivos midiáticos em relação as dinâmicas e a instituições políticas se torna extremamente nociva ao processo de consolidação da democracia no Brasil. Essa narrativa ao exacerbar os aspectos negativos de nosso sistema político potencializa a ideia de um agente não político como solução para o momento de oscilação deste sistema.

A ideia deste agente não político, ou desta negação das matérias próprias da política institucional se fez visível no universo simbólico do pensamento político nacional com as chamadas jornadas de junho de 2013, momento em que o clamor por uma política não partidária ganhou as ruas do país. A negação em relação “às coisas da política”, também se fez fortemente presente nas eleições municipais de 2016 – ano marcado pela negação do resultado das eleições de 2014 por meio do afastamento de presidenta democraticamente eleita – em que o número dos chamados votos de protestos ganharam maior destaque em cidades como São Paulo, por exemplo, município que em um espaço de quatro anos

(2012/2016) ocorreu um aumento real de 3% no número total de abstenções de voto, o que significa dizer que 347.732 eleitores deixaram de escolher um possível representante entre os candidatos a prefeito e vereadores, como podemos ver:

Tabela 3 – Eleições municipais na cidade de São Paulo

| Ano | Total de eleitores | Votos comprovados | Abstenções |
|------|--------------------|----------------------|----------------------|
| 2012 | 8.619.170 | 7.026.448 - (81,52%) | 1.592.722 - (18,48%) |
| 2016 | 8.886.185 | 6.945.741 - (78,16%) | 1.940.454 - (21,84%) |

Fonte: Elaboração própria com dados de Brasil ([2012 e 2016], 2016b).

Neste ano, durante a greve dos caminhoneiros (maio/2018), a negação da política fez-se ouvir através dos gritos por intervenção militar que apareceram durante a manifestação novamente. Essa negação do político, esse clamor por uma intervenção militar e a produção de uma narrativa de desconfiança sobre as coisas da política pela mídia nacional, podem estar reciprocamente ligados, sobretudo quando pensamos a relação entre os dispositivos midiáticos e seus consumidores como uma relação de reciprocidade, uma vez que grande parte dos consumidores dos discursos midiáticos confiam quase sempre na notícia consumida.

Entendemos a complexidade do tema aqui abordada e as limitações de um trabalho teórico como este – uma vez que uma maior discussão sobre o assunto demanda uma pesquisa empírica de grande fôlego. Finalizamos, por ora, essa discussão apontando que, no contexto contemporâneo da democracia nacional, a narrativa midiática sobre “as coisas da política” pode sim, pelo menos no que diz respeito aos últimos anos, ser entendida como um grande e fundamental fator na construção da desconfiança diante de nossa frágil e incipiente democracia; revelando, de forma incisiva, o papel exercido pelos dispositivos midiáticos na dinâmica política nacional.

THE CONSTRUCTION OF MISTRUSTS AND THE CRISIS OF DEMOCRACY: MEDIA AND POLITICS IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: *With the aim of problematizing the centrality of the media in relation to the contemporary political dynamics, taking a historical period of events that begin from the days of June 2013, the impeachment process of the president Dilma Rousseff occurred in 2016, until the truckers strike which took place in May 2018 - understood as processes that express*

a moment of crisis experienced by representative democracy in the country - this article takes the relation between media and politics as object of study. The theoretical approach will be based on the analysis of Ianni (1997) and Miguel (2010), authors who, in reviewing the literature on this subject, reiterate the hypothesis that the media constructs a discourse of distrust about politics. For doing so, the content of the news published in Jornal Nacional, Rede Globo, during the periods mentioned above will be analyzed, based on data from the Manchetômetro site.

KEYWORDS: Democracy. Media. Policy.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F.; MOTA, F. F. Mídia, eleições e pesquisa de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral. **Revista com Política**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 68-89, mar.-abr. 2011.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Relatório final pesquisa brasileira de mídia:** PBM 2016. Brasília: SECOM, 2016a. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Informações sobre as Eleições 2016 para prefeito, vice-prefeito e vereador.** Brasília: TSE, 2016b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/eleicoes-2016>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores.** Brasília: TSE, [2012 e 2016]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 13 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p.2, 29 maio 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10683-28-maio-2003-496772-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. Oxford: Oxford University Press, 1997

CRONOLOGIA: greve dos caminhoneiros. **G1**, [S.l.], 25 maio 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/cronologia-greve-dos-caminhoneiros.ghtml>. Acesso em: 02 set. 2018.

DAHL, R. A. A democratic paradox? **Political Science Quarterly**, Washington, v. CXV, n.1, p. 35-40, 2000.

FLECK, I. Clamor por intervenção militar é semelhante ao de 1964, diz general da reserva: General Heleno, ex-comandante no Haiti, porém, afirma que Forças Armadas repudiam a ideia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/clamor-por-intervencao-militar-e-semelhante-ao-de-1964-diz-general-da-reserva.shtml>. Acesso em: 02 set. 2018.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 1978. (Série Cadernos da PUC/RJ: Série letras e artes, n.6).

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v.22, p.11- 29, 1999.

IANNI, O. A política mudou de lugar. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 3-07, 1997.

MANCHETÔMETRO. [Rio de Janeiro]: LEMEP, 2014. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2018.

MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 223-240.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 07-23.

MOISÉS J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p.1-42, jun. 2008.

NORRIS, P. **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PRINCÍPIOS editoriais do grupo Globo. **Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

Recebido em 8 de julho de 2018

Aprovado em 16 de novembro de 2018

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AGÊNCIAS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Fillipi Lúcio NASCIMENTO¹

RESUMO: Atualmente, a corrupção é o problema que mais assola a credibilidade das instituições governamentais. Diversos países ao redor do mundo têm se engajado no desenvolvimento e na implementação de estratégias e medidas de prevenção e combate. Destacam-se entre tais ações a proposta de criação de agências anticorrupção. Este artigo apresenta uma análise das condições de institucionalização destas instituições no Brasil. A partir do exame de experiências internacionais consideradas bem-sucedidas (Hong Kong, Cingapura e Estados Unidos), discute-se neste trabalho não apenas a viabilidade do modelo, mas os critérios de aproveitamento do arranjo institucional brasileiro para o combate à corrupção no país. Diante do atual panorama político, econômico e social, que demanda o repensar das próprias instituições, defende-se reforma constitucional que abranja a criação de um órgão estatal independente e especializado na prevenção e no combate à corrupção, o qual, diante da complexidade e do caráter sistêmico do fenômeno no país, deve-se voltar integralmente ao enfrentamento do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Crise institucional. Agências anticorrupção. Reforma institucional. Reforma constitucional

THE INSTITUTIONALIZATION OF ANTI-CORRUPTION AGENCIES IN BRAZIL: POTENTIALITIES AND CHALLENGES

ABSTRACT: *Currently, corruption is the problem that most plagues the credibility of government institutions. Several countries around the world have been engaged in the development and implementation of prevention and combat strategies. The proposal of*

¹ Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Alagoas – AL – Brasil. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. fillipi.nascimento@hotmail.com.

creating anti-corruption agencies stands out among such actions. This article presents an analysis of the conditions of institutionalization of these institutions in Brazil. From the examination of international experiences considered successful (Hong Kong, Singapore and the United States), it is discussed in this work not only the viability of the model, but the criteria for the use of the Brazilian institutional arrangement for the fighting corruption in the country. In view of the current political, economic and social panorama, which demands the rethinking of the institutions themselves, it is advocated constitutional reform that covers the creation of an independent state body and specialized in the prevention and combating of corruption, which, before of the complexity and the systemic character of the phenomenon in the country, it must go back in full to the confrontation of the problem.

KEYWORDS: *Institutional crisis. Anti-corruption agencies. Institutional reform. Constitutional reform*

Introdução

Nunca na história do Brasil a credibilidade das instituições democráticas se viu assolada pela corrupção como atualmente. A eclosão do escândalo relacionado à empresa estatal Petrobrás (caso de maior repercussão no país dentre vários outros que impactaram a sociedade brasileira) e seus desdobramentos geraram baixas acentuadas na confiança institucional já há muito comprometida (FURTADO, 2015; MOISÉS, 2010; FILGUEIRAS, 2009). Os efeitos retroativos dessa “crise” são noticiados diariamente: evasão de divisas, contenção das poupanças, baixas no consumo das classes populares (como consequência da elevação dos preços de produtos básicos), altas taxas de desemprego, colapso da segurança pública. Nesse cenário, ganham impulso os debates acerca da viabilidade de implementação, no país, de ações mais efetivas de prevenção e combate à corrupção, dentre as quais, a criação de uma agência anticorrupção.

Estratégia internacionalmente reconhecida, trata-se de órgão estatal especializado no enfrentamento da corrupção com atuação caracterizada em três vieses: preventivo, investigativo e pedagógico (FERREIRA; FORNASIER, 2015). O Brasil conta com diversos órgãos, nos diferentes níveis da federação, cujas competências abarcam de forma difusa a função de combate à corrupção. No âmbito federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) (BRASIL, 2008) desempenha com protagonismo a atribuição de enfrentamento da corrupção, ao lado de órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) (FURTADO, 2015; FERREIRA; FORNASIER, 2015; AIDT, 2009).

A CGU encampa um conjunto diversificado de funções que a habilitam enquanto agência anticorrupção. Existe, no entanto, relativa dificuldade em caracterizá-la como tal, uma vez que lhe falta um atributo que é próprio desses organismos: a independência para o cumprimento de suas atribuições. “[...] não se trata de irresponsabilidade ou ausência de controle externo à sua atuação, mas a capacidade de poder exercer a sua missão sem interferência política.” (SOUSA, 2008, p.26 apud FERREIRA; FORNASIER, 2015, p.1592). A “conversão” da CGU em Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (e, atualmente, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União), instituída pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, ilustra com precisão o efeito da carência de autonomia dos órgãos de combate à corrupção no Brasil: a sujeição aos interesses políticos.

Se a Controladoria-Geral da União, no arranjo institucional brasileiro, melhor se adequava ao arquétipo de uma agência anticorrupção, uma vez deslocada desta alçada, põe-se em questão o eventual aproveitamento de alguma outra estrutura administrativa na proposição de um órgão autônomo especializado no combate à corrupção no Brasil. Precede a este dilema conceitual a pergunta que por ora constitui a problemática do presente trabalho: quais são as condições para a institucionalização de uma agência anticorrupção no país? Para tentar responder a tal questionamento parte-se de ampla pesquisa documental, pautada em metodologia analítico-comparativa. Da avaliação de modelos vigentes de agência anticorrupção, notadamente, das agências de Hong Kong, Cingapura e Estados Unidos, procurou-se identificar os caracteres a serem observados quando da criação e do bom funcionamento desses organismos, destacando-se os riscos decorrentes de um mal planejamento.

No Brasil, os projetos de aperfeiçoamento de instituições do quadro funcional para o enfrentamento da corrupção no país estiveram, tradicionalmente, limitados aos interesses da classe política dominante, com raras e significativas exceções, uma vez que no sistema federativo brasileiro a atuação desses organismos é vinculada ao Poder Executivo (vide as fiscalizações por sorteio, os cortes no orçamento e na atual configuração da CGU, a nomeação para o cargo de Ministro) (FURTADO, 2015; LOUREIRO *et al.*, 2012). O imperativo de uma agência anticorrupção brasileira pleiteia reforma constitucional que crie, nos moldes institucionais e na *expertise* disponíveis, ou dote de autonomia administrativa e financeira um órgão estatal especializado na prevenção e no combate à corrupção.

Este artigo divide-se em mais quatro seções além desta introdução: na seção a seguir apresenta-se um panorama da corrupção no Brasil. O que se bus-

ca é observar o tratamento conceitual dado ao problema e suas repercussões na esfera da administração pública. Na terceira parte deste trabalho são analisados os modelos de agências anticorrupção de Hong Kong, Cingapura e dos Estados Unidos a fim de se identificar os caracteres que subsidiaram sua estruturação, consolidação e bom desempenho com vistas à constituição de uma agência anticorrupção brasileira. Discute-se na penúltima seção os elementos que definem a viabilidade de uma agência anticorrupção no Brasil, via reforma constitucional, a partir da criação ou aproveitamento integral de órgão funcional do sistema federativo. Por fim são tecidas algumas considerações sobre o conteúdo abordado neste trabalho.

Corrupção e órgãos de controle no Brasil

A corrupção, pelas formas que tem assumido no Brasil atualmente, não pode ser justificada suficientemente pela herança histórica dos portugueses e com ela o processo de formação cultural do povo brasileiro. Essa “desculpa”, segundo Furtado (2015, p. 18), “[...] só interessa àqueles que se beneficiam das fraudes e dos desvios dos fundos públicos, dentre os quais não mais se incluem a monarquia ou a aristocracia portuguesas.” No caso brasileiro, a corrupção pode e deve ser explicada pelo descompasso das instituições públicas, pelas fissuras do ordenamento jurídico e pelas deficiências (ou indisposições) do Poder Legislativo.

Até o início da década de 1980, os estudos sobre a corrupção se detinham às áreas da Ciência Política, da História e do Direito Criminal, e exploravam apenas os aspectos éticos concernentes ao fenômeno, isto é, analisavam a inadequação da corrupção aos padrões ou princípios éticos vigentes. No âmbito das Ciências Econômicas, a corrupção era tomada como um problema exclusivo do setor público. Naquele momento não era possível visualizar com precisão os efeitos da corrupção sobre a economia, tanto que, em algumas situações, a corrupção era tida como benéfica, uma vez que algumas empresas poderiam ser favorecidas em determinados processos administrativos, gerando ganhos individuais (FILGUEIRAS, 2009).

Os processos de globalização, de liberalização econômica e de integração regional e transnacional impulsionaram não apenas a produção científica sobre o assunto, mas a mobilização de governos e de órgãos internacionais no combate à corrupção. Na América Latina, as reformas legislativas e administrativas empreendidas por países como Brasil, Argentina, Chile e México concordaram com a necessidade latente de adaptação aos novos movimentos econômicos internacionais, como também aos processos de democratização (que se estenderam

pelo continente ao longo da década de 1990). A aplicação de políticas públicas de transparência e de mecanismos de *accountability* passaram a integrar o rol de necessidades dos governos (FERREIRA; FORNASIER, 2015).

O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram marcados pela aprovação de convênios, conselhos e convenções que reiteravam a importância do tema na agenda internacional: a Convenção Interamericana contra a Corrupção, aprovada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1996; a criação do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) em 1998; e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em 2003. A mobilização recente de governos e organismos internacionais no processo de combate à corrupção é um elemento que pode justificar, parcialmente, a complexidade que o fenômeno tem assumido atualmente.

O fenômeno da corrupção não possui conceito determinado. A definição de “corrupção” está comumente associada a situações específicas como, por exemplo, as de abuso de poder, desvio da finalidade pública ou apropriação dos mecanismos públicos para a viabilização de interesses privados (FURTADO, 2015; FERREIRA; FORNASIER, 2015; FILGUEIRAS, 2009).

Ferreira e Fornasier (2015) caracterizam corrupção como abuso do cargo público para obter benefícios privados. Em uma perspectiva mais ampla, Vieira (2008) propõe um conceito socioeconômico de corrupção, entendida como trocas irregulares impessoais e monetárias. O autor reconhece que o conceito proposto não abarca todas as práticas caracterizadas como corruptas, mas destaca que a definição é importante para apartar a corrupção de outras condutas potencialmente lesivas ao interesse público, mas que ocorrem no âmbito de relações pessoais, sem cunho monetário (o “jeitinho brasileiro”). Filgueiras (2009) define a corrupção como um juízo moral, com base no qual consideramos determinada ação política correta ou incorreta, de acordo com valores pressupostos que definem um conteúdo normativo da moralidade.

A tipologia da corrupção é variada, abrangendo as práticas ilícitas observadas nas relações travadas entre administração pública e setor privado² (em especial, no âmbito das licitações e contratações públicas), bem como as condu-

² Para Ferreira e Fornasier (2015), há um sentido sistêmico e amplo de corrupção. Esta corresponderia ao fenômeno por meio do qual um sistema funcional da sociedade sobreporia sua lógica ao funcionamento de outro sistema funcional da sociedade. Assim, por exemplo, as decisões políticas, talhadas para operar de acordo com as expectativas generalizadas da sociedade, dentro de uma lógica de “situação/oposição”, passariam a funcionar de acordo com uma lógica binária típica de outro sistema social, como a economia, fundada na contraposição entre “pagamento/ não pagamento”. Restringindo sua análise à corrupção pública, para além do raciocínio sistêmico, os autores definem o fenômeno como o abuso de cargos públicos para obter benefícios privados. Assim, são atos de corrupção pública a apropriação indébita, a patronagem, o suborno e o abuso de funções.

tas que se desenvolvem precipuamente no meio privado (formação de cartéis, por exemplo).

De modo a examinar a viabilidade e adequação da criação de uma agência estatal anticorrupção no Brasil, o foco deste trabalho será a corrupção pública. Assim, para os fins estabelecidos, “corrupção” pode ser entendida como o emprego indevido das funções e meios governamentais para obter proveito ilegítimo.

A corrupção é um fenômeno intrínseco às atividades estatais. Não se pode negar as origens do fenômeno no processo de constituição do Estado (FURTADO, 2015). No curso histórico das nações, a complexificação do Estado trouxe consigo inúmeras e variadas oportunidades para o surgimento e desenvolvimento da corrupção. A visão instrumental que passa a definir o Estado a partir do século XX, a de Estado de Direito, Estado-meio para a consecução dos fins constitucionais, permite compreender algumas dessas oportunidades: com relação ao volume de recursos geridos nos orçamentos públicos, os meios adotados pelo Estado moderno para manusear estas somas, ressaltar-se meios nem sempre adequados, possibilitaram a opacidade das atividades administrativas, a extensão dos processos, a inserção de empresas ou de pessoal não-especializado, a fragilização das instituições de controle independentes, etc. E as reformas gerenciais, empreendidas ao longo da década de 1990, são, antes, tentativas de percepção e resposta a essas fragilidades.

O fenômeno da corrupção demanda dos instrumentos e instâncias de controle públicos, atualização e adaptação constantes. Para tanto, para além de identificar os tipos de corrupção mais “frequentes” no âmbito da administração pública, é preciso identificar suas causas, igualmente diversas. Uma vez identificadas as causas, o posicionamento, na adoção de medidas de prevenção e combate à corrupção, depende da vontade política.

Mas em um sistema político em que a corrupção assume o poder, não é de se esperar mobilizações internas no sentido da superação dessas práticas. Nestas situações, somente a comunidade internacional poderá criar condições que, em curto ou médio prazo, reflitam no empenho para o reestabelecido o equilíbrio do sistema de governo.³

Nas democracias modernas, existem diversos mecanismos de acompanhamento e fiscalização da administração pública. A necessidade do controle é inerente ao próprio processo de administrar, e essa relação se faz presente desde a concepção do Estado de Direito: a proposta de separação dos poderes, de

³ No caso brasileiro, provou-se, ainda mais recentemente, a pouca influência das diretrizes internacionais, quando do indeferimento pelo Tribunal Superior Eleitoral da candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva às eleições presidenciais de 2018.

Montesquieu, por exemplo, está embasada na ideia de que nenhum Poder do Estado deve assumir atribuições que não possam ser controladas por outro poder. A Constituição brasileira reitera essa disposição em seu artigo 2º, ao afirmar a independência e harmonia entre os Poderes da União.

O Ministério Público é um órgão constitucionalmente responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Na figura do Ministério Público Federal (MPF), recentes casos de corrupção de grande proporção no país tem tido atuação destacada. A Constituição da República de 1988 (CR/88) determina em seu art. 129 as funções do Ministério Público nos seguintes termos:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Ainda que não integre o Poder Judiciário (por estar formalmente vinculado ao Poder Executivo), o Ministério Público se consolida como uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado. O Ministério Público dispõe de autonomia administrativa, funcional e financeira, regidas pelo §2º do art. 127 da Constituição e pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o que possibilita ao órgão, por exemplo, praticar atos próprios de gestão, propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos em sua estrutura, ou ainda (e o elemento de maior importância), manter-se imune à interferência de outros órgãos.

O Poder Executivo brasileiro também dispõe, em sua estrutura, de órgãos responsáveis pelo controle da administração pública e pelo combate à corrupção, dentre os quais se destacam o Departamento de Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União.

Criado e regido pela Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Departamento de Polícia Federal é um órgão sistematizado e mantido pela União, estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, ligado diretamente ao Ministério da Justiça. Dentre as atribuições da Polícia Federal, orientadas pelo §1º do art. 114 da CR/88, estão: a de apurar infrações penais contra a ordem pública e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou das autarquias e empresas públicas (bem como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme); prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União; e coibir a prejudicialidade e a privação da posse dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública (BRASIL, 1988).

A atuação da Polícia Federal no combate à corrupção no Brasil é inovadora. Por meio do órgão, tornou-se possível, pela primeira vez no país, investigar as cadeias da criminalidade organizada que os meios tradicionais de controle da administração pública não eram capazes de identificar.

A Controladoria-Geral da União, por sua vez, é um órgão responsável por assistir, de forma direta e imediata, ao Presidente da República nos assuntos que, no âmbito do Executivo, digam respeito à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão pública. Foi criada em 2001, pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2 de abril de 2001, convertida posteriormente

te em Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. As atividades desempenhadas pela CGU são atividades voltadas ao controle interno do Poder Executivo, auditoria nos órgãos públicos vinculados, correição e ouvidoria.

Em relação à competência de prevenir e combater à corrupção caberia mencionar a cooperação da CGU com o Departamento de Política Federal e o Ministério Público Federal (ou estadual), cujo exemplo recente é também o da “Operação Lava Jato”, na qual, por meio de portarias, a CGU abriu processos administrativos contra dez empresas suspeitas de participação no esquema de corrupção que atuava na empresa estatal Petrobras.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o COAF, é outro organismo que serve ao propósito de combater à corrupção no Brasil. Composto por representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Agência Brasileira de Inteligência, da Controladoria-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal, o COAF é responsável pela disciplina, recepção, exame e identificação de ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro.

O Conselho se depara com obstáculos postos pelas restrições de acesso e cruzamento de dados bancários e fiscais, além de outras barreiras físicas, legais e tecnológicas no que se refere ao acesso à informação necessária ao conhecimento do perfil econômico-financeiro dos agentes envolvidos em operações suspeitas. Para Furtado (2015, p.169-170), esse é um elemento que contribui de forma incisiva sobre a efetividade do devido órgão, sobretudo na prevenção e combate à corrupção:

Essa dificuldade de cruzamento de dados prejudica a formação de juízo a respeito da operação suspeita comunicada quanto á capacidade econômico-financeira das pessoas envolvidas, impactando na possibilidade de o COAF detectar tempestivamente a prática de crime de lavagem de dinheiro e de outros ilícitos gravosos ao interesse público, como, por exemplo, o crime de corrupção. [...] A questão da efetividade do órgão de inteligência financeira no Brasil reflete muito bem a realidade do País, e demonstra que não é a simples aprovação de leis, mas efetiva implementação de medidas práticas, que requerem além de leis, a criação de estruturas administrativas adequadas que irá permitir o efetivo combate à corrupção.

À medida que se intensifica as críticas em torno do aparelhamento político destes órgãos de controle, as discussões acerca da viabilidade de uma agência anticorrupção brasileira se fazem cada vez mais cabíveis, sobretudo quando se há recomendação internacional: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção,⁴ ratificada pelo Brasil em 2005 e promulgada em 2006, por meio do Decreto Federal nº 5.687, prevê as seguintes medidas:

I) a criação de órgão estatal especializado na prevenção e no controle à corrupção (agência anticorrupção);

II) o estímulo às boas práticas de governança, à transparência e à integridade dos setores público e privado, em especial no que toca à seleção de pessoal e às contratações públicas;

III) a ampliação da tipificação de condutas tidas como corruptas, alcançando não só as pessoas naturais como também as pessoas jurídicas;

IV) a promoção da cooperação internacional em matéria de combate à corrupção, no que tange, por exemplo, ao procedimento de extradição e à recuperação de ativos, visando à reparação de danos. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

Para Sousa (2008, p.23), uma agência anticorrupção pode ser definida como “[...] órgão (de financiamento) público e de natureza durável, com uma missão específica de combate à corrupção e de redução das estruturas de oportunidade propícias para a sua ocorrência através de estratégias de prevenção e repressão.”

Diversos países apresentam instituições dessa natureza. E em tempos em que se questiona amplamente a credibilidade das instituições governamentais face à repercussão dos diversos casos de corrupção no país, o debate em torno da criação de uma agência anticorrupção no país se faz cada vez mais pertinente. No tópico a seguir serão examinadas algumas experiências internacionais consideradas bem-sucedidas, de modo a verificar se tais modelos, ou ao menos alguns de seus caracteres, podem ser reproduzidos no contexto brasileiro.

⁴ As atribuições de competência da agência (ou das agências), que abarcam a implementação, a fiscalização e a coordenação de políticas anticorrupção, bem como a difusão de conhecimento sobre o fenômeno, devem ser executadas por uma variedade de órgãos. Entende-se que as políticas contidas na Convenção não podem ser efetivamente realizadas por um só órgão (HUSSMAN; HECHLER; PEÑAILILLO, 2009).

Modelos de Agência Anticorrupção

A criação de agências anticorrupção é um fenômeno verificável em diversos países do globo. Diante da diversidade de modelos e formas desses órgãos, a literatura reconhece em duas agências os parâmetros para criação de todas as demais no mundo: são elas a Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC, na sigla em inglês) de Hong Kong e o Bureau de Investigação de Práticas Corruptas (CPIB, na sigla em inglês) de Cingapura (FERREIRA; FORNAISER, 2015; SANTOS, 2009).

Classificadas de acordo com as funções que exercem, as agências anticorrupção podem ser caracterizadas em: I) agências multi-propósitos; II) agências de aplicação coercitiva da lei; ou III) agências de prevenção, coordenação e desenvolvimento de políticas.

O primeiro modelo, de agências multi-propósitos, encampa os órgãos que desenvolvem atividades diversas ligadas à prevenção e ao enfrentamento da corrupção, como o monitoramento e a investigação. O modelo de agências de aplicação coercitiva caracteriza-se pela atuação nas linhas investigativa e processual, a exemplo das procuradorias e dos órgãos de investigação judiciária. Por fim, as agências de prevenção, coordenação e de desenvolvimento de políticas são aquelas que se dedicam à pesquisa, à análise e à elaboração de políticas. Tratam-se de órgãos com natureza científica e de assessoramento sobre o assunto “corrupção”.

Outra classificação, proposta por Heilbrunn (2004), leva em consideração não apenas a função desempenhada pela instituição, mas também a sua vinculação administrativa. Nesse sentido, as agências seriam classificadas de acordo com o modelo universal, o modelo investigativo vinculado ao Poder Executivo, o modelo parlamentar vinculado ao Legislativo e o modelo multiagência sem vinculação específica.

A primeira categoria, da agência universal, independente e autônoma, abrange as funções investigativa, preventiva e comunicativa, sendo representada pela agência anticorrupção de Hong Kong⁵. O modelo investigativo é caracterizado pela formação de restrita comissão com poderes investigativos vinculada ao Poder Executivo: esse é o caso da Agência de Cingapura. Por fim, o modelo

⁵ É preciso observar que a autonomia e a independência de que cuidam os estudiosos estão ligadas à constituição das agências anticorrupção como entes apartados do aparelho administrativo estatal central. Destaca-se, por outro lado, que a autonomia e a independência não afastam a necessidade de controle da atuação da agência, dentro de uma perspectiva de freios e contrapesos. Mesmo nos países ou territórios em que tais entes desfrutam de considerável independência, invariavelmente há a necessidade de reportar-se a uma autoridade estatal superior fora da estrutura da entidade (por ex., um Chefe do Poder Executivo, como é o caso de Hong Kong).

multiagência congrega funções variadas, sendo integrado por um conjunto de organismos independentes e distintos entre si e que atuam em rede de cooperação. Esse último é o modelo observável em países como os Estados Unidos e o Brasil.

Agências Anticorrupção em Hong Kong

Considerado principal modelo de sucesso, a agência anticorrupção de Hong Kong (ICAC) iniciou seus trabalhos no ano de 1974, quando o território ainda era uma colônia britânica.

A agência surgiu em resposta a um quadro de corrupção sistêmica que chegou ao clímax com a eclosão de um escândalo envolvendo o alto escalão da polícia. As práticas corruptas, à época, abarcavam desde políticos de alta hierarquia até os mais diversos servidores públicos, incluindo policiais, bombeiros e funcionários de hospitais, os quais frequentemente exigiam dos cidadãos o pagamento de valores pecuniários indevidos para executar suas atribuições funcionais. Nesse contexto, uma das principais missões da agência foi (e ainda é) a de modificar a percepção pública de que subornos e propinas são uma parte normal da vida cotidiana (INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION, 2016).

A ICAC possui competências abrangentes que abarcam funções investigativas, preventivas e pedagógicas. Autodenominada agência de aplicação da lei (ou de execução da lei), a agência é dotada de atribuições como a de realizar detenções e de efetuar buscas e apreensões. Destaca-se, por outro lado, que a função de acusação atinente aos casos de corrupção é de competência do Departamento de Justiça, e não da ICAC (ANTI-CORRUPTION AUTHORITIES, 2016).

Para cumprir essas e outras funções, a ICAC é dividida em três departamentos: o Departamento de Operações, responsável por receber, avaliar e investigar casos de corrupção; o Departamento de Prevenção da Corrupção, que examina práticas e procedimentos de entes estatais visando à redução das oportunidades para ocorrência da corrupção, bem como presta consultoria gratuita a entidades privadas que a requeiram; Departamento de Relações com a Comunidade, cuja finalidade é educar o público acerca dos males da corrupção e angariar apoio da sociedade no combate à corrupção (INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION, 2016).

Acima de tudo, o modelo de Hong Kong revela uma opção política pela centralização da estratégia de prevenção e combate à corrupção, por meio da

criação de um só órgão autônomo - em termos administrativos e funcionais - e independente em relação a outros entes do Estado. Esse arranjo é justificado, em especial, pela desconfiança que imperava em relação aos órgãos e agentes públicos integrantes da estrutura administrativa vigente à época da criação da agência.

Verifica-se significativa discrepância de valores, tendo em vista a grande diferença territorial entre Brasil e Hong Kong, bem como o fato de que a ICAC se dedica integralmente à prevenção e ao combate à corrupção, o que não acontece com a CGU, que possui outras atribuições não diretamente relacionadas a esse mister. Em outras palavras: o Brasil, um país de dimensões continentais, emprega de fato muito menos recursos no enfrentamento à corrupção do que Hong Kong. Isso explica, em parte, o divulgado sucesso da agência asiática, enquanto a brasileira se encontra em ambiente ainda extremamente marcado pela corrupção.

Atualmente, Hong Kong ocupa a 18ª colocação no índice de percepção da corrupção da Transparência Internacional, somando 75 pontos. Trata-se, ao lado do Japão, do segundo “país” asiático mais bem colocado no ranking, atrás apenas de Cingapura (8ª posição, 85 pontos). A título de comparação, a China, país ao qual pertence a região administrativa de Hong Kong, ocupa a 83ª posição, com 37 pontos (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2015).

Agências Anticorrupção em Cingapura

Em Cingapura, o Bureau de Investigação de Práticas Corruptas (CPIB), instituído em 1952, antes mesmo da independência da Coroa Britânica, em 1959, é a agência responsável pela prevenção e combate à corrupção. Trata-se do único órgão competente para investigar atos de corrupção. Caso algum outro órgão ou entidade de aplicação da lei se deparar com ofensa do tipo, é necessário que ele transfira o caso para o CPIB (HIN, 2011). A criação do CPIB se insere em contexto de reconhecimento, pelo governo, da necessidade de controle e redução da corrupção sistêmica, entendida como herança colonialista (HIN, 2011).

Devido às reduzidas dimensões territoriais da cidade-estado, entendeu-se que o controle da corrupção era vital para garantir a sobrevivência nacional, o crescimento econômico e a atração de investidores estrangeiros. Essa é a razão para o forte apoio político à agência, o qual gerou ambiente favorável ao desenvolvimento das competências do CPIB. A estratégia da agência é combater a corrupção, independentemente de suas formas ou dimensões. Assim, a atuação

do CPIB se estende dos pequenos atos de corrupção até as condutas criminosas de alto nível⁶.

Nesse sentido, três são as funções desenvolvidas pela agência: I) receber e investigar queixas de corrupção, tanto no setor público quanto no setor privado; II) investigar condutas desviantes e ilegais de agentes públicos; III) examinar as práticas e procedimentos no serviço público, de modo a reduzir as oportunidades para as práticas corruptas (QUAH, 2001).

A Lei de Prevenção à Corrupção (PCA, na sigla em inglês), editada em 1960, é a principal norma sobre o combate e prevenção à corrupção em Cingapura. Essa lei prevê as principais condutas tipificadas como corruptas, bem como os poderes a serem desempenhados pela agência no exercício de seu mister (por exemplo, os de busca e apreensão e quebra de sigilo bancário).

Desde a sua edição, o PCA passou por diversas modificações orientadas para o incremento dos poderes de investigação da CPIB, das punições e do aperfeiçoamento de eventuais brechas encontradas na legislação (HIN, 2011). Tal ato normativo está fundado sobre a compreensão de que a corrupção é guiada pela lógica incentivo *versus* oportunidade. Assim, a legislação anticorrupção se dedica à redução ou à remoção dos incentivos e das oportunidades que propiciam a adoção de condutas corruptas pelos indivíduos (QUAH, 2001).

Dentro do amplo escopo de atuação da CPIB, destaca-se a atribuição de investigar condutas corruptas realizadas no setor público e no setor privado: as competências da agência são exercidas tanto em face de quem oferece vantagem indevida quanto de quem recebe. Cabe destacar que a agência de Cingapura possui estrutura bem mais enxuta do que sua contraparte em Hong Kong⁷. Além disso, o CPIB está (administrativamente) localizado no Gabinete do Primeiro Ministro e, em razão de seu *status* jurídico, obtém a cooperação requerida tanto de órgãos públicos quanto de organizações privadas (QUAH, 2001).

O sucesso do CPIB, considerando sua estrutura reduzida e suas funções essencialmente investigativas, está ligado ao seu investimento em estratégias dissuasivas, como o alto valor a que pode chegar a condenação pecuniária (milhares de dólares), bem como o considerável tempo de prisão previsto para determinadas condutas corruptas. Além disso, a efetividade da agência está vinculada à notável discricionariedade que lhe é assegurada por lei, característica consonante

⁶ Cingapura pratica uma política de “tolerância zero” contra a corrupção. O CPIB tem competência para investigar desde uma oferta de suborno de um cidadão a um oficial de trânsito até condutas corruptas praticadas por servidores e agentes políticos do alto escalão (QUAH, 2001).

⁷ Enquanto o quadro permanente do CPIB possui 88 servidores, a agência de Hong Kong conta com cerca de 1.300 agentes.

com o regime semi-autoritário em que ela se insere desde sua independência da Coroa Britânica (QUAH, 2001). Considera-se que tal regime, a despeito da centralização de poder, criou as condições necessárias para a atração de investimentos que contribuíram para o crescimento econômico do país, entre as quais cita-se o recrudescimento das medidas anticorrupção.

Portanto, pode-se sustentar que o preconizado sucesso da estratégia anticorrupção de Cingapura se deve à intensa atuação do CPIB, calcada na Lei de Prevenção à Corrupção, visando à redução das oportunidades para a realização de práticas corruptas, bem como à repressão de condutas ilícitas. Ao mesmo tempo, conjugou-se a atuação da agência com a sistemática melhora dos salários e condições de trabalho de determinadas categorias de servidores públicos, medidas consideradas necessárias para a diminuição dos incentivos para a corrupção (QUAH, 2001).

Agências Anticorrupção nos Estados Unidos

País que apresenta modelo multiagência, de algum modo semelhante ao brasileiro, são os Estados Unidos, onde órgãos de distintas naturezas, como o FBI (Federal Bureau of Investigation), o OGE (Office of Government Ethics) e o GAO (Government Accountability Office) atuam, cada um em seus respectivos campos de competência, na prevenção e no enfrentamento à corrupção.

Enquanto o OGE, criado em 1978, possui viés mais pedagógico, atuando na qualificação do quadro funcional do Estado e na fiscalização de programa de ética no serviço público (UNITED STATES OFFICE OF GOVERNMENT ETHICS, 2016), o GAO, ligado ao Congresso, exerce o controle externo das atividades do Poder Executivo (GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, 2016); o FBI, por sua vez, age essencialmente, e com preponderância, na repressão a crimes de corrupção (FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION, 2016).

A diferença entre Estados Unidos e Brasil, nesse ponto, está ligada à considerável liberdade que os entes federados daquele país possuem para organizar seus próprios sistemas anticorrupção, a qual é decorrente de um sistema constitucional que reconhece aos estados ampla autonomia organizacional, administrativa e legiferante. Essa é a razão pela qual o exame do regime e dos entes anticorrupção estadunidenses geralmente parte do sistema federal, esfera em se inserem os órgãos aqui mencionados.

O modelo multiagência é o mais comum nos países ocidentais, incluído o Brasil. A razão para a preferência por tal modelo – e não por uma construção

institucional que concentre os poderes investigativos, de prevenção e pedagógicos em um só órgão – decorre do fato de que os países, de modo geral, não fazem uma escolha deliberada pelo primeiro arranjo, ele se consolida naturalmente ao longo do tempo. Com efeito, a opção pelo modelo multiagência baseia-se no pressuposto de que a estrutura institucional existente é, em maior ou menor grau, sólida o bastante para enfrentar a corrupção.

Há exceções à regra da “consolidação natural” do modelo multiagência. Nos Estados Unidos, houve opção expressa por combater a corrupção por meio de diversas frentes institucionais, como reflexo do escândalo Watergate (MONTEIRO, 2013). Pode-se sustentar que no Brasil há, também, opção inequívoca pela estratégia de enfrentamento multiorgânico, a qual se reflete, no âmbito nacional, na ENCCLA, abordada no subtópico anterior.

Agências Anticorrupção no Brasil

No Brasil, na esfera federal, a Controladoria-Geral da União (CGU), criada em 2003 e hoje com as competências transferidas ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, é um dos principais órgãos empenhados no combate à corrupção. Atua como órgão central encarregado das funções de controle interno, correição e ouvidoria, desenvolvendo, ainda, ações de promoção da transparência e de prevenção da corrupção. A CGU encampa um conjunto diversificado de funções, de natureza investigativa, preventiva, pedagógica, de monitoramento e de pesquisa, o que a aproxima da categoria de multiagência.

Sustentam-se inúmeras críticas ao modelo multiagência. Dentre elas, destaca-se a sobreposição de uma visão orgânica à visão holística do problema da corrupção, uma vez que neste modelo não há previsão de uma estrutura orgânica inteiramente voltada ao combate à corrupção (SANTOS, 2009; ROCHA, 2008).

Sustenta-se, neste trabalho, a ideia de que o modelo multiagência não compromete a efetividade dos esforços anticorrupção necessariamente, visto que a produção de resultados palpáveis pode depender muito menos da multiplicidade de órgãos de prevenção e combate e muito mais da estrutura legal subjacente a tais órgãos, bem como da organização e concatenação das medidas e estratégias contra a corrupção. O que se discute no tópico a seguir é se o modelo de agência única, da forma como estruturado nos países em que tais iniciativas são consideradas bem-sucedidas, constitui alternativa viável no contexto brasileiro, com as necessárias adaptações às peculiaridades locais.

Condições para a institucionalização de agências anticorrupção no Brasil

É preciso reconhecer que a criação de uma agência anticorrupção não é uma panaceia. Não se trata de uma estratégia capaz de solucionar, por si só, o problema da corrupção. Essa afirmação é corroborada não apenas pela natureza multifacetada do fenômeno da corrupção, mas também pelos seus múltiplos fatores causais.

São poucas as agências que obtiveram êxito no exercício de suas atribuições, a despeito da considerável quantidade de órgãos instituídos nas últimas décadas em diversos países do globo (HIN, 2011; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2005; QUAH, 2001). Mas “[...] não obstante a ideia de um modelo de agência permaneça mais uma preocupação teórica do que operacional, não podemos subestimar o crescente mimetismo e isomorfismo institucional nesse domínio.” (SOUSA, 2008, p.35).

Os modelos considerados bem-sucedidos devem muito de seu sucesso ao contexto político de criação e desenvolvimento de atividades. A mera incorporação acrítica de experiências exitosas de outros países não garantirá o bom desempenho de uma agência anticorrupção.

Um dos requisitos necessários à criação e ao funcionamento de uma agência anticorrupção é o amplo apoio político (SANTOS, 2009). Tendo em vista as funções sensíveis que desenvolvem, é imprescindível que tais agências contem com suporte político nas mais diversas esferas da vida pública. Contudo, há de se reconhecer que este apoio não pode redundar em ingerência política sobre a agência.

Relacionado ao primeiro requisito, está o da necessária independência política e operacional da agência (SOUSA, 2008), o que demanda transparência no procedimento de escolha do titular desse órgão, o qual deve ter mandato assegurado contra pressões políticas. É necessária, também, a existência de um Judiciário e de um Ministério Público independentes.

Outro requisito necessário à criação e ao bom funcionamento da agência anticorrupção é o apoio da sociedade civil (HIN, 2011), extremamente relevante, o qual deve ser fomentado por campanhas educacionais e de conscientização sobre o papel do órgão. O próprio *framework* legal sobre o qual a agência se sustenta deve ser sólido e abrangente, de modo a dar esteio à atuação autônoma e independente do órgão anticorrupção, garantindo-se a sindicabilidade, assim como a responsabilização em caso de eventual abuso.

A agência deve ser dotada de amplos poderes investigativos incidentes sobre o destino dos recursos públicos, devendo ser instrumentalizada com prerrogativas que propiciem o bom desempenho de suas funções. Como exemplo, pode-se citar a possibilidade de obtenção dos dados fiscais e patrimoniais atinentes à evolução incompatível com a renda de servidores estatais, entre outros.

Por fim, a agência deve ser estruturada com recursos humanos, financeiros e técnicos adequados: o seu pessoal deve ser qualificado, ter suas demandas de natureza técnica atendidas (a exemplo daquelas concernentes à tecnologia da informação) e deve contar com recursos financeiros em montante suficiente para satisfazer às finalidades estabelecidas.

Institucionalizar as ações anticorrupção é reconhecer a gravidade do problema e torná-lo um elemento constante da agenda governamental, não apenas como um item de programa de governo. Trata-se de instrumento por meio do qual se estabelecem formas de ação permanentes, porém aperfeiçoáveis, visando ao tratamento de um problema. A institucionalização, nesse sentido, é via para o desenvolvimento e a implementação de estratégias e mecanismos de combate à corrupção, abarcando a perspectiva organizacional. O combate à corrupção transforma-se, assim, em política pública.

Em outra perspectiva, uma vez atendidos os requisitos atinentes à criação e bom desempenho das agências e definidos os objetivos a serem buscados, tais órgãos devem desenvolver estratégia holística de prevenção e enfrentamento da corrupção, adotando medidas preventivas, investigativas e de conscientização e instrução dos jurisdicionados acerca das práticas corruptas.

Nessa perspectiva, a agência deve atuar dentro de um sistema de integridade, submetendo-se ao controle externo, dentro de um sistema de “freios e contrapesos”, que evita excessos, bem como estar sujeita a responsabilização em caso de cometimento de abusos.

Com a absorção em 2016 da CGU pelo recém-criado Ministério da Transparência, houve maior afastamento do primeiro órgão do ideal de agência independente e especializada preconizado pelos estudiosos do tema da corrupção. O Ministério em menção, abarcando as atribuições da CGU, congrega uma série de funções que englobam o controle interno, a correição e a ouvidoria e está subordinado ao Executivo Federal.

Diante dos desafios da atualidade, realçados pelo desnudamento de um esquema de corrupção com a proporção e as repercussões do escândalo da Petrobrás, não se afigura desejável que as funções de prevenção e combate à corrupção fiquem diluídas no novo Ministério.

Monteiro (2013) apregoa alguns requisitos e caracteres a serem observados na criação e no desempenho das funções da agência anticorrupção no Brasil, a saber:

- I) a instituição mediante lei como uma espécie de agência reguladora (ou seja, uma autarquia especial, com personalidade jurídica de direito público, apenas vinculada, e não subordinada, ao poder central);
- II) o titular dessa agência deve ser indicado por um conselho integrado por órgãos como a CGU, o MPF e o TCU para um mandato de quatro anos, preferencialmente não coincidente com as eleições gerais ou municipais (o objetivo, nesse caso, é reduzir a influência política sobre a agência);
- III) pessoal admitido mediante concurso, para integrar carreira bem remunerada, como reflexo de um esforço de atração de profissionais qualificados e de estímulo à permanência na carreira; autonomia orçamentária;
- IV) foco na inteligência, de modo que a prioridade não seja a quantidade de casos investigados, mas sim a qualidade da investigação, que deve ser preferencialmente centrada em casos previamente selecionados com base em critérios estratégicos, em uso massivo de informação e com esteio em estratégias como mapeamento e gerenciamento de riscos.

Em síntese, tais agências devem estar fundadas no tripé: independência funcional e autonomia; operações lastreadas em trabalho de inteligência e de tecnologia da informação; pessoal qualificado e bem treinado. Tais caracteres já se encontram contemplados em órgãos constitucionais autônomos brasileiros centenários, os quais, com o decorrer das décadas, ainda carecem de plena efetividade no combate e na prevenção à corrupção, quais sejam, os Tribunais de Contas.

Ainda no cenário de proposição de um arranjo institucional anticorrupção, Santos (2009) aponta que o sistema brasileiro (na órbita federal) de combate ao fenômeno, composto essencialmente pela CGU, pelo MPF, pela PF e pelo TCU, é integrado por instituições que atuam de forma coordenada, mas que estão submetidas a ordenamentos distintos, nos quais o tratamento do problema da corrupção recebe “peso” diferenciado. Mais do que isso: nenhuma das instituições indicadas se dedica exclusivamente ao combate da corrupção.

Nesse contexto, Santos (2009) defende a especialização dos citados órgãos, sem perder de vista a necessidade de ação coordenada entre eles. Assim, as funções de prevenção e combate à corrupção devem ser concentradas em um só órgão. Nesse modelo, o MPF, ao lado da PF, se centraria na função de aplicação coercitiva da lei (denominada genericamente de atuação “processual”), enquanto à PF caberia a atribuição de investigar, subsidiariamente à CGU, os casos de corrupção.

Não se propõe a criação de uma “super agência”, com poderes amplos e extensos para investigar todo e qualquer caso de corrupção, mas sim que, dentro de sua especialidade, o órgão estatal anticorrupção desenvolva ações efetivas de prevenção e combate à corrupção, atuando sobre casos ou temas selecionados, nas esferas local, regional e federal, e estruturando-se nos seguintes eixos: investigação, prevenção, função pedagógica, processamento e punição.

Uma política de “tolerância zero”⁸, tal como praticada por algumas das agências citadas como referenciais neste trabalho, em especial, as asiáticas, não é transferível à realidade brasileira, por uma série de razões, duas, fundamentalmente: em primeiro lugar, observa-se uma falta de clareza a respeito do que exatamente “tolerância zero” significa na prática. Entre outros problemas, tal indefinição pode ocasionar a falta de flexibilidade para lidar de modo adequado com as vicissitudes dos casos individuais; em segundo lugar, os custos de investigar todo e qualquer caso de corrupção podem provocar a progressiva inefetividade da agência, em razão do volume excessivo de trabalho e da ausência de foco, embora se reconheça o efeito preventivo que uma cultura de combate à impunidade, em qualquer ordem de relevância, pode gerar.

Pelas razões expostas, a abordagem da corrupção na linha da “tolerância zero” pode ser desejável, conquanto se reconheça a potencialidade de acarretar efeitos contrários aos vislumbrados pelo Estado quando da implementação da estratégia de prevenção e combate à corrupção. É de caráter primordial ajustar a matriz de vulnerabilidade (ou matriz de risco) de modo a centrar esforços na prevenção e no enfrentamento à corrupção. Afasta-se, assim, e a favor dos interesses da coletividade, a abordagem ampla e potencialmente indevida da política de tolerância zero (SANTOS, 2009; SOUSA, 2008).

⁸ A política de “tolerância zero” representa o comprometimento do Estado em investigar, processar e punir todas as manifestações de determinados tipos de transgressão à lei, não importa o quão graves eles sejam. Aplica-se a ilícitos que variam desde a criminalidade de rua até o abuso de drogas. Conquanto estudiosos reconheçam a diminuição da criminalidade no contexto de aplicação dessa política, diversas críticas são feitas a ela, a exemplo da ausência de proporcionalidade, da falta de flexibilidade na aplicação da lei, da discriminação na aplicação da lei, do enfraquecimento ou violação ao devido processo legal (SIMONE; TAXELL, 2013).

Nesse sentido, a atuação de qualquer órgão de controle deve se pautar pela seleção de casos a serem investigados, segundo critérios de materialidade, relevância e risco. O processo de seleção deve ser transparente e bem delineado, com a exposição dos parâmetros de escolha, de modo a propiciar os adequados freios e contrapesos. Tal processo deve se pautar por critérios como materialidade, verificabilidade e custo-benefício (não apenas econômico, devendo-se levar em conta, também, a relevância do caso e a probabilidade de a investigação levantar evidências suficientes para sustentar uma alegação).

A efetividade da atuação da agência fica condicionada, assim, à sua especialização. Ao mesmo tempo, deve-se atentar para a necessidade de atuação conjunta e coordenada da agência com outros órgãos cujas competências versem sobre a prevenção e o enfrentamento da corrupção.

As evidências apontam que a opção por um modelo institucional de agência anticorrupção com extensos poderes e significativa capacidade de controle está diretamente ligada à reduzida dimensão da área geográfica em que tal órgão se insere (HEILBRUNN, 2004). As agências anteriormente mencionadas como modelos mundiais no combate à corrupção estão localizadas em países ou regiões administrativas de pequena dimensão territorial e/ou com uma população reduzida, características que não são ostentadas pelo Brasil. Esses, contudo, não são os únicos fatores capazes de explicar a efetividade das agências em tais contextos - pois, acima de tudo, requer-se um verdadeiro compromisso político no enfrentamento da corrupção. Daí que se pode afirmar que o modelo de órgão único dotado de amplos poderes, nas três esferas políticas da federação brasileira, tem reais chances de prosperar no Brasil, país de dimensão continental e com uma sociedade marcadamente plural.

O desafio imposto pelo fenômeno multifacetado da corrupção leva à necessidade de concepção e implementação de estratégias e medidas adequadas ao enfrentamento de um problema que compromete a democracia e gera questionamentos quanto à legitimidade dos poderes públicos. Nesse contexto, destaca-se o necessário processo de institucionalização de uma política pública de prevenção e combate à corrupção, abarcando o viés organizacional e reformas constitucionais (SOUSA, 2008).

Considerações Finais

No Brasil, em face da recente eclosão de casos de corrupção de grande proporção, notadamente, aqueles relacionados à empresa estatal Petrobrás, passou-se a examinar com mais profundidade os efeitos da corrupção, sejam eles econômi-

cos, políticos ou sociais. Nesse cenário, crescem as vozes que demandam a criação de uma agência anticorrupção apta a enfrentar os desafios existentes. Apesar de, na esfera federal, contar com a CGU, órgão que desempenha, entre outras tarefas, as funções de prevenir e combater a corrupção, a análise da literatura especializada sobre o tema não permite classificar tal órgão, com as características que ostenta na atualidade, como uma “verdadeira” agência anticorrupção.

Essa conclusão tem esteio na falta de especialização da CGU, que não desempenha exclusivamente uma função anticorrupção. O exame de algumas das agências internacionais anticorrupção permitiu observar que a especialização é a principal e mais importante característica a ser adotada pelo órgão brasileiro encarregado do combate à corrupção. Considera-se que a concentração dos esforços de prevenção e combate da corrupção em um órgão especializado incrementa a efetividade da política pública voltada ao enfrentamento do complexo fenômeno.

A especialização da CGU não afasta a necessidade de atuação coordenada e articulada do Estado e da sociedade brasileira no combate à corrupção, sobretudo no campo normativo: legislações que tratam de orçamentos, licitações e contratos e repasse de recursos a ONGs. A modificação da aplicabilidade do orçamento brasileiro (que deixaria de ser autorizativo para tornar-se impositivo) constitui um importante instrumento no combate à corrupção. Tal medida se faz necessária dada instabilidade das previsões orçamentárias e a constância de decisões discricionárias que influenciam no bom curso das relações entre empresas contratadas e o governo, por exemplo. Quanto às licitações e contratos, persiste a necessidade de fiscalizações sobre os dispositivos contratuais. Restrições de competitividade, possibilidade de fracionamento contratual ou, ainda, de dispensa da licitação sob a alegação de “urgência” são problemas frequentes identificados na prática da administração pública com as contratações.

Com o objetivo de auxiliar a atuação da “nova CGU”, a criação de juizados especializados no trato das questões relacionadas à corrupção pode gerar maior efetividade das ações punitivas e reduzindo a sensação de impunidade que paira sobre a esfera judiciária brasileira.

Há de se reconhecer que para combater a corrupção é fundamental obter a confiança dos cidadãos no Estado como instituição. É preciso acreditar e fazer que é possível combater e reduzir a corrupção a níveis mínimos. Assim será possível obter o apoio e a participação de uma sociedade civil ativa e independente.

REFERÊNCIAS

AIDT, T. Corruption, institutions and economic development. **Oxford Review of Economic Policy**, Oxford, v. 25, n. 2, p. 271-291, 2009.

ANTI-CORRUPTION AUTHORITIES. Country Profiles. **The Anti-Corruption Authorities (ACAs) Portal**. [S. l.]: The World Bank Group, [2016]. Disponível em: <http://www.acauthorities.org/>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção**. Brasília: CGU, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 ago. 2018.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. **What we investigate**: Public Corruption. [Washington]: FBI, 2016. Disponível em: <https://www.fbi.gov/investigate/public-corruption>. Acesso em: 04 jun. 2017.

FERREIRA, L. V.; FORNASIER, M. D. O. Agências anticorrupção e administração pública: uma perspectiva comparada entre Brasil e outros países. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1583-1601, 2015.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, p. 386-421, 2009.

FURTADO, L. R. **As raízes da corrupção no Brasil**: estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **About GAO**. Washington: Government Accountability Office, 2016. Disponível em: <http://www.gao.gov/about/index.html>. Acesso em: 04 nov. 2017.

HEILBRUNN, J. R. **Anti-corruption comissions**: panacea or real medicine to fight corruption? [S. l.]: World Bank Institute, 2004.

HIN, K. T. **Corruption control in Singapore**. [2011]. The 13th International Training Course on the Criminal Justice Response to Corruption, [S. l., 2011]. Disponível em: https://www.unafei.or.jp/publications/pdf/RS_No83/No83_17VE_Koh1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2016.

HUSSMAN, K.; HECHLER, H.; PEÑAILILLO, M. Institutional arrangements for corruption prevention: considerations for the implementation of the United Nations Convention against Corruption Article 6. **U4 Issue**, Bergen, v. 4, p. 1-26, 2009. Disponível em: <https://www.u4.no/publications/institutional-arrangements-for-corruption-prevention-considerations-for-the-implementation-of-the-united-nations-convention-against-corruption-article-6>. Acesso em: 22 jun. 2018.

INDEPENDENT COMMISSION AGAINST CORRUPTION. **Brief History**. [S. l.]: ICAC, 2016. Disponível em: http://www.icac.org.hk/mobile/en/about_icac/bh/index.html. Acesso em: 18 jun. 2018.

LOUREIRO, M. R. *et al.* Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, p. 54-67, 2012.

MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da democracia? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 27-37, 2010.

MONTEIRO, F. M. **Anti-corruption agencies: solution or modern panacea?** Lessons from Ongoing Experiences. Washington: The George Washington University School of Business: Institute of Brazilian Issues, 2013.

QUAH, J. S. T. Combating corruption in Singapore: what can be learned? **Journal of Contingencies and Crisis Management**, Chichester, n. 1, p. 29-35, 2001.

ROCHA, L. G. O combate à corrupção em redes interorganizacionais: um estudo da estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. **Revista da CGU**, Brasília, ano 3, n. 5, p. 70-82, 2008.

SANTOS, R. A. D. Institucionalização dos mecanismos anticorrupção: da retórica ao resultado. **Revista da CGU**, Brasília, ano 4, n. 6, p. 85-109, 2009.

SIMONE, F. D.; TAXELL, N. Donors and “zero tolerance for corruption”: from principle to practice. **U4 Brief**, Bergen, v.2, p.1-4, 2014. Disponível em: <https://www.u4.no/publications/donors-and-zero-tolerance-for-corruption-from-principle-to-practice>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SOUSA, L. D. As agências anticorrupção como peças centrais de um sistema de integridade. **Revista da CGU**, Brasília, ano 3, n. 4, p. 20-45, 2008.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption perceptions index 2015**: data and methodology. Berlin: Transparency International, 2015. Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi2015>. Acesso em: 02 nov. 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Institutional Arrangements to Combat Corruption**: a comparative study. Bangkok: United Nations Development Programme, 2005.

UNITED STATES OFFICE OF GOVERNMENT ETHICS. **Missions and Responsibilities**. Washington: United States Office of Government Ethics, 2016. Disponível em: <https://www.oge.gov/Web/OGEnsf/Mission%20and%20Responsibilities>. Acesso em: 04 ago. 2017.

VIEIRA, F. M. Cultura brasileira e corrupção. **Revista da CGU**, Brasília, Ano 3, n. 4, p. 46-62, 2008.

Recebido em 21 de junho de 2018

Aprovado em 6 de novembro de 2018

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ JUVENIL EM BAJA CALIFORNIA, MÉXICO E CALIFÓRNIA, ESTADOS UNIDOS: UM ESTUDO COMPARATIVO COM PARTICIPANTES DE MODELOS DE NAÇÕES UNIDAS

Fernando David MÁRQUEZ DUARTE¹

RESUMO: Na presente pesquisa, é apresentado o tema da mudança na participação cidadã juvenil que o Modelo de Nações Unidas (MUN pelas siglas em inglês) propicia aos seus participantes, em Baja California (B.C.), México e Califórnia (CA), Estados Unidos (EUA). O tema é analisado usando as teorias da democracia participativa e do desenvolvimento democrático, a partir dos resultados do trabalho de campo realizado. A metodologia utilizada nesta pesquisa é predominantemente qualitativa, no entanto, faz-se necessária uma triangulação metodológica com dados quantitativos para se chegar a conclusões mais completas. Como trabalho de campo, foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas. A conclusão principal a partir do resultado da pesquisa, sustentado pelo trabalho de campo, é que o MUN propicia a participação cidadã juvenil aos jovens entrevistados. Além disso, apresentam-se discussões relativas à relação das teorias com os resultados de trabalho de campo, assim como recomendações de política pública para futuras pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Participação cidadã. Democracia participativa. Modelo de Nações Unidas. Jovens.

¹ Universidad Pedagógica Nacional (UPN), Mexicali – B.C. – México. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Colegio de la Frontera Norte (COLEF). fdmdj@hotmail.com

YOUTH CITIZEN PARTICIPATION IN BAJA CALIFORNIA, MEXICO AND CALIFORNIA, UNITED STATES: A COMPARATIVE STUDY IN MODEL UNITED NATIONS PARTICIPANTS.

ABSTRACT: *In the present research, I address the topic of how taking part in Model United Nations (MUNs) simulations has an effect on youth citizen participation, focusing on the case of MUNers in Baja California (B.C.), Mexico and California (CA), USA. The topic is analyzed using the approaches of participatory democracy and democratic development, and from the results of the fieldwork conducted. I use a predominantly qualitative methodology, however I realize a methodological triangulation with quantitative data to achieve to more complete conclusions. As fieldwork, I conducted 18 semi-structured interviews. The main conclusion, supported by the fieldwork, is that MUNs foster youth citizen participation in the young interviewees. I also present other conclusions related to topics such as the relation of the approaches with the fieldwork results, as well as public policy recommendations and recommendations for future researches.*

KEYWORDS: *Citizen participation. Participatory democracy. Model United Nations. Youth.*

Introducción

En la actualidad la participación ciudadana ha tomado una gran relevancia en los estudios sociales y políticos, por lo que en esta investigación busco saber si la participación de jóvenes en Modelos de Naciones Unidas (MUNs), fomenta cambios en su participación ciudadana juvenil, con el estudio de caso de los MUNs en Baja California (B.C) y en California (CA), así como otros aspectos como el papel de la participación ciudadana juvenil en el desarrollo democrático dentro de una propuesta analítica de democracia participativa.

La presente investigación aporta varios aspectos relevantes para el estudio de la democracia en la región, ya que analiza la participación ciudadana de jóvenes en B.C. y en CA. Los contextos democráticos de ambos estados les brindan una justificación como casos de estudio. B.C. por una parte fue el primer estado de México en tener alternancia política, California, por su parte, ha tenido siempre una fuerte tradición en democracia, sobre todo en instrumentos de democracia directa. Asimismo, el contexto político mexicano (elecciones presidenciales en 2018) brinda mayor relevancia al estudio de la participación ciudadana, sobre todo de los jóvenes que representan un gran porcentaje de la población votante

en el país. Por otro lado, el contexto político actual en EEUU es también relevante dado a la tensión de relaciones con México y con una multitud de países en el mundo causadas por el comportamiento y acciones impredecibles del actual presidente estadounidense.

Un aspecto crucial que brinda justificación a la investigación es el contexto de participación juvenil, ya que hay indicios de una tendencia de baja participación ciudadana de jóvenes en las instituciones tradicionales, pero no así en las formas de participación no-tradicionales. Los niveles bajos de participación ciudadana, específicamente de los jóvenes en B.C. y CA es una situación negativa para el desarrollo democrático, por lo que es necesario que se analice el tema con esta investigación.

Contexto

De acuerdo con la Encuesta Nacional de Cultura Política Juvenil, formulada por el Colegio de México (COLMEX) en 2012 (AGUILAR; GÓMEZ TAGLE; TEJERA, 2012), en términos de la participación política no institucional se encontró que un 19.3% participa de esta forma, en esta encuesta se consideran no solo Organismos de la Sociedad Civil (OSCs) y voluntariado, sino también asociaciones estudiantiles, religiosas y deportivas. Otra de las preguntas relevantes para esta investigación es la que cuestiona si los jóvenes han participado en una protesta o marcha, a lo cual solo un 5.2% responde que sí (AGUILAR; GÓMEZ TAGLE; TEJERA, 2012).

Sobre la participación en partidos políticos, 1.235.897 jóvenes participaron en ellos en 2016 en México, mientras que el total de participación en partidos políticos fue de 8.070.603 a nivel nacional, por lo que la participación de los jóvenes en este ámbito representó en 2016 un 15.3%. Sin embargo, los jóvenes encargados de tomar decisiones a nivel nacional en partidos políticos fueron solo 24 individuos, que comparado con los 660 individuos en total que toman las decisiones en los partidos representan solo un 4% (JÓVENES EN MOVIMIENTO, 2016). La marginación de los jóvenes en la toma de decisiones es un tema de alarma en los partidos políticos, esto puede ser por la estructura sumamente jerárquica y elitista de los partidos.

Otro indicador que muestra información contextual relevante al tema es el IDD (Índice de Desarrollo Democrático). Los indicadores contemplados en el IDD que son más relevantes para esta investigación son la participación en el voto, referéndum, plebiscito, iniciativa de ley y participación en marchas y protestas.

Analizando la información sobre B.C., el promedio general en el IDD 2017 es de 1.855, (sobre una escala de 1-10) ocupando el lugar 23 del país de un total de 32 estados, considerándose en el rango más bajo, llamado de mínimo desarrollo democrático. En la dimensión de democracia de los ciudadanos, por ejemplo, B.C. ocupa el último lugar, en gran medida porque la participación electoral fue la más baja con respecto a las otras entidades, con alrededor del 30% (FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER; INE; COLMEX; USEM; CEPOS, 2017).

En cuanto a cifras tenemos que la participación electoral en B.C. se caracteriza por ser de las más bajas del país. Por ejemplo, en las elecciones de 2015 para elegir diputados federales, únicamente 762 mil votaron en B.C., alrededor del 30% del censo. En aquellas elecciones, los jóvenes que votaron por primera vez tuvieron una participación del 44%, 3% menos que la media nacional. Por otro lado, en la elección local de 2016, donde se eligieron alcaldes y se renovó el congreso local, se tuvo una participación del 32% en B.C. según el Instituto Electoral del Estado de Baja California (IEEBC) (ROSALES, 2018).

En los últimos años existe una tendencia de baja participación en California y en EEUU en general, en indicadores como el voto, como el voluntariado y la participación en OSCs. También se asevera que los jóvenes son el grupo de edad que menos vota. Por otro lado, el promedio de voto en CA es menor que el de EEUU, aunque en voluntariado y OSCs es similar al promedio nacional (RAMAKRISHNAN; BALDASSARE, 2004). Si contemplamos los datos relevantes a nivel nacional en EEUU encontramos que con datos de una encuesta de actividad comunitaria de 2004, se tiene que un 36% de estadounidenses declararon haber trabajado en proyectos comunitarios. Con datos de 2004 también, un 7% de estadounidenses declararon haber participado en protestas en los últimos cinco años (DALTON, 2011).

Sobre la participación no-convencional, en el estudio *Participatory Politics: New Media and Youth Political Action*, realizado a jóvenes estadounidenses se midieron estos actos, denominados como actos participativos, el acto participativo más practicado por los encuestados es el compartir imágenes/sátiras sobre temas políticos y/o candidatos, seguido de compartir opiniones y/o notas sobre política y/o candidatos políticos, así como comentar sobre éstas (3er. lugar). Cabe resaltar que el segundo y tercer lugar de estos indicadores constituyen uno de los que uso para medir la participación ciudadana juvenil en la dimensión electoral-política (COHEN; KAHNE, 2012).

Como resultado de este estudio se tiene que 41% de los jóvenes encuestados han participado en por lo menos un acto participativo. Un 37% de los

encuestados, por su parte, declara que participa tanto en la política enmarcada dentro de las instituciones formales como en actos participativos. En el estudio se consideran las siguientes formas de participación dentro de marcos institucionales formales: participar en partidos políticos, ser parte de eventos políticos, firmar peticiones a políticos, entre otros (COHEN; KAHNE, 2012).

En el contexto de California, se ha tenido siempre una fuerte tradición en democracia, sobre todo en instrumentos de democracia directa, al punto que en 2003, los californianos decidieron aplicar la revocación de mandato contra el gobernador demócrata Gray Davis. Para que la propuesta llegara a la votación recaudaron más de 1.300.000 firmas y en la votación se revocó el mandato de Davis. La tradición de democracia directa se multiplica en California a partir de 1978, para la proposición 13 para limitar los impuestos, siendo seguida por otros 24 estados posteriormente, siendo California un re-impulsor de la democracia en EEUU (BALDASSARE; KATZ, 2007). Es importante considerar que referente al marco legal de la participación en los estados analizados, la revocación de mandato no es un instrumento válido en la Constitución de B.C., ni en la Constitución de los Estados Unidos Mexicanos. Gracias a las reformas de los artículos 8º y 28º publicadas en el Periódico Oficial del Estado de Baja California, el 1 de octubre de 1997, en B.C. los instrumentos de democracia directa considerados son el plebiscito, el referéndum y la iniciativa popular (OLIVOS, 2010). Sin embargo a nivel nacional en México no existe una ley de participación ciudadana, por lo que los mecanismos permitidos, así como sus procesos varían dependiendo del estado. En EEUU también varían los mecanismos dependiendo del estado, pero las iniciativas de ley y referéndum están consagradas en el marco legal nacional, factor que permite una mayor participación ciudadana.

Marco teórico

Para este trabajo se analizan dos enfoques teóricos: el de la democracia participativa y el del desarrollo democrático.

El de la democracia participativa tiene como principales exponentes a Carole Pateman (1970) y Benjamin Barber (2003). Cabe resaltar que la participación ciudadana se contempla dentro de la teoría de la democracia participativa, que se puede definir como el conjunto de instrumentos participativos que va más allá de la democracia representativa, ya que contempla una mayor participación política directa, teniendo como fin el mejorar la democracia. Algunos de los factores que se consideran en la democracia participativa son el darle importancia a lo local, la horizontalidad en la elaboración de las decisiones políticas, y la

trascendencia de los instrumentos participativos (como referéndum, plebiscito, entre otros) (RAMÍREZ NÁRDIZ, 2016). Por su parte, Barber (2003) define su modelo de democracia participativa llamado democracia fuerte, como la política donde el conflicto se resuelve por medio de un proceso participativo, auto-legislación y la creación de una comunidad política que tiene la capacidad de transformar individuos privados en ciudadanos, así como intereses privados en bienes públicos.

Es necesario profundizar en las discusiones de la democracia participativa para comprender mejor el enfoque teórico de esta investigación. Pateman (1970) retoma en su obra maestra *Participation and Democratic Theory* las corrientes de las teorías de la democracia. Tanto Barber (2003) como Pateman (1970) critican las visiones de la democracia realista, liberal, utilitarista, bajo el común denominador de promover solo intereses particulares y de limitar la participación ciudadana, sin poner al ciudadano como protagonista de la toma de decisiones y acción política. Así mismo critican que en el modelo representativo la toma de decisiones se traduce solamente en el voto, Barber declara que el foco se debe dar en la participación; el discutir y deliberar brinda más oportunidad de medir cualitativamente el compromiso de los participantes (BARBER, 2003).

Para continuar con el análisis de la teoría es necesario retomar los puntos principales de ésta, que presentan relevancia para esta investigación. El modelo de la democracia participativa se puede explicar como aquel en el que hay un *input* máximo –que es la participación ciudadana- requerido, donde los *outputs* incluyen las decisiones públicas (PATEMAN, 1970), convirtiéndose en un círculo virtuoso de participación (retomando los postulados de las corrientes liberales y participativas de las teorías de la democracia). También se puede entender como un modelo participativo de comunidades de ciudadanos que se auto-gobiernan, desarrollan la capacidad de la acción mutua y el bien común, por medio de instituciones participativas (BARBER, 2003).

Las propuestas de Barber (2003) sobre el enfoque de la democracia participativa siguen la línea de lo propuesto por Pateman (1970), en donde la política sea la forma en que individuos con diferentes intereses puedan vivir juntos en una comunidad, donde exista la posibilidad de transformar lo privado en público, la dependencia en interdependencia, el conflicto en cooperación mediante participación ciudadana, deliberación pública y formación ciudadana, en donde existe una confrontación continua entre ciudadanos para fomentar la actuación y el pensamiento en común (BARBER, 2003). Vale la pena resaltar que este último punto es uno de los beneficios de los MUNs, el fomentar la empatía y

cooperación mediante la socialización, factor que analizaré más adelante con la información recabada a los entrevistados.

Para esta investigación he elegido esta teoría ya que me permite realizar el análisis de la participación ciudadana, y me da las bases para operar con el concepto principal, de enfoque en el ciudadano, no en el Estado.

Continuando con la discusión teórica es preciso analizar el segundo enfoque: el desarrollo democrático. Éste presenta una gran relevancia ya que se integra con el tema de la democracia participativa, con las propuestas teóricas de Pateman (1970) y Barber (2003). Sobre democracia participativa se analiza el papel de la participación ciudadana juvenil inserta en un espacio de asuntos públicos, centrándose sobre todo en las dimensiones directa y social de mi operacionalización de la participación ciudadana juvenil. Así mismo uso los enfoques teóricos de Rivas (1996) y Dagnino, Rivera y Panfichi (2006) sobre desarrollo democrático, que establecen que la participación ciudadana es clave para tener este tipo de desarrollo en una sociedad, con formas de participación pertenecientes a las tres dimensiones que considero para mi investigación: la social, la directa y la electoral-política.

El desarrollo democrático se refiere al proceso de constitución de ciudadanía política activa y de la ampliación de la participación en asuntos públicos (RIVAS, 1996), ya que en éste se considera a la participación ciudadana, especialmente mediante la sociedad civil y los instrumentos participativos como imprescindibles para alcanzar esta forma de desarrollo, así como la consolidación democrática, considerando especialmente la importancia de los contextos. En este trabajo uso el enfoque teórico de Dagnino, Rivera y Panfichi (2006) que analizan específicamente la cuestión del desarrollo democrático en América Latina.

Dagnino, Rivera y Panfichi (2006), comienzan aseverando que existe una profunda crisis de representación de los partidos a nivel internacional, pero especialmente en América Latina. Es decir, los vínculos de los partidos políticos con los ciudadanos se han debilitado. Un factor clave es que esta crisis evidencia la crisis de legitimidad del sistema imperante en la región: la democracia liberal representativa.

El caso de México es peculiar, ya que a diferencia de la mayoría de los otros países de América Latina, no tuvo una dictadura (al menos no expresa), por lo que la izquierda no tomó una gran fuerza en el país hasta estas últimas elecciones presidenciales de 2018, donde por primera vez un candidato de izquierda ganó la presidencia, Andrés Manuel López Obrador, del partido de izquierda MORENA. Por lo que se espera que se avance hacia un proyecto más

democrático-participativo, quebrando con el modelo neoliberal que ha estado presente por algunos sexenios, junto con aspectos de un proyecto autoritario, que ha estado presente por muchas décadas en el país. El caso estadounidense es bastante diferente del Latinoamericano, ya que para empezar es un país que no ha sufrido dictaduras, esto ha determinado un proyecto político muy diferente al de los países de América Latina, así mismo es un país con un sistema político y electoral diferente a los países del continente, contando con la particularidad de un voto indirecto, por medio del colegio electoral. El hecho de que la reelección de todos los puestos de elección popular exista desde hace décadas, ha hecho que el proyecto político sea más democrático-participativo y que la lealtad partidista sea mucho menor que en otros países, favoreciendo una mayor incidencia de la participación ciudadana.

Por otro lado, cabe resaltar que en América Latina la participación ciudadana ha sido impulsada por la misma ciudadanía, no ha sido desde un principio reconocida por el gobierno de manera integral, ha sido un camino difícil, sobre todo en los gobiernos autoritarios de la región, donde la sociedad ha ido presionando para demandar mayor democracia y sobre todo, derechos para todos los ciudadanos (CANTO CHAC, 2008). En EEUU el reconocimiento de la participación ciudadana ha sido diferente, ya que desde hace décadas existen varios instrumentos de participación ciudadana institucionalizadas, sobre todo en California, incluyendo instrumentos como el referéndum, la iniciativa de ley, la revocación de mandato, todos ellos incluidos en la boleta electoral. Es interesante que aunque el sistema electoral sea más indirecto en EEUU, comparado con México, la institucionalización de la participación ciudadana sea mayor, ya que los canales para esta son más accesibles, factor favorecido por una serie de razones, sin embargo una importante es la reelección legislativa, ya que en EEUU por décadas se permite esta figura, por lo que los legisladores tienen menos lealtad partidista que en México, que toman más en cuenta al electorado en las decisiones legislativas.

Los autores que impulsan el enfoque del desarrollo democrático retoman varios postulados de la democracia participativa, aseverando que ésta “[...] emerge como respuesta a las características elitistas y excluyentes de las democracias electorales y a las teorías que fundan esta comprensión limitada y limitante de las mismas.” (DAGNINO; RIVERA; PANFICHI, 2006, p. 15). De manera que concuerdan estas críticas con las planteadas por Barber (2003) y Pateman (1970) sobre otras teorías de la democracia, como la imperante actualmente, la liberal representativa. Los autores sostienen también, apoyando las ideas de la democracia participativa, que las estructuras de análisis democráticos convencio-

nales no admiten el conflicto social, buscan minimizarlo y limitan el concepto de política a la lucha por el poder en un modelo de representación que solo tiene cabida por medio de las elecciones (DAGNINO; RIVERA; PANFICHI, 2006).

En los postulados del desarrollo democrático, es necesario el fortalecimiento de la sociedad civil en búsqueda del pleno ejercicio de la participación ciudadana en todos los asuntos públicos y aspectos de la sociedad (RIVAS, 1996). Dentro del concepto de participación ciudadana juvenil propuesta en esta investigación, se incluyen tres dimensiones, como ya se ha mencionado. Una de ellas es la social, donde se incluyen la participación en OSCs, voluntariado, comités vecinales y organizaciones comunitarias, ya que estas son esferas de actuación importantes que brindan espacios para que los individuos participen, convirtiéndose en ciudadanos participativos.

En el concepto de participación ciudadana juvenil que propongo para esta investigación, contemplo la dimensión directa, donde incluyo varios mecanismos como los que mencionan los autores, incluyendo, más no limitándose, a asambleas populares, consultas ciudadanas e iniciativas de ley ciudadanas, donde los ciudadanos pueden participar, constituyéndose como políticamente activos, de manera que puedan generar el desarrollo que deseen en un escenario participativo.

Marco conceptual

Para la investigación es primordial desarrollar el análisis de los conceptos relevantes, ya que es un estudio exploratorio de corte cualitativo. El análisis conceptual gira en torno al concepto de participación ciudadana juvenil y de la discusión conceptual sobre los MUNs.

El aporte central de esta discusión es la propuesta que realizo para conceptualizar la participación ciudadana juvenil. Es importante acotar la definición que uso en la investigación, por lo que la defino como: toda interacción de ciudadanos jóvenes² (15 a 29) en procesos de toma de decisiones públicas de manera individual y/o colectiva, así como en procesos que directa o indirecta-

² Vale la pena resaltar que la concepción de juventud que uso es etaria, es decir, solo por edad, no realizo una discusión de lo que son las juventudes ya que no es el objetivo de este trabajo analizar manifestaciones ni identidades sociales y/o culturales, así mismo como explico en el apartado contextual, uso el rango de edad que usa el Instituto Mexicano de la Juventud (IMJUVE) para considerar a los jóvenes, ya que es más amplio e inclusivo que el rango de las Naciones Unidas y el de Estados Unidos, estos rangos consideran jóvenes solamente a las personas menores de 25 años. La decisión de incluir este rango etario no solo versa en el hecho de ser mexicano, sino que tiene un tema de fondo, ya que vivimos en una época donde la precarización económica, social y política de los jóvenes causa que sea más difícil independizarse a una temprana edad, por lo que una persona de 26 o 29 años debe considerarse joven, tanto porque muchas personas continúan estudiando a esa edad, contrario a generaciones pasadas, continúan

mente busquen influir o cambiar la situación en asuntos públicos, por medio de la sociedad civil organizada o independientemente, mediante propuestas, demandas, acciones y programas, durante su planteamiento, ejecución y evaluación. Se considera que esta participación tiene tres dimensiones: la social, la directa y la electoral-política, por lo que es pertinente analizar los otros tipos de participación y sus particularidades.

Para llegar a mi propuesta conceptual, realicé un análisis minucioso sobre diferentes concepciones de la participación, haciendo una discusión de diferentes puntos de vista sobre lo que es o no participación y los argumentos que se contraponen en el tema, de manera que la propuesta conceptual fuera integral. En los próximos párrafos se muestra este análisis.

En la contextualización de la participación juvenil, tenemos que hay formas de participar que no se dan dentro de las esferas institucionales-tradicionales, y que son las manifestaciones más frecuentes. Esta idea es sostenida por varios autores, algunas formas de participación de la juventud pueden darse socialmente (mediante un ejercicio autónomo respecto al gobierno) y políticamente (en procesos electorales mediante el voto) (VÁZQUEZ-CEBALLOS, 2011). La participación pública incluye las manifestaciones de las personas afectadas por una decisión pública (AMELUNG; BAUMGARTEN, 2017). Con la definición anterior, se sostiene la idea de que hay diferentes formas de participación y salen de las esferas tradicionales, por eso la importancia de analizar la participación juvenil y sus efectos en desarrollo, sin embargo, la visión de Vázquez-Ceballos (2011) se considera limitada, ya que la participación en la dimensión política (como planteo en la operatividad del concepto de participación ciudadana juvenil) se manifiesta de varias maneras, no solamente con el voto.

El distanciamiento de las esferas tradicionales de participación se refiere al distanciamiento respecto al sistema político institucional y es causado por una variedad de razones, la falta de confianza en los responsables es de las más importantes (FERNÁNDEZ, 2011). Así mismo se considera a los jóvenes como *stakeholders* importantes, ya que sus propuestas buscan la renovación y la sostenibilidad, según un estudio de participación ciudadana juvenil realizado en Reino Unido sobre consejos juveniles (MATTHEWS, 2001).

Ya que la participación ciudadana juvenil se deriva del concepto de participación ciudadana, se considera importante conceptualizar este último. De acuerdo a Schneider y Welp (2015) este último concepto se refiere a poder definir de manera directa una política pública (usando, por ejemplo, el instrumento

sufriendo la marginación que sufren los jóvenes menores de 25 años tanto en lo social, lo económico y lo político, este último tema de marginación es discutido en este texto.

del referéndum), establecer prioridades de acciones, programas y/o proyectos públicos (como encuentros ciudadanos), recomendar acciones mediante consejos consultivos, principalmente. De esta manera la participación ciudadana es directamente útil en las políticas públicas. Otra definición de la participación ciudadana es como participación en procesos de gobernanza sobre una variedad de asuntos que afectan a los individuos, la comunidad y la sociedad. Esta definición envuelve actividades como voluntariado, participación en consejos ciudadanos, participar en ONGs, entre otras (YEUNG; PASSMORE; PACKER, 2012). Otras manifestaciones de la participación ciudadana pueden ser los mecanismos de democracia directa (iniciativa de ley, referéndum, plebiscito y consultas ciudadanas), la revocación de mandato y la cooperación de los ciudadanos en la prestación de servicios (SERRANO, 2015).

Así mismo, en trabajos de Putnam (como se cita en YEUNG; PASSMORE; PACKER, 2012), se asocia la participación ciudadana con niveles altos de democracia. Respecto a la participación ciudadana juvenil, también declara que al estar activamente participando en el bienestar de la comunidad y el país, mejora su propio desarrollo. Como plantea Putnam, la participación ciudadana es un impulsor determinante del desarrollo democrático, como se contempla en la teoría de la democracia participativa.

Por otro lado, presenta relevancia considerar la siguiente clasificación de las expresiones de ciudadanía, dado que es una categorización que presenta antecedentes de las dimensiones a considerar en este trabajo de la participación ciudadana.

Indicadores cívicos (solución comunitaria de problemas, voluntariado, membresía a una asociación, juntar dinero para la caridad, participar en marchas), indicadores electorales (votar, persuadir a otros, mostrar *pins*, contribuir o trabajar en campañas), e indicadores expresivos (contactar políticos, contactar medios, protestar, peticiones en línea o escritas, boicotear). (ROHOLT; HILDRETH; BAIZERMAN, 2008, p. 111).

El debate sobre la participación política me ha brindado una mayor ubicación respecto a los tipos de participación, debido a mi concepto central. Por ejemplo, para la operatividad del concepto propuesto (participación ciudadana juvenil) concuerdo con los autores que aseveran que las marchas y protestas son formas de participación directa (ROHOLT, HILDRETH; BAIZERMAN, 2008; SCHONFELD, 1975). Discutiré a fondo el tema de la clasificación del concepto en el apartado metodológico.

Continuando con la discusión, ahora respecto a los MUNs, una definición se refiere a estos como simulaciones para aprender las formas y objetivos de la cooperación internacional y la toma de decisiones a nivel internacional (PATTERSON, 1996). Por otro lado, la definición de simulación política se refiere a un modelo de una parte de la realidad, generalmente de una situación de toma de decisiones y resolución de conflictos, con el objetivo de aprender sobre la interacción y procesos de la situación simulada (DICAMILLO; GRADWELL, 2013). En cuanto a la definición de modelos de simulación, se declara que son una réplica o modelo operativo de la realidad, que busca recrear una situación. Al hacerlo, es posible conocer el proceso de elección de los actores involucrados y aprender de los procesos (DÍAZ, 2016; PATTERSON, 1996).

Para entender estos modelos, propongo una definición operativa basada en un trabajo académico previo (MÁRQUEZ, 2017) y en las definiciones antes usadas: eventos de simulación de Organismos Internacionales (OIs) y/u órganos legislativos. En estos Modelos, los participantes representan al Embajador de un país u ONG o a un legislador, donde presentan una postura oficial (resultado de una investigación previa), con la cual, mediante el diálogo, debate, persuasión, se busca llegar a un proyecto de resolución. En estos modelos, tanto los participantes como organizadores son jóvenes.

Como se analiza en la definición anterior, los participantes de estas simulaciones asumen un rol, con el cual se tienen que desempeñar a lo largo del MUN. Esta característica hace que los participantes tengan que investigar la información relevante para poder cumplir el rol asignado y puedan tener una experiencia adecuada y positiva dentro de la simulación. A este tipo de simulaciones se les llama “de juego de rol”, así mismo, los MUNs al hacer que todos los participantes tengan un rol definido en una situación compleja dada, se consolidan como parte esencial de las relaciones internacionales (RRII) (BRIDGE; RADFORD, 2014).

Sin embargo, yendo más allá en la discusión de la esencia misma de los MUNs, es importante plantearse la cuestión de exactamente cómo considerar a los MUNs como colectividades. ¿Será adecuado considerarlos grupos sociales, OSCs? Lo más adecuado, a consideración personal, es considerarlos organizaciones estudiantiles. Considerarlos grupos sociales sería ambiguo porque muchísimos grupos de personas, colectivos y organizaciones pueden entrar en esta categoría, y los MUNs tienen bastantes peculiaridades que los separan de un grupo social genérico. Tampoco es correcto considerarlos OSCs, ya que la mayoría de los MUNs no están constituidos legalmente, por lo que no cumplen los requisitos para ser OSCs.

Considerada esta discusión, es importante definir lo que son organizaciones estudiantiles. Las organizaciones extra-curriculares con actividades relativas a la escuela se denominan organizaciones estudiantiles, lo que es conocido en inglés como *student organizations* (GEORGEOFF, 1964). Los MUNs son actividades que, en su mayoría, suceden fuera del horario de clases, dependiendo de la escuela y el país, y pueden funcionar como clubes estudiantiles, clases extra-curriculares, equipos representativos, entre otros. Pero aunque sean extra-curriculares están ligados directamente a la escuela (en una mayoría de los casos).

Es necesario recalcar que los MUNs son organizados por jóvenes, desde estudiantes de preparatoria hasta universidad y posgrado (aunque algunos de los MUNs reciben apoyo institucional de escuelas u ONGs), que planean y realizan estos eventos desde cero. Arman su estructura organizativa, gestionan recursos, diseñan materiales promocionales, planean y realizan su plataforma de promoción en medios, realizan alianzas y vinculaciones locales e internacionales, delimitan sus propios temas y comités, etc.

El Centro de Información de Naciones Unidas para México, Cuba y República Dominicana (CINU) en su portal de internet establece la importancia de los MUNs para fomentar la participación ciudadana juvenil (CINU, 2017). De esta manera, la hipótesis del efecto de los MUNs sobre la participación ciudadana juvenil se sostiene, ya que es un planteamiento que sustentan organismos como el CINU que son parte del sistema ONU. Los MUNs sirven también como método de empoderamiento juvenil, al hacer que los participantes abandonen sus agendas individuales para servir a la sociedad de manera socialmente responsable. Un ejemplo sería la simulación del Programa Ambiental de Naciones Unidas, al deliberar sobre manejo de desechos, los participantes podrían adaptar a su estilo de vida lo debatido y compartirlo en su comunidad. De esta manera, los MUNs trascienden como un medio de asistencia mutua y de transferencia de conocimiento (AGARWAL, 2014).

Metodología

La estrategia metodológica, que es la que guía la investigación, está compuesta por diferentes partes, incluyendo enfoque, instrumentos y fuentes de información y operatividad. Al ser esta investigación un estudio exploratorio, ya que no se existen investigaciones previas sobre el tema específico en cuestión, no se busca generalizar con los resultados, sino conocer realidades específicas, de manera que los resultados de la investigación se constituyan como una base relevante para futuros estudios del tema y aplicaciones.

Para comenzar se plantea el enfoque que se usa en esta investigación. El tipo de investigación es de base cualitativa, por lo que el foco de esta investigación es de “estudio de caso comparativo” (CRESWELL, 2013). Mi investigación es del subtipo *casos de estudio colectivos* ya que analizo más de un caso de estudio (los MUNs en CA y en B.C.). Es importante argumentar que el tipo de estudio que realizo es del tipo clínico, se analizan casos específicos en cantidad limitada de una situación acotada, tratando de capturar ‘todo’ al individuo de los casos de manera intensiva, este tipo de investigación también se puede entender como configurativo-ideográfico y se usan para analizar individuos de colectivos complejos, la validez recae en el estudio intensivo de los casos (GOMM; HAMMERSLEY; FOSTER, 2000).

El instrumento principal usado en la investigación es la entrevista. Está técnica es fundamental ya que me ha permitido recabar información de los MUNers (la manera como se autodenominan los participantes de los MUNs). Lo recabado en las entrevistas me ha ayudado a lograr mejores conclusiones del trabajo y comprobar/refutar las hipótesis planteadas. Las entrevistas realizadas se consideran semi-estructuradas, teniendo cuestiones con opción de respuesta abierta y cerrada. Aunado a la aplicación de las entrevistas, he realizado un análisis cualitativo y cuantitativo de la información recabada, es decir, aplico una triangulación metodológica, como se define en Patterson (1996).

Las entrevistas se han realizado a participantes de MUNs de tres ciudades: San Diego, Tijuana y Mexicali, para poder probar las hipótesis. Se realizaron en su totalidad 18 entrevistas: 11 a MUNers de B.C. y 7 a MUNers de CA. Se eligen estas tres ciudades, ya que en B.C., sólo en Tijuana y Mexicali se realizan MUNs, por su parte, en la frontera de CA, sólo en el condado de San Diego se realizan MUNs (en el Valle Imperial no se realizan, el cual es el otro condado fronterizo de CA con México).

Las unidades de información son los individuos: jóvenes que han participado en MUNs, tanto en Tijuana, Mexicali y/o San Diego y el principio de homogeneidad de los posibles entrevistados es claramente que han participado en MUNs. Por su parte, el principio de heterogeneidad se manifiesta en varios aspectos de los posibles entrevistados: la escolaridad (que estén estudiando la universidad o que se hayan graduado), el sexo, el rol que ejercieron en los MUNs y su ubicación (se comparan dos estados de diferentes países).

Como ya se ha argumentado, en esta investigación el concepto principal es la participación ciudadana juvenil. Con el objetivo de poder probar las hipótesis, realizo la operatividad de la variable de participación ciudadana juvenil, que presento en la siguiente tabla que categoriza las dimensiones e indicadores del concepto principal.

Tabla 1 – Operatividad de la participación ciudadana juvenil

| Participación ciudadana juvenil | | |
|---|---|--|
| Dimensiones | Indicadores | Medición |
| Social | 1 Participar en OSC x 2 2 Participar en voluntariado 3 Participar en comités vecinales 4 Participar en grupos comunitarios | 0 a 3 Escala Likert Thurstone 0=no participa 1=participación sin toma de decisiones 2=es parte en la discusión de decisiones pero no las toma, puede tener un puesto en la organización 3=puesto directivo, toma decisiones, dirige proyectos |
| Directa (en mecanismos de democracia directa) | 1 Iniciativa de ley, 2 referéndum, 3 plebiscito, 4 consultas ciudadanas, 5 asambleas ciudadanas, 6 talleres participativos, 7 marchas, 8 protestas. | Escala dicotómica 0=no participa 1=si participa |
| Electoral-política | 1 Votar en elecciones x 2 2 Ser candidato x 3 3 Participar en partidos políticos 4 Participar en campañas políticas 5 Cabildeo con políticos 6 Publicar en medios sobre política/políticos | 1, 2, 5 y 6 Escala dicotómica 0=no participa 1=si participa 3 y 4 Escala Likert Thurstone 0 a 3 0=no participa 1=participación sin toma de decisiones 2=toma parte en la discusión de decisiones pero no las toma, puede tener un puesto en la organización 3=puesto directivo, toma decisiones, dirige proyectos |

Fuente: Elaboración propia.

Por otro lado, para realizar el análisis de la información recabada, uso las escalas de Likert-Thurstone así como la dicotómica, codificando los indicadores para poder realizar un análisis mixto de la información y poder medir el grado de participación ciudadana juvenil.

Para esta investigación, se otorga un mayor valor a los indicadores que en la tabla de operacionalización tienen un “x2” o “x3”: la dimensión social a participar en OSCs, la dimensión electoral-política a votar en elecciones y a ser candidato en elecciones. Esta decisión se tomó con base en la bibliografía analizada del marco conceptual, ya que como se aprecia en ese apartado, varios

autores aseveran que el voto, así como el ser candidato tiene mayores implicaciones políticas para los individuos, al menos en el contexto de México y América Latina.

Así mismo, se decide que participar en OSCs tiene un mayor peso que participar en los otros indicadores de la dimensión social, ya que implica mayor compromiso y las acciones y proyectos de las OCSs generalmente tienen mayores implicaciones que las de los otros tipos de organizaciones contemplados como indicadores de la dimensión social. El objetivo de que estos indicadores sean ponderados con mayor valor que los demás es el tener un resultado de la medición de la participación ciudadana juvenil más adecuado a la realidad de los contextos.

El objetivo final de la investigación, es poder aportar un estudio estructurado exploratorio que sirva como base a los tomadores de decisiones sobre los efectos de los MUNs en la participación ciudadana juvenil, de manera que pueda ser de utilidad para futuras investigaciones o considerarse para una política pública en un futuro.

Hallazgos del trabajo de campo

Vale la pena resaltar que por razones de extensión del documento, no se presentarán más que una mínima cantidad de citas de los entrevistados, que ilustran algunos temas principales de los hallazgos del trabajo de campo. El análisis de la participación ciudadana juvenil fomentada comienza con la dimensión social.

El análisis de la información recabada mediante las entrevistas a MUNers muestra que, de manera general, dos grandes temas son mencionados por la mayoría de los MUNers que declaran haber tenido un cambio en la participación ciudadana juvenil, en su dimensión social, fomentado por los MUNs: el conocer situaciones y problemas sociales actuales y el animarse a hacer algo para cambiar la situación.

Un caso particular a analizar es el del entrevistado S.S., quien trabaja actualmente en una OSC y refiere lo siguiente sobre el impacto que tuvieron los MUNs para él en esta dimensión: “[...] Bueno, ahora que estoy trabajando en una OSC me estoy dando cuenta que muchas cosas que aprendí en MUNs son aplicables al trabajo que tengo [...]” (S.S., entrevista personal). De manera que los MUNs en el caso del entrevistado fomentaron uno de los temas generales discutidos en este apartado; el conocimiento que le ha servido en su trabajo en la OSC. Vale la pena resaltar que en el caso de este entrevistado los MUNs

fomentaron un aumento cuantitativo en la participación de todos los indicadores de la dimensión social.

En esta investigación, otra de las dimensiones contempladas en la operacionalización de la participación ciudadana juvenil es la dimensión directa. En esta dimensión los MUNers entrevistados refieren varios temas, sin embargo se percibe que son tres los temas principales: la motivación a participar en alguno de los indicadores de esta dimensión, el ser más crítico y tener conciencia política y el poder interactuar de mejor manera con los demás.

Para ilustrar lo recabado por medio de las entrevistas en esta dimensión, el entrevistado S.D., declara que los MUNs le fomentaron el tener mayor conciencia política: “Después de haber participado en un MUN me ayudó a generar conciencia [...] el MUN me inculcó la disciplina de informarme y me hizo ser un ciudadano más partícipe, estar más atento a eventos y noticias nacionales” (S.D., entrevista personal). S.D. refiere no solo el tener conciencia política y social, sino el ser más crítico al informarse de los acontecimientos actuales a nivel local y nacional. S.D. refiere haber participado juntando firmas para iniciativas de ley ciudadanas, además de haber estado en marchas y protestas, primero en el movimiento *#Yosoy132* y posteriormente en el tema de los estudiantes desaparecidos en Ayotzinapa. El entrevistado también refiere que el hecho de haber participado en los comités de DDHH y el Consejo Económico Social (ECOSOC) en los MUNs le permitieron concienciarse sobre causas justas y “no nada más marchar por marchar” (S.D., entrevista personal).

La tercera y última dimensión contemplada en la operatividad de la participación ciudadana juvenil es la electoral-política. Es importante resaltar que en esta dimensión se usan tanto la escala dicotómica como la Likert-Thurstone para medir la participación de los entrevistados en los indicadores. Los temas generales que los entrevistados se refieren más como resultado de su participación en MUNs en esta dimensión son: el tener conciencia política (incluyendo ser crítico), el tener auto-confianza para animarse a participar y el tener mayor conocimiento de temas políticos.

Los entrevistados se refieren a aspectos importantes en esta dimensión, por ejemplo, respecto al tema de la auto-confianza para participar, el entrevistado B.M. declara lo siguiente: “Considero que el MUN me ayudó a superar la barrera de contactarlos, son sólo personas [...] El MUN incrementó mi conciencia política y me inspiró a ser un ciudadano políticamente activo.” (B.M., entrevista personal). En esta cita se reflejan dos temas generales: primero B.M. declara que los MUNs le brindaron la auto-confianza para contactar a políticos y cabildear, así como fomentó una conciencia política en él y eso lo ha llevado a ser activo en

esta dimensión. Este punto es sobresaliente ya que sostiene lo argumentado por Rivas (1996) en el enfoque teórico del desarrollo democrático, ya que consiste en el desarrollo de ciudadanos políticamente activos.

Por otro lado, una parte importante de análisis de la información del trabajo de campo es el análisis cuantitativo del cambio de la participación ciudadana juvenil fomentado por los MUNs en los entrevistados. De cada uno de los MUNers entrevistados se realizó la ponderación del puntaje por dimensión, sumando el total de los indicadores de cada dimensión y el total individual, para que sea más fácil la medición del cambio de la participación. A partir de esta ponderación y de la información cualitativa recabada de los MUNers se arrojan conclusiones, así como se identifican diferencias de estos cambios entre MUNers de CA y de B.C.

Tabla 2 – Resultados cuantitativos del cambio fomentado por los MUNs por dimensión y total de la participación ciudadana juvenil.

| Entrevistado | SOCIAL | DIRECTA | ELECTORAL-POL. | TOTAL |
|-------------------------------|---------------|----------------|-----------------------|--------------|
| A.G. | 10 | 3 | 2 | 15 |
| M.O. | 4 | 0 | -1 | 3 |
| C.M. | -2 | 0 | 1 | -1 |
| B.M.* | 6 | 1 | 4 | 11 |
| R.S.* | 5 | 4 | 8 | 17 |
| H.C.* | 3 | 2 | 4 | 9 |
| G.S.* | 2 | 0 | 1 | 3 |
| O.L.* | -4 | 0 | 1 | -3 |
| J.N. | 3 | 0 | -1 | 2 |
| S.V. | 3 | 0 | 0 | 3 |
| P.P. | 0 | 2 | 2 | 4 |
| N.H. | 5 | 2 | -3 | 4 |
| S.D. | 5 | 4 | 3 | 12 |
| K.M.* | 8 | 2 | 0 | 10 |
| S.S.* | 10 | 7 | 7 | 24 |
| G.P. | 3 | 0 | -1 | 2 |
| D.C. | 1 | 2 | 3 | 6 |
| Y.H. | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Total de entrevistados | | | | 18 |
| Total por dimensión | 63 | 30 | 32 | 125 |

Fuente: Elaboración propia. Los entrevistados marcados con asterisco son estadounidenses, específicamente residentes del estado de California.

En la tabla se presentan los resultados cuantitativos por dimensión de cada uno de los 18 MUNers entrevistados. De esta tabla se pueden analizar varios aspectos, el primero es la dimensión más fomentada de la participación ciudadana juvenil. Al analizar los resultados numéricos se percibe que la dimensión social es la dimensión de la participación ciudadana juvenil más fomentada por los MUNs, ya que 15 de los 18 entrevistados refieren un aumento de esta dimensión, mientras que dos refieren una disminución y uno no declara cambios. Así mismo se percibe que la dimensión directa de la participación ciudadana juvenil es la menos fomentada por los MUNs, donde solo 11 de los 18 entrevistados refieren un cambio, específicamente un aumento. En cuanto a la dimensión electoral-política 12 entrevistados refieren un aumento, cuatro refieren una disminución y dos no refieren cambios.

El hecho de que la dimensión social de la participación haya sido la más fomentada es interesante para analizar ya que habla de dos importantes aspectos: primero, habla de que esta dimensión es la más accesible, es decir, donde los jóvenes tienen mayor acceso para participar, en segundo lugar también puede significar que los jóvenes entrevistados consideran que pueden ejercer una participación más significativa desde la sociedad civil, que como se ha argumentado es la principal arena de espacios no-Estatales, abiertos por la ciudadanía desde abajo.

Si analizamos el total del cambio de la participación ciudadana juvenil se percibe que 16 de los 18 entrevistados refieren un aumento y solo dos entrevistados refieren una disminución de la participación ciudadana juvenil. El hecho de que 16 de los 18 MUNers entrevistados reportan un aumento de la participación ciudadana juvenil fomentado por los MUNs, quiere decir que un 88.8% de los entrevistados aseguran que los MUNs fomentaron aumento en su participación ciudadana juvenil, sumando el total numérico de los cambios en cada una de las tres dimensiones consideradas es uno de los hallazgos principales, cuantitativamente hablando.

Así mismo, el promedio del cambio de la participación ciudadana juvenil de los entrevistados es de 6.94, esto indica que no es un cambio mínimo, sino un cambio significativo. Este resultado cuantitativo constata que el aumento de la participación ciudadana juvenil causado por los MUNers es significativo. En cuanto a la diferencia entre MUNers mexicanos y estadounidenses, en la siguiente tabla se muestra de manera numérica:

Tabla 3 – Cambio de participación ciudadana juvenil fomentado por los MUNs en entrevistados mexicanos y estadounidenses, por dimensión y total.

| | Promedio de MUNers mexicanos | Promedio de MUNers estadounidenses |
|--|------------------------------|------------------------------------|
| Dimensión social | 3 | 4.3 |
| Dimensión directa | 1.4 | 2.3 |
| Dimensión electoral-política | 0.6 | 3.6 |
| Participación ciudadana juvenil total | 4.9 | 10.1 |

Fuente: Elaboración propia.

Como se puede apreciar en la tabla, todas las dimensiones tanto en MUNers mexicanos como en estadounidenses aumentaron como resultado de la participación de los jóvenes entrevistados en los MUNs. El aumento fue mayor en la dimensión social, y en cuanto al menor hay una diferencia, ya que en MUNers mexicanos la dimensión con menor aumento numérico fue la electoral-política y en los MUNers de California fue la dimensión directa. Sin embargo vale la pena resaltar que en la dimensión social es en la que se tiene una menor diferencia porcentual entre MUNers mexicanos y MUNers estadounidenses y en la que se tiene una mayor diferencia es en la dimensión electoral-política.

Según lo relatado por los entrevistados, parece ser que la cultura política sí influye en la intensidad y el tipo de participación de los MUNers estadounidenses, un claro ejemplo es la intensidad de su participación en partidos políticos y su participación haciendo cabildeo con políticos. En cuanto a la dimensión social, como ya se ha argumentado, solo uno de los MUNers estadounidenses entrevistados reporta haber participado en comités vecinales, contrario a cuatro MUNers mexicanos, esto puede ser influido por la cultura social de los mexicanos, mostrando que son más propensos a cooperar en redes comunitarias que los estadounidenses, por otro lado, la participación en voluntariado y OSC es mayor en MUNers estadounidenses y esto puede deberse a la cultura del voluntariado en ese país. Por otro lado la participación en marchas y protestas es particularmente alto en algunos MUNers mexicanos, ya que el movimiento social de Mexicali Resiste, y las marchas y protestas por las que surgió ha sido un factor determinante en la participación de MUNers de B.C., especialmente de Mexicali.

Ya que el objetivo principal de esta investigación es deducir si los MUNs fomentan la participación ciudadana juvenil en sus participantes, el hecho de

que en CA se permiten legalmente una mayor cantidad de instrumentos de participación directa de los ciudadanos y se incluyan incluso algunos en la boleta electoral, es un factor sumamente relevante en el caso de la dimensión directa de la participación juvenil.

Otro punto importante a considerar es que, si bien a nivel teórico el enfoque del desarrollo democrático claramente refiere que la participación ciudadana no solamente impulsa esta forma de desarrollo, sino que es necesaria de manera significativa para poder alcanzar el desarrollo democrático, se han encontrado hallazgos sumamente importantes en el trabajo de campo. Los MUNers entrevistados refieren cambios en su forma de pensar y actuar en asuntos públicos, cambios que los entrevistados refieren haber obtenido por su participación en MUNs como conciencia política, liderazgo, auto-confianza y ser analítico los han llevado a involucrarse activamente en los asuntos públicos, logrando que su voz sea escuchada y exigiendo que sean tomados en cuenta en los procesos de toma de decisiones, sobre todo las decisiones públicas.

Conclusiones

El estudio de la participación ciudadana muestra un panorama de complejidad, ya que para estudiarla es necesario tomar en cuenta varios aspectos que directa o indirectamente influyen la forma en la que es ejercida. En el caso específico de los jóvenes, el estudio de la participación ciudadana implica una complejidad adicional, ya que los jóvenes participan en esferas tanto tradicionales como no-tradicionales, estas últimas no han sido tan ampliamente estudiadas como la participación en esferas tradicionales.

El objetivo principal de esta investigación es el saber si los MUNs fomentan un cambio en la participación ciudadana juvenil de sus participantes. La información pesquisada por medio del trabajo de campo ofrece puntos muy claros al respecto. Como se puede apreciar en los hallazgos del trabajo de campo, cuantitativamente se tienen resultados que muestran un aumento en la participación ciudadana juvenil por la participación en MUNs de los entrevistados, en las tres dimensiones de la participación ciudadana juvenil consideradas para esta investigación, aunque tanto en MUNers estadounidenses como mexicanos se percibe más alto el aumento en la dimensión social. De igual manera el aumento tanto cuantitativo mostrado con las cifras, como cualitativo mostrado con algunas citas de entrevistados y por las discusiones de las citas es una ilustración de que el aumento de la participación ciudadana juvenil fomentado por los MUNs es significativo en los casos estudiados.

Para finalizar, las recomendaciones que pueden salir de esta investigación son las siguientes: primeramente el concepto propio planteado en esta investigación puede servir como base para pensar y medir la participación ciudadana juvenil de una manera más integral, no solo concentrándose en aspectos electorales o sociales, sino entender que los jóvenes participan en diversas manifestaciones de ciudadanía con el objetivo de influir en asuntos públicos y/o cambiar la situación.

Un último tema que es importante considerar para cambios legislativos en México es el de los instrumentos de participación ciudadana permitidos e institucionalizados. Los resultados que muestran las diferencias entre la participación de MUNers de ambas regiones son claros: el permitir y disponibilizar las iniciativas de ley ciudadanas y referéndums en la boleta electoral es un factor determinante en la participación de los jóvenes en estas. En México los instrumentos de participación directa de los ciudadanos no están legislados a nivel federal y no todos los estados tienen legislaciones sobre el tema a nivel local, así mismo los requisitos en cuanto a cantidad de firmas y procesos burocráticos son sumamente obstaculizantes para estas iniciativas. El planteamiento de una ley nacional de participación ciudadana lleva existiendo por años, sin que los legisladores la atiendan, es importante que se plantee el tema de nuevo, sobre todo en una coyuntura de cambio de gobierno y congresos federales como la actual.

Para concluir, es interesante considerar la relación participación ciudadana juvenil – desarrollo democrático para futuras investigaciones. Si bien en la presente se analiza esta relación de forma teórica, para futuras investigaciones se puede usar como base la presente investigación para ir más allá y tratar de probar esta relación con trabajo de campo en una región, por ejemplo B.C.

REFERENCIAS

AGARWAL, J. K. Impact of Model United Nations Conferences on India's youth. **OIDA International Journal of Sustainable Development**, Ottawa, v. 7, n. 8, p. 79-84, 2014.

AGUILAR, J.; GÓMEZ TAGLE, S.; TEJERA, H. **Informe de la encuesta “La cultura política de los jóvenes en México” para el Instituto Federal Electoral**. Ciudad de México: Colegio de México, 2012. Disponible en: http://www.educiac.org.mx/pdf/Biblioteca/Juventud_y_Ciudadania/006La_CulturaPolitica_delos_Jovenes_en_Mexico.pdf. Acceso en: 19 fev. 2019.

AMELUNG, N.; BAUMGARTEN, B. The transnational perspective of political participation: linkages and differences between social movement and public participation studies. **Global Society**, Abingdon, v. 31, n. 1, p. 3–22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13600826.2016.1236011>.

BALDASSARE, M.; KATZ, C. **The coming age of direct democracy**: California's recall and beyond. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.

BARBER, B. **Strong democracy**: participatory politics for a new age. California: University of California Press, 2003.

BRIDGE, D.; RADFORD, S. Teaching diplomacy by other means: using an outside-of-class simulation to Teach International Relations Theory. **International Studies Perspectives**, Cary, v. 15, n. 4, p. 423–437, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/insp.12017>.

CANTO CHAC, M. Gobernanza y participación ciudadana en las políticas públicas frente al reto del desarrollo. **Política y cultura**, Mexico, n. 30, p. 9–37, 2008.

CINU. **Modelos de Naciones Unidas**. [S. l.]: CINU, 2017. Disponible en: <http://www.cinu.mx/modelos/>. Acceso en: 19 fev. 2019.

COHEN, C. J.; KAHNE, J. **Participatory politics**: new media and youth political action. [S. l.]: The MacArthur Research Network on Youth and Participatory Politics, 2012. Disponible en: [http://dmlhub.net/wp-content/uploads/files/YPP_Survey_Report_FULL\(1\).pdf](http://dmlhub.net/wp-content/uploads/files/YPP_Survey_Report_FULL(1).pdf). Acceso en: 19 fev. 2019.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage publications, 2013. Disponible en: <https://books.google.com.mx/books?hl=es&lr=&id=EbogAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=cajQwTTyBc&sig=dBDzKxNSFBW0JyiE7lJGzUIP82k>. Acceso en: 19 fev, 2019.

DAGNINO, E.; RIVERA, A. O.; PANFICHI, A. (coord.). **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. Mexico: CIESAS, 2006. v.3.

DALTON, R. J. Youth and participation beyond elections. *In*: DALTON, R. J. (ed.). **Engaging youth in politics**: debating democracy's future. [S. l.]: IDEBATE Press, 2011. p. 112–131.

DÍAZ, U. D. **Modelos de naciones unidas**: una herramienta para la cultura de paz. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

DICAMILLO, L.; GRADWELL, J. M. To simulate or not to simulate? investigating myths about social studies simulations. **The Social Studies**, Philadelphia, v. 104, n. 4, p. 155–160, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/00377996.2012.716094>.

FERNÁNDEZ, A. M. Jóvenes y política: cifras, testimonios y reflexiones. **Revista Mexicana de Estudios de la Juventud**, Mexico, v. 1, n. 1, p. 67–92, 2011.

FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER; INE; COLMEX; USEM; CEPOS. **Índice de Desarrollo Democrático de México 2017**. Ciudad de México: FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER; INE; COLMEX; USEM; CEPOS, 2017. Disponible en: http://www.kas.de/wf/doc/kas_51807-1522-4-30.pdf?180313013543. Acceso en: 19 fev. 2019.

GEORGEOFF, J. Yugoslav youth and student organizations. **Comparative Education Review**, Chicago, v. 8, n. 1, p. 104–111, 1964.

GOMM, R.; HAMMERSLEY, M.; FOSTER, P. **Case study method: key issues, key texts**. London: SAGE, 2000.

JÓVENES EN MOVIMIENTO. **Índice Nacional de Participación Juvenil 2015-2016**. Ciudad de México: Jóvenes en Movimiento, 2016. Disponible en: <http://ollinac.org/indice-nacional/>. Acceso en: 19 fev. 2019.

MÁRQUEZ, F. Los modelos de Naciones Unidas, su cooperación trasnacional y la participación ciudadana juvenil. **Muuch' Xiímbal: Caminemos Juntos**, Ciudad de Mexico, n. 4, p. 193–226, 2017.

MATTHEWS, H. Citizenship, youth councils and young people's participation. **Journal of Youth Studies**, Oxon, v. 4, n. 3, p. 299–318, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1080/13676260120075464>.

OLIVOS, J. R. **La democracia participativa en México**. 2010. Ponencia presentado en Congreso Iberoamericano de Derecho Electoral, Monterrey, 2010. Disponible en: <http://derecho.posgrado.unam.mx/congresos/congreibero/ponencias/olivoscamosjoserene.pdf>. Acceso en: 19 fev. 2019.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PATTERSON, J. R. **Model United Nations simulations: an inquiry into active learning, role-playing, and role identification as they impact participants' sense of political efficacy**. 1996. Tesis (Ph.D.) - Ann Arbor, 1996.

RAMAKRISHNAN, S. K.; BALDASSARE, M. **The ties that bind:** changing demographics and civic engagement in California. San Francisco: Public Policy Institute of California, 2004. Disponible en: http://www.w.ppic.org/content/pubs/report/R_404KRR.pdf. Acceso en: 19 fev. 2019.

RAMÍREZ NÁRDIZ, A. Participación ciudadana e interpretación de la constitución: análisis de la jurisprudencia de la Corte Constitucional colombiana en materia de democracia participativa. **Revista IUS**, Puebla, v. 10, n. 37, p. 171–192, 2016.

RIVAS, E. T. Los desafíos del desarrollo democrático en Centroamérica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, San José, v. 22, n. 1, p. 7–40, 1996.

ROHOLT, R.; HILDRETH, R.; BAIZERMAN, M. Chapter 8: The “Citizen” in youth civic engagement. **Child & Youth Services**, Philadelphia, v. 29, n. 3/4, p. 107–122, 2008. DOI: https://doi.org/10.1300/J024v29n03_08.

ROSALES, E. ¿Se impondrá el voto joven? **Newsweek: México**, [S. l.], 19 mar. 2018. Baja California. Disponible en: <http://newsweekespanol.com/2018/03/se-impondra-el-voto-joven/>. Acceso en: 19 fev. 2019.

SCHNEIDER, C.; WELP, Y. Diseños institucionales y (des)equilibrios de poder: las instituciones de participación ciudadana en disputa. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, México, v. 60, n. 224, p. 15–43, 2015.

SCHONFELD, W. R. The meaning of democratic participation. **World Politics**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 134–158, 1975. DOI: <https://doi.org/10.2307/2010033>.

SERRANO, A. La participación ciudadana en México. **Estudios políticos**, México, n. 34, p. 93–116, 2015.

VÁZQUEZ-CEBALLOS, C. A. La participación ciudadana juvenil como un recurso externo al gobierno. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Manizales, v. 1, n. 9, p. 45–59, 2011. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77320072001>. Acceso en: 19 fev. 2019.

YEUNG, P.; PASSMORE, A.; PACKER, T. Examining citizenship participation in young Australian adults: a structural equation analysis. **Journal of Youth Studies**, Oxon, v. 15, n. 1, p. 73–98, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/13676261.2011.623689>.

Recebido em 29 de junho de 2018

Aprovado em 25 de novembro de 2018

CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS¹

Alison Ribeiro CENTENO²

RESUMO: O artigo visa apontar os principais pontos de concordância e os atritos entre o minimalismo schumpeteriano e a poliarquia – expostos, respectivamente, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” e “Poliarquia: Participação e Oposição”. Para isso, é realizada uma recapitulação dessas obras, comparando-as e denotando os pressupostos elencados pelos célebres pensadores para o funcionamento do governo representativo, o papel do eleitor e dos partidos políticos, o grau de participação dos cidadãos e suas respectivas visões de democracia. Essa comparação é contrastada apontando os fundamentos de algumas das principais análises realizadas com críticas elaboradas sobre o procedimentalismo e a poliarquia. Por meio de tais perspectivas, é possível compreender os aspectos de uma política institucional reduzida à condução por um pequeno número de cidadãos, sem deixar de evidenciar as diferenças fundamentais entre o minimalismo e a poliarquia que, em pequena fricção, não deixam de estar interseccionadas.³

PALAVRAS-CHAVE: Minimalismo. Poliarquia. Democracia. Eleitor. Governo representativo.

¹ Versão aprimorada de artigo apresentado na ALACIP 2017 e posteriormente publicado no livro “Teoria e Prática da Ciência Política” pela Atena Editora.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS – Brasil. Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. alison.centeno@acad.pucrs.br

³ Profundo agradecimento aos pareceristas, que trouxeram luzes ao artigo, apontando lacunas e incentivando modificações que enobreceram o trabalho.

CONFLUENCES AND DISSONANCIES BETWEEN THE THEORIES OF THE DEMOCRACY OF SCHUMPETER AND DAHL: ANALYSIS OF THE CRITICISM AND SOME OF THEIR IMPACTS

ABSTRACT: *This research aims to point agreements and frictions between Schumpeter's minimalism concept and Dahl's polyarchy, revising Schumpeter's Capitalism, Socialism and Democracy (first published in 1942) and Dahl's Polyarchy: participation and opposition (first published in 1971). The recapitulation of those theories is made comparing them and denoting the assumptions made by these two important figures in the political theory for the functioning of representative government, such as the role of voters and political parties, and their visions of democracy. This comparison is contrasted with the bases of some of the main critical reviews written about the proceduralism and polyarchy. These perspectives make it possible to understand the aspects of institutional politics, reduced and conducted by a small number of people, while highlighting the fundamental differences between minimalism and polyarchy, which are repelled as much as they are interconnected.*

KEYWORDS: *Minimalism. Polyarchy. Democracy. Voter. Representative government.*

Introdução

Separadas por três décadas, as publicações originais de “Capitalismo, Socialismo e Democracia” escrito por Joseph Schumpeter em 1942 e “Poliarquia: Participação e Oposição”, que Robert A. Dahl em 1971, visaram apresentar uma melhor descrição da realidade política. Dahl (1997) reforça a teoria schumpeteriana da democracia como um ideal, já que o conceito em sua plenitude, para ambos autores, faz parte de uma utopia. Enquanto Schumpeter (1961) aloca a democracia como bandeira política em busca de votos dos cidadãos, Dahl (1997) cria o termo que intitula sua célebre obra.

É justamente na grandeza da contradição e da polêmica envolta nos conceitos da democracia procedimental e da poliarquia que habitam a extensão e a importância das obras. Ao longo das próximas duas seções, serão analisados os principais argumentos do minimalismo schumpeteriano, da poliarquia dahlsiana e os pressupostos de ambos teóricos para melhor compreensão da democracia elencados nas obras inicialmente citadas, assim como os argumentos que fundamentam as críticas a esses trabalhos. Trazendo o conceito de opinião pública e a análise da evolução do governo representativo, objetivando complementar esses conceitos, será descrita uma síntese que aponta para as principais compreensões

das teorias presentes nos livros de Schumpeter (1961) e Dahl (1997) e seus valores para interpretar a democracia mesmo após décadas de suas respectivas publicações originais.

Uma síntese da compatibilidade e do contraste entre o minimalismo schumpeteriano e a poliarquia

Schumpeter (1961) elucida sua definição de democracia – amplamente criticada – a partir de sua avaliação histórica dos partidos socialistas que fizeram uso de meios segregadores, impetuosos, ou mesmo de ambos, criando uma nova elite política, ao passo que promoveram a crença entre os populares de um futuro de democracia plena, com inclusão irrestrita e universal. O autor considera a democracia como “método político” por meio da qual se realizam as decisões políticas, uma vez que ela não pode, “mais do que qualquer outro método, ser um fim em si mesma” (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296).

Não há, para o autor, bases na realidade política para que a democracia seja um “governo do povo”, ela se torna um meio pelo qual os cidadãos, através das eleições, elegem um governo responsável pela “tomada de decisões” (SCHUMPETER, 1961, p. 297). Para Schumpeter (1961), mesmo o voto universal carece do princípio de universalidade no qual a compreensão de democracia estaria travestida, já que tal acesso requer um patamar mínimo que diferencie quem está outorgado a dele participar, havendo assim distinção mínima por idade, uma vez que efetua um corte no acesso ao processo de escolha da representação política e da formação de governo. O pressuposto de inclusão irrestrita é confrontado com a realidade de um processo de distinção dos quais escolhem através do grande escrutínio o “governo aprovado pelo povo” (SCHUMPETER, 1961, p. 300).

Dahl (1997) também elenca o voto em eleições transparentes em sua concepção de poliarquia que, ligado à liberdade dos indivíduos de formular opinião e atuar politicamente – características basilares de sua teoria – expõe a realidade da democracia ‘incompleta’, onde os cidadãos “politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25) e incorporados ao processo, fortalecem o método democrático no que a influência do voto e da manifestação levam suas questões sociais para o campo político e passam a ser consideradas dentro da esfera institucional.

Justamente pelas questões sociais que Schumpeter (1961) atribui a permanência do conceito clássico de democracia, sobretudo aos princípios religiosos de igualdade e bem coletivo, que são refletidas no senso comum a respeito da própria democracia, que deixa de ser vista majoritariamente como um método

político, mas uma utopia a ser alcançada, que equaciona problemas e que dispõe de “valores supremos” e passa a ser utilizada como bandeira política, expondo exemplos de onde o ideal democrático foi utilizado como “um evangelho de razão e melhoramento” (SCHUMPETER, 1961, p. 325), ou seja, ao invés do arranjo institucional, a democracia passou a ser uma proposta de um futuro almejado.

Em busca de um conceito objetivo e condizente com a realidade do processo político democrático, visto que o autor considera que a maioria dos indivíduos seja desinteressada pelas matérias políticas no cotidiano, além de não disporem de competência para semelhante tarefa deliberativa; o autor vai além, e elenca empecilhos à atuação política mais aprofundada do cidadão comum, como o que considera uma incapacidade de suportar pressões de grupos de interesse. O pensador austríaco associa o pensamento do eleitor ao do consumidor comum, altamente influenciável e persuasível, onde suas decisões são caracterizadas por interesses imediatos. Explica que essas características se devem a fatores como a necessidade de divisão da atenção do cidadão com matérias de seu auto interesse, não havendo, assim, espaço para o foco nas questões políticas; melhor então seria a garantia de competição e, conseqüentemente, espaço para renovação entre os atores políticos que se engajem no cotidiano dessa “luta competitiva pelo poder político” (SCHUMPETER, 1961, p. 344).

É importante realçar que, por mais ‘elitista’ que possa parecer a teoria de Schumpeter (1961), o autor jamais aponta como competência os pontos como formação educacional ou social, tampouco padrões ou riqueza material. A política, segundo Schumpeter (1961), deve ficar reservada aos que por ela se interessam e são capazes de atuar em tal processo, uma vez que considera que mesmo entre os cidadãos com conhecimento, cultura e saber, há aqueles que não têm apreço pela política, sendo tão persuasíveis pelos que dominam o meio político quanto qualquer cidadão pouco instruído educacionalmente.

Dahl (1997), considerando a participação dos indivíduos e sua capacidade de organização, elenca as liberdades necessárias para o bom funcionamento da poliarquia, aprofundando seus pressupostos que englobam pontos que fortalecem a autonomia política dos cidadãos (e, conseqüentemente, aumenta suas diferenças em relação ao minimalismo schumpeteriano): a capacidade de organização de oposição, a formação de instituições políticas, a liberdade de expressão e opinião, o voto secreto, dentre outros, que estão embasados na respeitabilidade mútua entre os indivíduos na atuação política. Sendo assim, o sufrágio universal não é fator garantidor de uma melhor representação “no sentido puramente estatístico” (DAHL, 1997, p. 43), ou seja, uma representação numeral da sociedade

nos meios institucionais. Desta forma, a representatividade política não pode ser confundida como um reflexo necessário do perfil das camadas sociais, ainda que a universalização do voto permita que haja uma aproximação característica dos representantes com os representados, tornando a política institucional menos elitizada e menos distante da realidade social.

Ao, posteriormente, trazer a crítica de Pateman (1992) a esta literatura para análise, nota-se que os escritos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997) aparentam estabelecer que a política institucional não é disponível para todos. Todavia, como recentemente descrito, o último expõe que, por meio do sufrágio universal, o próprio processo de incorporação de diversos estratos sociais a um direito universal abre a possibilidade para uma transformação no perfil social dos representantes. A riqueza da teoria de Dahl (1997) está nos múltiplos fatores que elenca em sua concepção de poliarquia, desde os empecilhos (competição e contestação) para uma consolidação plena da hegemonia política, bem como os percalços que passam os setores recém incorporados a atividade política mínima – o voto, ao pleitear seu espaço na política.

De um lado, o autor reconhece que as desigualdades sociais tendem a se traduzir em diferenças políticas, dificultando preceitos de sua visão da democracia, como a capacidade de contestação e organização de grupos que estão à margem da atividade institucional política. Do mesmo modo que admite as vantagens dos afortunados e poderosos, indica que o campo político não se compõe única e exclusivamente deles, visto que fica suscetível a incorporação de diversos setores sociais que, com capacidade de organização, tendo dificuldades ou não, atuam para chegar às instituições representativas, e se associam “às normas e práticas” (DAHL, 1997, p. 54) antes executadas pelas elites – traçando assim uma clara distinção entre elite econômica e elite política.

Schumpeter (1961) tangencia o fenômeno da fragmentação social, sem a ênfase colocada por Dahl (1997), salientando a dificuldade de se chegar ao ‘bem comum’, pois as próprias contradições entre os diversos segmentos sociais podem impedir uma decisão que tenha apoio da ampla maioria dos cidadãos. Assim, Schumpeter (1961) reforça sua proposta de um pequeno grupo escolhido pelos cidadãos, que tenderiam a melhor conduzir as decisões a um nível mínimo de consenso. Uma síntese rudimentar do minimalismo schumpeteriano permitiria compreendê-lo como centrado no processo eleitoral, o escrutínio universal onde o cidadão eleitor escolhe seu representante entre as lideranças que competem pelos votos. Findado tal processo, a verdadeira decisão política, ao tratar dos assuntos políticos que envolvem a sociedade e os cidadãos, seriam então tratados pelos vitoriosos do sufrágio, que deliberariam sobre essas matérias.

O ponto mais polêmico nas duas etapas, está na autonomia que Schumpeter (1961) atribui ao representante, reduzindo seu compromisso com o eleitor, dando ao político eleito – autonomia, saindo do mero papel de quem chancela o que seu grupo requer, mas sim, um político outorgado por esse mesmo grupo para atuar politicamente de maneira soberana, descompromissado com seu eleitorado após sua vitória. Obviamente, o autor discorre sobre as diversas necessidades de assim o ser, já que o representante, para Schumpeter (1961) necessita dessa independência, por compreender melhor que seus eleitores e de fato saber lidar com as matérias políticas, algo que fica mais evidente na frase do próprio autor, para quem “a democracia é o governo dos políticos” (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

Dahl (1997) atribui maior ênfase à participação, dando um papel mais ativo aos cidadãos. A poliarquia, portanto, não pode ser compreendida como puramente procedimentalista. O autor não atribui ao cidadão o mero papel de outorga aos profissionais da política para atuação livre, inclusive, os princípios de inclusão, informação e liberdade, permitem (ainda que não diretamente assim descrito pelo autor), compreender a poliarquia como uma teoria que engloba a atuação política para além do campo institucional da política. O teórico norte americano é enfático ao tratar em diversos pontos de sua célebre obra, da importância da liberdade dos cidadãos, de formular opinião e de se expressarem, de maneira isolada ou conjunta, atuando politicamente não só com o depósito do voto. Essa dissonância entre ambos pensadores se torna um dos pontos críticos de contraste entre os mesmos, reforçada quando Dahl (1997) coloca como essencial o respeito do governo às preferências dos cidadãos.

Ainda que Dahl (1997) não seja específico a respeito da necessidade de o político (isolado) eleito considerar e seguir as preferências dos que o elegeram ou da opinião pública, tampouco dos efeitos desse desvio, as consequências dessa discordância, certamente são melhor explicitadas por Manin (1995) em sua análise das transformações do modelo representativo de governo (que será abordada na próxima subseção), com as implicações e consequências de um político investido em mandato ao destoar das vontades de seu eleitorado, já que o político que ambiciona a reeleição tende a enfrentar problemas com seus eleitores cativos ao dessa forma agir.

A teoria da poliarquia se inicia em consonância com Schumpeter (1961), em busca de um conceito de democracia mais próximo da realidade, por estar o próprio regime democrático longe de ser uma democracia plena; Dahl (1997), entretanto, dá extrema importância a outro fator de fundamental aspecto da mesma, que é a contestação pública. Sendo assim, logo no início de sua obra,

o autor elucida a necessidade de compreender que democratização e oposição pública são processos distintos. Essa afirmação é não apenas um dos pontos de maior aprofundamento da teoria democrática por parte do mesmo frente à Schumpeter (1961), mas também, um dos pontos chave para compreensão da própria teoria de Dahl (1997) que, mesmo ao reforçar o princípio schumpeteriano de competição entre elites, aponta que esse fator sozinho não caracteriza a democracia se não houver espaço para contestação e organização de oposição, processo substancial para a democratização.

Há uma clara associação estruturada por Dahl (1997), entre o direito de participação do indivíduo e o processo inclusivo da poliarquia, fatores que progressivamente democratizam o sistema político pela via inclusiva, contanto que, novamente, a liberdade de organização de oposição, dentro ou fora do meio institucional, também esteja assegurada. De acordo com o autor, se com a inclusão a competição tende a aumentar, há, conseqüentemente, a extensão dos segmentos sociais que antes a margem da atuação política, ao serem incorporados ao processo, passam a ter suas demandas consideradas pelos grupos políticos (ou mesmo passam a integrar os grupos políticos, ativamente).

Outro ponto notório do aprofundamento da teoria de Dahl (1997) em relação ao método procedimental de Schumpeter (1961), é a diferença a qual ambos atribuem ao sistema político partidário. O último coloca pouca importância aos partidos políticos em sua obra, considerando-os meras instituições políticas que separam os interessados dos negligentes políticos. Dahl (1997), por sua vez, tonifica seu argumento de a representação política não necessariamente ser “um espelho natural, espontâneo ou inevitável das clivagens sociais” (DAHL, 1997, p. 207) e coloca os partidos políticos como retrato da própria fragmentação social que se refaz nas divisões políticas.

Com a extensão do sufrágio e seus impactos nos partidos políticos, esses passam a tentar incorporar um maior número de eleitores potenciais. A elite política engessada se defronta com novas lideranças que ascendem dos “segmentos e camadas até então não representados” (DAHL, 1997, p. 43), que além de desfrutarem de espaço para tentar impor suas demandas políticas, também passam a disputar o voto e o lugar dentro dos meios institucionais.

Expostos os princípios teóricos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), centrados no que acreditam ambos os autores ser a democracia em sua realidade, distante dos princípios de inclusão universal, mas sim como método institucional de seleção de parcela das elites políticas por parte dos eleitores, percebe-se que o primeiro reduz o papel do cidadão, dando protagonismo ao grupo que domina não apenas os métodos da política, mas, por conseguinte, a própria política,

enquanto que o segundo mostra nas liberdades mínimas e principalmente na contestação pública, espaço para uma maior participação cidadã, mesmo que fora dos meios institucionais.

A poliarquia e o minimalismo schumpeteriano se aproximam no que tange o processo eleitoral, ao passo que Dahl avança em pressupostos para os regimes relativamente democratizados, onde a oposição e a manifestação coletiva exercem papel significativo no processo democrático. A próxima subseção terá enfoque em um conjunto de críticas ao método procedimental schumpeteriano e a poliarquia. Assim, exposições que apreciam, outras que os qualificam como elitistas, serão expostas e avaliadas, com intuito de discorrer sobre as forças desses autores sobre um pequeno fragmento das diversas escritas embasadas e impactadas por Schumpeter (1961) e Dahl (1997).

Algumas das múltiplas críticas à Dahl e Schumpeter

Nesta seção, serão abordados autores críticos a Schumpeter (1961), Dahl (1997) e as respectivas obras centrais estudadas neste texto, com o intuito de demonstrar os aprofundamentos teóricos da relação político-representativa, do papel do eleitor e dos representantes institucionais, embasados no minimalismo e na poliarquia. Enquanto Bobbio (1986) se aproxima do minimalismo em sua visão do papel do eleitor e reforça a relação cidadãos-representantes estabelecida por Schumpeter (1961), será feito um contraponto demonstrando a crítica de Sales (2005) ao elitismo schumpeteriano. Champagne (1998) e Manin (1995) serão revisitados para abordar o quesito da opinião pública, lacuna nas obras dos teóricos principais do presente artigo (ressalva-se que no que Dahl menciona a importância do respeito a vontade dos eleitores e o modo como os setores organizados levam suas demandas a esfera institucional, esse tangencia a questão da opinião pública)⁴. A terceira parte enfocará a dualidade da visão de Pateman (1992) e Bresser-Pereira (2005a, 2005b) a respeito da relação da poliarquia dahlsiana em comparação ao minimalismo schumpeteriano, passando pelo aprofundamento de Lijphart (2003) do estudo da poliarquia e concluindo com ao que aqui é pontuado como elo feito por Sartori (1994) das obras de Schumpeter (1961) e Dahl (1997).

Bobbio (1986), ao dar uma “definição mínima de democracia”, pouco aprofunda os princípios schumpeterianos e dahlsianos, lembrando que na

⁴ Reforça-se que ainda que em Dahl (1997) estejam presentes a liberdade de manifestação e agremiação, e a necessidade da diversidade de fontes de informação, esse, assim como Schumpeter (1961), não trabalha abertamente a opinião pública como fator político.

democracia se segue um regramento onde se define através do voto quem deliberará sobre as matérias políticas, ou seja, “tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (BOBBIO, 1986, p. 18). O autor compreende o processo de democratização como a incorporação das massas através do sufrágio universal, diferentemente de Dahl (1997), não centralizando esse processo na liberdade do indivíduo, mas sim reforçando outro pressuposto da poliarquia: as alternativas lideranças a serem escolhidas pelos cidadãos, as quais Bobbio (1986) enfatiza ser necessário um número real de opções. O autor fica ainda mais próximo do minimalismo schumpeteriano, argumentando contra as manifestações centradas no aumento da participação dos indivíduos no processo decisório, proposta que considera “materialmente impossível” (BOBBIO, 1986, p. 42).

Como anteriormente afirmado, segundo Schumpeter (1961), quando o cidadão deposita o voto e ajuda a eleger seu representante político, esse não é eleito para reproduzir as vontades de seus eleitores, mas assim para atuar politicamente, uma vez que foi delegado pelos mesmos. Bobbio (1986) também descreve a representação política nessas diretrizes, sendo que, após eleito, o representante passa a dispor de autonomia, não tendo mais compromisso direto com as preferências dos eleitores; explica essa característica por uma necessidade de atuação desligada “dos interesses particulares desta ou daquela categoria” (BOBBIO, 1986, p. 47), sendo mais enfático ao renegar à representatividade como “relação fiduciária” ou como mera “representação orgânica” (BOBBIO, 1986, p. 48).

Esse é o mesmo caminho da leitura crítica de Sales (2005) acerca da teoria schumpeteriana, descrevendo a noção de Schumpeter (1961) de democracia como um instrumento – parafraseando o célebre pensador austríaco – não girando em torno de si, tampouco tendo como encerramento a própria democracia, mas sim como demonstrado pela autora, sendo a competição entre os que buscam o poder de tomar decisões em nome dos cidadãos. A mesma avigora seu argumento ao afirmar que no ideal schumpeteriano, ao eleitorado cabe apenas “produzir o governo, para decidir quem será o líder e aceitar sua liderança” (SALES, 2005, p. 236).

A autora vai além e propõe considerar o “minimalismo schumpeteriano uma teoria econômica da democracia” (SALES, 2005, p.236), dadas as semelhanças da descrição de Schumpeter (1961) ao processo democrático, com o das relações de trocas que caracterizam o mercado, composto por ofertantes (políticos) e demandadores (cidadãos), que utilizariam como moeda de troca o voto. Tal ponto de vista de Sales (2005) a respeito da democracia procedimental não pode deixar de ser comparado ao que o próprio Schumpeter (1961), como anteriormente aqui descrito, atribuiu como consideráveis características

do cidadão eleitor, incapaz de tomar decisões a respeito de temáticas relevantes do cotidiano político, justamente por agir como nas suas decisões de consumo, focado no curto prazo e sendo altamente influenciável por fatores externos. Não havendo objetivo de julgar como correta ou não a analogia de Sales (2005), tampouco atribuir essa semelhança como princípio tomado pela autora na descrição de Schumpeter (1961) do eleitor comum, essa similaridade é pertinente para explicar a abordagem reparadora da autora a respeito do conceito minimalista.

O princípio de competição das elites pelo apoio dos eleitores (onde após a eleição, os eleitos teriam independência para atuar politicamente mesmo que de maneira contrária aos que os elegeram) é também o pressuposto da crítica de Bresser-Pereira (2005a) a Schumpeter (1961), descrevendo a visão schumpeteriana como um “desdém aristocrático” (BRESSER-PEREIRA, 2005a, p. 80) pela política. Ainda assim, o autor afirma que a teoria schumpeteriana era condizente com a época a qual foi desenvolvida, considerando que com o progresso da democracia, a opinião pública ganhou notoriedade e adquiriu capacidade de influenciar as diretrizes políticas.

Champagne (1998) melhor aborda a questão da opinião pública e seu impacto na política, para o qual o ponto inicial de análise do conceito de opinião pública data do final do século XVIII, onde essa era formada pelos “letrados”, mais precisamente, dos que tinham capacidade de elaborar cartilhas e “documentos impressos” (CHAMPAGNE, 1998, p. 47), um pequeno fragmento da sociedade diante da não participação da maioria absoluta da população, que ficava a margem já do próprio processo político. Até aqui, a formação da opinião pública segue um regramento muito próximo ao conceito de representatividade de Schumpeter (1961) (ainda que não trate abertamente do assunto), destinado e dominado aos que podem e querem atuar nele. A opinião pública, para Champagne (1998, p. 50), como objeto “amplamente manipulável”, passou assim a servir como meio legitimador político, onde o embasamento deixa de ser o choque da força e assume o caráter de reconhecimento e familiaridade.

Com o advento dos movimentos revolucionários, a própria compreensão de opinião pública foi modificada, já que a opinião moldada pelas elites não servia aos mesmos, dando lugar a opiniões mais popularizadas, englobando comunicações e diretrizes estabelecidas pelas “minorias ativas” (CHAMPAGNE, 1998, p. 54), que passaram a incorporar o processo político, com poder de voz mesmo estando fora das vias institucionais, protestando e se manifestando publicamente. A extensão do sufrágio universal e a atuação de sindicatos e partidos trabalhistas, deram à opinião pública o caráter de advir “do próprio público”

(CHAMPAGNE, 1998, p. 64), sendo formulada e expressa por setores que não integram a elite econômica ou mesmo dos intelectuais.

A extensão do conceito de opinião pública faz com que essa seja de relativa dificuldade para explicar; o autor atrela a opinião pública ao que chama de “consciência política” (CHAMPAGNE, 1998, p. 43), com o trabalho paralelo de atores políticos, institutos de pesquisa, cientistas políticos e o ramo do jornalismo que cobre o meio político. A opinião pública como fator político, deriva da democracia parlamentar, “faz parte do nosso inconsciente político” (CHAMPAGNE, 1998, p. 45), porém que passou por profundas transformações, assim como o sistema representativo, como descrito por Manin (1995).

Semelhantemente ao que foi sintetizado por Bresser-Pereira (2005a) e, principalmente em proximidade a Schumpeter (1961), Manin (1995) situa que a falta de impedimentos ao parlamentar ao destoar da opinião pública, se defronta exclusivamente com a dificuldade de pleitear reeleição, em especial se esse movimento requer ir de maneira contrária a sua base eleitoral, dando musculatura ao entendimento schumpeteriano que a representatividade não é uma mera transposição da vontade popular ao parlamento.

Para Manin (1995) as bases da representatividade política institucional não sofreram profundas modificações ao longo da história, mas sim a relação entre os representantes alçados a mandatos pelo voto e os populares que os elegem. Inicialmente, essa relação emanava de uma convivência direta entre os representantes e o pequeno grupo que tinha direito ao voto; com o advento do sufrágio universal, os partidos políticos ganham notoriedade e o foco passa a ser o líder político. É justamente nesse ponto que, assim como Schumpeter (1961), Manin (1995) aponta o desvio dos princípios da democracia dos trabalhadores, havendo sim uma formação de uma nova elite dirigente, dada a tendência de centralização dos partidos políticos⁵.

Manin (1995) inicia suas reflexões considerando que a vontade popular pressiona o governo representativo e o modo como os representantes fazem a política dentro das instituições, respondendo as manifestações e a pressão da opinião pública como consequência da liberdade de expressão. Assim como Champagne (1998), reconhece na proliferação de partidos de cunho trabalhista um ponto de mudança significativa na política, que transformou o governo representativo, permitindo a possibilidade que cidadãos trabalhadores votassem em candidatos à representantes de igual origem socioeconômica. Todavia,

⁵ Tal fenômeno é melhor explicado pela tríade: Gaetano Mosca, Robert Michels e Vilfredo Pareto, que centralizam suas obras na questão da elite governamental, o poder por ela exercido, bem como na formação de novas elites dentro dos partidos de massa.

ainda que exista essa oportunidade, o autor assegura em proximidade ao que foi exposto por Dahl (1997), que representatividade política não significa uma adaptação do corpo representativo as segmentações sociais, como um espelho da sociedade.

Justamente na distância entre eleitos e eleitores que Pateman (1992) rememora que para Schumpeter (1961) a democracia “clássica” teria ignorado o conceito de liderança, apontando a inviabilidade da plena participação, ao não terem os “clássicos” apresentado as bases para esta. A autora reforça que Schumpeter (1961) aponta que o controle exercido pelo cidadão eleitor sobre seu líder, é a substituição por outra liderança na eleição seguinte, reduzindo o papel participativo. Semelhante ponto é relatado pela autora sobre a poliarquia de Dahl (1997), a quem Pateman (1992) aloca como “mais um entre os schumpeterianos”, que veem a democracia como método político, um arranjo institucional, onde as decisões políticas são tomadas por uma minoria, compreendendo a democracia como prática do processo eleitoral, bem como da capacidade de transferência de voto na eleição seguinte, de uma liderança para outra, por parte de um eleitor eventualmente descontente com a atuação do seu líder previamente escolhido⁶.

Para a autora, esses refutam o ideal democrático “clássico” de plena participação da população, reforçando a posição de Schumpeter (1961) quanto ao descaso da maioria pelos temas políticos e o debate cotidiano dos mesmos. Segundo Pateman (1992), para os schumpeterianos, contanto que exista a competição e a discussão, assegurados os canais para aqueles que almejem os postos de liderança, a participação da maioria estaria reduzida ao voto universal, onde a maioria escolhe seus líderes. Especificamente sobre a poliarquia de Dahl (1997), Pateman (1992) descreve que o pensador norte-americano foca sua teoria no grande escrutínio, quando os “não líderes” escolhem seus líderes, através da discussão e do confronto de políticas.

Contrariamente, Bresser-Pereira (2005b) divide as teorias de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), por entender a poliarquia como um regime de “definição mínima de democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2005b, p. 53), buscando diferenciá-lo do minimalismo schumpeteriano, o qual reforça ser uma teoria de padrão elitista. Tal colocação do economista brasileiro é melhor abordada por Manin (1995) que, como recentemente apontado, ao analisar as transformações do governo representativo, trata da mudança na relação entre representantes e representados, que inicialmente, muito próximo do conceito schumpeteriano, os primeiros tinham maior autonomia relativa em relação ao eleitorado.

⁶ Essa é a diretriz de Bobbio (1986) para minimizar a distância entre a democracia direta e representativa; segundo o autor, havendo a substituição de representantes, a representatividade se aproxima da participação plena.

Moreira (2014) também traz uma crítica mais branda a Dahl (1997), reafirmando o que o pensador norte americano apresentou como poliarquia: “ainda que imperfeita, [...] é o regime político que mais se aproxima do ideal democrático” (MOREIRA, 2014, p. 299), complementando com um dos pressupostos da teoria de Dahl (1997), situado no respeito às preferências dos eleitores. Nesse importante ponto do raciocínio a respeito da poliarquia, como exposto na seção anterior, encontra-se uma das discordâncias entre Schumpeter (1961) e Dahl (1997). O primeiro afirma de maneira enfática em sua obra, não haver a necessidade de os políticos eleitos atuarem de maneira as quais esperam seus eleitores.

Santos e Avritzer (2003) rememoram outros argumentos importantes de Dahl (1997), centrados na impossibilidade de participação democrática plena de todos os cidadãos em grandes países, sendo a representatividade “a única solução possível” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 12). Ambos argumentam que, por mais real que seja esse princípio ‘logístico’, a representação política pode falhar na sua capacidade de dar voz a minorias dentro do sistema representativo. Por mais que a liberdade e a participação permitam que essas minorias tenham espaço para manifestação, estando o poder de decisão centrado nos representantes, essas minorias tendem a ficar excluídas e podem até mesmo serem prejudicadas pelas decisões tomadas consensualmente.

Isso tudo diante do que já havia sido exposto em “Poliarquia: Participação e Oposição”, onde distinções sociais que vão além do foco econômico, influenciam e modelam as divisões políticas. Lijphart (2003) – que utilizou a mesma concepção de democracia de Dahl (1997) (estando centrada nos direitos de votar e ser eleito, e nas liberdades de reunião e expressão, estando implícito o sufrágio universal) fez uso desse argumento para embasar sua afirmação a respeito da quantidade de partidos em um sistema político correlacionado ao número de temas em debate na sociedade.

Ainda que o presente artigo não objetive tratar da análise empreendida pelo cientista político neerlandês, é importante ressaltar que quando Lijphart (2003) identifica em seu estudo das trinta e seis democracias, que nas democracias consensuais, é observável sistemas multipartidários, bem como que quando existem várias dimensões no conflito político numa sociedade, há um grande número de partidos nessa democracia, a fim de abrigar e expressar todas essas dimensões, essas trazem à realidade a teoria democrática de Dahl (1997). Como exposto por Coppedge e Reinicke (1990), a poliarquia não substituiu – sequer para efeitos de análise, a democracia. Contudo, como argumenta Bobbio (1986, p. 49), as propostas alternativas que visam solucio-

nar semelhantes problemas, se propõem apenas a “substituir uma forma de representação por outra”

Diante desse contexto apresentado, “A teoria da democracia revisitada” de Sartori (1994) certamente é a que melhor enlaça “Capitalismo, Socialismo e Democracia” e “Poliarquia: Participação e Oposição”, centrada em eleições competitivas entre a elite política que disputa o voto dos indivíduos que desfrutam de liberdade de opinião e manifestação, em muito se assemelha aos princípios schumpeterianos e dahlsianos de democracia, como processo para “decidir sobre quem decide” (SARTORI, 1994, p. 192). Também na crítica da impossibilidade de uma democracia plena, as linhas do teórico italiano rememoram Schumpeter (1961), em especial no que a ela especifica como ideal político, fruto da “civilização ocidental” (SARTORI, 1994, p. 17). Seu conceito de “dimensão vertical da política” (SARTORI, 1994, p. 181), como política hierarquizada e centralizada, vai ao encontro com uma definição de Schumpeter (1961) de democracia como mecanismo de formação do governo de políticos.

Analisando o histórico das teorias da democracia, como elucida Sartori (1994, p. 211), “Dahl começa onde Schumpeter para”, pois o centro da teoria de Dahl (1997) está na “competição entre elites” (SARTORI, 1994, p. 211). Como bem rememora o cientista político italiano, a poliarquia serve para se opor ao idealismo democrático, o que permite reforçar a compreensão que tanto Schumpeter (1961) quanto Dahl (1997) almejaram demonstrar a realidade política. Contudo, Sartori (1994) diz contrariamente a esses ‘aceitar a democracia’, e adotando o termo dahlsiano descreve a democracia como “uma poliarquia eleitoral”, distinguindo a redundância semântica do que desconsidera como redundância teórica, pois se “poliarquia contrapõe-se a oligarquia [...] uma poliarquia sem eleições [pode] ser perfeitamente cabível” (SARTORI, 1994, p. 212). Em outras palavras, Sartori (1994) deixa claro que se não houver no mínimo o sufrágio, a própria poliarquia inexistente como realidade democrática, valendo-se das palavras do célebre intelectual italiano: “[...] o *demos* deve ter o poder pleno e irrestrito de escolhê-los – é preciso haver eleições regulares e periódicas.” (SARTORI, 1994, p. 213, grifo do autor), pressuposto para qualquer outra preocupação de extensão da democracia.

Na presente seção, foi possível analisar poucos dos múltiplos aprofundamentos críticos, diretamente ou indiretamente impactados pelas teorias de Schumpeter (1961) e Dahl (1997). Desde a teórica inglesa Pateman (1992) até o pensador brasileiro Bresser-Pereira (2005a, 2005b), há diversos autores que reprovam os conceitos apresentados por Schumpeter (1961), considerando o modo como o pensador austríaco não poupa críticas ao ideal democrático e se

coloca abertamente de maneira discricionária quanto a quem compete a atuação ativa na política.

Enquanto Pateman (1992) tece críticas a Dahl (1997) e o aloca como mais um entre os schumpeterianos, o economista brasileiro busca diferenciar a poliarquia da democracia procedimental, especialmente pelo valor que a teoria dahlsiana atribui à liberdade do indivíduo. Sartori (1994), por sua vez, não apenas faz menções a Schumpeter (1961) e Dahl (1997), como se buscou apresentar, tem profundos traços do minimalismo e da poliarquia em suas escritas.

É importante ressaltar que ao trazer autores como Manin (1995) e Champagne (1998), aqui se busca colocar um fator – a opinião pública que, ao não ser ponderado como substancial, tanto na democracia procedimental schumpeteriana, quanto na poliarquia, não representa uma falha nessas teorias, mas sim, um aprofundamento da democracia e das teorias a seu respeito. Por mais divergentes que as interpelações apresentadas sejam, todas não fogem dos princípios ‘realistas’ que Schumpeter (1961) e Dahl (1997) visaram apresentar, onde concordando ou não com esses teóricos, todos os autores críticos expostos nessa seção demonstraram que o elitismo político, mesmo com o crescimento da força da opinião pública, seguiu como uma realidade vigorosa.

Considerações finais

Ainda que Schumpeter (1961) e Dahl (1997) tenham centrado seus conceitos de democracia no processo de escolha de lideranças políticas, reduzindo a participação ativa dos cidadãos no cotidiano político decisório, esses seguem de suma relevância, com todas as transformações do processo globalizador, para análise das democracias ocidentais, ou como melhor pontuado pelos pensadores centrais da presente análise, do sistema político representativo. É de conhecimento que com a massificação da informação e a diversificação dos canais de exposição de opinião, o sistema representativo ocidental ainda segue a lógica da elitização da política institucional, que atua a parte do todo social, engessada e de difícil mutação.

Pateman (1992) sustenta profundas críticas aos dois protagonistas do presente estudo, afirmando que uma das motivações para a permanência desse quadro se deve ao profundo desconhecimento das massas do funcionamento do *modus operandi* da política. Soma-se a isso, ainda que respeitado o princípio da competição, quando Bobbio (1986) vai no extremo oposto de Pateman (1992) e suaviza a extensão entre a democracia representativa e a democracia plena ao considerar que a passível substituição dos representantes é um fator que reduz a

distância da participação plena, desconsidera fatores como a profissionalização política, o apadrinhamento político e a circulação entre elites no poder.

Todavia, ainda que o pensamento de Pateman (1992) seja crítico e contraditório aos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), em um ponto a pensadora inglesa e o teórico austríaco convergem para um denominador comum, que apontado de maneiras distintas, respondem ao mesmo dilema da permanência da competição entre elites e da própria profissionalização política. Enquanto Schumpeter (1961) aponta o descaso da maioria com as questões políticas, tendo de essas serem deixadas para os que não apenas se interessam, mas têm condições de atuarem nesse campo, Pateman (1992) estabelece que o suposto descaso advém da falta de protagonismo da cultura política e de um processo educacional que não abriga semelhante temática.

Sales (2005) alega que Dahl (1997) e Schumpeter (1961) apresentam, equitativamente, em suas ideias a necessidade do respeito às regras do jogo democrático, que melhor exemplificado, seria a obediência ao regramento do processo eleitoral. Ainda que a autora seja feliz em sua colocação, como buscou-se elencar no decorrer deste artigo, ambas as teorias comungam em outros pontos de suma relevância, como a busca por apresentar definições de democracia mais condizentes com a realidade, já que como anteriormente afirmado, ambos pensadores são céticos quanto ao ideal democrático de plena participação política dos cidadãos.

Como exposto anteriormente, ambos – ainda que em diferente intensidade – alocam pequeno espaço em suas teorias aos partidos políticos, colocando essas instituições como recrutadoras e formadoras das elites que hão de competir pelo voto, entre a sociedade fragmentada. Obviamente, o ponto mais importante de confluência entre os pensadores está no fundamento dos governos representativos através do voto cidadão, onde o indivíduo escolhe entre os que competem pelo direito de deliberar institucionalmente sobre os interesses políticos.

Schumpeter (1961) contribuiu significativamente com a teoria democrática e a compreensão do sistema político, colocando os políticos como os que passam pelo crivo dos cidadãos que selecionam os verdadeiros protagonistas e operadores da agenda política e das matérias a serem decididas. Em contrapartida, Dahl (1997) valoriza mais o papel do cidadão eleitor que Schumpeter (1961), onde decorrente da extensão do sufrágio, as estratégias dos partidos políticos e o próprio sistema político passa por profundas transformações.

O princípio schumpeteriano de descompromisso com interesses particulares para dispor da necessidade de o parlamentar desconsiderar as preferências dos eleitores e atuar soberanamente, robustecido por Bobbio (1986) carece de realidade do cotidiano político, a perceber como exposto por Manin (1997) e

Champagne (1998), o valor da opinião pública afeta à condução política. Além disso, o elitismo desconsidera um fator ainda mais forte que o da opinião pública, que é o poder dos grupos de interesse sobre os representantes, renegados por Schumpeter (1961), que atuam em pequeno número e comprovam que a teórica igualdade política dos cidadãos como pressuposto para a democracia procedimental ou a poliarquia, não se traduz em realidade.

Enquanto Schumpeter (1961) cunha a frase que coloca a democracia clássica como uma utopia, designando que essa não pode ser um princípio almejado, Dahl (1997) – ainda que tangencie a mesma ideia inicialmente – vai além, e estabelece que para compreender a poliarquia, é necessário distinguir esse regime não plenamente democratizado, operante graças às liberdades mínimas dos cidadãos de votar e se expressar, sendo essa última de maneira independente ou em conjunto com seus semelhantes.

A exposição de pensadores que criticam Dahl (1997) e Schumpeter (1961) visou precisamente demonstrar a riqueza de suas teorias e as implicações esperadas de conceitos primorosos, de imensurável magnitude, nutrindo análises e sendo reavaliados, atravessando décadas sem perder protagonismo dentro da Ciência Política. Até mesmo uma avaliação mais apaixonada como a de Pateman (1992), que não se furta da oportunidade de endurecer sua apreciação, buscando demonstrar os erros dos princípios que embasaram ambos teóricos ao reduzirem o papel da participação no escrutínio eleitoral, não diminui a grandiosidade dos conceitos concebidos por ambos pensadores.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia republicana e participativa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 71, p. 77-91, mar. 2005a. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2004/04-85DemocraciaRepublicana_Participativa-CEBRAP.pdf. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construção do estado e administração pública**: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: FGV, 2005b. (GVPesquisa. Relatório de Pesquisa, n.27). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/3010>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

COPPEDGE, M.; REINICKE, W. H. Measuring polyarchy. **Studies in Comparative International Development**, New York, v. 25, n. 1, p. 51-72, 1990. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=568D6762FC5B7235A67618205CB090D0?doi=10.1.1.474.4674&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em: 17 nov. 2016.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MOREIRA, M. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. **Rev. Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 293-323, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201410>.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. **Introdução**: para ampliar o cânone democrático. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: <http://ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SALES, C. V. As máscaras da democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 233-245, jun. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100015>.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994. v.1.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Recebido em 12 de março de 2018

Aprovado em 25 de junho de 2018

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL: COMO PARTICIPAM OS BRASILEIROS?

Andressa Liegi Vieira COSTA¹
Ana Julia Bonzanini BERNARDI²

RESUMO: O Brasil vem enfrentando uma crise política, na qual os cidadãos não se veem representados pelas instituições políticas tradicionais, apresentando altos níveis de desconfiança e apatia em relação à política. Isso resulta em baixa participação, uma vez que os brasileiros não percebem esta como um mecanismo efetivo para a resolução dos problemas sociais. Assim, este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre a crise de representação política no Brasil, de forma exploratória, a partir da análise de elementos da cultura política e dos padrões de participação no país. Para isso, serão utilizados dados quantitativos do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) de 2012, 2014 e 2016, de modo a observar as mudanças e continuidades na cultura política e na participação dos brasileiros, podendo entender, dessa forma, como a crise de representação política no país vem configurando-se.

PALAVRAS-CHAVE: Crise de representação. Cultura política. Participação política. Brasil.

CRISIS OF REPRESENTATION AND POLITICAL CULTURE IN BRAZIL: HOW DO BRAZILIANS PARTICIPATE?

ABSTRACT: *Brazil has been facing a political crisis, on which citizens do not see themselves represented by traditional political institutions, presenting high levels of distrust and apathy regarding politics. It results on low participation, once Brazilians do not perceive it as an*

¹ Universidade de Lisboa (ULisboa), Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa – Portugal. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. andressalieg@hotmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul – RS – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. anajuliabbernardi@hotmail.com

effective mechanism to solve social problems. Thus, this paper aims to conduct a study on the crisis of political representation in Brazil, in an exploratory approach, based on the analysis of elements of the political culture and the patterns of participation in the country. To do so, we will use quantitative data from the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) of 2012, 2014 and 2016, in order to observe the changes and continuities in the political culture and the participation of Brazilians, thus being able to understand how the crisis of political representation in the country has been taking shape.

KEYWORDS: *Crisis of representation. Political culture. Political participation. Brazil.*

Introdução

Os estudos recentes, da Ciência Política, têm trabalhado amplamente com a ideia de existência de uma crise de representação política a nível global. Com isso, haveria uma crescente lacuna entre o governo e a sociedade, marcado por um recrudescimento da descrença e da falta de legitimidade das instituições políticas tradicionais. Os partidos políticos encontram-se no centro dessa crise, contando com pouco apoio popular, uma vez que os cidadãos não se sentem devidamente representados (BIANCHI; LEÓN; PERINI, 2017; MANIN, 1995). Tal crise evidencia uma série de fragilidades da democracia (BOBBIO; PONTARA; VECA, 1985; PRZEWORSKI, 2010), em um contexto em que emerge o discurso da antipolítica em países com diferentes níveis de desenvolvimento (SCHIEDLER, 1997).

Considerando os indivíduos como politicamente importantes, a cultura política (ALMOND; VERBA, 1963) é um conceito chave para compreender melhor a relação dos cidadãos com o sistema político, visto que os indivíduos aprendem e incorporam conhecimentos e sentimentos sobre a política em sua sociedade, os quais fornecem uma estrutura de valores que garantem uma boa *performance* das instituições (PYE, 1965). Uma vez que a democracia envolve a possibilidade de participação dos cidadãos nos processos decisórios (BLANCO, 1995), a manutenção das democracias ocorre pela participação ativa dos indivíduos na esfera pública (ALMOND; VERBA, 1963), por meio da existência de uma série de canais distintos (BLANCO, 1995).

No que concerne ao Brasil, a população apresenta uma grande desconfiança em assuntos referentes ao governo e seus representantes, bem como uma grande descrença em relação às instituições (BAQUERO, 2004). Há um descontentamento generalizado com a classe política, pois o sistema político e suas estruturas formais não têm sido capazes de resolver os problemas de desigualdade

e exclusão social (LUCHMANN, 2007), assim como também tem falhado em atender as expectativas dos cidadãos, que não veem seus direitos de representação e participação materializados em canais efetivos (MOISÉS, 2008).

Assim, este trabalho tem o objetivo de realizar um estudo sobre a crise de representação política no Brasil, de forma exploratória, a partir da análise de elementos da cultura política e dos padrões de participação no país. Para isso, serão utilizados dados quantitativos do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), de 2012, 2014 e 2016, de modo a observar as mudanças e continuidades na cultura política e na participação dos brasileiros, podendo entender, dessa forma, como a crise de representação política no país vem se configurando. Nesse sentido, este trabalho visa avançar na discussão acerca da crise de representação, explorando duas principais hipóteses: 1) A crise estaria levando a um desengajamento político ou se 2) seria um sinal de mudança nos canais de participação política entre os brasileiros. Nesse sentido, primeiramente, será realizado um levantamento teórico sobre crise de representação, cultura política e participação. Em seguida, serão estudados detalhes sobre tais elementos no caso brasileiro. A partir disso, serão realizadas análises empíricas, com os dados antes mencionados, para que então possam ser traçadas algumas considerações acerca do caso brasileiro.

Crise de representação, Cultura Política e Participação

Chegando quase à segunda década do século XXI, ainda mantém-se uma lacuna entre sociedade e política, o que, juntamente com uma falta de legitimidade por parte de instituições públicas, partidos políticos e lideranças tradicionais, tem conduzido à expressões de descontentamento dos cidadãos com a política. Assim, vem se observando uma frustração nas percepções sobre a democracia, em relação às expectativas, com um sentimento de pouco progresso ou cumprimento de demandas. O sistema de partidos políticos encontra-se no centro desta crise, configurando-se como a instituição com menor apoio popular (BIANCHI; LEÓN; PERINI, 2017).

Tem-se constantemente afirmado a existência de uma crise de representação política nos países ocidentais, com um crescente *gap* entre governo e sociedade e entre representantes e representados. Temos observado uma mudança de um padrão de grande desconfiança entre os eleitores e os partidos políticos, para eleitores que não se identificam com nenhum partido e não seguem mais uma tendência de voto. Em relação aos partidos, estes não mais se apoiam centralmente em programas políticos que prometem seguir, mas sim em imagens

formadas em torno das personalidades dos líderes. Assim, Manin (1995) acredita não em uma crise de representação, mas na metamorfose da representação e o modo como ela funciona.

A crise de credibilidade do sistema político é baseada em uma ampla competição entre os partidos políticos, na qual o sistema de partidos perdeu a confiança pública, devido a fatores como a sua captura pela mídia, a personalização de líderes, a manipulação, escândalos políticos, entre outros. Assim, as expressões dos cidadãos e a opinião pública apresentam um crescente desafeto pelos políticos e partidos. Soma-se a isso uma crise do Estado-nação, que tem sofrido uma diminuição na sua capacidade de suprir seus compromissos com o *welfare state*, considerado um dos bastiões de legitimidade política desde o período pós-guerra (CASTELLS, 1997).

Nogueira (2014) concorda com a ideia de Manin (1995) de que a representação está passando por uma metamorfose, uma vez que estamos presenciando um mau funcionamento nos sistemas representativos, o que ressalta um problema de legitimidade dos sistemas políticos. Assim, estaríamos presenciando uma reorganização do sistema representativo, a partir do surgimento de uma “crise” em seus fundamentos. Parte desse processo decorre da própria reorganização da economia e das relações sociais, em que emerge uma crise do Estado, a partir da globalização e da modernidade líquida, o que impacta na institucionalidade política, pressionando uma mudança também nas instituições (NOGUEIRA, 2014). Para Fukyuama (2015), a legitimidade das democracias depende mais da capacidade de uma governança de alta qualidade, do que no aprofundamento das instituições democráticas – o que implica pensar na cultura política da população.

De acordo com Bobbio, Pontara e Veca (1985), os principais problemas da democracia atual englobam a ingovernabilidade, no sentido de desproporção entre as demandas da sociedade civil e a capacidade de resposta do sistema político; a privatização do público, a qual se refere a uma gradual absorção da sociedade civil no Estado, no sentido de apresentação de demandas e interesses privados por meio de mecanismos não formais; e, por fim, o poder invisível, ou seja, as ações ocultas no jogo do poder (BOBBIO; PONTARA; VECA, 1985). Já para Przeworki (2010), as democracias têm enfrentando quatro desafios centrais, os quais têm criado e intensificado a insatisfação popular: 1) a incapacidade de gerar igualdade em termos socioeconômicos; 2) a incapacidade de fazer com que as pessoas sintam que sua participação política é efetiva; 3) a incapacidade de assegurar que os governos façam o que são supostos a fazer; 4) a incapacidade de balanço entre ordem e não-interferência (PRZEWORKI, 2010). Nesse sentido,

afirma-se que há uma falha de institucionalização, uma vez que a capacidade do Estado não tem acompanhado as demandas populares por *accountability* democrático (FUKUYAMA, 2015).

Schedler (1997) trabalha com a ideia de que vivemos em tempos de anti-política, visto o aumento do desencanto popular com a política, seja nas democracias antigas ou mais novas e a emergência de tal discurso no cenário mundial. A antipolítica manifesta-se de duas formas: a partir de pretensões de banir a política, em que a política para de ser utilizada e esvazia-se a esfera pública; ou através da conquista e colonização da política, por meio da alienação e uma esfera pública sujeita a um regulamento “externo”. Ainda há uma definição de antipolítica estrutural, em que há uma erosão da política por tendências da sociedade. A Ciência Política tem trabalhado com a ideia de que se vive em uma época de crise política, seja ela de representação, da democracia, de governabilidade etc. (SCHEDLER, 1997).

A representação política aparece como um processo circular que ocorre entre práticas sociais e instituições estatais, que permite à democracia uma recriação e aprimoramento constantes, sendo a soberania popular um mecanismo chave para a democratização da representação. Assim, a política aparece como “[...] uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo.” (URBINATI, 2006, p. 193). Nesse contexto, as eleições são uma parte da representação política, contudo, a representação não se restringe às eleições, uma vez que não se trata apenas de delegação na tomada de decisões, sendo essencial haver uma maior articulação entre a sociedade política e civil (URBINATI, 2006).

Dessa forma, coloca-se o conceito de cultura política de Almond e Verba (1963, p. 30), o qual se refere às “[...] orientações especificamente políticas, posturas em relação ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como atitudes em relação ao papel de cada um dentro deste sistema.” Assim, as atividades, comportamentos e percepções que envolvem o comportamento político não se dão a partir de elementos aleatórios, mas são coerentes com padrões que se combinam e se reforçam entre si; cada indivíduo, em seu contexto histórico, aprende e incorpora os conhecimentos e sentimentos sobre a política de sua comunidade (PYE, 1965).

Almond e Verba (1963) compreendem a cultura política como as orientações – sendo essas de caráter cognitivo (relacionada ao conhecimento e crenças em relação ao sistema político), afetivo (sentimentos) e avaliativo (opiniões e valores) – e posturas dos indivíduos em relação à política e aos diferentes elementos que a compõem, de forma que, ao falar sobre a cultura política de

uma sociedade, refere-se ao sistema político que constrói os conhecimentos, sentimentos e valores da população. Assim, o sistema político funcionaria a partir de *inputs* (objetos políticos ou demandas da sociedade) e *outputs* (objetos administrativos, ou seja, conversão dessas demandas em políticas) (ALMOND; VERBA, 1963). Enquanto para os indivíduos, a cultura política dá as bases para o comportamento político, para o coletivo, ela fornece uma estrutura sistemática de valores e racionalidade, os quais garantem a coerência na *performance* das instituições e organizações (PYE, 1965). Assim, a ideia de comunidade cívica (ALMOND; VERBA, 1963) surge como um modelo ideal de cultura política, baseado em uma lealdade de participação, sendo uma “[...] cultura política de participação em que a cultura e as estruturas políticas são congruentes.” (ALMOND; VERBA, 1963, p. 49). Assim “[...] uma sociedade caracterizada como cívica exige a presença de cidadãos com virtudes cívicas, materializadas no interesse por eles demonstrado pelos assuntos públicos e pela política, pelo amplo engajamento em associações cívicas e por um ambiente de tolerância recíproca.” (BAQUERO, 2004, p. 177).

Ampliando os estudos de cultura política, Inglehart (1977) trabalha com o desenvolvimento de valores pós-materiais conforme o desenvolvimento de maior segurança econômica e física, em sociedades cujas necessidades materiais primárias fossem sanadas, resultando em um maior engajamento político e adesão aos valores democráticos. Posteriormente, Inglehart e Welzel (2009), incrementaram este quadro teórico, a partir do ideal de desenvolvimento humano dentro da cultura política, associando a formação de capacidades como forma de emancipação, tanto de liberdades individuais, como de liberdades políticas e direito à cidadania (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Nesse sentido, compreendendo a democracia como um processo que envolve a possibilidade de participação dos cidadãos nas decisões (BLANCO, 1995) e a manutenção das democracias ocorre por meio da participação ativa de seus cidadãos na esfera pública, juntamente com um elevado conhecimento sobre assuntos públicos e por um sentido de responsabilidade cívica (ALMOND; VERBA, 1963) cabe aprofundar as relações entre cultura política e processos participativos. Diversos significados são atribuídos à participação, a qual engloba diversos canais e atitudes dos cidadãos, não sendo a participação reduzida à esfera eleitoral, uma vez que engloba um vasto repertório de ações além das fronteiras institucionais do sistema político (BLANCO, 1995).

Há três perspectivas centrais sobre a participação política, que também refletem a evolução histórica do termo. A perspectiva unidimensional de Milbrath (1965) vê a correlação entre ações políticas, havendo uma hierarquia

cumulativa de envolvimento político, ou seja, cada nível de engajamento político englobaria um conjunto de atividades participativas e seria dado de acordo com a dificuldade da ação. Em uma evolução teórica, Verba, Nie e Kim (1978) surgem com a perspectiva multidimensional, em que se consideram múltiplos determinantes para a participação política, os quais se combinam em diferentes proporções. Nessa abordagem, considera-se participação política as ações legais exercidas pelos cidadãos, tentativas de influenciar o governo a partir de “canais legais regulares” (VERBA; NIE; KIM, 1978) – não incluindo protestos, rebeliões ou meios violentos – pelos quais se expressa preferências e se pressiona o governo, canais estes que se encontram disponíveis, e são utilizados, de modo distinto para cada grupo social. Por fim, a perspectiva de repertórios múltiplos de ações políticas, de Barnes e Kaase (1979), engloba também as formas não convencionais (ou não institucionais) de participação, tais como protestos, as quais emergem com a substituição de clivagens políticas tradicionais por novos valores e operam em conjunto com as formas tradicionais, de modo não excludente.

Estudos mais contemporâneos (DALTON, 2017) apontam que o envolvimento dos cidadãos com os processos democráticos tem aumentado e se diversificado nas últimas décadas. Há possibilidade de que, com a evolução dos canais de participação, ao invés de haver uma diminuição na participação, os indivíduos estejam tornando-se mais ativos a partir de novos canais, visto os novos padrões de engajamento cívico. As características de cinismo, alienação e desconfiança em relação às instituições centrais da democracia representativa podem resultar em indivíduos mais engajados politicamente, preocupados em demonstrar suas insatisfações com o sistema político, ou seja, cidadãos mais críticos (NORRIS, 1999). A participação política estaria evoluindo e se diversificando em termos de *quem* (agências ou organizações coletivas), o *que* (o repertório de ações) e *onde* (os alvos que se pretende influenciar) (NORRIS, 2002).

Assim, Dalton e Welzel (2014) com o desenvolvimento de valores mais assertivos (*assertive*) e de maior autoexpressão (*self-expressive*), há uma maior preocupação com questões referentes à qualidade de vida. Assim, os novos valores individuais afetam as orientações dos indivíduos em relação à política, assim como as formas de participação política (INGLEHART, 1977). No que concerne à democracia, a modernização gera maior quantidade de demandas, a qual irá depender das pessoas e de suas orientações, motivando essas demandas por mais liberdade e responsividade do governo, evidenciando que a democratização é parte de um processo de desenvolvimento humano. Esses valores pós-materiais de auto expressão enfatizam aspectos como liberdade pessoal e política, atividades

de protesto civil, respeito à liberdade dos outros, além de fatores relacionados à qualidade de vida (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Valores emancipatórios e autonomia também são fatores importantes para o avanço das democracias, sendo decorrente dos próprios valores de auto expressão (INGLEHART; WELZEL, 2009), e estando relacionados à construção de uma cultura política mais assertiva (WELZEL; ALVAREZ, 2014) envolvendo uma maior participação política.

O caso brasileiro

O Brasil tem apresentado altos índices de desconfiança em relação ao governo e seus representantes e alto indicativo de ausência de capital social, além da questão da desigualdade que irradia em uma série de outros problemas sociais. No país, os regimes democráticos têm coexistido com forças oligárquicas que acentuam a desigualdade e a exclusão social ao favorecer minorias no poder, de modo que “[...] as elites políticas dos principais partidos são vistas como corruptas, auto interessadas, desonestas e que não trabalham para o bem do país.” (BAQUERO, 2004, p. 175), resultando na descrença dos cidadãos em relação às instituições do Estado. Apesar de avanços econômicos, o país continua encontrando precariedade social e econômica, gerando desigualdade de oportunidades e uma camada de cidadãos excluídos, gerando atitudes negativas por parte dos brasileiros (BAQUERO, 2008).

Há características gerais da crise de representação que vem ocorrendo a nível internacional, tais como uma maior desconfiança dos cidadãos em relação às instituições políticas e o esvaziamento dos partidos políticos. No Brasil, o descontentamento com a classe política é generalizado. Encontram-se altos níveis de ceticismo político (BAQUERO, 2008), visto que os cidadãos não confiam nas instituições, uma vez que estas se mostram ineficientes em combater problemas como a corrupção (MOISÉS, 2008). Quando os procedimentos democráticos são estáveis, mas não são acompanhados por conquistas sociais, os cidadãos tendem a questionar o regime, já que experiências negativas impactam no modo como eles pensam (BAQUERO, 2013). Por sua vez, a memória democrática é construída através de memórias positivas em relação à democracia, bem como uma sensação de *bem-estar*.

Historicamente, o Brasil foi colonizado por Portugal como um empreendimento puramente comercial entre o governo colonial juntamente com elites particulares (CARVALHO, 2002), em um projeto de busca por “[...] prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis.” (HOLANDA,

1995, p. 44). A colonização utilizou-se da distribuição de terras para exploração privada, uma herança do sistema feudal, representando uma delegação de poderes para particulares, em que o poder público era restringido à vigilância e ao controle (FAORO, 2001; DUARTE, 1939). Como consequência desse processo, no meio rural, os grandes proprietários de terra representavam a máxima autoridade, absorvendo parte das funções do Estado, organização que, posteriormente, expandiu-se para as cidades. A estrutura patriarcal familiar serviu como modelo para as relações, paternalistas, que se estabeleceram na vida política entre governantes e governados. Consolidou-se, com isso, um padrão em que as estruturas privadas prevalecem às públicas (HOLANDA, 1995; CARVALHO, 2002).

A independência brasileira ocorreu com um processo pacífico com negociação entre Portugal, as elites locais e a Inglaterra. Entretanto, não foi acompanhada pelo surgimento de uma tradição cívica, uma vez que não havia uma sociedade política ou cidadãos, visto que a maior parte da população foi excluída dos direitos políticos e sociais, com a inexistência de uma identidade nacional. Mesmo que as pessoas pudessem votar, havia uma forte pressão para o fizessem de uma determinada forma, resultando na falta de real liberdade de escolha do candidato (CARVALHO, 2002). A República não mudou o cenário político, apenas seguiu uma tendência em que o Estado aparece como algo externo ao indivíduo, que se mostra mais em uma posição de súdito do que propriamente de cidadão, que se vê “[...] como objeto da ação do Estado e não de quem se julga no direito de a influenciar.” (CARVALHO, 1987, p. 147).

Ainda na República, algumas reivindicações sociais começaram a aparecer, ainda que precárias e reticentes, sobretudo por parte da classe trabalhadora (IGLÉSIAS, 2006). Contudo, os direitos sociais eram normalmente tratados por associações particulares, especialmente as religiosas, como uma herança do período colonial (CARVALHO, 2002). A Primeira República foi marcada pelo predomínio dos interesses dos senhores de terra, principalmente dos produtores de café, mantendo um desequilíbrio no balanço regional e uma fraca integração nacional. Os partidos políticos não representavam uma união nacional, mas sim uma disputa partidária, de modo que a democracia possuía apenas um caráter formal, em que a representação era restringida por elementos como a falsificação do voto (FAUSTO, 1985).

Em 1930, uma revolução levou Getúlio Vargas à presidência (FAUSTO, 1985), levando a mudanças políticas e sociais extensivas no país, seguida por um período de instabilidade, de 1937 a 1945, com a alternância entre ditaduras e regimes democráticos (CARVALHO, 2002). Vargas utilizou o controle social com um Estado forte aliado a sua imagem de líder carismático, consolidando

uma política de massas, baseada em propaganda e nacionalismo. Houve um deslocamento das questões sociais para o eixo do Estado, porém reforçou o autoritarismo e “[...] foi introduzida no país uma nova cultura política, que transformou a cidadania numa peça do jogo do poder.” (CAPELATO, 2003, p. 140). Após isso, a primeira experiência democrática foi marcada pelo populismo, o qual:

[...] implicava uma relação ambígua entre os cidadãos e o governo. Era avanço na cidadania, na medida em que trazia as massas para a política. Mas, em contrapartida, colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora. (CARVALHO, 2002, p. 126).

Em 1964, houve um golpe de Estado pelos militares, com a supressão de direitos políticos e civis, dando fim ao populismo (FAUSTO, 1996). Os governos militares repetiram a estratégia de ampliação dos direitos sociais, em contraponto à supressão dos direitos políticos e civis, de modo que “[...] o autoritarismo brasileiro pós-30 sempre procurou compensar a falta de liberdade política com o paternalismo social” (CARVALHO, 2002, p. 190), enquanto a prosperidade econômica satisfazia à classe média urbana, compensando a perda dos direitos políticos. O colapso do regime militar contou com ampla participação popular, a qual atingiu novos patamares no país (FAUSTO, 1996).

Após eleições indiretas em 1985, a Constituição de 1988 centrou-se na garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente os sociais com grande foco nas políticas sociais, expandindo o direito ao voto, e também institucionalizou mecanismos de participação popular direta nos processos decisórios. Tais medidas foram uma aposta no potencial de mudança na cultura política do país, introduzindo novos valores democráticos e maior transparência e controle social no Estado, no que concerne às políticas públicas (ROCHA, 2008).

O primeiro presidente eleito diretamente renunciou após um processo de impeachment, devido à sua falta de governabilidade, às medidas impopulares de combate à inflação e escândalos de corrupção (CARVALHO 2002). O próximo presidente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), teve foco nas políticas sociais como responsabilidade do Estado, mesmo em uma vertente liberal que, posteriormente, torna-se mais desenvolvimentista (SALLUM JUNIOR, 1999;

DRAIBE, 2003). O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) restaurou o papel do Estado em um projeto de desenvolvimento nacional, resultando em crescimento econômico, com melhor distribuição de renda, tendo a política social como um eixo central (POCHMANN, 2011), porém as mudanças não foram suficientes para acompanhar a expansão do acesso ao consumo, gerando uma reorganização da força trabalhadora, que se tornou mais heterogênea e segmentada, tornando mais difícil a construção de ações coletivas. Assim, mesmo com a promoção da inclusão social, a estrutura social continuou condicionada à ordem política e econômica (KREIN, 2014). Dilma Rousseff (2011-2016) sofreu um impeachment em 2016, devido à crise econômica somada à quebra de promessas com o seu eleitorado, o que levou à perda de apoio e crescente desaprovação popular, agravada pela forte campanha contra seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), pela mídia e pela classe média urbana (ANDERSON, 2016).

Dessa forma, percebe-se que a representação política não aparece como um mecanismo eficaz para resolver os problemas da sociedade. Ademais, a falta de organização autônoma da sociedade possibilita que os interesses privados se sobressaiam (CARVALHO, 2002). Pode-se confirmar que a história do Brasil apresenta um “[...] caráter excludente e autoritário – um processo histórico no qual a restrição aos direitos de cidadania e a limitação da democracia têm sido uma constante.” (SEGATTO, 1999, p.137). Assim:

Esse traço marcadamente excludente e autoritário da história brasileira manifesta-se em sua plenitude quando se analisa o processo político-eleitoral e partidário. Revela com nitidez seu caráter antidemocrático e de restrição dos direitos do exercício da cidadania. Foram criados, ao longo dessa história, regras excludentes ao direito de voto e à participação popular nas eleições e para a intervenção e organização política nos partidos: seja por meio de normas institucionais ou jurídicas, seja por mecanismos outros, como a manipulação e a fraude, o favor e o clientelismo, a coerção e a violência pura e simples - preceitos que se tornaram correntes no desempenho do poder, controlado por grupos e/ou partidos políticos dominantes, cuja prática sempre foi guiada e contaminada pelo patrimonialismo e pelo fisiologismo. Paralelamente foi sendo construído o argumento ideológico para alegar a “incapacidade”, a “imaturidade” e a “ignorância” do povo para votar ou escolher seus representantes e para gerir os negócios públicos, asseverando que é manipulável e não tem consciência cívica. (SEGATTO, 1999, p. 138).

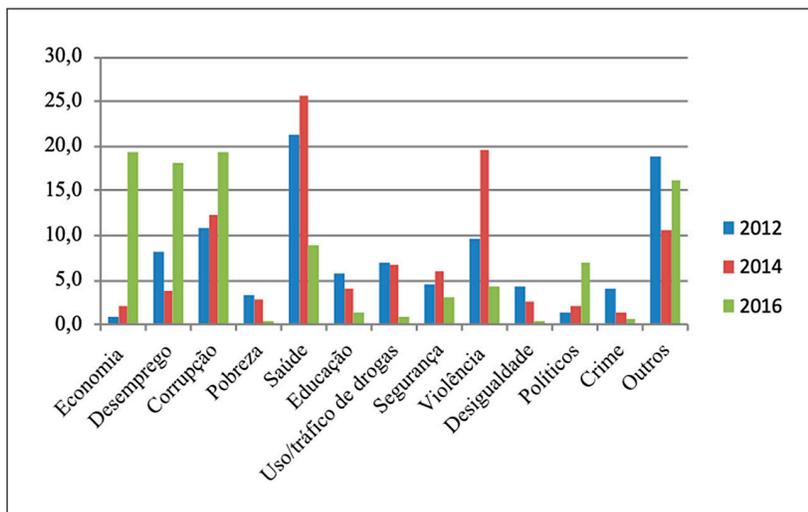
O Brasil apresenta uma cultura política híbrida, visto que nas dimensões procedimentais formais e informais, tradicionalmente, as instituições políticas carecem de legitimidade e credibilidade. Há um discurso que favorece os aspectos formais da democracia e gera a ideia de que com o estabelecimento da democracia formal, os problemas da sociedade são resolvidos. Os aspectos formais são necessários para fortalecer o processo democrático, porém é preciso que sejam acompanhados pela ideia de justiça social. A democracia não se constitui apenas de elementos formais, pois há outros componentes importantes como uma cultura política cidadã com práticas participativas, sendo importante que os cidadãos ajudem a desenvolver o desenho institucional e não apenas reajam passivamente às situações impostas (BAQUERO, 2008).

Os movimentos sociais foram fundamentais para consolidar uma estrutura participativa, especialmente na área de políticas públicas, a partir de conexões com atores institucionais, situados dentro da esfera estatal, como sua estratégia de mudança social. Com um novo arranjo participativo estabelecido com a Constituição de 1988, os movimentos sociais lutaram para expandir e inserir suas demandas dentro dessas estruturas. O projeto político dos governos tem sido uma das variáveis que impactam na qualidade e resultados da participação, visto que governos com uma agenda mais à esquerda tendem a viabilizar e valorizar mais os espaços de participação, e neles os movimentos tendem a aproveitar mais os espaços disponibilizados pela via institucional (TATAGIBA, 2011).

Análises Empíricas

Frente à discussão travada ao longo deste trabalho, passamos para as análises empíricas sobre a cultura política e os padrões de participação dos brasileiros. Para isso, utilizar-se-á a base de dados *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) dos anos de 2012, 2014 e 2016, permitindo obter uma visão mais abrangente da evolução das variáveis de estudo em um período maior de tempo. Para tal, será utilizado o conceito de cultura política como as atitudes, orientações e posturas dos indivíduos em relação ao sistema político (ALMOND; VERBA, 1963), e a abordagem de repertórios múltiplos de participação política (BARNES; KAASE, 1979), uma vez que serão analisados canais convencionais, através dos partidos políticos, e não convencionais, a partir de protestos públicos.

Gráfico 1 – Principal problema do país (%)



Fonte: LAPOP (2012, 2014, 2016).
 n 2012 = 1496; n 2014 = 1475; n 2016 = 1505.

Iniciando com a análise sobre cultura política, primeiramente, é possível mensurar a visão geral sobre os *outputs* do sistema político do país, através do Gráfico 1, que aponta a percepção sobre o maior problema do país. Em relação ao maior problema do país, em 2012, os resultados apontavam para a saúde (21,3%), a corrupção (10,9%) e a violência (9,7); em 2014, igualmente para a saúde (25,6%), a violência (19,6%) e a corrupção (12,4%); passando, em 2016, para a corrupção (19,3%), a economia (19,3%) e o desemprego (18,1%). Cabe também destacar o aumento da visão da classe política como um problema importante, uma vez que os políticos correspondiam a 1,3 das respostas, em 2012, e a 7%, em 2016, confirmando o crescente desafio pelos políticos (CASTELLS, 1997). Visto os dados acima apresentados, confirma-se que os cidadãos não têm visto suas demandas serem atendidas pelo sistema, já que os problemas apontados majoritariamente referem-se a respostas que deveriam receber do Estado, seja na questão econômica, social ou política. Além disso, a forte menção à corrupção aponta um fator extra de mau funcionamento do sistema político, e que é percebida cada vez mais pela população. A seguir, analisaremos o apoio ao sistema político no país:

Tabela 1 – Apoio ao Sistema Político (%)

| | 2012 | 2014 | 2016 |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Nada | 18,3 | 28,7 | 36,2 |
| Pouco* | 31,3 | 33,1 | 27,4 |
| Mais ou menos** | 18,8 | 15,0 | 12,7 |
| Algo*** | 22,5 | 16,6 | 16,2 |
| Muito | 9,1 | 6,6 | 7,6 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Fonte: LAPOP (2012, 2014, 2016). n 2012 = 1472 e 162.

* Para a categoria “pouco” foram somadas as respostas 2 e 3 da escala apresentada.

** A resposta “mais ou menos” representa a categoria 4 da escala.

*** A resposta “algo” representa a soma das respostas 5 e 6 da escala.

Conforme a tabela acima, é possível observar um forte declínio no apoio ao sistema político entre 2012 e 2016, uma vez que a porcentagem dos que não confiam nada quase dobra, de 18,3% para 36,2%, respectivamente, de modo que, em 2016, representa pela primeira vez a resposta majoritária. Esses dados confirmam que as visões negativas dos indivíduos, em relação aos *outputs* recebidos do sistema, levam a uma queda no apoio ao sistema. O baixo apoio ao sistema político é preocupante, uma vez que a estrutura de valores, em nível coletivo, garante a coerência na *performance* das instituições e organizações (PYE, 1965).

Tabela 2 – Respeito pelas Instituições Políticas (%)

| | 2012 | 2014 | 2016 |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Nada | 10,8 | 17,5 | 20,8 |
| Pouco* | 25,7 | 24,9 | 23,3 |
| Mais ou menos** | 17,6 | 17,9 | 14,8 |
| Algo* | 30,9 | 26,3 | 26,6 |
| Muito | 15,0 | 13,4 | 14,6 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Fonte: LAPOP (2012, 2014, 2016).

n 2012 = 1478; n 2014 = 1488; n 2016 = 1523.

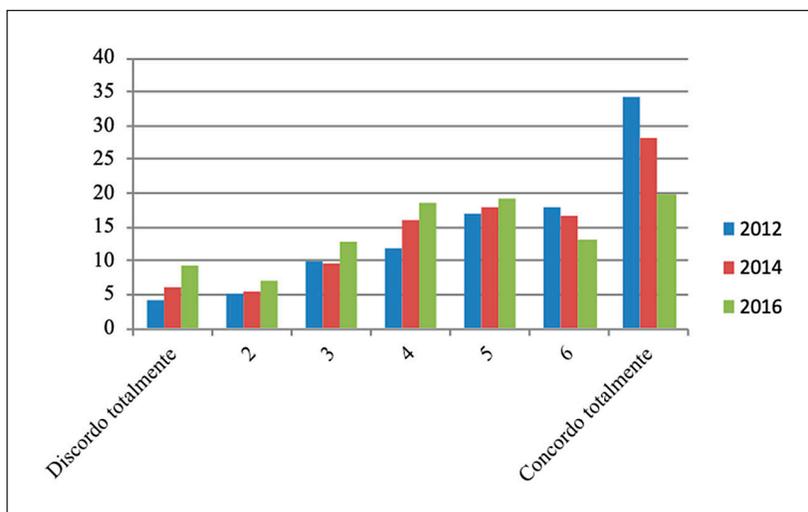
* Para a categoria “pouco” foram somadas as respostas 2 e 3 da escala apresentada.

** A resposta “mais ou menos” representa a categoria 4 da escala.

*** A resposta “algo” representa a soma das respostas 5 e 6 da escala.

Para aprofundar a análise sobre o sistema política, na Tabela 2 acima, pode-se observar o respeito pelas instituições políticas. Quando se observa taxa correspondente a nenhum respeito, pode-se ver que esta praticamente dobra, de 2012 para 2016, apontando para uma gradual perda de legitimidade por parte das instituições. Entretanto, quando se observa as taxas de “muito” e “algo”, estas se mantêm relativamente estáveis, uma vez que há variações mais leves, apontando que há uma maior lealdade entre os que respeitam muito as instituições. Em seguida, iremos observar como os indivíduos têm se relacionado com a democracia, a partir do gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Preferência pela democracia: “A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo” (%)



Fonte: LAPOP (2012, 2014, 2016).
n 2012 = 1432; n 2014 = 1459; n 2016 = 1505.

Para a análise do gráfico acima, a atenção será centrada nas respostas correspondentes aos extremos (discordo totalmente e concordo totalmente). Seguindo a tendência observada anteriormente de queda do apoio do sistema político, é possível também observar uma diminuição na preferência pela democracia, pois o apoio à visão de que a democracia seria a melhor forma de governo (concordo totalmente) passa de 34,3%, em 2012, para 28,3%, em 2014, chegando a 19,8%, em 2016, o que representa uma perda de quase 15 pontos percentuais no período abrangido. Em tendência reversa, a preferência

por outras formas de governo (discordo totalmente) cresce de 4,2%, em 2012, para 6,2%, em 2012, chegando a 9,2% em 2016.

A partir da análise dos últimos dados, conclui-se que a crise de representação, no Brasil, vem sendo acompanhada por uma crise de legitimidade do sistema político e suas instituições, que não atendem às expectativas dos cidadãos (MOISÉS, 2008), e uma crise da democracia, visto a insatisfação com a mesma (MOISÉS, 2008). Assim, as orientações avaliativas da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963) brasileira, apontam para uma fraqueza no sistema político e na democracia, que não correspondem com as expectativas dos indivíduos, confirmando-se a perda de legitimidade do sistema e suas instituições. Em seguida, analisaremos o interesse por política entre os respondentes:

Tabela 3 – Interesse por política (%)

| | 2012 | 2014 | 2016 |
|-------|-------------|-------------|-------------|
| Muito | 7,4 | 7,9 | 12,2 |
| Algo | 18,1 | 13,0 | 10,5 |
| Pouco | 40,1 | 42,6 | 44,0 |
| Nada | 34,3 | 36,5 | 33,3 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Fonte: LAPOP (2012, 2014 e 2016).
n 2012 = 1495; n 2014 = 1497; n 2016 = 1529.

Na Tabela 3 acima, pode-se observar que, primeiramente, o interesse dos brasileiros por política é baixo, sendo 25,5% (somando muito e algo) em 2012, 20,9% em 2012, e 22,7% em 2016. Ao observar por essa perspectiva, em um nível geral, houve uma diminuição do interesse durante o período. Entretanto, quando se considera apenas os que se interessam muito, diferentemente do esperado, houve um aumento significativo, marcadamente no ano de 2016. Ainda assim, em um cenário onde as instituições carecem de legitimidade e há um apoio decrescente ao sistema político e à democracia, os dados apresentam-se, em certa medida, positivos, já que ainda que sejam minoria, quase $\frac{1}{4}$ da população tem certo interesse na política, e aumenta a quantidade dos que se interessam muito. A seguir, passaremos para os dados sobre participação política, inicialmente pela participação formal, a qual será observada através dos partidos políticos:

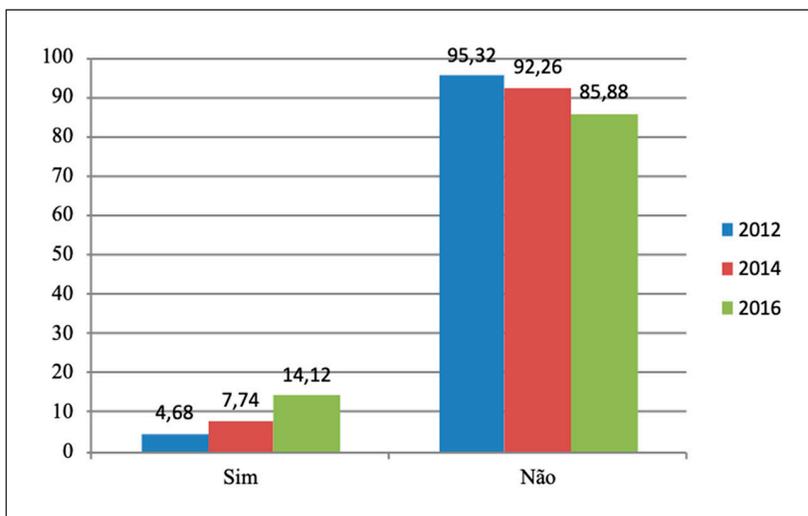
Tabela 4 – Participação tradicional: partidos ou movimentos políticos (%)

| | 2012 | 2014 | 2016 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Uma vez por semana | 1,4 | 0,5 | 4,8 |
| Uma ou duas vezes no mês | 1,9 | 2,2 | 5,0 |
| Uma ou duas vezes ao ano | 3,6 | 7,4 | 12,7 |
| Nunca | 93,1 | 89,9 | 77,5 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Fonte: LAPOP (2012, 2014 e 2016).
 n 2012 = 1493; n 2014 = 1491; n 2016 = 1520.

A partir da Tabela 4, acima, pode-se ver um aumento significativo na participação em partidos ou movimentos políticos, uma vez que, primeiramente, a quantidade dos que nunca participaram diminuiu em mais de 15%. Entre os que participam com mais frequência (uma vez por semana), houve uma queda em 2014, de 1,2% para 0,5%, entretanto, em 2016, a porcentagem sobe para quase 5%. Há crescimento também entre os que participam uma ou duas vezes no mês, de 1,9% para 5%, e uma ou duas vezes no ano, de 3,6% para 12,7%, o aumento mais forte entre todos, uma vez que quase quadruplica. Assim, ao contrário do que as tendências apontavam em relação a desengajamento e perda de importância de canais tradicionais de participação, no Brasil, há uma participação maior nesses meios. A seguir, analisaremos a participação não tradicional, que será mensurada a partir das manifestações, ou protestos, públicos, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Participação não-tradicional: manifestações ou protestos públicos (últimos 12 meses) (%)



Fonte: LAPOP (2012, 2014 e 2016).
n 2012 = 1496; n 2014 = 1500; n 2016 = 1530.

Por fim, ao analisar os dados sobre participação em manifestações ou protestos públicos, nos últimos doze meses, também se encontram níveis baixos de participação, porém a participação vem crescendo significativamente nos últimos anos. Enquanto, em 2012, a participação era de 4,7%, esta passa para 7,7%, em 2014, chegando a 14,1%, em 2016. Assim, em relação à participação política, percebemos uma confirmação na existência de repertórios múltiplos que combinam canais tradicionais e não tradicionais, os quais não excludentes (BARNES; KAASE, 1979), pois em ambos foi verificado um aumento no engajamento.

Considerações finais

No século XXI, tem se presenciado uma crise de representação nos países ocidentais, com um *gap* crescente entre governo e sociedade, somados à frustração nas percepções sobre a democracia, bem como a falta de legitimidade das instituições políticas tradicionais, especialmente dos partidos políticos. Tais padrões são expressos através da insatisfação e desafeto dos cidadãos com a política e suas instituições, uma vez que estes não se sentem devidamente representados e não veem suas demandas serem atendidas. Isso vai de encontro com o problema de governabilidade das democracias, quando o sistema político não tem capacidade

de resposta e não consegue ter uma governança de alta qualidade, sendo também afetado por interesses e influências privadas. Essas características também são encontradas no Brasil, que apresenta atitudes negativas por parte dos brasileiros, que não confiam no governo e nos seus representantes, e estão insatisfeitos com a classe política e com a democracia.

Ao utilizar-se da cultura política para compreender a crise de representação no Brasil, observou-se, primeiramente, que os brasileiros encontram-se insatisfeitos com os diversos *inputs* do sistema político, centralmente a corrupção, a saúde, a violência e a economia, de modo que se pode inferir que os cidadãos não têm suas demandas supridas nestas áreas. Além disso, há um crescimento na visão negativa da classe política com um dos problemas centrais do país. Isso se reflete no baixo apoio ao sistema político, que tem enfrentado uma diminuição nos últimos anos. O respeito pelas instituições políticas segue a mesma tendência, uma vez que tem igualmente diminuído nos últimos anos, apesar de ainda haver certa estabilidade entre os que as respeitam. Passando para o engajamento político, percebe-se que, por mais que o interesse e a participação política sejam baixos entre os brasileiros, houve um crescimento significativo entre 2012 e 2016, negando a existência de uma antipolítica no país. Apesar das visões negativas dos brasileiros sobre o sistema político e suas instituições, observou-se um aumento na participação política, não só em canais informais (protestos), conforme tendência apontada pelos estudos contemporâneos, mas também nos formais (partidos ou movimentos políticos).

Assim, pode-se realmente questionar até que ponto há uma crise de representação no Brasil ou se esta apenas passa por uma metamorfose, conforme trabalhado por Manin (1995). Ainda que a crise impacte negativamente nas visões dos brasileiros sobre o sistema político, suas instituições e a democracia, não tem tido o efeito de reduzir o engajamento e a participação política, nem mesmo nos partidos (e movimentos) políticos, os quais são apontados como as instituições centrais na crise. Dada a delicada situação política, pela qual o Brasil vem passando nos últimos anos, e a instabilidade política criada desde o impeachment de Dilma Rousseff, os dados referentes ao engajamento aparecem como uma esperança para a democracia brasileira, uma vez que a participação ativa dos cidadãos é fundamental para a manutenção da democracia (ALMOND; VERBA, 1963). É possível que, conforme trabalhado por Norris (1999), a crise de representação e a insatisfação com o sistema político, esteja produzindo cidadãos mais críticos e engajados no país.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. **La cultura cívica**: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones. Madrid: Euramerica, 1963.
- ANDERSON, P. Crise en Brasil. *In*: GENTILI, P. (ed.). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 35-63.
- BAQUERO, M. **Qual a democracia para a América Latina?:** capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.
- BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa?: cultura política e capital social no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, 2004.
- BARNES, S.; KAASE, M. **Political action**: mass participation in five Western democracies. Beverly Hills; London: Sage Publications, 1979.
- BIANCHI, M.; LEÓN, C.; PERINI, A. Transforming political participation in Latin America. **Open Democracy**, [S. l.], 5 jul. 2017. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/mat-as-bianchi-cristian-le-n-antonella-perini/transforming-political-participation>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- BLANCO, M. R. Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático. *In*: BENEDICTO, J.; SOTELO, M. L. M. C. (coord.). **Sociedad y política**: temas de sociología política. Madrid: Editorial Alianza, 1995. p. 299-326.
- BOBBIO, N.; PONTARA, G.; VECA, S. **Crisis de la democracia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1985.
- CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, J. D.; NEVES, L. de A. (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 108-143.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLS, M. **The power of identity, the information age**: Economy, society and culture. Malden; Oxford: Blackwell, 1997. v.2.

DALTON, R. **Democracy's dilemma**: the widening participation gap and its consequences. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DALTON, R. J.; WELZEL, C. Political culture and value change. *In*: DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The civic culture transformed**: from allegiant to assertive citizens. Nova York: Cambridge University Press, 2014. p. 1-16.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1939.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 1996.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1985.

FUKUYAMA, F. Why is democracy performing so poorly? *In*: DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (ed.). **Democracy in decline?** Baltimore: John Hopkins University Press, 2015. p. 11-24.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, F. **Trajetória política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

INGLEHART, R. **The silent revolution**: changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Ed. Verbena, 2009.

KREIN, J. D. A estrutura social do Brasil anos 2000 e o mito da classe média. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 273-179, 2014.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 183-197, 2007.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 05-34, 1995.

MILBRATH, L. **Political participation**: how and why people get involved in politics? Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-44, 2008.

NOGUEIRA, M. A. Representação, crise e mal-estar institucional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 91-111, 2014.

NORRIS, P. **Critical citizens**: global support for democratic governance. New York: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic phoenix**: reinventing political activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 12-40, 2011.

PYE, L. W. Political culture and political development. *In*: PYE, L. W.; VERBA, S. **Political culture and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1965. p. 3-26.

PRZEWORSKI, A. **Democracy and the limits of self-government**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ROCHA, E. A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. *In*: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. dos (coord.). **20 anos da constituição cidadã**: avaliação e desafio da seguridade social. Brasília: Anfi, 2008. p. 131-148.

SALLUM JUNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999.

SEGATTO, J. A. Cidadania e Política. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 137-159, 1999.

SCHEDLER, A. **The end of politics?** exploration into modern antipolitics. New York: St. Martin's Press, 1997.

TATAGIBA, L. F. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. *In*: PIRES, R. R. C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 171-185.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J.-O. **Participation and political equality**: a seven-nation comparison. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1978.

WELZEL, C.; ALVAREZ, A. M.. Enlightening people: the spark of emancipative values. *In*: DALTON, R. J.; WELZEL, C. **The civic culture transformed**: from allegiant to assertive citizens. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014. p. 59-88.

Recebido em 8 de julho de 2018

Aprovado em 22 de novembro de 2018

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM ÁFRICA: DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM MOÇAMBIQUE NO SÉC. XXI (2002-2015)¹

Kátia Sara Henriques XAVIER-ZECA²

RESUMO: Em África, o processo de democratização começou a ganhar relevância a partir dos anos 50, com os processos de descolonização, em que na maior parte dos países esse processo iniciou anos após a independência. Torna-se pertinente perceber como o processo de consolidação das instituições democráticas num contexto de democratização tem se operado em realidades periféricas. O objetivo do artigo é analisar a percepção dos eleitores em relação a confiança nas instituições e organizações do poder político, com base nas pesquisas de opinião feitas pelo *Afrobarometer* e analisar a sua relação com o processo de democratização em Moçambique. O viés de análise baseou-se no indicador política e sociedade, privilegiando o período de 2002 a 2015. A fundamentação teórica foi complementada pela revisão bibliográfica. Uma das conclusões que o artigo apresenta é o fato de, ao longo dos anos, a desconfiança nos processos democráticos ter aumentado, bem como um decréscimo na confiança em determinadas instituições.

PALAVRAS-CHAVES: Democracia. Democratização. Sistema eleitoral. Opinião pública. Moçambique.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós Graduação PEC-PG da CAPES-Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), Maputo – Moçambique. Docente. ksarahxavier@gmail.com

REPRESENTATIVE DEMOCRACY IN AFRICA: CHALLENGES OF DEMOCRATIC INSTITUTIONS IN MOZAMBIQUE IN THE XXI CENTURY (2002-2015)

ABSTRACT: *In Africa, the process of democratization began to gain relevance since the 1950s with the processes of decolonization, where in most countries this process began years after independence. It is pertinent to understand how the process of consolidating democratic institutions in a context of democratization has operated in peripheral realities. The purpose of this article is to analyse the voters' perception of trust in institutions and organizations of political power, based on the opinion polls made by the Afrobarometer and its relation with the process of democratization in Mozambique. The analysis was based on the political indicator and society, from 2002 to 2015. Where the theoretical foundation was complemented by the bibliographic review. One of the conclusions of the article is that over the years the distrust in democratic processes has increased, as well as a decrease in confidence in certain institutions.*

KEYWORDS: *Democracy. Democratization. Electoral system. Public opinion. Mozambique.*

Introdução

Pensar a democracia não tem sido apenas uma preocupação das democracias mais antigas (norte-americana, francesa e inglesa), mas também das novas democracias em África (Ghana, Nigéria, Moçambique, África do Sul, entre outros).

As questões sobre a democratização começaram a ganhar relevo em África, muito influenciadas pela terceira vaga, onde existem estudos iniciados por Huntington (1994), explicando o seu conceito primordial. Esse debate foi também feito por alguns autores, como Bratton (2013, 2005, 1994), Gyimah-Boadi e Brobbey (2012), Shaopera (2012), que explicaram o fenómeno de transição, democratização, bem como a opinião do cidadão sobre o papel das instituições democráticas em alguns países de África. Lala e Ostheimer (2003) e Tollenaere (2006), dez anos após as primeiras eleições em Moçambique (94-2004), iniciaram uma avaliação sobre o estágio da democratização.

Refletir sobre a África é um desafio a qual alguns politólogos têm se debruçado. Um dos questionamentos levantados na obra de Bratton (2013) é o de perceber quais as motivações que levam os africanos a votar. E se estes, que votam

somente por votar, podem levar a consequências negativas para o processo de consolidação democrática, pois não basta apenas haver eleições, é importante que haja um engajamento do eleitor.

Enquanto que Gyimah-Boadi (2012) faz um mapeamento da situação política de Ghana, em termos de participação política e engajamento do eleitor nesses processos, Shaapera tenta explicar o estado na Nigéria não com base em aspetos filosóficos, mas também realistas em como lidar com políticas e medidas que contribuam para o bem-estar da generalidade da população. Dando ênfase para a teoria das necessidades básicas de Amrtya Sen³, o desenvolvimento deve ser pensado considerando-se o indivíduo, que é parte do problema e deve ser parte da solução. Essa perspectiva é também trabalhada por Inglehart e Welzel (2009), pois permite trazer uma visão das mudanças políticas na atualidade, incorporando a centralidade do indivíduo nas suas análises.

Desse modo, torna-se pertinente uma contribuição analítica em volta dessas questões. Tendo em vista a crítica feita sobre a escassez de discussões que incluam o “Terceiro Mundo” no debate, as diversas abordagens dos autores servirão de base teórica para o artigo.

Nesse contexto, será analisada a percepção dos eleitores em relação à confiança nas instituições do poder político, baseando-se nas pesquisas de opinião feitas pelo *Afrobarometer*,⁴ no período entre 2002 a 2015, correspondente as seguintes rondas (R): R2 2002-2003; R3 2005-2006; R4 2008-2009; R5 2011-2012 e R6 2014-2015. A opção por esse indicador justifica-se no fato de ser o mais constante ao longo das rondas analisadas.

A primeira ronda de pesquisa de opinião ocorreu entre 2000-2001, que incluía apenas 12 países de África, contando hoje com 36 países. Somente na segunda ronda 2002-2003, Moçambique passou a fazer parte das pesquisas de opinião realizadas por esse grupo (AFROBAROMETER, 2018).

Este é um trabalho que privilegiou o uso da revisão documental, focalizou a abordagem teórica que permitiu entender as questões da democratização em

³ De acordo com Sen (2000), aprofunda-se a perspectiva de que as pessoas deveriam fazer parte de um plano integrado de desenvolvimento a longo prazo. Segundo este autor, o rendimento não deveria ditar o nível de vida, mas sim a capacidade das pessoas viverem as vidas que apreciam e puderem satisfazer as necessidades básicas.

⁴ O *Afrobarometer* é um projeto que foi fundado por três pesquisadores independentes de pesquisa *survey*, sem filiação ou cor partidária, Michael Bratton, Robert Mattes, e Gyimah-Boadi, da Universidade do Estado de Michigan, Instituto para Democracia da África do Sul (Idasa) e do Centro para o Desenvolvimento da Democracia do Ghana. A primeira ronda ocorreu em 2000, com apenas 12 países (Botswana, Ghana, Lesotho, Malawi, Mali, Namibia, Nigéria, South Africa, Tanzania, Uganda, Zambia, Zimbabwe), contando atualmente com 36 países (Botswana, Ghana, Lesotho, Malawi, Mali, Namibia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe, Cabo Verde, Quênia, Moçambique, Senegal, Benin, Madagáscar, Burkina Faso, Libéria, Algeria, Burundi, Camarões, Cote d'Ivoire, Egito, Etiópia, Guiné, Maurícias, Marrocos, Serra Leoa, Sudão, Suazilândia, Togo, e Tunísia).

um sentido mais amplo, com enfoque na África. A relevância desse delineamento prende-se com o fato de espelhar-se naquilo que Soares (2005) apresenta como sendo um colonialismo teórico, em que existe uma necessidade de os intelectuais estudarem os seus países e não apenas com lentes.

O artigo encontra-se dividido em três partes, na primeira comporta as abordagens teóricas dos principais conceitos trabalhados no artigo (democracia, democratização e sistema eleitoral). A segunda parte baseia-se na apresentação da construção do Estado em contexto periférico (Moçambique). Para finalizar, apresenta a leitura dos resultados sobre o desempenho ao longo dos anos sobre a confiança do eleitor nas instituições democráticas e órgãos do poder (Presidente da República, Comissão Nacional de Eleições, Partido no Poder, Partidos Políticos da oposição e nos Tribunais).

Abordagens teóricas em torno do conceito de democracia, democratização, sistema eleitoral e opinião pública

Definir **democracia** não é algo simples, sobretudo quando se trata de um conceito em que a sua evolução trespassa alguns séculos. Apesar dos seus pressupostos democráticos, as suas bases e seus principais teóricos remontam a idade média. Alguns autores (HUNTINGTON, 1994; DAHL, 2001) reconhecem ser inegável que o seu desenvolvimento e os seus avanços decorreram na Europa, alguns no Mediterrâneo (na Grécia Antiga) e noutros no Norte (Escandinávia, países baixos, Suíça).

O uso do termo - “*demokratia*, onde *demos* significa povo e o *kratos* governar” (DAHL, 2001, p. 21) - remonta a Grécia Antiga. Apesar de o seu surgimento ser secular, nesse período o significado de todos, não queria dizer necessariamente homens e mulheres ou ricos e pobres. No Norte da Europa outros elementos começaram a ser introduzidos como a participação popular ou assembleias *vikings*.

No séc. XVIII, a Europa já estava imbuída de ideias democráticas, mas persistiam os regimes absolutistas. Contudo a prática, que se vivia na maior parte dos países, estava longe dos preceitos democráticos. Nessa altura:

Imensas desigualdades impunham enormes obstáculos à democracia: diferenças entre direitos, deveres, influência e a força de escravos e homens livres, ricos e pobres, proprietários e não-proprietários de terra, senhores, servos, homens e mulheres, artesãos e empregados, burgueses e banqueiros, senhores feudais, nobres e gentes do povo. (DAHL, 2001, p.33).

A lista era enorme, desde os direitos a inacessibilidade a determinadas instituições e a constante limitação de direitos, aos quais as populações estavam vedadas. Os próprios parlamentos serviam apenas ao interesse das classes privilegiadas. E por fim, os representantes do povo não os representavam, servindo apenas a uma minoria, tendo em vista que em alguns casos nem todos entendiam a ideia de democracia.

Dahl (2001) afirma que em um processo democrático é importante que todos os membros estejam em igualdade para satisfazer e estar capacitado para tomar determinadas decisões. Rejeitando, tal como Huntington (1994) e Schmitter e Karl (1991), a imposição de limitações, censitária ou capacitária, como o eram na Grécia Antiga e por um longo período na Europa. De acordo com o quadro 1, Dahl (2001) apresenta os 5 critérios que considera essenciais para participação democrática. Para que o eleitor participe efetivamente é necessário que este conheça as políticas que serão implementadas. No ato de votação, todos os membros deverão ter igualdade de tratamento, independentemente da sua condição social, econômica, racial ou de gênero. É necessário que seja respeitado o período aceitável para que haja entendimento sobre os processos, que estão a ser desenvolvidos. A flexibilidade deve nortear esse processo e a inclusão de todos. Mesmo que seja com parâmetros pré-definidos, devem ser mais amplos e abrangentes.

Quadro 1 – Critérios para participação democrática

| Critério | Descrição |
|---|--|
| 1. Participação efetiva | Deve haver um conhecimento prévio por parte do cidadão antes que determinada política seja implementada ou adotada |
| 2. Igualdade de voto | Todos devem ter as mesmas oportunidades de voto de forma igual e sem discriminação de qualquer tipo |
| 3. Entendimento esclarecido | Dentro de um período aceitável todo membro deve estar ciente daquilo que está disponível para escolher |
| 4. Controle do programa de planejamento | Flexibilidade que permita alterações no decorrer do processo |
| 5. Inclusão dos adultos | A maior dos adultos residentes deveria usufruir o direito |

Fonte: Dahl (2001, p.49-50).

Dahl (2001, p. 58) apresenta as conseqüências desejadas da democracia, onde ele defende que “[...] evita tirania, garante os direitos sociais; liberdade geral; autodeterminação; desenvolvimento humano; proteção dos direitos pessoais essenciais; igualdade política; a busca pela paz e a prosperidade.”

Quando se fala em democracia, pensa-se logo em eleições. Democracia vai além das eleições, pois se pressupõe que haja alternância, rotatividade, partidos políticos que respondem as necessidades do cidadão, em que, após as eleições, os cidadãos continuem participando como influenciadores das políticas públicas. O exercício democrático não deve ser reduzido ao período das eleições, através de movimentos sociais, grupos locais, entre outros (SCHMITTER; KARL, 1991).

De acordo com a classificação ocidental, consideram-se três os tipos de representação democrática: a democracia direta; democracia semidireta e a democracia representativa. A democracia representativa é definida como sendo o ato de um grupo ou pessoa ser eleita por votação, onde os representantes do povo agrupam-se em instituições, que dependendo do sistema eleitoral poderá ser o parlamento, congresso ou assembleia da república. Na democracia representativa o poder soberano reside no povo que delega aos cidadãos que irão representá-lo na tomada de decisão, escolha essa que é feita por via de eleições (DUVERGER, 1985)⁵.

Na democracia antiga, a participação no processo democrático era limitada a alguns membros da sociedade, já a democracia representativa, através do sufrágio universal, garante a participação da grande maioria de cidadãos. Porém, uma das críticas feita à segunda é pelo fato de o povo só ser consultado uma vez de X em X anos, e pós as eleições os políticos poderem agir a seu bel-prazer. Nesse sentido, os partidos políticos são um dos meios usados para pôr em prática a democracia representativa (DAHL, 2001; DUVERGER, 1985; SCHMITTER; KARL, 1991).

De acordo com Huntington (1994, p. 23), a democratização é “[...] quando ocorre uma transição de um regime não democrático para o democrático. Ocorre uma liberalização ou democratização parcial nos sistemas políticos.”

As três ondas de democratização ocorreram na época moderna. Estas não podem ser vistas com rigorosidade, pois algumas delas ocorreram fora desse período apresentado pelo autor. A 1ª onda ocorreu por volta de 1828-1926; a 2ª onda, 1943-1962 e, por fim, a 3ª onda de 1974 ao início dos anos 90. A terceira onda foi muito marcada pelos acontecimentos de 25 de Abril de 1974

⁵ Este trabalho irá apenas centrar-se na democracia representativa, para se aprofundar outras questões consulte a obra de Duverger (1985).

em Portugal, já que com a queda do regime autoritário, as colônias portuguesas empenharam-se na luta pela autodeterminação. Não é certo que as transições conduzam a regimes democráticos, apesar de ser o desejável (DAHL, 2001; HUNTINGTON, 1994). Muitas vezes acabar com um regime não democrático poderá levar a outro regime não democrático, pois não existe uma fórmula que indique que a transição levará a uma democracia. Segundo Huntington (1994, p. 44), a democratização envolve: “[...] o fim de um regime autoritário; instalação de um regime democrático e a consolidação do regime democrático.” Sendo assim, a democracia surge de um processo evolutivo que passa por fases diversas.

Resulta ainda que na terceira onda de democratização, alguns países que se tornaram independentes na década de 70, tornaram-se autoritários logo após a independência. Essa segunda fase da terceira onda aconteceu em países que não tinham tido experiências democráticas, o que deixava algumas questões em aberto, como democratizar *versus* necessidade de se libertar (HUNTINGTON, 1994).

Pode-se concluir que nem sempre as transições conduzem à regimes democráticos, sobretudo porque cada país, no momento que iniciou esse processo, encontrava-se em estágios diversos de evolução e organização política e econômica.

O quadro 2 apresenta uma lista com cerca de 30 países e através de alguns testes de regressão efetuados por Macuane (2000) pode-se perceber o processo de democratização em África. O autor classifica alguns casos de sucesso, outros de fracasso e um terceiro grupo que chama de contradições⁶. Por meio dessa tipificação, observa-se que de cerca de 30 países apenas seis podem ser considerados casos de sucesso e o entendimento das bases democráticas foram implementadas. Os países que fracassaram e que se encontram em contradição, em parte comprova a ideia já apresentada anteriormente. Nem sempre o processo de transição resultará em uma democracia. Valores e contextos diferentes e sociedade civil divergem, bem como o entendimento que estas têm dos processos de democratização.

⁶ Os casos de sucesso nesse contexto estão associados a conjuntura que se vivia no período, em que em alguns dos casos reinava uma participação restrita. Nos casos de fracasso dos processos de democratização, tem em comum a descontinuidade do poder político após a realização das eleições. Nos casos contraditórios, os 14 países tem em comum a inexistência de competição política e os governos alcançarem a maioria parlamentar (MACUANE, 2000).

Quadro 2 – Países em África segundo a democratização

| Sucessos – 6 países | Fracassos – 10 países | Contradições – 14 países | |
|--|---|---|---|
| | | Sucessos 7 | Fracassos 7 |
| África do Sul, Madagáscar, Maláui, Mali, Zâmbia, Benim | Mauritânia, Gâmbia, Argélia, Lesoto, Guiné- Bissau (1998/1999), Níger, Serra Leoa, República Centro Africana, Congo, Togo | Burquina Faso, Gabão, Gana, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Seychelles | Burundi, Guiné Equatorial, Guiné- Conacri, Costa do Marfim, Djibuti, Chad, Quênia |

Fonte: Macuane (2000).

O último conceito em análise é o de sistema eleitoral, trata-se aqui de uma questão de saber que modalidades serão usadas na repartição dos lugares dos deputados. De acordo com vários autores, existem vários métodos para definir o sistema eleitoral. Este poderá ocorrer através do escrutínio maioritário de uma ou duas voltas, representação proporcional ou ainda por meio de regimes mistos (DUVERGER, 1985; NORRIS, 1997).

De acordo com Duverger (1985) e Norris (1997), existe uma pluralidade de sistemas eleitorais, porém é possível identificar aquilo que esses autores consideram ser os 4 principais tipos de sistemas eleitorais, a saber: sistema maioritário, sistema semi-proporcional, representação proporcional e o sistema misto⁷. Para este artigo, a ênfase será dada ao sistema maioritário e a representação proporcional.

De acordo com Norris (1997), o sistema maioritário inclui eleições por pluralidade (*Plurality elections*), sistema de voltas, segundo a maioria (*Second Ballot Majority-runoff System*) e o Voto Alternativo (*Alternative Vote*). Esse é um dos sistemas mais antigos e mais simples, o candidato normalmente ganha por maioria absoluta (mais de 50% dos votos dos eleitores). Nesse sistema, as minorias são pouco representadas, pois o candidato que ficar a frente é eleito.

O princípio básico que está na base do sistema de representação proporcional é que todos os eleitores merecem a representação e que todos os grupos políticos na sociedade merecem ser representados na legislatura, tendo em vista a proporção do eleitorado. Por outras palavras, todos devem ter o direito a uma

⁷ *Sistema Semi-proporcional* foi originalmente criado para tentar resolver alguns problemas da votação de maioria por pluralidade, em particular a informação falsa de partidos e a falta de representação das minorias políticas e étnicas. No *Sistema Misto*, há uma combinação dos elementos do Sistema Maioritário e do Sistema Proporcional. Em alguns casos, existe a combinação do sistema de membro adicional, combinado com o sistema de membro único e eleitorados de lista de partido (NORRIS, 1997).

justa representação. Esse sistema dá ênfase na inclusão das vozes minoritárias, ao contrário do que acontece nos sistemas majoritários.

De acordo com o princípio de representação proporcional, os lugares no eleitorado são divididos de acordo com o número de votos escolhidos para dada lista partidária, mas existem variações em cada sistema a ser implementado. Moçambique adotou o sistema de representação proporcional, contudo uma das críticas que tem sido feita é que não existe uma ligação entre os eleitos e os eleitores, uma vez que os deputados são eleitos através do sistema de lista partidária (BRITO, 2010).

Um dos conceitos fundamentais do artigo é o de **opinião pública**. Esse conceito começou por ser abordado nos estudos por Arendt (2007), na sua obra *A condição humana*. Apesar de não abordar o conceito em si, inicia o debate sobre a esfera pública e privada, em que estas surgem num contexto da *polis* grega, não havendo espaço para opinião pública.

O conceito de opinião pública tem evoluído em termos históricos ao longo dos tempos. É importante referir que não se trata de um conceito novo ou uma banalização do conceito, associando-o apenas a pesquisa de opinião (FERREIRA, 2015; FIGUEIREDO; CERVellini, 1995) e suas abordagens remontam a Locke, Kant Burke ou Bentham, sendo um dos conceitos próprios da ciência política. Bem Hermet, Badie, Bienebaum e Braud (2014), partindo da definição de Bourdieu, apresentam um conceito de opinião pública associado a uma construção social, que pretende representar o que uma dada população pensa sobre um determinado assunto. Considerando esses autores como sendo algo fabricado para justificar a ação do político, essa é apenas uma das controvérsias que os autores reforçam. Contudo reconhecem a atualidade desse termo e a evolução que este tem sofrido, deixando cair por terra o descrédito associado à conceitualização da opinião pública, reconhecendo que essa evolução tem contribuído bastante para cientificidade do conceito.

Ferreira (2015, p. 66) através de uma abordagem que discute a evolução histórica do construto, conclui que

O estado da arte do surgimento do termo opinião pública em outras áreas do conhecimento e os exercícios feitos para se tentar conceituar o que é opinião pública a partir das diferentes matrizes conceituais de áreas e autores distintos. Os teóricos aqui apresentados revelam a complexidade não só da conceitualização, mas a escassez de trabalhos publicados que organizem sistematicamente o assunto. Todavia, o que se pode apreender é que os estudos de opinião pública foram constituídos por diferentes áreas ao

longo da trajetória desde a origem do termo e da situação mais prática [...] Cientistas políticos, sociólogos, historiadores entre outros, figuram papel importante na tentativa de esclarecer conceituar historicamente a opinião pública. Há uma correlação forte entre os fatores que impulsionaram os estudos em opinião pública e os fatores que contribuíram para o advento das comunicações de massa.

Apesar da dificuldade e dos debates em torno do conceito, este está presente nas pesquisas de opinião em Ciência Política, que tem a sua validade por fazer uso de metodologia que permite analisar e sistematizar os resultados obtidos.

A construção do Estado democrático em Moçambique e contextualização histórico-política: do período pós-independência à oposição ao novo regime e instauração da Paz

A democratização não significa o fim dos conflitos e da violência política, mas sim a continuação de guerras civis, da corrupção e da politização das instituições políticas. Moçambique iniciou o processo de democratização a partir dos anos 90. Essa transição democrática foi muito influenciada pela conjuntura internacional e pressões internacionais (fim da guerra fria, hegemonia crescente dos EUA e a crescente necessidade de democratizar os estados).

O processo de transição política em África e os seus processos eleitorais têm sido caracterizados por índices de violência política antes, durante ou posteriormente às campanhas eleitorais, na altura da publicação dos resultados eleitorais. A experiência de eleições democráticas em Moçambique tem sido marcada pelo duplo desafio que é o de estabelecer a paz, depois de um longo período de conflito armado, e criar políticas de desenvolvimento econômico, que satisfaçam as necessidades mínimas da população. Apesar de haver muitos partidos políticos na corrida, na realidade são dois os grupos que se defrontam nas eleições: a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), partido atualmente no poder, e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo).

Após a revolução ocorrida em Portugal, em 25 de Abril de 1974, tornava-se necessária a definição por parte de Portugal da sua posição face aos seus territórios coloniais, do qual Moçambique fazia parte. Esse era um dos objetivos a cumprir pelo programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). A questão colocada era saber quem seriam os destinatários desse poder. De acordo com o general Spínola, ao enviar o 1º ministro a Moçambique, pretendia que este

encetasse negociações com a Frelimo para que esta assinasse o cessar-fogo, e como seria possível encaminhar a colônia para uma autodeterminação ou para eleições, não se pretendia conceder a independência total. Achava-se ainda que era necessário a criação de partidos políticos de modo a concorrerem em eleições que dessem lugar a um futuro governo provisório (NCOMO, 2003).

Nessas conversações, a comitiva da Frelimo, chefiada por Samora Machel, pretendia que houvesse uma transferência de poderes. Referindo que de nada valia que o novo governo tentasse iludi-los, pois queriam a independência total e completa do povo moçambicano (HALL; YOUNG, 1991). O período pós 25 de Abril e com as pressões internacionais que Portugal vinha sofrendo, contribuíram em grande medida para uma independência completa e total da ex-colônia.

O fato de a Frelimo, na altura do processo de independência, ser o único movimento reconhecido pelo governo português contribuiu para que estivesse em contato com as autoridades portuguesas nas negociações. A transferência do poder seria feita a esse movimento, pois era considerado o único movimento representativo do povo moçambicano. Essas negociações culminaram com a assinatura dos acordos de Lusaka, em 7 de Setembro de 1974, para pôr fim ao cessar-fogo. As negociações, tendo apenas como único interlocutor a Frelimo, provocaram agitações em algumas organizações: Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO), Frente Unida de Moçambique (FUMO), Grupo Unido de Moçambique (GUMO), Frente Comum de Moçambique FRECOMO, Partido da Coligação nacional (PCN) e na RENAMO. O Processo de independência em certa medida não reuniu consenso. Esses grupos defendiam que era necessária a criação de partidos políticos para que fosse possível efetuar uma eleição.

De acordo com Ncomo (2003), o poder não deveria ser entregue a um único grupo, porque, dessa forma, não estaria representada a vontade da maioria, não sendo uma atitude democrática. Essa transferência de poderes não agradou a muitos, criando cisões, fato que levou alguns grupos a oporem-se ao novo panorama político que surgia no Moçambique pós-colonial.

Após a declaração da Independência, em 25 de Junho de 1975, a Frelimo triunfou como sendo a única força política legítima e passou a exercer o poder no território nacional

Samora Machel, como presidente da República Popular de Moçambique, adotou uma linha política marxista-leninista. Machel (1974) tinha um discurso muito influenciado pelo Leste europeu e defendia que o poder pertencia às massas populares. A nova liderança considerava que as estruturas eram democráticas

na medida em que o povo é que escolhia os seus representantes, mas na prática não era o que se verificava.

O socialismo em África era visto como uma forma de progresso económico, desse modo, tornou-se fácil a entrada da ideologia que provinha do Bloco Soviético. Razão pela qual após 25 de Junho de 1975, o país enveredou por uma linha de partido único. Essa era considerada a única forma possível de alcançar a unidade nacional. Durante esse período o país beneficiou-se muito com a ajuda do Leste Europeu, face às insuficiências de infraestruturas e de quadros, causado pelo fim do colonialismo e retorno da mão de obra qualificada a Portugal.

Foi nesse contexto, que a Renamo⁸, como uma forma de se impor contra o rumo que o país tinha seguido, iniciou um conflito armado contra a Frelimo. Esse Conflito devastou o país e, como sempre, a luta pelo poder e uma forte contestação ao regime estabelecido estavam na base. O seu objetivo era desestabilizar o governo moçambicano e eventualmente provocar uma mudança de regime (CORREIA, 1989; SIDAWAWAY; SIMON, 1993; TOLLENAERE, 2006).

Com o fim do apoio da antiga Rodésia em 1980, a Renamo prosseguiu a sua atividade transferindo a sua sede para a África do Sul, de quem passou a receber ajudas. Em termos ideológicos essa passou a ser apresentado como um movimento identificado com os valores ocidentais e que lutava contra o marxismo em África, nomeadamente em Moçambique. Para além dos apoios externos começou a capitalizar o apoio de um número crescente de moçambicanos que estava descontente com o rumo que o país seguia. Esse apoio era maioritariamente dos camponeses (cujas terras haviam sido nacionalizadas), chefes tradicionais, entre outros (CORREIA, 1989; TOLLENAERE, 2006).

Contudo, como refere Correia (1989), a Renamo já era um movimento sólido quando da sua criação em 1977, e já tinha objetivos políticos bem delineados: combater o comunismo e criar um Estado de Direito democrático. Apesar de ter objetivos políticos bem traçados, não pressupunha a existência de um programa político coeso, sobretudo porque esse movimento era maioritariamente constituído por indivíduos com pouca instrução. A Renamo foi de crucial importância para o futuro político-partidário e para estabilização do sistema político que se seguiu no início dos anos 90.

Alden (1993) defende que um dos motivos que dificultava a resolução do conflito em Moçambique era a posição dos atores externos, os EUA, a África

⁸ A Renamo foi fundada em 1976 pelos serviços de segurança da antiga Rodésia do Sul (atual Zimbabué), onde tinha a sua base de apoio. Esse movimento era liderado pelo Comandante André Matadi Matsangaissa, que acabou por perder a vida em Outubro de 1978 no campo de batalha.

do Sul e a ex URSS⁹. A dimensão do conflito começou a alterar-se a partir do momento em que tanto a Frelimo como a Renamo mostraram-se dispostas em negociar. Em 1984/5 foi assinado o pacto de não-agressão entre Moçambique e África de Sul, o celebre pacto de *Nkomati*¹⁰.

Nas primeiras negociações de Paz que surgiram com a Renamo, por volta de 1984/85, este fez uma série de exigências políticas, propondo a dissolução do governo preexistente e sugerindo a criação de um novo governo que os incluisse e a criação de uma economia de mercado. Tal como refere Manning (1998), o I Congresso da Renamo realizado em Junho de 1989, em Gorongosa foi de extrema importância, pois para além das questões já defendidas, pela primeira vez falou-se na questão da paz.

Após a morte de Samora Machel em 1986, sucede-lhe Joaquim Chissano, e com este gradualmente Moçambique foi-se afastando da ideologia dos países do Leste europeu, a fim de obter ajuda econômica do Ocidente. No V Congresso da Frelimo, em 1989, liderado por Joaquim Chissano, o Marxismo-Leninismo foi abandonado (ALDEN; SIMPSON, 1993; HALL; YOUNG, 1991), assume-se o compromisso de se criar uma nova constituição e serem preparadas as primeiras eleições multipartidárias.

Até finais dos anos 80, o conflito com a Renamo já havia destruído e enfraquecido o país, as conversações eram essenciais entre a Renamo e a Frelimo. As conversações com esse movimento de guerrilha começaram paulatinamente a seguir outro rumo, como se de uma luz no fundo do túnel se tratasse. A Paz começou a ser uma verdade alcançável e não uma utopia.

Em Julho de 1990, reuniram-se os dois movimentos, em Roma tendo a comunidade de santo Egídio e o Arcebispo da Beira como observadores do processo do acordo geral de Paz. Assume-se nesse encontro o compromisso de se introduzir um sistema multipartidário, com eleições regulares com base no Sufrágio Universal, garantido ainda a liberdade de expressão, religião e de imprensa, bem como a Independência do sistema judicial.

⁹ Por um lado estava os EUA e a África de Sul que apoiavam a Renamo, pelo menos no período inicial desse movimento; por outro, a antiga URSS que apoiava a FRELIMO. Os EUA, na administração Reagan, deram o seu suporte à RENAMO, sendo ainda permitido que esse movimento abrisse um escritório em Washington em 1986.

¹⁰ O Acordo de *Nkomati* foi assinado em 1984 entre o governo de Moçambique, liderado pelo então Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do acordo concordaram em:

Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul).

Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique).

Apesar do compromisso assumido, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da Renamo prosseguiram com a guerra civil em Moçambique (MACAGNO, 2009).

As negociações decorreram em Outubro de 1990 em Roma, para além de fatores internos (dimensão que o conflito estava a tomar só estava a levar o país a ruína, sem contar que tanto a Renamo como a Frelimo estavam a perder os apoios que provinham das grandes potências). A economia estava numa situação caótica, levando o país a pôr em prática as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizadas pelos programas de ajustamento estrutural. Os fatores externos também foram essenciais, a pressão que estava a ser exercida por parte dos doadores internacionais, e Moçambique dependia cerca 80% da ajuda internacional, sendo uma das economias do 3º Mundo mais dependentes (ALDEN; SIMPSON, 1993).

Esses fatores contribuíram para que ambas as partes repensassem a luta. Esse longo período de negociações culminou com a assinatura dos Acordos de Paz, a 4 de Outubro de 1992, pondo fim a 16 anos de guerra civil. Iniciava-se assim o caminho rumo à democratização.

Após a assinatura dos Acordos de Paz, assume-se o compromisso de serem realizadas eleições multipartidárias, sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU). A experiência de Angola¹¹ levou que a ONU tivesse mais atenção ao processo de Paz em Moçambique, estabelecendo, desse modo, um período preparatório para o processo eleitoral.

A oposição Renamo aceitou o acordo e organizar-se como um partido político. Após esse período, o país saiu de uma lógica de partido único para uma rede democrática renovada. Chabal e Birmingham (2002) refere que essa transformação para o multipartidarismo está muito associada ao processo de Paz. O que de certo modo tem a sua lógica, uma vez que um dos pontos defendidos pela Renamo era a criação de um sistema multipartidário, em que o povo pudesse escolher os seus dirigentes.

Foram então criados partidos políticos e foram marcadas eleições para 1994. Essas eleições foram realizadas sob o controle dos observadores Internacionais da ONU. É importante ainda realçar que muitos dos novos partidos eram pequenos movimentos nacionalistas que não tinham tido grande peso ou relevância na luta de libertação contra Portugal. Desde 1994 a 2014, ano das últimas eleições gerais, permanece no poder o Partido Frelimo tanto em nível do Presidente da república, bem como maioria na Assembleia da República.

¹¹ Para perceber sobre o processo de Paz em Moçambique e este ter sido diferente que o de Angola, não deixe de consultar: Chabal e Birmingham (2002).

O Sistema Eleitoral em Moçambique: do contexto legal e institucional ao processo eleitoral

A Primeira constituição de Moçambique Independente, 1975, é o resultado do fim do período colonial, em que uma das questões ressaltadas era a eliminação das estruturas coloniais e da opressão tradicional (MOÇAMBIQUE, 1975).

A constituição que marcou o início da era democrática, 1990¹², foi criada pelo Comité central da Frelimo, numa altura em que se iniciavam as conversações com a Renamo para o processo de Paz. Esta veio eliminar a dominação de um único partido (Frelimo). A grande inovação dessa constituição, é que preconizava o desenvolvimento da Democracia como um dos principais objetivos e introduzia o sistema multipartidário. Essa constituição marcou o abandono do pensamento Marxista-Leninista que vigorava até então. A constituição foi aprovada em 2 de Novembro de 1990 e entrou em vigor a 30 de Novembro do mesmo ano.

O atual sistema eleitoral é em grande medida resultado do acordo de Paz de 1991. A Constituição de 1990 introduziu o Estado de Direito Democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à realização das primeiras eleições multipartidárias.

A Constituição da República de Moçambique de 1990 criou a base legal para as eleições multipartidárias, liberdade de associação e a formação de partidos políticos. As eleições multipartidárias que se realizaram entre 1994 e 2014 foram regidas por diferentes pacotes legais. Em todas essas eleições, houve ajustamentos na legislação sobre as autoridades eleitorais, o recenseamento eleitoral e a votação (MOÇAMBIQUE, 2007, 2004b, 2004c).

As eleições precedem a um recenseamento eleitoral a nível nacional, e no dia das eleições cada assembleia de voto¹³ tem um caderno de recenseamento eleitoral. Esses cadernos são disponibilizados para consulta geral bem como dos partidos políticos ou CNE, até 45 dias antes das eleições. Normalmente, as assembleias de voto estão localizadas nas escolas públicas, podendo estar situa-

¹² Esta regia-se pelos seguintes princípios:

Independência e poder/Soberania; consolidação da unidade nacional; construção de uma sociedade justa e atingir o bem-estar social e material dos cidadãos; defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade dos cidadãos perante a lei; estabelecer democracia força; liberdade social e individual; desenvolver o progresso económico, científico e tecnológico; entre outros aspectos.

¹³ Assembleias de voto é o local onde o eleito dirige-se para exercer o seu direito de voto.

das em qualquer espaço que ofereça mesmo nível de segurança e acessibilidade. No estrangeiro, as assembleias de voto podem funcionar em embaixadas ou consulados gerais ou ainda nas representações governamentais no estrangeiro (MOÇAMBIQUE, 2004b).

As assembleias de voto são normalmente compostas por membros nomeados pelos partidos políticos com assento parlamentar e os demais por via de concurso público. Esse processo é guiado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que é também responsável por prover todo material necessário para o decorrer do processo eleitoral (cadernos de recenseamento eleitoral, livro de atas e editais, impressos, boletins de voto, urnas de votação, esferográficas, lápis, e borracha, meios de iluminação, cola e blocos de nota). O artigo 24 (MOÇAMBIQUE, 2004b) proíbe qualquer tipo de pesquisa de opinião ou sondagem a partir do momento que iniciam as campanhas eleitorais.

O direito de voto está consagrado no artigo 73º da constituição (MOÇAMBIQUE, 2004a), e cada eleitor deverá proceder ao voto na mesa da assembleia onde se recenseou. Desse modo, o seu nome deverá constar no caderno de recenseamento eleitoral. O Presidente da mesa declara o encerramento da votação assim que todos os eleitores inscritos tenham votado e que tenham estado presentes até a hora de fecho designada para o efeito¹⁴.

Terminada a votação segue-se a fase de apuramento que ocorre em três fases, apuramento parcial, provincial e geral. O Apuramento parcial dos votos ocorre ao nível da base, onde o presidente da mesa da assembleia de voto, entre vários aspectos, é responsável por contabilizar os boletins que foram usados e os que não foram utilizados no momento de votação. A contagem de votos é depois verificada pelos delegados partidários. Terminado o processo, é lavrada uma ata e assinada. Conforme a legislação eleitoral, cabe ao presidente da mesa da assembleia de voto a contagem e confirmação dos votos e a respectiva identificação dos boletins que se referem à eleição Presidencial e à eleição legislativa. Fecha, lacra e é assinado pelos membros da mesa e delegados para que seja enviado à comissão de eleições distrital ou corresponde. Esse envio deverá, através do STAE, e a posterior é encaminhado para comissão provincial de eleições.

O Apuramento Provincial e a supervisão cabem à comissão provincial de eleições. A leitura dos resultados é feita com base nas atas dos apuramentos distritais. Após o apuramento provincial, a ata é lavrada, e devidamente assinada e

¹⁴ A informação relativa aos processos eleitorais desde o recenseamento, campanhas políticas, financiamento dos partidos políticos, registo dos partidos políticos, votação e apuramento, consta da legislação eleitoral que antecede cada momento de votação.

carimbada pelo presidente da comissão provincial de eleições e enviada à CNE¹⁵. Compete a CNE o apuramento geral, a centralização e divulgação dos resultados eleitorais obtidos em cada província pelos candidatos presidenciais, bem como a divulgação dos resultados das eleições legislativas assim como a distribuição dos mandatos (MOÇAMBIQUE, 2014, 2004b).

Finalizado o apuramento a esse nível, as cópias das atas são enviadas ao Conselho Constitucional (CC), e ao PR quanto às legislativas. Num prazo de 15 dias o presidente da CNE anuncia os resultados do apuramento geral através da comunicação social e afixando-os nas instalações da CNE.

Uma das características desse processo eleitoral, é que as tecnologias ainda não fazem parte do mesmo. O apuramento desde o parcial ao geral é feito de forma manual. A burocratização excessiva do processo eleitoral poderá contribuir sobremaneira para algumas falhas que são apresentadas ao longo do processo, bem como aumento da corrupção e possibilidade de falsificação dos boletins de voto.

O momento eleitoral que garante a eleição do Presidente da República é o mesmo para eleição dos deputados a Assembleia da República e as Assembleias Provinciais. A Assembleia da República é composta por 250 assentos que são distribuídos por todo território nacional, e estrangeiro (África, Europa e Resto do Mundo), esse último deste 2009¹⁶. Durante os pleitos de 1994 e 1999 os eleitores que participavam nas eleições eram apenas dos círculos eleitorais nacionais, somente a partir de 2004 o eleitorado estrangeiro passou a participar nas eleições gerais.

A supervisão das eleições está a cargo da CNE, que por sua vez é supervisionada pelo CC, este último responsável por verificar contenciosos e todos os casos de irregularidades decorrentes do processo eleitoral.

A abordagem feita por alguns autores (LALÁ; OSTHEIMER, 2003) do caso moçambicano, apresentam as perspetivas dos paradigmas sobre a democracia desenvolvidos por Dahl (2001) e Diamond (2017). Na análise, as autoras centram-se nos aspectos de competição e participação política, direitos civis, pluralismo político e civil, construção do Estado de direito e análise sobre “*checks*

¹⁵ Até 2003, a CNE funcionava temporariamente, apenas quando havia eleições ou recenseamentos, atualmente funciona de forma permanente, a nível provincial e temporário a nível distrital. Este órgão é apoiado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que é responsável pela administração do recenseamento, pela distribuição do material eleitoral, pela formação das brigadas de recenseamento entre outras atividades.

¹⁶ Para eleição dos deputados à assembleia da república, o território eleitoral organiza-se em círculos eleitorais que coincidem com as áreas administrativas das províncias e cidades. Para os eleitores que residem no exterior, constituem dois círculos eleitorais. O círculo eleitoral de África (África do Sul, Malawi, Quênia, Suazilândia, Tanzânia e Zâmbia e Zimbabué) e Resto do mundo (Alemanha e Portugal) (Deliberação nº 24/2004 da CN, de 21 de Julho).

and balances". Adicionalmente, os estudos refletem aspetos da cultura política e do comportamento dos principais atores estatais, que tiveram grande influência no processo de consolidação democrática.

De acordo com o relatório de Tollenaere (2006), que pretendia medir o processo de democratização nos primeiros 10 anos em Moçambique, não se verificou grandes mudanças no que tange a qualidade democrática. Nesse processo deu-se ênfase ao apoio técnico com vista a contribuir no desenvolvimento institucional, nomeadamente do STAE e algumas organizações da sociedade civil. Ao longo dos últimos pleitos eleitorais, verifica-se constante alteração dos instrumentos legais sobre a lei eleitoral. Por um lado, as próprias entidades não dominam bem como o eleitor tem algumas dificuldades em perceber determinadas ações aliadas a esse processo.

O Processo de democratização em Moçambique foi marcado pela intervenção de forças externas. Desse modo, por intermédio da comunidade internacional, Moçambique beneficiou de apoios de modo a permitir a consolidação do processo democrático. Foi nesse período que os doadores começaram a prestar o seu apoio para o orçamento do estado, onde o grande objetivo era financiar os projetos que permitiriam o melhor desempenho por parte das novas instituições democráticas. É importante realçar que apesar de existir a preocupação com a democratização, outros setores transversais foram inclusos no pacote de ajuda externa (entre eles apoio jurídico, polícia e os meios de comunicação social).

Análise dos dados sobre a confiança nas instituições democráticas em Moçambique (2002-2014)

Ao longo dos últimos anos os países em África tem percorrido um longo caminho na formação e consolidação das instituições democráticas. Durante esse período, muitos tem apresentado alguns avanços, porém muito marcado por algumas adversidades como conflitos ou fraqueza das instituições democráticas. Outros fatores afetam esses países, como corrupção, falta de alternância do poder, desconfiança por parte dos eleitores nas instituições políticas ou o desconhecimento dos processos de participação política, colocando, desse modo, o seu sucesso e esforços de desenvolvimento em risco.

Segundo o relatório da corrupção em Moçambique, o fato de existir um único partido no poder, desde 1975 até 2014 (ano das últimas eleições gerais), gera uma cultura de incapacidade em que os funcionários do governo geralmente não são punidos em caso de corrupção (BRITO, 2011, 2010). Para além da

Renamo (principal partido da oposição)¹⁷ não existem outras bases de poder significativas no país que possam competir com o partido no poder e enveredar para um ambiente político mais transparente e de responsabilização.

As pesquisas de opinião em Moçambique têm sido realizadas pelo Afrobarômetro (*Afrobarometer*). Para efeitos deste artigo, os dados aqui usados permitiram uma abordagem sobre o entendimento que o eleitorado tem sobre as instituições do Estado. Os dados analisados foram coletados pelo *Afrobarometer* entre a ronda 2 (R2) e ronda 6 (R6). A unidade de amostragem ao longo das rondas foi maioritariamente rural, opção justificável, pois Moçambique na sua composição é maioritariamente rural, e dessa forma garante a representatividade da população.

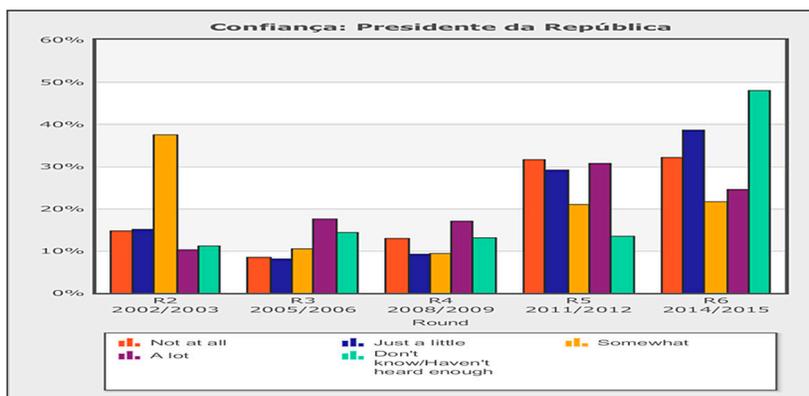
Neste artigo serão analisados os níveis de confiança em algumas instituições e organizações em Moçambique de acordo com as seis rondas de pesquisa de opinião efetuadas pelo *Afrobarometer*. Na análise que se segue o indicador de base é Política e Sociedade e foram selecionadas algumas questões relacionadas à confiança: no Presidente da República, na Comissão Nacional de Eleições, no partido do governo, nos partidos da oposição, na polícia e nos tribunais. Algumas questões foram reformuladas ao longo das rondas, mas a essência manteve-se.

De acordo com o gráfico 1, verifica-se que a confiança no Presidente sempre esteve acima da média, mas com tendência a diminuir ao longo dos anos. Outro aspecto a ter em conta é o fato de no momento em que foi realizada a primeira ronda, o país era uma democracia com pouco mais de 10 anos. Não só a experiência democrática era uma novidade, como as pesquisas efetuadas pelo *Afrobarometer* estavam a ser iniciadas. Importante referir que de 2002 a 2015¹⁸ foram avaliados dois Presidentes e o nível de confiança não sofreu grandes alterações. Porém verifica-se que o nível de confiança começa a decrescer na terceira ronda. Em termos políticos, o país atravessava uma crise econômica e política. Essa observação é relevante, pois se vivia um período conturbado, que culminou com o início da tensão política entre aos dois principais partidos (Frelimo e Renamo).

¹⁷ Não se advoga aqui que não existam outros partidos da oposição, mas que tenham representação Parlamentar são apenas 3, (Frelimo, Renamo e o MDN). Um dos partidos que tem também ganho força e tem representação no nível das autarquias locais, assembleia da república e assembleias provinciais é o Movimento Democrático de Moçambique (MDN).

¹⁸ De 2005-2014 o Presidente da República era o Sua Excelência Armando Emilio Guebuza
2015- Até atualidade, Sua Excelência Filipe Jacinto Nyussi

Gráfico 1 – Avaliação da confiança no Presidente de 2002-2015

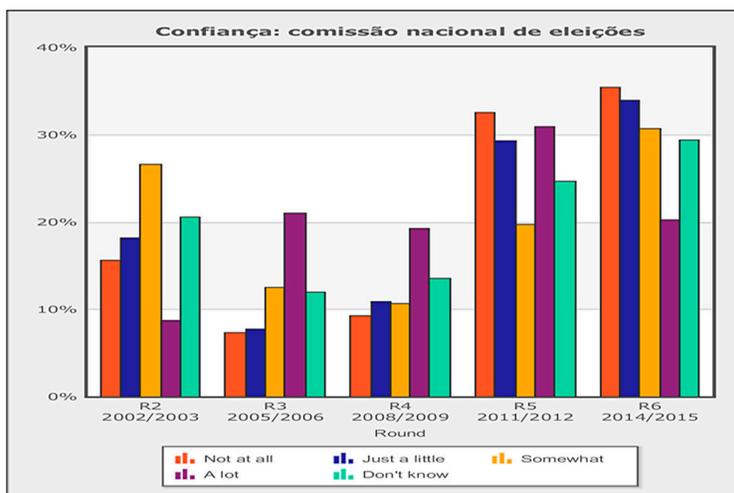


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Afrobarometer* (2018).

Apreciação que os inquiridos fazem da CNE foi sofrendo mutações ao longo dos anos. Contudo esse é um órgão que passou por um processo de modificação em relação ao seu funcionamento e, de certa forma, poderá ter contribuído para desacreditação no mesmo, tendo tido os níveis mais elevados no período da quarta ronda. Essas dúvidas poderão estar associadas à dificuldade que se verifica em entender-se o papel que o órgão tem. Essa tendência pode ser marcada pelas constantes mudanças da legislação eleitoral, bem como algumas mudanças verificadas na própria CNE, independentemente da sua condição social, econômica, racial ou de gênero (gráfico 2).

Como já referiu Dahl (2001), é necessário que seja respeitado o período aceitável para que haja entendimento sobre os processos, que estão a ser desenvolvidos. Ou seja, se o indivíduo não perceber os processos poderá colocar em causa a sua participação efetiva tendo em conta as limitações de iliteracia apresentadas pelo país. Nesse sentido, poderá contribuir sobremaneira para o descontentamento do eleitor em relação à atuação dessa instituição.

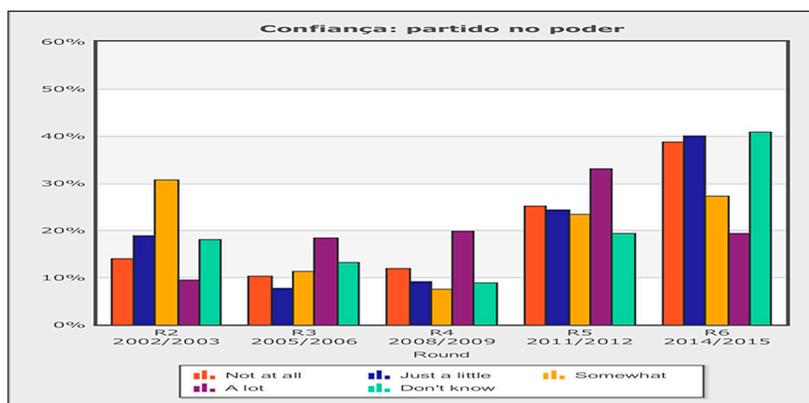
Gráfico 2 – Avaliação da confiança na Comissão Nacional de Eleições



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Afrobarometer* (2018).

Em relação a confiança dos inquiridos no partido no governo ou no poder. Nota-se que, na primeira ronda, os níveis de confiança eram elevados e ao longo das rondas foi reduzindo. E se o nível de quem na confiança era baixo, na R2 na última ronda essa desconfiança aumentou bem como o nível percentual daqueles sem opinião. Importante referir que essas mudanças poderão estar associadas ao surgimento de novas forças políticas, ao conflito entre a Renamo e a Frelimo que despoletou em 2013 ou ainda a conjuntura econômica que se vivia (gráfico 3).

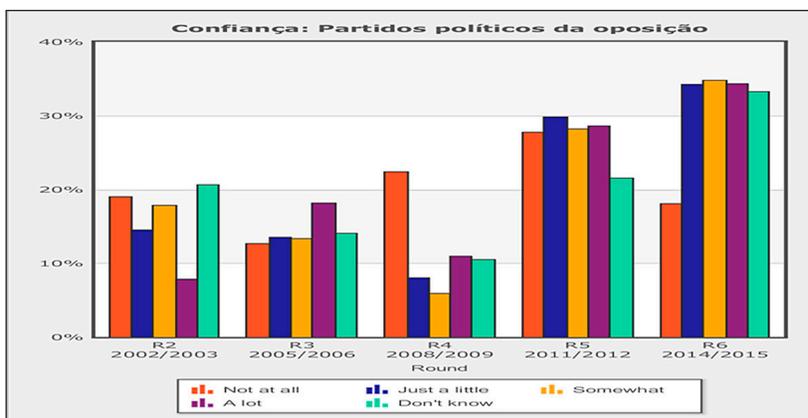
Gráfico 3 – Nível de confiança no partido no poder



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Afrobarometer* (2018).

No gráfico 4, quando se analisa os partidos políticos da oposição, o nível de confiança por parte dos inquiridos foi evoluindo. Essa tendência na desconfiança pelos partidos políticos da oposição reforça a dificuldade de alternância no poder. E até certa medida, pode ser um fator que motive a fraca participação do eleitorado em alguns momentos eleitorais, ao perceber-se que não há uma oposição que lhes transmita confiança. Essa tendência poderá ser sinônima de como estes são apologistas ou poderão estar abertos para uma alternância do poder, num contexto de partido único que domina em Moçambique, e na maior parte dos países da SADC/África.

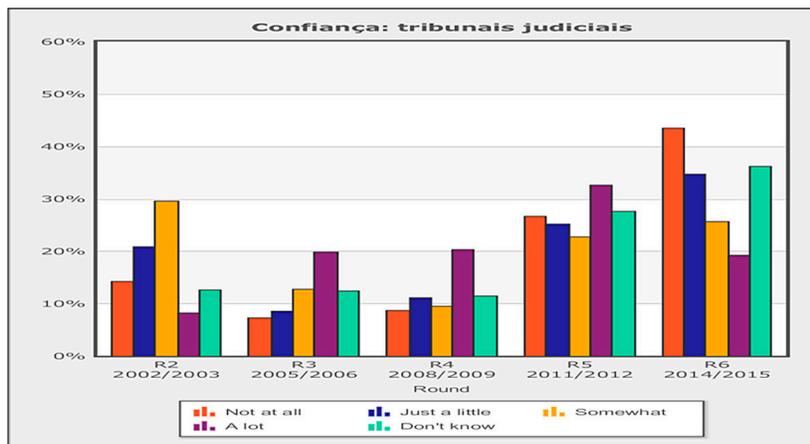
Gráfico 4 – Nível de confiança nos Partidos Políticos da oposição



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Afrobarometer* (2018).

Por fim, analisando a apreciação do eleitorado sobre a confiança em relação aos tribunais pode-se considerar pouco favorável. Essa tendência pode se verificar no aumento considerável que foi acontecendo desde a R4 a R6. Uma das explicações para essa tendência pode estar aliada ao fato de em alguns momentos este órgão ser acusado de não ter a independência do executivo. Essa dependência pode ser explicada pela organização do poder político em Moçambique o (gráfico 5).

Gráfico 5 – Nível de confiança nos Tribunais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Afrobarometer* (2018).

Na sexta ronda, que coincide com o período em que se realizaram as últimas eleições gerais, observa-se nos três indicadores aqui analisados um fenômeno relevante. Quando se fala na confiança no Presidente, na CNE, nos partidos políticos da oposição ou no partido governante, os gráficos mostram que existe uma redução nos níveis de confiança. Seja nas instituições seja nos próprios partidos políticos. Pode-se depreender que ao longo dos anos a percepção do eleitor tem vindo a enquadrar-se numa tendência em que já não existe muita certeza e confiança sobre as atividades das instituições democráticas.

Conclusões

O artigo remete para aspectos que em certa medida poderão ainda ser aprofundados, contudo algumas ilações seguem para reflexão.

O país carece de uma maior participação e intervenção dos cidadãos. São necessários cidadãos que proponham, recusem, denunciem, defendam o patrimônio e o bem comum, e ainda o interesse geral. Por essa razão é importante a existência de vozes ou organizações da sociedade civil nesse processo. Nesse sentido, a democracia para além de representativa deve ser mais participativa. É necessário uma consciencialização por parte do cidadão.

O fato de a experiência democrática e as instituições democráticas serem recentes cria, dessa forma, caminho para constantes mudanças em assuntos que ainda não estão consolidadas. Por outro lado, as constantes mudanças em nível

de legislação eleitoral, criam no eleitor alguma confusão ou incapacidade de entender o processo que por si só carece de domínio por parte do eleitor bem como das entidades competentes.

Essas análises permitiram ainda perceber que ao longo dos anos, o eleitor tem estado mais participativo e preocupado em entender as instituições democráticas. Se na R2 em alguns assuntos o eleitor não tinha opinião formada, na R6 as respostas evoluíram num sentido que penaliza a elite governante. Apesar de o país ter beneficiado de apoios para o fortalecimento e desenvolvimento das instituições democráticas, existe ainda um caminho a percorrer. De melhoria e mudança de atitude no que concerne a determinadas ações.

Sendo uma jovem democracia, os dados mostram que a partir de determinado período os eleitores demonstram mais consciência sobre os processos políticos e as suas instituições. Alguns fatores da conjuntura nacional (crises ou conflitos) contribuem para influenciar as opiniões sobre determinados processos políticos.

Além disso, é pertinente a questão de a opinião pública, através de pesquisas ao nível do *Afrobarometer* contribuírem para a percepção que o eleitorado tem sobre o processo de governação.

O processo de construção do estado democrático e a sua consolidação leva tempo. E em algum momento é ainda importante analisar o contexto das novas sociedades para perceber a dinâmica das mesmas. O eleitor muitas vezes não tem conhecimento sobre o que é a democracia, como participar e por que participar. Essas e outras questões são levantadas. Esse é ainda um processo em construção e que com o tempo a mudança irá acontecer e tornará entendimento sobre os processos democráticos mais eficazes.

REFERÊNCIAS

AFROBAROMETER. **Our history**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://afrobarometer.org/about/our-history>. Acesso em: 28 maio 2018.

ALDEN, C.; SIMPSON, M. Mozambique: a delicate peace. **Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 109–130, 1993.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2007.

BRATTON, M. Civil society and political transition in Africa. **IDR Reports**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. 1–21, 1994.

BRATTON, M. Voting and democratic citizenship in Africa: an overview. *In*: BRATTON, M. (ed.). **Voting and democratic citizenship in Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013. p. 1–16.

BRATTON, M.; MATTES, R.; GYIMAH-BOADI, E. Introduction. *In*: BRATTON, M. **Public opinion, democracy, and market reform in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 1–18.

BRITO, L. Revisão da legislação eleitoral: algumas propostas para o debate. *In*: BRITO, L. de; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (org.). **Desafios para Moçambique 2011**. Maputo: IESE, 2011. p. 92–107.

BRITO, L. De. O sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. *In*: BRITO, L. de; CASTEL-BRANCO, C. N.; CHICHAVA, S.; FRANCISCO, A. (org.). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010. p. 17–30. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/05/Brito-L.-de-2010-O-sistema-eleitoral-Uma-dimensao-cr%C3%ADtica-da-representacao-politica-em-Mo%C3%A7ambique.-L.-de-Brito-et-al.-orgs...pdf> . Acesso em: 01 jul. 2018.

CHABAL, P.; BIRMINGHAM, D. **A History of post colonial Lusophone Africa**. London: Hurst & Company, 2002.

CORREIA, J. **RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana**. Maputo: Fórum Moçambicano, 1989.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Tradução Beatriz Sidou. Brasília: Ed. da UnB, 2001. Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/viewFile/1080/1278>. Acesso em: 28 maio 2018.

DIMOND, L. Prefácio. *In*: DIMOND, L. (ed.). **Para entender a Democracia**. Curitiba: Atuação, 2017. p. 19–28.

DUVERGER, M. **Os grandes sistemas políticos**. Coimbra: Almedina, 1985.

FERREIRA, F. V. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. **Revista em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 50–68, 2015.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 171–185, 1995. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cervellini.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

GYIMAH-BOADI, E.; BROBBEY, V. **Countries at th Crossroads**. Washington: Freedom House, 2012.

HALL, M.; YOUNG, T. Recent constitutional development in Mozambique. **Journal of African Law**, Cambridge, v. 35, n. 1/2, p. 102–115, 1991.

HERMET, G.; BADIE, B.; BIRNEBAUM, P.; BRAUD, P. **Dicionário de Ciecía Política e das Instituicoes Politicas**. Tradução Emanuel Pestana. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização: mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Editora Francis: Editora Verbena, 2009.

LALÁ, A.; OSTHEIMER, A. E. **Como limpar as nódoas do processo democrático? os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990–2003)**. Moçambique: konrad-Adenauer-Stiftung, 2003. Disponível em: http://nuevaweb.iepala.es/IMG/pdf/kas_4372-544-1-30.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

MACAGNO, L. Fragmentos de uma imaginação Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 70, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/107/10713662002/>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MACUANE, J. Liberalização política e democratização na África: uma análise qualitativa. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 671-708, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 3 jul. 2018

MACHEL, S. **Estabelecer um poder popular para servir as massas**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

MANNING, C. Constructing oposition in Mozambique: RENAMO as Potical Party. **Journal of Southern African Studies**, United Kingdom, v. 24, n. 1, p. 161-189, 1998.

MOÇAMBIQUE. [Constituição (1975)]. **Constituição da República Popular de Moçambique-1975**. Lourenço Marques, 25 jun. 1975. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Louren%C3%A7o+Marques&oq=Louren%C3%A7o+Marques&aqs=chrome..69i57j0l5.437j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 3 jul. 2018.

MOÇAMBIQUE. [Constituição (2004)]. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Assembleia da República, 2004a. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/mocambique_constituicao.pdf. Acesso em: 3 jul. 2018.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei 7/2004. Relativa as alterações a lei 3/99 de 2 de Fevereiro, relativa a eleição do Presidente da República e a eleição dos deputados da Assembleia da República. **Boletim da República**, Maputo, 17 jun. 2004b. p. 23–75.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei 18/2002. Alterações em relação ao recenseamento eleitoral, alterando as leis 5/97 de 28 de Maio e a lei 9/99 de 14 de Abril. **Boletim da República**, Maputo, 10 out. 2004c. Seção I Série número 41, p. 76–90.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei 10/2007. Estabelece o quadro jurídico para a eleição dos membros das assembleias provinciais. **Boletim da República**, Maputo, 22 jun. 2007. Seção I série-número 22,

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei 12/2014. Quadro Jurídico para Eleição do Presidente da República e para Eleição dos Deputados da Assembleia da República. **Boletim da República**, 2014. Seção I Série-número 33, p. 1029–1056.

NCOMO, B. **Uria Simango: Um homem uma causa**. Maputo: Edições Sáfrica, 2003.

NORRIS, P. Choosing electoral systems: proportional, majoritarian and mixed systems. **International Political Science Review**, London, v. 18, n. 3, p. 297–312, 1997.

SHAAPERA, S. A. Theories of the State: perspectives on the Nigerian Variant. **European Scientific Journal**, Açores, Macedónia e Buenos Aires, v. 8, n. 20, p. 11–27, 2012.

SCHMITTER, P. C. ; KARL, T. What Democracy Is . . . and Is Not. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 2, n. 3, p. 75-88, Summer 1991.

SEN, A. K. **Social exclusion: concept, application, and scrutiny**. Manila: Office of Environment and Social Development, Asian Development Bank, 2000.

SIDAWAWAY, J. D.; SIMON, D. Geopolitical transnation and state formation: the changing political geographies of Angola, Mozambique and Namíbia. **Journal of Southern African Studies**, Oxon, v. 19, n. 1, p. 6-28, 1993.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S. l.], n. 48, p. 27–52, 2005. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/48/512.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

TOLLENAERE, M. D. **Apoio a democratização a Moçambique pós-conflito: intenções e resultados**. Haia: Clingendael Institute, 2006. Disponível em: https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf. Acesso em: 1 jul. 2018.

Recebido em 7 de julho de 2018

Aprovado em 22 de novembro de 2018

HONRA, PODER E PARENTELA POLÍTICA: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO SERTÃO PERNAMBUCANO¹

Giovanni Alves Duarte de SÁ²

RESUMO: A proposta deste artigo é compreender o processo histórico que marcou a construção de uma elite política no interior de Pernambuco, evidenciando relações de honra, poder e parentela no contexto de Serra Talhada, município de 84 mil habitantes localizado no interior do estado. Para chegar aos resultados desta pesquisa, o trabalho contou com entrevistas de campo, investigação bibliográfica e consultas a arquivos públicos para compreender o fenômeno do coronelismo na cidade a partir da investigação de redes de interdependência e dominação política entre famílias locais e o fortalecimento de configurações e estratégias morais que permanecem até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Parentela. Honra. Elite.

HONOR, POWER AND PARENTELE POLITICS: SOCIOLOGICAL REFLECTIONS FROM A CASE STUDY IN SERTÃO PERNAMBUCANO

ABSTRACT: *The purpose of this article is to understand the historical process that marked the construction of a political elite in the interior of Pernambuco, evidencing relations of honor, power and kinship in the context of Serra Talhada, a municipality of 84 thousand inhabitants located in the interior of the state. In order to arrive at the results of this research, the work relied on field interviews, bibliographical research and public archives consultations*

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante a I Semana de Ciências Sociais da UFPB, entre 9 e 13 de julho de 2018, em João Pessoa (PB). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. giovannialvesduarte@gmail.com

to understand the phenomena of coronelism in the city through the investigation of networks of interdependence and political domination among local families and the strengthening of settings and moral strategies that remain to this day.

KEYWORDS: *Power. Kinship. Honor. Elite.*

Introdução

A proposta deste artigo é compreender o processo histórico que marcou a construção da formação de uma elite política no interior de Pernambuco, evidenciando as peculiaridades relacionais e conjunturais, no contexto de Serra Talhada – cidade situada no interior do estado a pouco mais de 400 km da capital, Recife.

Em sua cultura política, o município herdou um forte laço com o coronelismo e a concentração do poder estatal em nome de algumas poucas famílias tradicionais, consideradas aquelas que dispõem de redes de controle de aparelhos simbólicos e materiais desde a época em que a cidade sequer existia oficialmente, quando era ainda uma fazenda, em 1750, no cenário escravocrata, passando por sua emancipação política em 1851³, até chegar aos tempos atuais.

Pode-se acrescentar a esse imaginário cultural de Serra Talhada, a herança do banditismo e da veia do cangaço. A Capital do Xaxado, como é também conhecida, tornou-se berço do mais famoso cangaceiro brasileiro, Lampião⁴, e foi palco das primeiras intrigas e brigas de família que impulsionaram o famigerado Virgulino Ferreira a pegar em armas.

É com base nesse contexto de violência que Serra Talhada foi alimentada por um forte imaginário de acerto de contas, próprio do Sertão (GRUNSPAN-JAMSIN, 2006), boa parte em defesa da honra de família, fenômeno que tem seus próprios códigos de organização social. O argumento aqui proposto é que este valor moral manteve estreita relação com o campo da política serra-talhadaense até a primeira metade do século passado e, conforme a nossa hipótese, se ressignificou nos tempos hodiernos.

³ A história de Serra Talhada remonta à segunda metade do século XVIII, ainda no contexto da escravidão, quando era uma fazenda localizada numa região de sesmaria concedida ao português Agostinho Nunes de Magalhães. Antes mesmo de sua emancipação, em 6 de maio de 1851, tornou-se Vila Bela, um promissor distrito da comarca de Flores. Devido sua localização geográfica (entre os estados da Bahia, Paraíba e Ceará) virou um forte polo comercial, fator preponderante para o seu desenvolvimento e, posteriormente, emancipação política. O nome Serra Talhada faz alusão à montanha talhada pela força do tempo, cujo em seu sopé foi erguida a fazenda de Agostinho Nunes Magalhães. Hoje o município possui 84 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE.

⁴ Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, nasceu no sítio Passagem das Pedras, na zona rural de Serra Talhada, em junho de 1898. Foi morto por forças policiais em 1938.

De que forma as lógicas de poder envolvendo o princípio da honra foram remodeladas através das relações construídas no âmbito da elite política serra-talhadense da época? Partimos dessa pergunta para tentar traçar uma breve cartografia da cultura política de Serra Talhada.

Tomando por base o ano de emancipação do município, em 1851, até hoje, foi possível perceber a concentração do poder político entre, praticamente, cinco famílias (Godoy, Pereira, Magalhães, Oliveira e Carvalho). Com isso, identificamos – por meio do estudo genealógico - parentescos firmados entre alguns desses núcleos. Matrimônios e compadrios propiciaram a garantia de privilégios entre alguns destes clãs num contexto histórico específico com reflexos na conquista de postos de controle no Estado durante gerações futuras e após a Constituição de 1988.

Na primeira metade do século XX, a prerrogativa de mando local era dos chamados coronéis não só em Serra Talhada, mas em muitas cidades do interior do país naquela época. Assim, tomamos como objeto de análise neste trabalho as relações de poder que permearam a prática social de um emblemático personagem da história da cidade, o coronel Cornélio Soares, que controlou politicamente Serra Talhada durante toda a República Velha (SILVA JUNIOR, 2006).

A presente pesquisa buscar explicitar que, apesar do controle durante tal período, o legado moral do coronel Cornélio Soares ainda reverbera nos dias atuais, sendo um dos elementos que o justifica como objeto de análise. Ao iniciarmos as pesquisas, nos deparamos com uma deficitária bibliografia sobre ele, fato que nos chamou a atenção, pois se trata de um personagem importante para a compreensão da cultura política do município.

No entanto, o método genealógico nos forneceu pistas sobre estratégias mantidas pela elite política serra-talhadense à época. Somado a isso, realizamos entrevistas de campo⁵ com pesquisadores da história da cidade e moradores que viveram no contexto de Cornélio Soares. Também perseguimos pistas biográficas em pesquisas acadêmicas, publicações na imprensa e arquivos da Biblioteca Nacional com consultas de apoio ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).

Dessa forma foi possível traçar um breve roteiro investigativo sobre a herança política deixada pelo sistema coronelista em Serra Talhada, reflexão que

⁵ Realizamos, para a confecção deste trabalho, entrevistas semi-estruturadas com dois pesquisadores da história da cidade, sendo eles: o professor e mestre em História, Paulo César Gomes, e o secretário municipal de Cultura e pesquisador do cangaço, Anildomá Willams de Souza. As entrevistas ocorreram em dois encontros, com cada um separadamente, e duraram cerca de 2 horas. Nosso foco foi tentar compreender o contexto histórico e político de Serra Talhada durante o período do coronelismo e do cangaço. Também coletamos o registro oral de um morador, o senhor Paulo Campos, de 76 anos, que testemunhou algumas ações do coronel naquela época. Com ele, tentamos compreender o imaginário social que a população havia construído sobre Cornélio Soares.

pode contribuir para uma melhor compreensão do passado e do futuro político do município, bem como de Pernambuco. Como apoio epistemológico, nos baseamos na sociologia figuracional de Norbert Elias (2008, 2001, 1994) para tentar entender a trajetória destas famílias sob o ponto de vista de uma abordagem relacional, dinâmica e processual.

O coronelismo marcou a cultura política brasileira na primeira República, mas foi um fenômeno que se adequou às novas configurações da política nacional após a Revolução de 1930, não desaparecendo repentinamente. Na definição de Victor Nunes Leal, o coronelismo sinalizava para um “[...] compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras” (LEAL, 2017, p. 40). O autor lembra que o coronel, se valendo do poder econômico, especialmente da propriedade rural, era capaz de angariar levas e levas de votos, os chamados “cabrestos”. A ampliação da estrutura do Estado nas cidades do interior propiciou um lento processo de perda de poder dos coronéis e da elite econômica dominante que desfrutava desse sistema. Assim, em várias regiões e, especificamente, em Pernambuco, tiveram que renovar suas estratégias políticas de dominação a partir de 1930, onde o domínio da terra foi deixando de ser o principal fundamento de poder.

Dito em outros termos, os coronéis para sobreviver não só politicamente, mas economicamente, se aproveitaram da lógica “modernizadora” do Estado burguês capitalista, para surfar na onda de inovações tecno-industriais que chegavam ao Sertão, com reflexos em estradas, máquinas de beneficiamento de algodão, ferrovias, aeroportos, construção de açudes, entre outros. Na tese de Leal, o coronel da Primeira República não detém poder total. Ao contrário, apresenta-se como uma figura cada vez mais dependente dos favores do governo.

Do ponto de vista da estratégia política dos coronéis, a parentela foi uma das mais eficazes. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) acrescenta que a figura do coronel era mantida pelo apoio dos parentes formados por indivíduos com grau de parentesco entre si e por laços carnais, espirituais (compadres) e de alianças (casamento), sendo estas configurações o foco da presente pesquisa. Ainda, de acordo com a autora, a parentela que nutria os laços de interdependência do coronel descendia, em sua maioria, do mesmo tronco, somando-se os vínculos de apadrinhamento por meio de afilhados, onde as distâncias geográficas não seriam motivo para enfraquecer os laços de obrigações recíprocas de tais integrantes.

Do ponto de vista do contexto de Serra Talhada, tentaremos mostrar como essas relações de parentela podem ter moldado diferentes estratégias de aproximação entre famílias em torno da figura do coronel Cornélio Soares e da

manutenção do seu poder na cidade. Essa representa a primeira parte do artigo. Num segundo momento, iremos debater de que maneira o valor da honra pode ter servido como motor de acúmulo de capital simbólico e prestígio social ao coronel serra-talhadense ao ponto de ser utilizado para fortalecer a musculatura moral dos seus herdeiros até hoje.

Nas considerações finais, concluímos como a força dessa filiação está viva nos dias atuais. Isso, cultivada pelo prestígio do “nome” dessas famílias e ancorada num passado arvorado em privilégios, mesmo diante uma Constituição que festejou seus 30 anos em 2018 com a promessa de assegurar igualdade de oportunidades a todos.

Uma herança de parentelas políticas

O contexto agrário do Brasil contribuía para o reforço do poder dos coronéis a partir da posse do latifúndio rural, como ressalta Leal (2017, p.44-45), ao compreender que a nossa estrutura agrária forneceu “[...] a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.” Essa situação reforçava o patrimonialismo entre a elite política ligada aos coronéis, seus parentes e aliados com as classes mais pobres, o que se refletia no voto de cabresto (CAVALCANTI, 2013; LEAL, 2017).

O uso do termo elite, nessa perspectiva, denota o surgimento de uma classe dirigente submersa em um “[...] conjunto de fatores interligados e interdependentes interveniente nos processos de afirmação política.” (REIS; GRILL, 2017, p.139). O que se enfatiza, com isso, é a importância do caráter relacional dos sujeitos detentores de poder na trama da história. O período em que se desenvolveram as redes de interdependência (ELIAS, 2008) de Cornélio Soares representou um contexto de transição nacional entre dois modelos econômicos que inicia com a proclamação da República (1889) e termina com o movimento político de 1930.

Tem-se de um lado um país “[...] agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e de outro, o urbano-industrial, apoiado numa série de estímulos que favorecem a substituição de importações.” (ARRUDA, 2012, p. 121). Na parceria entre estado e coronel, o patrimonialismo falava alto, mesclando o interesse público com o privado.

O Brasil se entregava às investidas do capital financeiro internacional, situação que reforçava o caráter dependente da economia tupiniquim. Vivenciando o contraste entre o urbano e rural imposto pelo contexto macrossocial, Cornélio Aurélio Soares Lima não se desvencilhou das vicissitudes históricas de seu tempo.

Este coronel, nascido em Salgueiro em 14 de setembro de 1886 – município vizinho a Serra Talhada, distante cerca de 100 km – migrou com a família para a terra de Lampião ainda criança. Era filho de um rico comerciante, Tibúrcio Valeriano Gomes Lima e de sua esposa Lucinda Soares Lima, irmã legítima de um famoso coronel em Pernambuco, Veremundo Soares (1878-1973), chefe político em Salgueiro e, portanto, tio de Cornélio Soares.

O parentesco com Veremundo foi fundamental para que o sobrinho acumulasse respeito político não só em Serra Talhada, mas em toda a região do chamado vale do Pajeú, que abrange mais de 20 cidades. O tio se orgulhava da honraria de ser capitão-cirurgião do 257º Batalhão de Infantaria e da Guarda Nacional de Salgueiro, título conferido em 1904 pelo próprio presidente Rodrigues Alves ao sertanejo. Na obra *Coronel, coronéis, apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste* (2003), Vilaça e Albuquerque registram que Veremundo foi um dos mais destacados coronéis no século passado em Pernambuco.

Historiadores afirmam que a patente dele teria sido adquirida fruto de barganhas e alianças com políticos do alto escalão do estado (SILVA JUNIOR, 2006). E da mesma forma teria ocorrido com a patente de coronel de Cornélio Soares, pois era um título que se podia comprar na época. Ainda jovem com 21 anos, em 1907 – quando o Brasil era presidido pelo mineiro Afonso Pena – Cornélio Soares assumiu as fazendas, as lojas e os negócios da família após a morte do pai, tornando-se, além de chefe político, um famoso industrial, algodoeiro e fazendeiro (WILSON, 1978).

Este chefe político casou, em seu primeiro matrimônio, com Cecília Soares Diniz, filha de Joaquim Monteiro Diniz, um prestigiado juiz de Direito da cidade. Após a morte da mãe Lucinda, quando ele tinha apenas dois anos, o seu pai Tibúrcio Valeriano se casou com Maria Parente de Godoy, herdeira de uma tradicional família política de Serra Talhada.

Da parentela de Tibúrcio Valeriano, pai de Cornélio Soares, com Maria Parente de Godoy, forjou-se uma linhagem política que comandou Pernambuco e Serra Talhada por várias décadas, fato que se deu com o apoio do próprio coronel Cornélio Soares, anos depois perdurando após a sua morte. Dentre os dados relevantes desta pesquisa, identificamos que o atual prefeito de Serra Talhada, Luciano Duque de Godoy Souza⁶ faz parte dessa linhagem de parentesco.

⁶ Luciano Duque de Godoy Souza nasceu em fevereiro de 1960 e desde muito jovem, por influência de parte de sua família Godoy, foi levado a entrar na política acumulando passagens no PMDB, PSB, PR e, atualmente, PT. Entre as décadas de 1980 e 1990, somou investidas eleitorais frustradas, mas assumiu o comando de diretórios locais de partidos, posição que lhe deu a oportunidade de gerir campanhas de grandes políticos tradicionais da época. Com isso, ganhou experiência no fazer político, fortalecendo uma rede de micro-poderes que o levaram a ser indicado secretário municipal no início dos anos 2000, posteriormente vice-prefeito por dois mandatos e finalmente prefeito,

Em nosso levantamento foi possível verificar que a mãe do atual gestor de Serra Talhada, Maria do Socorro Godoy, é filha de Joaquim Godoy de Lima, um dos filhos do segundo matrimônio de Tibúrcio Valeriano e, portanto, meio-irmão de Cornélio Soares. Esmiuçando: o coronel é tio-avô do atual prefeito de Serra Talhada.

Nossa pesquisa enxergou ainda uma farta herança política oriunda da parentela do atual prefeito do município indicando um domínio político quase que constante da linhagem Godoy em parceria com outras cinco famílias, as quais fazem parte do espectro relacional proposto na introdução deste trabalho.

Do casamento do pai de Cornélio Soares com Maria Parente de Godoy nasceram, além de Joaquim Godoy (avô do atual prefeito), mais nove filhos, dentre eles, Methódio Godoy, que assumiu a prefeitura de Serra Talhada em 1930, além do cargo de deputado estadual durante quatro legislaturas seguidas. Methódio Godoy também levou o próprio filho e, assim, sobrinho do coronel Cornélio Soares, Abelardo Ribeiro de Godoy, a seguir a tradição política da família, ocupando o cargo de deputado estadual entre os anos 1963 a 1967. Curioso destacar que Methodio Godoy conseguiu também eleger outro filho, Afrânio Godoy, para a legislatura estadual de 1967 a 1971, como demonstrou Campello (1979).

Aprofundando a linha de parentesco do coronel Cornélio Soares com a atual formação da elite política serra-talhadense, foi possível constatar a ligação familiar do atual prefeito Luciano Duque de Godoy Souza, a partir da linhagem de sua mãe, com outro grande empresário e ex-prefeito de Serra Talhada, Moacyr Godoy Diniz, (gestor entre 1951 e 1955) de quem era irmã.

Este, por sua vez, foi igualmente vereador e presidente da Câmara de Vereadores (de 1959 a 1963). A linhagem do prefeito Luciano Duque de Godoy Souza o liga, inclusive, ao ex-vereador e promotor público na década de 1920, Osvaldo de Godoy Lima, que também era irmão do coronel Cornélio Soares e, portanto, tio-avô do atual gestor de Serra Talhada. O parentesco do atual prefeito o vincula politicamente ainda a outra família, a Carvalho, o que corrobora um sentido proposto por Ricardo Costa de Oliveira (2007, p. 151), quando enfatiza a construção de redes formadas para criar “uma unidade de ação político-financeira de mútuo interesse e benefício”.

Este estudo identificou uma rede de parentela política com a família Carvalho por meio do casamento de Maria Benevides Godoy (Dona Bené), irmã do coronel Cornélio Soares, com um empresário renomado da época, José

o qual está em sua segunda gestão até 2020. Em 2012, já no PT, elegeu-se com o discurso de combate à herança dos coronéis.

Benevides de Carvalho. Este, após o matrimônio, tornou-se prefeito de Serra Talhada de 1940 a 1944, fato que sinaliza para uma estratégica união familiar firmada entre Godoy-Carvalho-Soares, que na época, propiciou o controle político do município.

Reforçando a parentela política com os Carvalhos, o próprio coronel Cornélio Soares casou-se, pela segunda vez, com Ursula de Carvalho, a qual teve o filho Antônio de Carvalho Soares. Esse, por sua vez, formou-se delegado de polícia e também tentou entrar para a política saindo candidato a deputado estadual, reforçando a premissa de que o jogo de poder dentro do campo político assume forte relação com outras esferas de controle social.

É o que suscita a garantia, como nos diz Bourdieu (1980), de mobilização de capital cultural em favor de tais arranjos familiares. Dito em outros termos, nesse contexto, a relação de parentela se fortalece com base na posição ocupada pelos seus membros no espaço social, neste caso, num espaço de controle do aparelho de Estado subsidiada por “[...] uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento e a vinculação a um grupo dotado de propriedades comuns [...] e unidos por ligações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1980, p. 2)

Isto é, a relação entre as famílias Carvalho-Godoy-Soares teve força para contribuir com a perpetuação de poder entre estes clãs por meio não só da política, mas com forte interferência, verificada até aqui, no sistema judiciário da época⁷. Atualmente, o atual prefeito de Serra Talhada, Luciano Duque de Godoy Souza, é aliado do principal líder dos Carvalhos em atuação política, o deputado estadual Augusto César de Carvalho (PTB)⁸.

A veia política dos Godoy surge antes mesmo do enlace do pai do coronel Cornélio Soares, Tibúrcio Valeriano, com Maria Parente de Godoy. É possível que, à época, o casamento entre Tibúrcio, um grande empresário herdeiro de vasto capital econômico, com Maria Parente de Godoy, uma herdeira de um vasto capital político, fosse mesmo uma aposta próspera para ambas as famílias.

Maria Parente de Godoy era filha do engenheiro Manoel Antônio Firmino Godoy com Rosa Parente de Godoy. Essa, por sua vez, era irmã de Antônia Parente de Godoy, mãe do bacharel em Direito, deputado estadual (de 1922 a 1924), deputado federal (1924 a 1929), Ministro do Trabalho (1934), inter-

⁷ Diário Oficial datado de 1922 que tivemos acesso por meio de investigação junto aos arquivos da Biblioteca Nacional atesta que faziam parte da administração do sistema de Justiça de Serra Talhada além de Cornélio Soares, seus irmãos por parte de pai Joaquim Godoy e Osvaldo Godoy.

⁸ Augusto César de Carvalho já foi eleito cinco vezes consecutivas para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em 2018, ele tentou sua sexta eleição e perdeu. No seu currículo, foi eleito prefeito de Serra Talhada de 1993 a 1997 e conseguiu eleger o seu filho, Augusto de Carvalho Filho, deputado estadual anos depois.

ventor federal em Pernambuco (1937 a 1945), ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas (1945) e governador eleito de Pernambuco (1951 a 1952), Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, serra-talhadense que exerceu o comando político no estado por cerca de 15 anos (CAVALCANTI, 2013).

Antônia Parente de Godoy, mãe de Agamenon, era casada com o juiz de Direito Sérgio Nunes de Magalhães, que foi também deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915. Com este matrimônio, identificamos o enlace com mais uma família política tradicional da cidade, a Magalhães.

Agamenon Godoy Magalhães faz parte da quarta geração de chefes políticos depois do fundador da cidade, seu tetra-avô, Agostinho Nunes de Magalhães. Nascido em 1893, sete anos após Cornélio Soares, Agamenon foi um dos maiores aliados do coronel serra-talhadense, o braço forte que lhe deu suporte político mesmo após o período da República Velha (1889-1930), passando pela Revolução de 1930 e até a morte do coronel em 1955, aos 68 anos.

Foi com o apoio de Agamenon Magalhães que Cornélio Soares elegeu-se prefeito de Serra Talhada (1946 a 1951) e manteve um influente poder político nos anos anteriores, quando preferia agir nos bastidores indicando correligionários para assumir a prefeitura.

A análise da relação política com Agamenon nos fornece uma visão conjuntural que desnaturaliza registros oficiais sobre a trajetória do coronel Cornélio Soares, nos quais ele é exaltado como um líder “nascido para comandar” sob a áurea de uma história de vida tão linear e longe dos percalços históricos do seu tempo, construção que Bourdieu (2008) classifica de ilusão biográfica.

Ora, se não fosse o capital simbólico⁹ herdado da parentela com o poderoso tio Veremundo Soares, o capital econômico herdado do pai Tibúrcio Valeriano somado ao acúmulo de capital político-familiar (MONTEIRO, 2017) construídos ao longo de redes de parentela com a família Godoy-Magalhães-Carvalho, Cornélio Soares reuniria os mesmos os capitais sociais que legitimaram o seu poder na cidade?

Na verdade, sua relação com Agamenon Magalhães fez parte de uma engrenagem social que se fortificou com o avanço dentro dos campos de poder galgados passo a passo por Agamenon nas esferas estadual e nacional. Em outras

⁹ Bourdieu (2003) explica que o capital simbólico é o tipo de capital percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, isto é, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio e aceito socialmente quase como um componente natural da estrutura social. Assim, desse capital simbólico deriva um poder simbólico. Do ponto de vista do coronel Cornélio Soares, o capital simbólico ao seu favor advém da herança do sobrenome “Soares” do grupo familiar que ele faz parte. Com base em Bourdieu, é possível dizer que isso já constitui um distintivo com poder para ser transmitido como algo legítimo no espaço social para os herdeiros.

palavras, a relação de poder e parentela construída por Cornélio Soares foi alimentada essencialmente por um caráter relacional gerador de força estruturante de dominação a partir do contexto político da época que vigorava em Pernambuco e no país.

Como salienta Cavalcanti (2013, p. 106-107), essa foi uma das principais características do coronelato, quando “[...] a relação com o coronel abrangia filhos de sangue, de criação, sobrinhos, netos, genros, compadres, rendeiros, meeiros, vizinhos e empregados. O compadrio familiar tinha a extensão do poder.” É preciso dizer, assim, que com a parentela firmada com a família de Agamenon Godoy Magalhães, o poder do coronel Cornélio Soares se multiplicou.

Um dos resultados disso foi a entrega do comando do PSD ao coronel em Serra Talhada, por Agamenon, que era o presidente da legenda em Pernambuco. Cavalcanti (2013) reflete que, desse modo, os chefes locais atuavam como extensões sociais e capilaridades políticas em favor das ordens de Agamenon.

Agamenon Magalhães, em contrapartida, agia como radar de estratégias de manutenção dos interesses do coronelato não só em Serra Talhada, mas em várias partes do estado. Ainda como chefe político do município, coronel Cornélio Soares teve de administrar uma guerra sangrenta entre duas poderosas famílias de Serra Talhada: a Carvalho e a Pereira¹⁰, que representavam, respectivamente, o conflito entre o Brasil urbano e o rural.

Não custa lembrar que entra em cena aqui uma quinta família de poderosos senhores de terras (os Pereiras) na esteira de relações da família Soares (além dos já demonstrados Godoys, Magalhães e Carvalhos). Nosso levantamento identificou que desde a época da escravidão, a família Pereira foi a que mais assumiu prefeituras até hoje em Serra Talhada (12 vezes), além de controlar indicações e assumir diversos cargos de representação política nas esferas municipal, estadual e federal.

É com a entrada dos Pereiras¹¹ em nosso roteiro de investigação que poderemos compreender melhor como o jogo político entre os grupos tradicionais de Serra Talhada foi motivado também pela defesa da honra de família. O conceito

¹⁰ Estima-se que a disputa entre Pereiras e Carvalhos foi originada nos idos de 1848, fruto da rixa política entre os partidos Liberal e Conservador, ainda na época do Brasil império. Neste período, Pereiras e Carvalhos ressignificaram uma luta pela sobrevivência, agora num contexto novo, no qual um dos cenários era de declínio de um modo de vida, de uma organização social específica baseada nas grandes fazendas de criação de gado e propriedade de famílias tradicionais, e o outro era o da emergência dos centros urbanos e da atividade comercial (SOARES, C., 2015).

¹¹ O principal representante dos Pereiras na política de Serra Talhada atualmente é o médico Carlos Evandro Pereira de Menezes, que já foi prefeito do município por duas vezes consecutivas (2005/2008; 2009/2012) e conseguiu eleger o sucessor e então vice-prefeito, Luciano Duque de Godoy, hoje, atual gestor da cidade.

de honra é fluido e carrega consigo um diversificado conjunto de crenças e valores que se transformam ao longo do tempo e do contexto histórico.

Como salienta Renata Moreira Silva (2009, p. 13) “[...] os padrões de conduta que levam alguém a ser reconhecido como honrado variam segundo cultura, classe social/econômica, idade e gênero”. A honra, desse modo, está associada àquilo que liga os valores da sociedade e a própria vontade do indivíduo em absorvê-los, no sentido “[...] de se apropriar deles, ser reconhecido pelo grupo social e alcançar posição socialmente diferenciada.” (SILVA, R., 2009, p. 13).

Honra, política e capital *moral-familiar*

Remetido a um deus da guerra, honra vem do latim *honos* e teve o seu sentido por muito tempo atribuído aos valores de coragem, virilidade e valentia dos antigos lutadores durante batalhas. O termo passou por reinterpretções ao longo do processo histórico. Para Pitt-Rivers (2003) o conceito tem origens centradas em duas noções principais, sendo uma delas relativa ao título de nobreza e a segunda, relativa à conduta socialmente esperada por determinado indivíduo ou grupo. Uma atribuição mais clássica aos estudos sobre honra diz que o termo tem a ver com:

[...] o valor que uma pessoa tem aos próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho. [...] A honra fornece, portanto, um nexó entre os ideais da sociedade e a reprodução desses no indivíduo através de sua aspiração de os personificar. (PITT-RIVERS, 1965, p.13-14).

A honra, nesta perspectiva, teria três funções básicas ainda conforme Pitt-Rivers, (1991), sendo elas: 1) como guia de consciência, auxiliando a tomada de julgamentos e avaliações morais; 2) influenciando na maneira de cada indivíduo se conduzir perante os outros; 3) funcionando como medida de *status* social ao passo que ser mais honrado, reconhecido e bem visto socialmente atribui ao indivíduo grande estima e importância.

Nosso foco concentra-se na análise da conduta aprovada socialmente pelo indivíduo. Honra é, neste sentido, concomitantemente, a imagem que cada um tem de si e o meio de representar o valor moral do outro dentro do grupo social que se faz parte (SILVA, R., 2009). À guisa de operacionalização

deste artigo, buscamos investigar a noção de honra de família como dispositivo próprio do mecanismo político no contexto do início do século XX no interior de Pernambuco enxergando seus reflexos contemporâneos.

Com base na dissertação *Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações de poder* (SOARES, C., 2015) foi possível identificar mais de um registro que evidencia o papel moral assumido pelo coronel Cornélio Soares como mediador de conflitos entre famílias armadas, dentre elas, os abastados clãs Carvalho e Pereira.

A noção de honra, nesse contexto, pode contribuir para compreender os interesses pelo controle político de Serra Talhada levando em conta o nível relacional de poder¹² em favor do acúmulo do que arriscamos chamar aqui de capital *moral-familiar*¹³. Em outros termos, a luta política dos clãs é também por acúmulo de respeito e em defesa da legitimação de uma crença de distinção sobre a história de vida de seus membros a partir das redes de solidariedade firmadas entre esses grupos num contexto de reputações em negociação (MARQUES, 2002).

Dessa forma, incorporar o papel de mediador de brigas de famílias construiu sobre Cornélio Soares a fama de um coronel pacificador e conciliador, distinção fruto do devotamento ao bem público, como escrevem os registros biográficos oficiais sobre ele. Estes relatos oficiais registram que o coronel tinha um gosto quixotesco de servir, gratuitamente, a quem o procurasse, conduta que lhe concedeu a áurea de ‘pai de todos’, refém de um código moral atrelado à força da palavra e que lhe atribuía um *ethos* de justiça inabalável.

A postura honrada do coronel era ancorada na concessão de favores sob a aparência de pura gratidão vinda de um homem que “pecava pela rigidez dos princípios morais” (SOARES, R., 2013, p.13). Mas o que estaria por trás desse *ethos* moral? Podemos problematizar essa questão tomando como base a noção de desinteresse em Bourdieu (2008). O autor reflete sobre a importância da desmistificação do ato desinteressado, que retira da ação dos sujeitos o ar de encantamento. Estar ‘interessado’ é admitir participar do jogo social por acúmulo de capital simbólico, o que nos leva precisamente à noção de *illusio*. “É reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 2008, p. 139).

¹² O poder em Elias é relacional e não desumanizado das estruturas. Forças sociais, para ele, são exercidas pelas pessoas sobre outras pessoas e sobre elas próprias (ELIAS, 2008).

¹³ Em *A política como negócio de família*, José Marciano Monteiro (2017) testa a validade do conceito capital *político-familiar* como atributo fundamental, quando associado ao capital econômico e cultural, ao acesso das famílias aos principais postos no aparelho do Estado e a outros espaços de poder. Nossa pesquisa, em nível de doutorado, propõe contribuir com este debate investigando a gramática moral que abastece o senso comum com a sensação de naturalidade nos usos destes sobrenomes políticos no atual contexto democrático.

Então, seria mesmo possível pressupor uma postura eminentemente desinteressada e generosa por parte do coronel Cornélio Soares? No contexto do sistema coronelista do voto de cabresto, enquanto líder do PSD, fiel escudeiro de Agamenon Magalhães, a posição social que ele ocupava e o *habitus* próprio de uma família geradora de disposições e competências políticas, tudo convocava Cornélio Soares à construção de estratégias de manutenção de poder sobre suas mãos.

A sua posição social lhe dava prestígio para assumir um papel não só de mediador de conflitos, mas de interlocutor dos mais variados interesses familiares em Serra Talhada, posição estratégica que colocava o coronel como uma espécie de panóptico humano, cujo controle simbólico derivava da rede de relações com os diferentes clãs familiares. O status social de ‘homem honrado’ do coronel aqui problematizado funcionaria como dispositivo moral para garantir fins políticos.

Bourdieu (1965) reflete que no jogo da honra vence aquele que melhor se utiliza das regras disponíveis em determinada situação. Atuar como mediador de interesses e conflitos familiares foi uma das estratégias utilizadas pelo personagem em estudo. No caso das disputas de poder entre famílias políticas no Sertão, assumir a defesa da honra de um clã seria admitir estar no jogo por dominação simbólica implícito nestas práticas, sob o compartilhamento de estratégias de poder em busca de legitimação.

Portanto, o que seria a parentela política senão, também, uma tática de ressignificação da defesa de uma honra de família? A parentela se apresenta, nessa perspectiva, como uma razão prática de reforço de um *capital moral*, que somado aos demais capitais (econômico, *político-familiar*, social e cultural), corrobora o sentido da família como “palavra de ordem” (BOURDIEU, 2008, p. 126-127).

Ao utilizar esse termo, Bourdieu analisa a família como categoria que coaduna em si a construção de princípios, crenças e valores próprios de um coletivo que “nos foi inculcado por meio de um trabalho de socialização que era ele próprio realmente organizado de acordo com a divisão em famílias. Esse princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*”.

Significa que os códigos de sociabilidade presentes no cotidiano das famílias políticas tradicionais de Serra Talhada, de algum modo, exerceram (e ainda não exercem?) uma poderosa força tácita sobre a estrutura mental de seus membros e descendentes e para onde convergem prescrições normativas de bem viver e o afeto da confiança. A família funciona, portanto, como “[...] círculo de reprodução da ordem social adequado a assegurar a integração, que é a condição de existência e de persistência dessa unidade.” (BOURDIEU, 2008, p. 128-129).

A estima construída em torno do nome do coronel Cornélio Soares o levou a acumular um alto grau de distinção e segurança moral que reverbera no senso comum da população até hoje. Atribuir força simbólica ao ideário de político honrado sobre Cornélio Soares tornou-se uma missão de defesa de um *ethos* moral reverenciado atualmente pelos Soares¹⁴.

Ainda tomando por base a análise da oferta de favores por parte do coronel, sob a áurea do desinteresse, é possível refletir que essa prática, reproduzida pelo *habitus* de Cornélio Soares, foi estruturando o *habitus* social rumo a uma eficaz forma de dominação. Naquele contexto, ao passo que o favor era concretizado sob a aparência da gratuidade, deixava o necessitado sob a sombra de quem o ‘ajudou’.

Dito em outros termos, o cumprimento de um favor inclui o outro quase que automaticamente em uma lógica simbólica de recompensa, estratégia de poder revestida por um afeto emocional implícito (a gratidão), e que, naquela conjuntura específica, geraria uma ação recíproca refletida também na política do cabresto. Isso pode ser exemplificado em uma passagem dos registros oficiais sobre o coronel quando diz que Cornélio Soares nunca precisou comprar votos (SOARES, R., 2013).

Este estudo identificou que a prática de cumprimento de favores era montada sobre um largo sistema de micro-alianças com as famílias tradicionais já citadas, mas também com famílias humildes da época que poderiam servir aos interesses do coronelato. Para ilustrar essa configuração, detectamos a relação de poder do coronel Cornélio Soares também com a família Ferreira, de agricultores, mas simbolicamente importante para o fortalecimento da teia de dominação do coronelismo em Serra Talhada.

Os Ferreiras eram o núcleo familiar do temido cangaceiro Lampião. Esse dado peculiar atesta a inserção de mais uma família na teia de interdependência do coronel Cornélio Soares identificada no presente estudo (Godoy, Magalhães, Carvalhos, Pereiras e Ferreiras). Segundo Chandler (1980), um relacionamento com Lampião podia ser vantajoso e lucrativo. Silva Junior (2006, p.104) reforça que “[...] o coronel Cornélio Soares foi acusado de negociar com o cangaceiro,

¹⁴ As condicionantes históricas e sociais que poderiam ter culminado numa relação amistosa de Cornélio Soares com o cangaceiro Lampião naquele contexto específico, hoje parecem ser ignoradas pelos Soares, que exigem – em nome da honra da família – reparos aos que ousarem mencionar o fato. Atualmente, um dos especialistas entrevistados neste trabalho, o pesquisador do cangaço e secretário de Cultura de Serra Talhada, Anildomá Willams de Souza, responde processo aberto pelos descendentes de Cornélio Soares, os quais interpretam como ultraje a menção do coronel como mediador dos interesses de um “bandido” como Lampião. Para saber mais (SÁ, 2013).

conforme consta do processo criminal contra Lampião referente ao massacre da Serra Grande.¹⁵”

Chandler (1980) cita que Cornélio Soares era amigo dos Ferreiras sendo até padrinho do irmão de Lampião, Levino. Essa relação é um sinal de como que famílias de menor prestígio econômico, como a de Lampião, encontravam “[...] na aliança com a família latifundiária apoio para solução de suas próprias questões.” (SOARES, C., 2015, p. 41). No nível da agência dos sujeitos, as famílias em disputa compartilhavam dos mesmos códigos com vistas a atender seus objetivos e interesses.

O contexto considerava as alianças entre núcleos familiares de classes sociais distintas e o nome da família serviria de chave para abrir a porta de construção desses elos. É preciso destacar que a partir da batalha da Serra Grande a polícia da época conseguiu desvendar uma intrincada rede de poderosos que teriam financiado a compra de armamentos a Lampião. De acordo com Silva Junior (2006), o tio de Cornélio Soares, o coronel Veremundo Soares, mantinha um comércio para a venda de armamentos, pólvora e munições na cidade vizinha de Salgueiro.

Na época, após a sangrenta batalha, o chefe de polícia em Recife, Eurico de Souza Leão, deu declarações dizendo que, “mesmo sabendo que Cornélio Soares era coiteiro de Lampião nada podia fazer, pois os Soares eram grandes canalizadores de votos para a administração do Estado e gozavam de certas imunidades” (SILVA JUNIOR, 2006, p. 104). E ainda: “[...] as informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso.” (CHANDLER, 1980, *apud* SILVA JUNIOR, 2006, p. 104).

A partir da análise relacional envolvendo o contexto da batalha da Serra Grande, foi possível identificar a ligação do coronel Cornélio Soares também com outra família política de ricos comerciantes de Serra Talhada, a Andrada, que posteriormente tornou-se Andrada de Oliveira¹⁶, cujo seus descendentes são hoje possuidores de vasto capital político na cidade e no estado.

Segundo Antônio Neto (2017, p.126-127), mediante registro do processo criminal exposto no livro *Lampião à Luz da Lei*, o abastado comerciante José

¹⁵ A batalha da Serra Grande foi um dos mais emblemáticos enfrentamentos já registrados na trajetória de Lampião contra a Polícia Militar de Pernambuco, onde o cangaceiro se saiu vitorioso. A batalha ocorreu na zona rural de Serra Talhada em novembro de 1926.

¹⁶ Esse clã familiar tem participado da política serra-talhadense há mais de meio século. Tem como líderes atuais o ex-deputado federal Inocêncio Oliveira e o seu primo, ex-deputado estadual por dois mandatos, ex-secretário de Transportes de Pernambuco por duas vezes, e atualmente deputado federal, Sebastião Oliveira, o qual conseguiu voltar ao Congresso nas eleições 2018 com quase 130 mil votos.

Olavo de Andrada teria fornecido “[...] caixas de balas ao grupo do cangaceiro em virtude de ter recebido por parte de Lampião ameaças.” Com riqueza de detalhes, Chandler (*apud* SILVA JUNIOR, 2006, p.104) expõe um relato em que o caso da venda de munição a Lampião acabou sendo abafada, posto que:

As informações que a polícia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso. A munição era comprada numa cidade vizinha, Salgueiro, por terceiros e mediante pedido escrito do coiteiro José Olavo. O intermediário em Salgueiro disse à polícia que pensava que se tratava de munição para a família Pereira, de Vila Bela. Era paga por Cornélio Soares e o seu irmão Benjamim, que morava em Salgueiro, depois, escondidas em latas de querosene, era levada de burro para Vila Bela.

Desse modo, os indícios judiciais da época sinalizavam para uma forte interdependência entre a família Oliveira, os Pereiras e o coronel Cornélio Soares, além da trama relacional já aqui identificada que o chefe político manteve com as outras duas famílias políticas da época, a Godoy e a Carvalho.

Considerações finais

A presente reflexão sociológica buscou evidenciar como a herança política de alguns grupos familiares no interior de Pernambuco permanece viva e remodelada no cenário político do século XXI, descortinando conexões entre estruturas de parentesco e de poder (OLIVEIRA, 2012) ativas mesmo após 1988. Atualmente, pelo menos quatro das famílias citadas nesta análise são herdeiras de vasto capital político e econômico em Serra Talhada após a dita abertura democrática¹⁷.

O que nos leva a perceber a perpetuação de uma lógica de poder de antigas elites no cenário hodierno. Em outras palavras, as mesmas famílias do passado continuam usufruindo, em Serra Talhada, do controle do aparelho de Estado e da posse de outros espaços de dominação simbólica como lugares de memórias,

¹⁷ Se não vejamos: Ferdinando Feitosa (indicado pela família Oliveira, foi eleito prefeito de Serra Talhada de 1989 a 1992; tinha como vice um Oliveira), Augusto César de Carvalho (prefeito de 1993 a 1996 teve como vice um Pereira); Sebastião Andrada Oliveira (prefeito de 1997 a 2000, teve como vice um Nogueira), Genivaldo Pereira (de 2001 a 2004 teve como vice um Godoy), Carlos Evandro Pereira (de 2005 a 2008 teve como vice um Godoy), Carlos Evandro Pereira (de 2009 a 2012 teve como vice um Godoy), Luciano Duque de Godoy (de 2013 a 2016, não teve vice de família tradicional nesta eleição) e Luciano Duque de Godoy (2017 a 2020 tendo como vice um Oliveira). Saber mais: Serra Talhada (2017).

rádios locais e empresas que lidam diretamente com a oferta de saúde à população, como hospitais.

O fato é que, da promulgação da Constituição 1988 até agora, o município se vê ainda atrelado ao comando de grupos que detinham o poder político e econômico desde a época do coronel Cornélio Soares (1886-1955). Nos últimos 30 anos, pós 1988, os herdeiros dessas famílias assumiram a prefeitura de Serra Talhada, com reproduções na Câmara Municipal, Assembleia Legislativa de Pernambuco, Câmara dos Deputados e indicando aliados para cargos estratégicos de gestão nas esferas municipal, estadual e federal.

Isso significa que a “[...] a família e a estrutura de parentesco são tomadas, assim, como fios condutores da formação da classe dominante.” (MONTEIRO, 2017, p.19). E como salientam Reis e Grill (2017, p.143), além de fonte de disposições que define a visão de mundo dos seus descendentes, a família torna-se “[...] também uma instância catalisadora e (re) distribuidora de um patrimônio coletivo, exigindo empenhos dos seus membros na adoção de estratégias de reprodução com vistas à sua continuidade.”

Reforçando este argumento, retomando Bourdieu (2003), é possível inferir que estas famílias perpetuam-se no poder até hoje pela necessidade de adesão ao jogo do qual eles sempre historicamente tiveram o monopólio. E assim uma lógica de dominação a qual predomina no mundo prático, tende a se reproduzir por meio dos herdeiros (MONTEIRO, 2017).

A disposição em investigar a força de um *capital-moral* presente nas estratégias de dominação política destes núcleos familiares no Sertão pernambucano, sugerido preliminarmente neste debate, poderá ser melhor investigada, com o aprofundamento da pesquisa, tomando por base a análise dos valores sustentados pelos atuais herdeiros políticos dessas famílias em contraponto com a cultura política vivenciada na época do coronelismo.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, P. F. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: (1889-1930)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9.ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, [S. l.], v.1, p.2-3, jan. 1980.
- BOURDIEU, P. O sentimento de honra na sociedade Cabília. *In*: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965, p. 157-198.
- CAMPELLO, M. N. **História parlamentar de Pernambuco**. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.
- CAVALCANTI, O. L. **Pernambuco**: uma história política. 2.ed. Recife: Edições Bagaço, 2013.
- CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Editora 70, 2008.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GRUNSPAN-JAMSIN, É. **Lampião, senhor do sertão**: vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: EDUSP, 2006.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARQUES, A. C. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo: LiberArs, 2017.
- NETO, A. **Lampião à luz da lei**. Recife: Edição do autor, 2017.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.
- OLIVEIRA, R. C. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.
- PITT-RIVERS, J. Honra. *In*: CANTO-SPERBER, M (org.). **Dicionário de ética e moral**. Trad. de Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes,

Maria Vitória Kessler de Sá Brito e Paulo Neves. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003. p. 748-752.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. *In*: GAUTHERON, M. **A honra**: dom de si ou ideal equívoco. Porto Alegre: LP&M, 1991. p.17-41.

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. *In*: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1965, p.13-14.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In*: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. p.155-190.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 29, n. 3, p.137-159, dez. 2017.

SÁ, Giovanni. **Família de Cornélio Soares quer processar secretário de Duque em polêmica sobre Lampião**. Farol de Notícias, Serra Talhada, 6 set. 2013. Disponível em: <http://faroldenoticias.com.br/polemica-irritado-filho-do-coronel-cornelio-soares-ataca-secretario-e-vai-pedir-a-sua-prisao/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SERRA TALHADA. Câmara Municipal. **Legislaturas da Câmara de Serra Talhada – Pernambuco – a partir de 1947**. Serra Talhada: Câmara Municipal, 2017.

SILVA, R. D. M. “**É a mesma coisa só que é diferente**”: representações sociais de honra para adolescentes inseridos em contexto de aprendizagem profissional. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SILVA JUNIOR, W. A. da. **O coronelismo em Salgueiro**: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945). 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SOARES, C. E. de C. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada-PE). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOARES, R. S. de C. **Coronel Cornélio Soares**: uma história de vida em Serra Talhada. João Pessoa: Midia Gráfica e Editora, 2013.

*Honra, poder e parentela política: reflexões sociológicas
a partir de um estudo de caso no Sertão Pernambucano*

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis, apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WILSON, L. **Roteiros de velhos e grandes sertanejos**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1978.

Recebido em 22 de julho de 2018

Aprovado em 10 de dezembro de 2018

MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS: IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Rodrigo Regazonni de OLIVEIRA¹

RESUMO: As mídias sociais digitais (MSD) acentuam a difusão de notícias e proporcionam maior interação entre indivíduos em sociedades conectadas à internet, além de exibir participação crescente em várias atividades afeitas à propaganda, marketing ou à própria política. Em um contexto no qual a democracia representativa se depara com dificuldades à sua capacidade de oferecer soluções a questões cada vez mais complexas, as MSD permitem maior comunicação entre indivíduos por meio da Rede Mundial de Computadores. Neste aspecto, a utilização das tecnologias chama a atenção por possibilitar dividendos a candidatos em matéria de obtenção de apoio a partir do plano virtual. Assim, o artigo busca, em primeira linha, dar visibilidade ao fenômeno. A considerar o desempenho do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) nas pesquisas de intenção de voto, questiona-se em que medida a convergência tecnológica entre internet, comunicação sem fio e aplicativos móveis – como os do *Facebook* e *Twitter* – oferece suporte à ascensão do referido ator político, em meio a um contexto no qual a democracia representativa experimenta dificuldades para atender a contento demandas e expectativas populares.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias sociais digitais. *Facebook*. Democracia. Eleições.

Introdução

A comunicação contemporânea experimenta um momento ímpar com a emergência de novas tecnologias da informação e comunicação, dentre as quais podemos destacar as mídias sociais digitais (MSD)². O uso destas ferramentas

¹ Universidade de Brasília (UnB), Distrito Federal – DF – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História. rodrigoregazonni@gmail.com.

² Para os fins deste trabalho, mídias sociais digitais afiguram-se como meios de comunicação operados no âmbito da internet (como o *Facebook* e *Twitter*). Por intermédio das MDS, indivíduos podem não somente interagir livre-

pela população mundial aumenta com a sua crescente inclusão digital e desnuda um sem número de possibilidades. Com a elevação da frequência de utilização por usuários de plataformas³, motivada por interesses diversos que superam em muito o da comunicação elementar, o segmento desperta progressivamente a atenção de profissionais de marketing e de criadores de conteúdo em diversas áreas.

Em face aos recursos disponibilizados pelas MSD, tornou-se possível, hoje, monitorar o alcance de publicações feitas pelos usuários, bem como a sua atração por determinados conteúdos (NIELSEN COMPANY, 2017). Dentre eles, os de cunho político exibem certa notoriedade, vindo a assumir projeção cada vez maior em um ambiente no qual o potencial comunicativo entre candidatos e eleitores é maior⁴ e a percepção mútua de distanciamento significativamente mitigada. Diferentemente das limitações impostas pelo rádio e pela TV, cujo número reduzido de emissoras e controle prévio da programação pelos editores restringe, a rigor, o tempo e o alcance do discurso político, as MSD proporcionam meios de conexão efetivos e representam um avanço inédito em matéria de interatividade e difusão. Neste aspecto, a capacidade das plataformas de oferecer *feedbacks*, ou seja, transmissão de reações do receptor de volta ao emissor (FISKE, 1995, p. 37) também chama a atenção por possibilitar orientações quanto à formulação de conteúdos com maior potencial repercussivo. O recurso à opção “curtir” e “reagir” no *Facebook*, por exemplo, assim como os comentários e compartilhamentos, permite aos responsáveis por perfis, páginas e publicações avaliar a recepção de suas produções de modo mais célere e distinto das modalidades

mente entre si como também publicar conteúdos fotográficos, escritos e audiovisuais. Mídia social digital difere, portanto, de rede social e também da mídia de comunicação de massa tradicional. Rede social denota o campo interativo humano, ou seja, pessoas conectadas por afinidades e interesses comuns que podem se servir da internet e de seus recursos (como as MDS) para formar redes sociais *on-line*. Por sua vez, a mídia de massa tradicional constitui um meio difusor de conteúdos (como a TV e jornais impressos) em larga escala, mas com restrições à participação do público receptor.

³ “*Facebook users spend more than a fourth of their time on the site consuming and interacting with the Facebook Newsfeed; this activity represents 4 percent of all time spent online in the United States. The Newsfeed also is the primary location where branded content is consumed. In fact, users are 40 to 150 times more likely to consume branded content in the Newsfeed than to visit the Fan Page itself.*” (LIPSMAN, 2012, p. 40).

⁴ Os avanços em matéria de interatividade proporcionados pelas MSD já produzem efeitos junto à organização de manifestações de cunho político pelo mundo. Pesquisa sobre o papel do *Facebook* e do *Twitter* nos protestos que levaram à renúncia do presidente egípcio Mubarak, em fevereiro de 2011, exibiu dados relevantes. Embora o *Facebook*, em particular, tenha sido disponibilizado no idioma árabe apenas a partir de 2009, mais de um quarto dos manifestantes teriam tomado conhecimento dos protestos pela plataforma. Ademais, 25% deles também a utilizaram para divulgar imagens e vídeos produzidos. Por sua vez, o *Twitter*, conjuntamente com os blogs, teria sido usado pelos manifestantes como meio de comunicação sobre as manifestações em andamento (TUFEKCI; WILSON, 2012).

de *feedback* na esfera midiática⁵. Entrementes, o acesso predominante da internet por dispositivos móveis no Brasil (TIC DOMICÍLIOS, [2017]) acentua a capilaridade social das MDS, cujos efeitos alinham-se às observações feitas por Castells (2017, p. 19) quanto ao papel crítico dos aparelhos celulares conectados à rede na formação de uma nova onda de difusão da internet pelo planeta⁶.

Com base no exposto, o artigo busca, em primeira linha, conferir visibilidade ao fenômeno supracitado e seus impactos junto à dimensão político-eleitoral. A considerar o desempenho do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) nas pesquisas de intenção de voto, questiona-se em que medida a convergência tecnológica entre internet, comunicação sem fio e aplicativos móveis de mídias sociais confere suporte à ascensão do referido ator político, em meio a um contexto no qual a democracia representativa se depara com dificuldades para lidar com demandas populares por tratamentos eficazes a problemas críticos.

O impacto das MSD junto ao processo político

Os avanços observados atualmente no mundo da comunicação, especialmente no que tange às MSD, ensejam condições para a criação de ambientes interativos a partir dos quais atores políticos buscam aumentar indefinidamente a capilaridade de seus discursos e propostas junto à população. A condução de campanhas e de estratégias eleitorais confere às referidas tecnologias uma relevância crescente hoje, não raro nelas se baseando como uma alternativa às limitações colocadas pelo tempo de propaganda eleitoral e recursos partidários escassos a determinadas candidaturas. As MSD reduzem os gastos entre organizações políticas, partidos e candidatos ao levar mais informações a um número maior de pessoas por um custo fixo (FUNG; GILMAN; SHKABATUR, 2013) e afiguram-se como uma alternativa atraente para postulantes a cargos públicos destituídos de recursos financeiros para veicular propostas e promover seus interesses por meios tradicionais mais dispendiosos.

De uma forma geral, campanhas eleitorais bem-sucedidas decorrem de vários fatores, como o apoio de grandes legendas/coligações partidárias,

⁵ Os *feedbacks* alusivos à produção cinematográfica podem ser tomados pelas críticas, prêmios e bilheteria. Já o conteúdo radiofônico, por telefonemas e e-mails dos ouvintes. Material impresso (jornais e revistas), pelos serviços de assinaturas e cartas dos leitores. Por fim, a programação televisiva com medições de pontos e participação dos telespectadores nas produções (SERRA, 2007, p. 112).

⁶ De acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Telecomunicações, o Brasil registrou 235.786.195 linhas móveis em operação no mês de março de 2018. O número é superior ao de habitantes do País (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2018). Ademais, 86% dos telefones celulares de internautas nacionais possuem o aplicativo do *Facebook* (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2017).

status político e alcance do discurso dos candidatos (XENOS; MACAFEE; POLE, 2015). No que concerne a este último ponto, o desempenho junto ao plano virtual contribui para a sua ampliação por proporcionar maior disseminação de conteúdos e interação *on-line* entre o postulante e o eleitorado para além das limitações impostas pelos meios midiáticos tradicionais. Isso não apenas alterou a forma como os candidatos percebem os eleitores, mas também o modo como os eleitores se relacionam com a política em geral. Enquanto a TV, o rádio e o jornal impresso constituem mídias cuja operação consiste largamente em produzir conteúdos a serem transmitidos ao público (figura I), o *Facebook*, por exemplo, representa um avanço ao possibilitar comunicação entre toda a população usuária da plataforma e também entre cada usuário com o produtor de conteúdo político (figura II).

Figura 1 – Meios tradicionais de comunicação

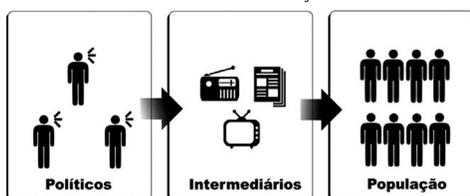
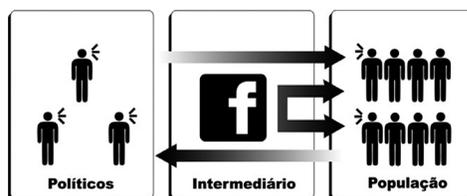


Figura 2 – Mídias sociais digitais



Fonte: Elaboração própria.

Ademais, a possibilidade de criação de grupos de interesse no âmbito da referida mídia social confere às pessoas recursos de organização e de mobilização políticos significativos. Nos últimos anos, vários protestos vistos pelo mundo decorreram de iniciativas oriundas do plano virtual (LOTAN *et al.*, 2011), a sugerir que à medida que o cidadão adere a movimentos e integra manifestações de teor político devido à sua participação em foros do *Facebook* e de plataformas análogas, “suas ações *off-line* passam a ser moldadas por aspectos *on-line* da vida” (GOLDZWEIG; SCHMECHEL, 2017, p. 16). Mobilizações ocorridas em vários países do Norte da África e do Oriente Médio, a partir de 2011, bem como na Grécia, EUA, Turquia e mais recentemente no Brasil exibiram características comuns nesse aspecto. À primeira vista, certos isomorfismos puderam ser notados. Além do recurso comum – embora não exclusivo – de dispositivos móveis com acesso à internet, os manifestantes envolvidos nesses eventos apresentavam desconexão com atores da cena política de suas respectivas nações e também se apoiavam no uso das MSD na promoção de encontros pessoais e na consequente ocupação física de espaços públicos (DELLA PORTA; MATTONI,

2014). Paralelamente, instituições políticas com perfil mais hierárquico-burocrático ainda demonstram dificuldade a respeito de como reagir às ações espontâneas de movimentos organizados pelo universo *on-line*, cuja crescente capilaridade social exige interlocução cada vez maior entre governo e população. Pessoas até pouco tempo com pouca ou nenhuma voz junto ao processo político agora conseguem somar forças para protestar e ampliar o coro por reivindicações comuns, a beneficiar indivíduos com pretensões políticas⁷ mais familiarizados com as novas tecnologias. Assim, é possível afirmar que as MSD mitigam (se não resolvem) problemas de ação coletiva que há muito atormentava indivíduos e grupos (TUCKER *et al.*, 2017).

Por outro lado, semelhante ao desenrolar do debate público fora do plano virtual, as referidas tecnologias constituem um terreno fecundo para a disseminação de *fake news*⁸ – por vezes executadas por meios não humanos e com incommum velocidade. Um estudo recente aponta a ação de perfis automatizados na suscitação de debates de grande repercussão política no *Twitter* desde as eleições brasileiras de 2014, ocasião na qual robôs teriam sido responsáveis por mais de 10% do fenômeno. Contas automatizadas capazes de produzir postagens de forma massiva teriam se convertido em instrumento para a manipulação de discussões na esfera virtual, notadamente em situações de maior relevância política (DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017). Nos EUA, antes e durante as últimas eleições presidenciais, o *Facebook* reconheceu que 46 milhões de usuários poderiam ter visualizado *fake news* provenientes da Rússia em sua plataforma. Por sua vez, o *You Tube*, do *Google*, admitiu 1.108 vídeos e 36.746 contas do *Twitter* ligados também aos russos (DO SOCIAL..., 2017). A precisão dos sistemas responsáveis por selecionar e direcionar conteúdos específicos aos usuários com base em suas preferências pessoais acentua ainda mais o problema, vindo a favorecer a intensificação de padrões de comportamento político mais propensos à polarização do que à interação construtiva. Tal como “câmaras de eco”, as MDS podem alimentar visões cuja intransigência tende a

⁷ A eleição de Fernando Holiday, com apenas 20 anos de idade, para o cargo de vereador pela cidade de São Paulo, pode ser citada como um exemplo de êxito do uso de MSD na estratégia eleitoral. Coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), a sua página no *Facebook* contabiliza mais de meio milhão de seguidores (BETIM, 2018).

⁸ Embora não fosse frequentemente empregado para definir a veiculação de informações falsas pelos meios midiáticos em geral há dois anos, o fenômeno designado pelo termo *Fake News* é visto por especialistas hoje como uma ameaça à democracia. Com a ascensão das MDS, qualquer pessoa hoje pode ser capaz de produzir e divulgar conteúdo de natureza maliciosa e difundi-lo para além das fronteiras dos Estados. O *Facebook* e o *Twitter* permitiram que as pessoas trocassem informações em uma escala jamais vista, enquanto plataformas de publicação como o *WordPress* possibilitam a criação de *site* dinâmicos com facilidade. Tendo sido desfeitas as barreiras à disseminação de notícias falsas, a questão é hoje objeto de debates sobre a regulamentação das MDS (CARSON, 2018).

umentar ao longo do tempo, bem como atender – embora não exclusivamente – aos interesses de lideranças populistas interessadas em acirrar diferenças, promover discursos de ódio e intensificar a impressão de aprovação tácita de seus apelos ao extremismo (THE OMIDYAR GROUP, 2017).

Mas sobre qual realidade sociopolítica os impactos positivos e negativos acima mencionados hoje recaem? Tecer algumas considerações sobre o quadro geral apresentado pelos regimes democráticos nas últimas décadas revela-se crucial para mais bem situar os efeitos das tecnologias sobre seus desafios e problemas.

Democracia representativa: crise ou mal-estar?

A relação entre regime representativo e o apoio popular responsável por conferir, em última instância, legitimidade e estabilidade às instituições democráticas constitui objeto de avaliação sistemática por acadêmicos de todo mundo. Especialmente a partir da publicação do relatório destinado à Comissão Trilateral⁹ nos anos 1970, a tese da crise da democracia ganhou projeção junto ao debate político. As conclusões do referido documento apontavam para a emergência de ameaças à governança democrática surgidas como efeito de seu próprio êxito em proporcionar bem-estar às massas¹⁰. Expresso de outra forma, a condução política que havia demonstrado êxito em prover medidas necessárias ao crescimento dos países trilaterais no pós-Segunda Guerra teria revelado sinais de esgotamento para lidar com matérias cada vez mais complexas. Assim, demandas crescentes e diversificadas por parte da população somada à progressiva impotência dos governantes para atendê-las basearia o ceticismo em relação ao futuro da democracia.

Embora os argumentos expostos pelo relatório tenham perdido força na Europa e nos Estados Unidos com o triunfo do discurso favorável à revisão de concepções dirigistas, simbolizado especialmente pela ascensão de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-90) e Ronald Reagan nos EUA (1981-89), em

⁹ A Comissão Trilateral é um fórum não governamental formado por expoentes do mundo dos negócios, governo, academia, imprensa e mídia, bem como da sociedade civil. Foi formada em 1973 por cidadãos particulares do Japão, Europa (países da União Europeia) e América do Norte (Estados Unidos e Canadá) para promover uma cooperação mais estreita entre essas áreas industrializadas do mundo com responsabilidades de liderança compartilhadas no sistema internacional mais amplo.

¹⁰ *“The incorporation of substantial elements of the population into the middle classes has escalated their expectations and aspirations, thereby causing a more intense reaction if these are not met in reality. Broadened political participation has increased the demands on government. Widespread material well-being has caused a substantial portion of the population, particularly among the young and the “intellectual” professional classes, to adopt new life-styles and new social-political values.”* (CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI, 1975, p.158).

meio a um contexto internacional no qual as experiências socialistas apresentavam sinais de exaustão, a atitude dos cidadãos por responsabilizar a instância executiva por sua condição econômica e de bem-estar perseverava. Mesmo com a insistência de lideranças conservadoras em afirmar que a era do grande governo havia acabado, a desorientação em relação ao que poderia sobrevir acometeu de modo considerável as sociedades trilaterais. Organizações não Governamentais (ONGs), mercado e instituições internacionais vieram a assumir papéis importantes frente às administrações federais, estaduais e locais no dealbar do pós-Guerra Fria, a projetar questionamentos quanto à capacidade governamental para agir de maneira satisfatória junto a crescentes demandas populares. À guisa de ilustração, pesquisa publicada no ano de 1997 apontava queda acentuada na confiança da população dos EUA no seu governo. Se em 1964 três quartos dos norte-americanos afirmaram confiar no governo federal para fazer a coisa certa na maior parte do tempo, somente um quarto se posicionava de modo análogo nos estertores do milênio (NYE, 1999).

Entretantes, os EUA não constituíam os únicos a experimentar um quadro de queda de confiança pública. Acadêmicos ligados a um grande projeto¹¹ cuja pretensão consistia em verificar os padrões globais de apoio político a instituições democráticas identificaram problemas semelhantes em vários países. Enquanto nações desenvolvidas padeciam com a polarização, o ceticismo e baixas expectativas nesta matéria, vários países pobres ou em desenvolvimento conviviam com problemas de toda sorte em seu esforço por adaptar estruturas econômicas, jurídicas e políticas – muitas das quais com histórico autoritário – em direção a um regime democrático. Fraudes eleitorais, conflitos étnicos, disputas religiosas, práticas de corrupção estatal generalizada, significativas desigualdades socioeconômicas, ameaças à liberdade de imprensa, entraves ao exercício da oposição política, violência endêmica e presença do crime organizado nas ruas e gabinetes oficiais ilustravam a dificuldade com as quais muitos povos se deparavam nesse aspecto.

Todavia, as democracias do mundo não comportavam somente razões para corroborar a tese da crise. A adoção de novos critérios de diferenciação do apoio político por pesquisas mais avançadas permitiu a identificação de um dado esclarecedor: a frustração em relação à configuração tradicional da democracia não se estendia ou abarcava a democracia enquanto um valor. Em outras palavras, a insatisfação crescente das sociedades democráticas com o desempenho de suas instituições, partidos e atores políticos não refletia necessariamente uma descres-

¹¹ Mais informações em Norris (1999).

ça quanto aos princípios da democracia¹². Deste modo, a tensão observada entre ideais e realidade denotaria a emergência do que alguns autores denominam como “critical citizens”, ou seja, cidadãos críticos em relação à consagração de um modelo e não no ideal que o fundamenta (NORRIS, 1999, p. 3).

Se, por um lado, é possível rebater a tese da crise da democracia conforme colocada por alguns autores em suas previsões na década de 1970, por outro, não se pode ignorar o mal-estar decorrente do que podemos definir como erosão do apoio a instituições públicas e também privadas, tal como a grande mídia de notícias¹³. De Jimmy Carter a Donald Trump, a postura *anti-establishment* dos aspirantes à Presidência nos EUA parece pródiga em matéria de projeção de candidaturas. No caso do atual presidente norte-americano, a retórica ácida voltada contra o sistema político também se fez registrar em seu primeiro discurso de posse (LANDLER, 2017), a exemplo de manifestações análogas em campanha nas quais a predileção pelo uso de MSD (como o *Twitter*) para se dirigir ao público ilustrava em alguma medida diferenças quanto à aceitação do papel “consagrado” da grande mídia nas eleições de um modo geral.

Cada vez mais atrativas e acessíveis como recurso para buscar informação e viabilizar a comunicação, as MSD configuram-se como ferramentas capazes de repercutir de maneira vigorosa e imprevisível os fatos e conteúdos nelas veiculados, além de proporcionar uma experiência interativa sem paralelo com potencial para produzir desdobramentos inesperados sobre a formação da opinião pública. Examinar o seu uso pelos candidatos e identificar os dividendos possíveis de serem auferidos por elas revela-se necessário como forma de levantar mais informações sobre o seu peso junto à condução de algumas campanhas presidenciais até o momento.

MSD e eleições presidenciais brasileiras atuais: algumas considerações

No Brasil, legendas e candidatos conferem atenção cada vez maior a plataformas como o *Facebook* pelos dividendos eleitorais dela auferíveis em razão de seu grande número de usuários¹⁴. A proibição das doações de pessoas jurídicas

¹² Governo representativo eleito pelos governados; independência parcial dos representantes frente aos eleitores; opinião pública acerca de assuntos políticos livre do controle governamental e implementação das decisões políticas precedida pelo debate. (MANIN, 1995).

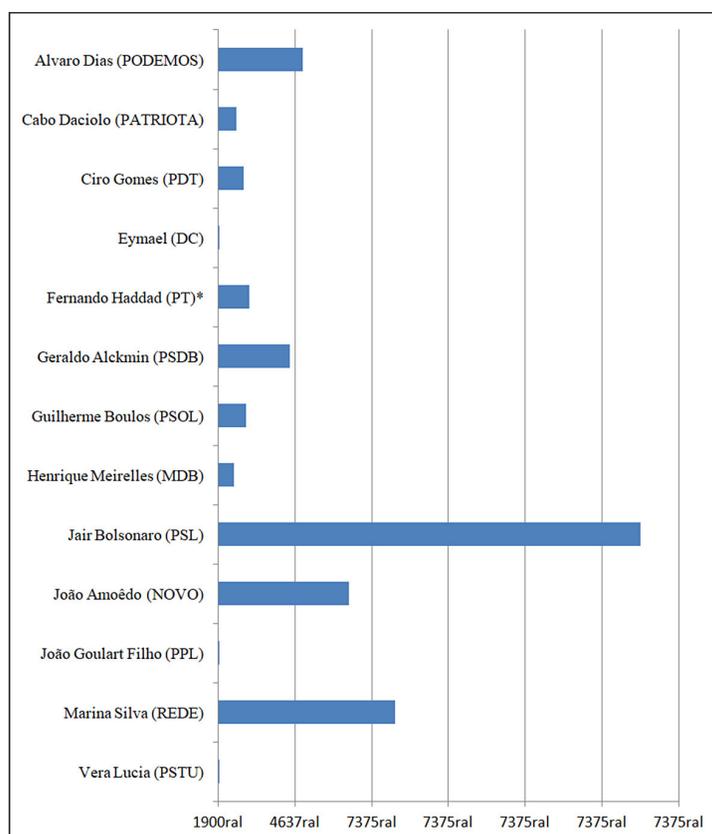
¹³ Segundo pesquisa realizada nos EUA, os norte-americanos afirmam que a mídia tradicional de notícias exerce um papel democrático importante no que se refere a manter o público informado. Entretanto, não acreditam que esteja cumprindo bem a função (KNIGHT FOUNDATION, 2018).

¹⁴ 102 milhões de brasileiros conectam-se ao *Facebook* todos os meses. Do total, 93 milhões acessam via dispositivos móveis (FACEBOOK PARA AS EMPRESAS, 2016).

a candidatos, definida por decisão do Supremo Tribunal Federal¹⁵, somada às recentes mudanças acerca da propaganda eleitoral na internet projetaram sobre as campanhas *on-line* uma relevância inédita, dada a permissão ao impulsionamento de conteúdo via MSD por candidatos, partidos ou pela coligação, entre outros pontos (JUSTIÇA ELEITORAL, 2018).

Todos os candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018 possuem páginas no referido *site*. O gráfico abaixo apresenta a popularidade de cada uma delas.

Gráfico 1 – Quantidade de seguidores dos candidatos à Presidência da República no Facebook



* Substituto de Luiz Inácio Lula da Silva como candidato pelo Partido dos Trabalhadores. O ex-presidente possui 3,7 milhões de seguidores no *site*.

Fonte: Elaboração própria com números aproximados obtidos em 25 ago. 2018.

¹⁵ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4650, ratificada pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

Embora não seja função exata da condição de candidato de cada uma das pessoas retratadas, o número de seguidores em suas respectivas páginas favorece-os nesta matéria em maior ou menor medida. Devido ao fato de a transmissão do horário eleitoral gratuito em rádio e TV ter começado no mês de agosto, a maioria deles já se manifestava bem antes pelas MDS. Apesar da existência de restrições quanto à exposição de candidaturas em tempo anterior ao dos prazos legais determinados, muitos presidenciais lograram contornar pelo *Facebook* as regras eleitorais e informar o eleitor de suas pretensões para concorrer ao cargo. Como a aplicação dos critérios previstos na legislação depende da interpretação dos juízes eleitorais, impulsionamento de conteúdos ligados à imagem, ideias e propostas com teor eleitoral puderam ser constatados com certa frequência no âmbito da plataforma.

O candidato Jair Bolsonaro (PSL) jacta-se de possuir números expressivos de seguidores no *site* supracitado na comparação com adversários. Autor de declarações controversas – algumas das quais constituem objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal¹⁶ –, o deputado federal pelo Rio de Janeiro tributa o seu desempenho¹⁷ até o momento nas pesquisas eleitorais às MSD, por meio das quais consegue atrair principalmente a atenção da parcela mais jovem do eleitorado. Segundo Mauro Paulino, diretor do Datafolha, em entrevista concedida no mês de outubro de 2017, cerca de 60% dos eleitores que indicaram, naquela ocasião, o voto em Jair Bolsonaro eram jovens com menos de 34 anos. A considerar a projeção do militar reformado junto ao *Facebook* e *Twitter*¹⁸, não parece absurdo afirmar que a projeção de sua imagem e propostas fora possibilitada pelas plataformas, em face de 90% de seus eleitores possuírem acesso à internet¹⁹. A este respeito, cabe destacar a análise promovida por Toledo e Bramatti (2017), com base em um levantamento realizado pela ferramenta *Crowdtangle*, do próprio *Facebook*. O estudo apontou 93,4 milhões de interações com usuários entre janeiro de 2014 a maio de 2017 na página oficial de Bolsonaro. Inclusive, a popularização desta revela-se mais constante do que a da maioria de seus adversários, cujo crescimento abrupto seguido por quedas de desempenho sugerem o uso de impulsionamento pago de conteúdos, em contraposição aos mecanismos de alcance orgânicos (não pagos). A visualização dos numerosos vídeos do

¹⁶ Ações Penais (APs) números 1007 e 1008.

¹⁷ Bolsonaro lidera isolado com 22% das intenções de voto no cenário eleitoral sem Lula. Com o ex-presidente na disputa, ocupa a segunda colocação, com 19% (INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA, 2018).

¹⁸ O candidato pelo PSL ocupa o segundo lugar entre os rivais com maior número de seguidores no *Twitter*, com 1,2 milhões, atrás de Marina Silva, com 1,92 milhões. Dados levantados pelo autor.

¹⁹ Afirmação de Márcia Cavallari, diretora do Ibope (MACHADO, 2017).

candidato por internautas contribui para isso. Teriam sido 1,2 mil em três anos e meio, assistidos 740 milhões de vezes. Nenhum outro presidencial teria publicado mais conteúdo audiovisual. A existência de uma audiência receptiva ao seu discurso, bem como usuária de mídias sociais digitais certamente responde pelo sucesso de sua campanha junto ao plano virtual. Afinal, sucessivos *feedbacks* positivos não somente estimulam novas produções como fornecem orientação a seus responsáveis na adoção de estratégias com vistas à consecução de maiores dividendos político-eleitorais.

Ademais, conta também a favor de sua campanha a colaboração de redes de apoiadores responsáveis por gerenciar páginas assumidamente empenhadas em promover a imagem e posições do candidato. Um levantamento preliminar²⁰ identificou 98 páginas ativas no *Facebook* – todas com associação ao nome Bolsonaro. Destas, apenas três – “Bolsonaro Presidente 2018”, “Bolsonaro Opressor 2.0” e “Bolsonaro – Eu apoio” somam juntas cerca de um milhão e setecentos mil curtidas. A considerar as restrições de estrutura partidária, palanques escassos pelo território nacional e ausência de consultores de marketing de peso à disposição do candidato, as informações apuradas somente reforçam a hipótese de seu desempenho nas pesquisas depender em larga medida do uso das MSD²¹.

Para além do uso convencional das tecnologias, as possibilidades proporcionadas por elas, somadas à expectativa de sua inserção cada vez maior na relação entre os atores políticos e o eleitorado, revelam uma dimensão cujos riscos suscitam hoje preocupações de autoridades e especialistas²². O emprego de recursos robóticos na provocação dos debates no âmbito das MSD durante o pleito presidencial de 2014, conforme já sinalizamos anteriormente, torna muito provável a recorrência – talvez com maior intensidade – de tal prática ao longo das eleições de 2018. Esta percepção é reforçada por um estudo (DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017) no qual se comprovou a atividade robótica ostensiva, não protagonizada apenas por um pólo ou campo político, na produção de conteúdo automatizado no âmbito

²⁰ Realizado pelo autor.

²¹ O aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas *WhatsApp* Messenger também é largamente usado não apenas pela equipe de Jair Bolsonaro mas também voluntariamente por militantes. O recurso é usado para difundir conteúdos favoráveis ao candidato. De acordo com Waldir Ferraz, assessor do presidencial, as filmagens de campanha são produzidas e também divulgadas por telefones celulares conectados à referida plataforma (PIVA; MELLO; SALGADO, 2018). Como 91% dos internautas brasileiros possuem o aplicativo instalado em seus celulares (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2017), a estratégia revela-se de fato muito promissora.

²² No âmbito do seminário “30 anos Sem Censura: a Constituição de 1988 e a Liberdade de Imprensa”, realizado pelo STF no mês de junho, o jornalista Valdo Cruz, comentarista da TV Globo, coordenou o painel “Novas mídias: fatos, versões e fake”, no qual o papel das MDS na disseminação de notícias falsas foi ressaltado.

das discussões recentes a respeito da Reforma Trabalhista e de outras matérias de ampla repercussão nacional.

Conclusão

O artigo buscou, sobretudo, destacar as características gerais do fenômeno das MSD, situá-las no contexto no qual as instituições democráticas não experimentam os seus melhores dias e ilustrar cenários políticos no qual o emprego das ferramentas já se faz sentir. Fenômeno recente e acentuado pela praticidade oferecida pelos dispositivos móveis, o ganho proporcionado na área da comunicação e na difusão de conteúdos pelas plataformas já constitui um fato, não sendo razoável desprezar as suas implicações sobre o processo político. Embora o universo *on-line* possibilite a reprodução de conteúdos em uma escala talvez jamais vista e ofereça meios para a criação de grupos com pensamento homogêneo (e não raro hostis a opiniões distintas), a presença de padrões relacionais mais propensos à polarização não nega ou invalida o potencial democrático apresentado pelas plataformas, cuja experiência pode ser aprimorada com a adoção de ações internacionalmente coordenadas de combate ao fenômeno das *fake News* e com políticas públicas voltadas a orientar adequadamente o cidadão nessa matéria. Haja vista a importância das eleições presidenciais, identificar e mapear os padrões de uso das MDS por candidatos e militantes partidários na promoção de discursos e propostas revela-se fundamental no esforço por detectar e denunciar comportamentos democraticamente reprováveis (como apologia a ditaduras e suas práticas), bem como monitorar a audiência que lhes oferece apoio mais consistente, a exemplo da militância espontânea. De toda forma, encontramos-nos em uma nova realidade prenhe de possibilidades interativas na qual o comportamento coletivo no universo virtual tende a influenciar cada vez mais a esfera política. Ademais, longe de configurar um espaço neutro para a esfera pública, a internet impõe-se como um fator produtor e aglutinador de processos inovadores capazes de contribuir para incrementar novas formas de participação política. Nesse sentido, as MSD impactam o processo pelo qual a democracia se realiza, seja pela perspectiva dos atores políticos com a alteração do cálculo na formulação de estratégias eleitorais, como pela do eleitor ao utilizá-las para agir politicamente.

SOCIAL MEDIA: IMPLICATIONS ON THE DEMOCRATIC PROCESS

ABSTRACT: *Social media spreads news faster and increases the interaction between people connected to the Internet, besides having a growing participation in various activities, such as advertising, marketing and also in the democratic process. In a context in which representative democracy is faced with growing difficulties to offer solutions to increasingly complex issues, social media allows greater communication between persons. Among people through the World Wide Web. In this sense, these technologies prove to be useful to candidates to get support from the virtual environment. Given the success of presidential candidate Jair Bolsonaro (PSL) in the polls, the paper questions the extent to which the technological convergence between the Internet, wireless communication and mobile applications - such as Facebook and Twitter - supports the rise of political actor, amidst a context in which representative democracy faces difficulties in dealing with popular demands and expectations.*

KEYWORDS: *Social media. Facebook. Democracy. Elections.*

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Brasil registra redução de 2,88% na telefonia móvel em 12 meses.** Brasília: Anatel, 20 abr. 2018. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/institucional/noticias-destaque/1942>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BETIM, F. Fernando Holiday, o vereador incendiário nas redes e cordial na Câmara. **El País**, Madrid, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CARSON, J. Fake news: What exactly is it – and how can you spot it? **The Telegraph**, London, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/technology/0/fake-news-exactly-has-really-had-influence/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** 18.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. **The crisis of democracy.** Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York: New York University Press, 1975.

DELLA PORTA, D.; MATTONI, A. Patterns of diffusion and the transnational dimension of protest in the movements of the crisis: an introduction. In: SPREADING Protest Social Movements in Times of Crisis. 2.ed. ECPR Press, 2014. p. 1-18.

DIRETORIA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/publicacoes/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

DO SOCIAL media threaten democracy? **The Economist**, Londres, 4 nov. 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2017/11/04/do-social-media-threaten-democracy>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FACEBOOK PARA EMPRESAS. 102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses. **Facebook Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FISKE, J. **Introdução ao estudo da comunicação**. 20.ed. Porto: Asa, 1995.

FUNG, A.; GILMAN, H. R.; SHKABATUR, J. Six models for the internet + politics. **International Studies Review**, [S.l.], v.1, n.1, p. 30-47, 2013.

GOLDZWEIG, R. S.; SCHMECHEL, D. **Deciphering the populist playbook in 140 characters**: a cross-country analysis of the patterns of Twitter use by populists. 2017. Thesis (Master's in Master of Public Policy) - Hertie School of Governance, Berlim, 2017.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **WhatsApp é o app de rede social mais usado pelos internautas brasileiros**. São Paulo: IBOPE, 17 ago. 2017. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/whatsapp-e-o-app-de-rede-social-mais-usado-pelos-internautas-brasileiros/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. **Intenção de voto para presidente da República**. São Paulo: DataFolha, 22 ago. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/08/22/dca656b8f2c41be5d125ec4e51b9e513.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Propaganda eleitoral na Internet**. Brasília: JUS, 12 jun. 2018. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/propaganda-eleitoral-na-internet>. Acesso em: 21 jun. 2018.

KNIGHT FOUNDATION. **American views**: trust, media and democracy. Miami: Knight Foundation, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://knightfoundation.org/reports/american-views-trust-media-and-democracy>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LANDLER, M. In inaugural address, trump continues to shun establishment. **The New York Times**, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/01/20/us/politics/trump-presidency.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

LIPSMAN, A. *et. al.* The power of “like”: How brands reach (and influence) fans through social-media marketing. **Journal of Advertising Research**, Oxford, v. 1, n.1, p. 40-52, 2012.

LOTAN, G. *et al.* The revolutions were tweeted: information flows during the 2011 Tunisian and Egyptian revolutions. **International Journal of Communication**, Los Angeles, v. 1, n. 5, p. 1375–1405, 2011.

MACHADO, L. Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens? **BBC Brasil**, São Paulo, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>. Acesso em: 26 jun. 2018.

NYE, J. S. Prologue. In: NORRIS, P. (org.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. England: Oxford University Press, 1999. p. v-vi.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.29, p. 5-34, 1995.

NIELSEN COMPANY. **2016 Nielsen social media report**. New York: Nielsen Company, 17 jan. 2017. Disponível em: <http://www.nielsen.com/us/en/insights/reports/2017/2016-nielsen-social-media-report.html>. Acesso em: 24 jun. 2018.

NORRIS, P. Introduction. In: NORRIS, P. (org.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. England: Oxford University Press, 1999. p. 1-30.

PIVA, J. D.; MELLO, I.; SALGADO, D. Bolsonaro aposta nas redes sociais para estruturar campanha. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-aposta-nas-redes-sociais-para-estruturar-campanha-22592586>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SERRA, P. J. **Manual de teoria da comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007.

TIC DOMICÍLIOS. [S.l.]: Cetic.br, [2017]. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/#anos-anteriores>. Acesso em: 25 ago. 2018.

THE OMIDYAR GROUP. **Is social media a threat to democracy?** USA: The Omidyar Group, 1 out. 2017. Disponível em: <https://www.omidyargroup.com/wp-content/uploads/2017/10/Social-Media-and-Democracy-October-5-2017.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

TOLEDO, J. R.; BRAMATTI, D. Bolsonaro é líder em número de interações no Facebook. **Estadão**, São Paulo, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-lider-em-numero-de-interacoes-no-facebook,70001943825>. Acesso em: 22 ago. 2018.

TUCKER, J. *et. al.* From liberation to turmoil: social media and democracy. **Journal of Democracy**, Washington, v. 28, n. 4, p. 46-59, 2017.

TUFEKCI, Z.; WILSON, C. Social media and the decision to participate in political protest: observations from Tahrir Square. **Journal of Communication**, Oxford, v. 1, n. 2, p. 363–379, 2012.

XENOS, M. A.; MACAFEE, T.; POLE, A. Understanding variations in user response to social media campaigns: A study of Facebook posts in the 2010 US elections. **New Media & Society**, Chicago, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2015.

Recebido em 15 de julho de 2018

Aprovado em 5 de dezembro de 2018

O VAZIO OCUPA UM ESPAÇO IMENSO: OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E AS HABILIDADES NECESSÁRIAS PARA SE MOVER NA CRISE¹

Fernanda Ströher BARBOSA²
Ceres Karam BRUM³

RESUMO: Este texto segue as qualidades de atenção e aprendizagem operadas nas Ocupações Secundaristas. Através de observação participante e entrevistas, analisa a escola como arena que presentifica a crise na disputa pelos modos de viver, saber, produzir a si e ao mundo. Entendendo a crise a partir da matriz deleuziana, a análise parte da noção de *habilidades*, trabalhada pelo antropólogo Tim Ingold (2010, p.15), como “capacidades de auto-organização no campo de relacionamentos da vida” para observar a coemersão de três práticas de aprendizagem nas Ocupações: a *problematização*, a *desconstrução* e a prática de transformação no contato com a alteridade evocada como *Outrar-se*. Práticas trilhadas no pulsar dos territórios existenciais e de subjetivação, que se formam entre os movimentos sociais e o Estado, no conflito entre os modos de governo de si e dos outros. As reverberações conceituais da antropologia, política e educação sinalizam trilhas para um movimento possível no vazio.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações secundaristas. Aprendizagem. Crise. Antropologia

Introdução

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que se relaciona com as Ocupações Secundaristas a partir dos processos de atenção e aprendizagens

¹ Pesquisa financiada pela Capes

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. fernandastb@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. cereskb@terra.com.br.

inerentes ao movimento político. A intenção aqui é compor uma cartografia da escola como arena em disputa durante a crise: compreender o surgimento de determinadas habilidades no interior do movimento, experimentadas por meio de dinâmicas de governo de si e dos outros, em atravessamentos do Estado e dos movimentos sociais. Disputa que opera na produção de políticas cognitivas e subjetivações, principalmente entre adolescentes e mulheres, de forma a tematizar a relação entre cultura, educação e política. Metodologicamente, mobiliza a observação participante e entrevistas com ocupantes em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

O início da trilha foi marcado pelo choque entre dois discursos: o primeiro, muito presente entre os grandes veículos de comunicação⁴, narra as Ocupações Secundaristas como paralisação das atividades escolares, suspensão das práticas de aprendizagem. O segundo, presente nas plataformas alternativas de comunicação e nas páginas das próprias Ocupações, informava uma infinidade de atividades e práticas de compartilhamento de conhecimento⁵.

A tese deste trabalho é de que a interrupção do funcionamento cotidiano da Escola não significou a suspensão da aprendizagem para os aprendizes-ocupantes, mas sim manifestou as condições para emersão de uma aprendizagem de outra qualidade, para uma cognição inventiva, conforme Kastrup (2004). Esta cognição se familiariza com o tempo e com a alteridade, de modo que está intimamente relacionada com diferença, repetição, com a invenção como feição do reconhecimento dos limites dentro dos quais a cognição opera (KASTRUP, 2007). Ela também se manifesta através da habilidade de manter-se aberto para o mundo e tolerante para a zona de confusão que se instaura quando os limites se reorganizam.

Na primeira parte do texto, exploramos justamente a relação entre habilidades, crise e vida, explorando o contato com a alteridade e o *outrar-se*. Posteriormente, seguimos para as relações entre produção de subjetividade nas ocupações e a habilidade da *problematização*. Em seguida, nos demoramos nas dinâmicas entre Estado, movimentos sociais, modos de governo e subjetivações entre juventude e mulheres e a habilidade de *desconstrução*.

⁴ Das quais a maior representante é a corporação Grupo RBS, produtora de conteúdo jornalístico e dona da emissora de maior audiência na cidade, a RBS TV, e o maior jornal da cidade, o Diário de Santa Maria.

⁵ Para tanto, ver OSÓRIO (2016). E ainda OCUPA CILON ROSA ([2016]).

Territórios em movimento: habilidades, vida e crise

Em uma tarde ensolarada, encontrei uma secundarista⁶ para conversar sobre o movimento de Ocupações. Perguntei a ela o que mais tinha marcado a experiência:

Acho que o contato assim com a escola, sabe. Quando tu só vai na aula, parece que tu não vive aquilo ali. Parece que é só uma tarde que tu passa recebendo conteúdo e depois tu vai embora. E na ocupação tu entra em contato assim com a escola. Tu anda por todos os espaços, tu descobre coisas que tu nem sabia quando tu estudava lá, tu começa a prestar atenção... Atenção nas árvores sabe, que lá na nossa escola tem muita árvore e ninguém dá bola, ninguém fica nas áreas que tem árvore, só fica a galera que ocupou. E é outra visão assim, da escola, que tu tem [...]

As palavras “contato”, “atenção” e “visão” ficaram operando em mim. Os processos de cuidado e manutenção do espaço, imersos na duração estendida, na repetição e na regularidade da rotina ocupante, produziu o que Ingold (2010, p.15) chama de *habilidades*, “capacidades de auto-organização no campo de relacionamentos da vida”. As aprendizagens que ali se colocaram em marcha vão ao encontro do que Kastrup chama de aprendizagem por cultivo, um processo que em nada é linear. Uma aprendizagem em consonância com o que Ingold chama de “redescobrimto dirigido”, pois se coloca aberto para um contato renovado com os fluxos e intensidades, improvisando e descobrindo como explorar a potência na ação e diminuir o esforço necessário. É, portanto, uma aprendizagem que não se compromete com leis e princípios invariáveis, mas sim com a atualização de virtualidades e a produção de diferença.

Para o antropólogo, as “habilidades” humanas consistem em propriedades que emergem na existência atenta e imersa no mundo, seus sistemas dinâmicos, ambientes com texturas e cartografias próprias, repletas de sinais da ação humana (INGOLD, 2010). Para ele, a educação não se consolida como procedimento de enculturação, mas evidencia o compartilhamento de conhecimento entre as gerações como um processo de “habilitação”, em que não é o acúmulo de representações, mas as qualidades de atenção desenvolvidas e moduladas através do cultivo, do treinamento sob a orientação dos praticantes experientes (INGOLD, 2010) que conferem a consistência, o tônus do conhecimento.

⁶ Opto por subtrair o nome das entrevistadas neste texto, em função da circulação deste material enquanto são menores de idade.

A prática das “habilidades” se autorregula dilatada na capacidade da experiência de ajustar a distinção perceptiva. A intenção opera tão somente de forma a colocar o aprendiz em prontidão, a observar, encontrar e ampliar a visão, harmonizando seus movimentos na emersão tanto da tarefa quanto do seu ambiente, que se faz novo a cada vez. O desenvolvimento de suas habilidades, através de “contato”, “atenção” e “visão”, para além de processos individuais, constitui novos campos de possibilidade em tempos de esgotamento de territórios de sentido.

Nas palavras de Tim Ingold (2015, p. 21), “[...] se você é educado para saber demais sobre as coisas, há o perigo de ver seu próprio conhecimento ao invés das coisas em si.” Aprender é sempre ir lá para fora, abrir-se para estar no mundo. Constatar que existem modos diversos de ser-fazer, (com)viver e saber, expandir os repertórios possíveis. O retorno e o conhecimento sobre si como partida para o conhecimento do mundo e a ética da participação democrática foi explorada nas Ocupações, impregnando os corpos e o ambiente, modulando a atenção e despendendo energia de forma a desenvolver as habilidades de *problematização* e *desconstrução*.

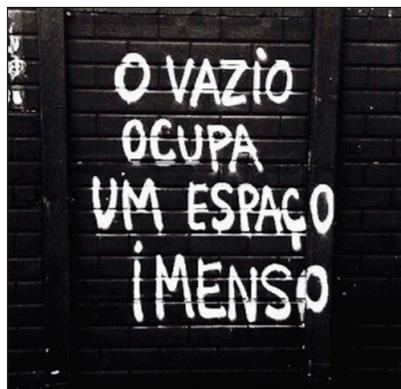
Na habilidade *problematização*, politizar-se, torna-se aprendizagem à medida que os aprendizes tomam o próprio tempo e espaço nas mãos, a própria memória, assumindo o tônus de suporte e abertura que coemerge junto ao ambiente e a coletividade, e elaboram os próprios problemas, os próprios desconfortos e atravessamentos. O aparecer no encontro torna propícia a clareza na elaboração da problemática como demarcadora de um lugar no mundo, em defesa da continuidade da vida. Continuidade que se dá na *desconstrução* do paradigma identitário e na abertura para o *outrar-se*, ou seja, no reconhecimento dos limites e da diferenciação que constituem toda a subjetivação.

Na vasta obra de Deleuze e Guattari, a crise opera como movimento de desestabilização, quando os planos de expressão conhecidos e seguros desgrudam e faz-se um lapso no sentido, um espaço aberto na cognição. Desta forma, buscamos entender o processo de crise no Brasil como uma linha que atravessa os universos macropolíticos e alcança a desterritorialização cognitiva dos modos de vida, de produção de sentido no cuidado de si e dos outros. Como retorno para a crise, manifestam-se dois movimentos diversos: o das linhas de fuga, saindo dos territórios conhecidos para a criação de outros modos de viver e saber, e o de quando o poder se reorganiza na tentativa de abafar a resistência e agarrar os antigos territórios pela via dos microfascismos (ROMAGNOLI, 2017).

Nesse sentido, analisando os processos históricos que consolidaram o Estado, inculcando costumes políticos, práticas sociais mobilizadas na rede de

atenção e instituições, procedimentos e saberes especializados, Foucault forjou a noção de *governamentalidade*. Como traduz Takeuti (2012), a vida como encargo do poder se torna questão para Foucault, de modo que os sujeitos se tornam tanto ponto de atuação quanto nascente do poder, tanto condição de efetivação quanto contingente. Na frase “o vazio ocupa um espaço imenso”, que circula nas redes sociais na forma de uma fotografia, a qual exhibe um muro pintado com estas palavras, faz referência às experiências de afetividade que corroboram para a construção de sentido da crise, desestabilização dos territórios existenciais instituídos, que colapsam e pedem passagem no tempo de imersão e no espaço de ocupação, mobilizando experimentos tão lúdicos quanto lúcidos de fabricar novos modos de (com) viver.

Imagem 1 – Intervenção em muro.



Fonte: O VAZIO... ([2016]).

As questões que rondam o arranjo que se convencionou chamar de “sujeito” na Modernidade, ou de “indivíduo”, colocado em oposição ao “coletivo”, constituem uma forma de existência crente em uma essência ou identidade e mobilizam uma série de saberes especializados, incluindo as Ciências Sociais. A escolha por adentrar o campo das Ocupações Secundaristas a partir das reflexões de Deleuze e Guattari implica em abandonar a noção de ideologia e adentrar nos termos de *subjetivação* ou *produção de subjetividade*.

Para Félix Guattari (1992, p. 19), uma definição possível de subjetividade seria: “[...] o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva.” Para seguir os modos de subjetivação que deixaram pegadas

nas Ocupações Secundaristas, destacamos dois processos: a *desterritorialização* – quando as referências habituais descolam, perdem potência e surgem linhas de fuga e criação de novos territórios existenciais, e a *reterritorialização* - reintegração que elimina os riscos aos modos hegemônicos - mobilizados nos momentos de crises.

No movimento dos processos históricos, a coletividade produz *agenciamentos*, ou seja, acoplamentos de conjuntos de relações materiais e de regimes de signos que colaboram para a produção de subjetividade. Através dos *equipamentos coletivos*, ou *máquinas sociais*, como a escolar, categorizam as ações e estabelecem hierarquias de valores que alimentam as subjetividades. Os *fluxos maquinicos* são transformados em *agenciamentos coletivos de enunciação*, ou agenciamentos maquinicos de desejo, que se tornam produtores de territórios existenciais.

Responder à crise, entre recompor o familiar ou fabricar outros possíveis para si e para a coletividade, se dá em função da capacidade de tolerar e se relacionar com o *caos* que caracteriza a emersão de novos germens de mundo e a contorção do mundo que morre, ressignificando as noções de “ordem” e “solução” (ROLNIK, 1992), sobretudo, de modo particular no contexto da passagem social a que Vaz (1999) se refere como “da norma ao risco”.

As práticas cognitivas que mobilizaram as Ocupações Secundaristas podem enfatizar que a “solução” para a crise não se dará pela reintegração da “ordem” social e escolar anterior, com suas subjetivações a beira da crise e do esgotamento de sentido, seus modos de fazer política e ensino marcados pelo apagamento das diferenças em consensos hierárquicos. Promoveram como resposta a invenção de novos modos de ser menina, adolescente e aprendiz, fabricando corpos alegres e altivos, alavancando modos políticos de aprendizagem-invenção coletiva.

Vejamos como as noções de ordem e solução se fazem presentes na cultura moderna, a partir da intervenção da ciência: na física clássica, a composição do mundo pelos corpos era pensada como um aparato estável. “Ordem e equilíbrio constituíam sinônimos” (ROLNIK, 1992, p. 2). A partir da Termodinâmica, a noção de mundo passa a incluir a instabilidade, mas com o sentido de destruição. Neste contexto, agitações e caos ainda são percebidos como negativos, enquanto a ordem ainda é a medida (ROLNIK, 1992).

Já na física contemporânea, caos e desordem não mais são dois acontecimentos opostos, associados ao equilíbrio e desequilíbrio. No lugar de manifestar destruição, o caos passa a ser reconhecido como internúncio da complexificação do mundo, no qual a destruição é apenas uma das possibilidades, um acontecimento que concebe o mundo em sua processualidade. Ordem e caos passam a coexistir: do caos é que nascem as novas ordens (ROLNIK, 1992).

No tocante às políticas de subjetivação aqui exploradas, ao convocarmos a ideia de que as resistências são tecidas por modos de existências, através dos espaços das Ocupações Secundaristas gerados pela adesão através amizade, informalidade, aprendizagem coletiva, a possibilidade de nos relacionar com a processualidade inerente à ordem é resultado do reconhecimento da existência do outro. É na coexistência dos corpos que podem ocorrer caos, transformação e cooperação.

Isto nos leva a explicitar de que alteridade, a qual outro estamos nos referindo. Para além da compreensão mais espontânea, de que o outro é toda a existência (humana ou não) exterior, separada de um eu e captável pela percepção, existe a extensão do outrar-se como reorganização de nossas próprias figuras, a incorporação de estados inéditos, a encarnação da diferença:

[...] o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos e partículas com os quais estão coexistindo, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim, irreversivelmente, o equilíbrio dessa nossa figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isso acontece há uma violência, vivida por nosso corpo em sua forma atual, que nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar o estado inédito que se fez em nós, a diferença que reverbera à espera de um corpo que a traga para o visível. (ROLNIK, 1992, p. 3-4).

Ou, como observa uma secundarista sobre sua transformação depois das Ocupações:

Porque antes da ocupação, como eu disse, eu não era uma pessoa muito politizada, só tinha curiosidade. E a ocupação é um processo que ajuda muito a se politizar, a compreender as coisas de modo diferente. Porque a gente conversava com pessoas que tavam por dentro daquilo ali e a gente pesquisava, o tempo todo, fazia roda de conversa, e sempre tipo atento as notícias que saiam e aquilo ali já virou costume. Agora, sempre que eu acordo, eu pego meu celular e a primeira coisa que eu vejo os jornais, de notícias, não é mais o twitter.

Assim, a alteridade passa a ser uma dimensão do processo de produção da diferença. Esta nova condição reservada ao outro manifesta a vulnerabilidade não mais como demarcadora subalterna, mas sim como constituinte do estar-vivo e da possibilidade de produzir qualidade de vida que ultrapasse, vá além da cidadania própria das democracias representativas, para produzir a si e ao mundo a partir da abertura ao caos e ao devir-outro. Tal abertura depende de duas competências: a primeira diz respeito ao acesso, ocupação e maturação de conhecimento. Quanto aos saberes nômades, são práticas de pensamento, habilidades e aprendizagens capazes de atentar e assimilar para as sensações e afetos dos encontros, do estar-no-mundo, tomando a vida como obra de arte e criando universos referenciais compartilháveis com novos modos de existir singulares e coletivos (ROLNIK, 1992).

No que concerne aos saberes que operam no nível da representação, retomar as relações vivas entre conceitos, eventos, problemas e solução. Eventos como acontecimentos específicos, emersões historicamente delineadas, que induzem intensidades, propõem maneiras de afeição e velocidades de variações que coemergem com os problemas. Conceitos como centros de vibrações e ressonâncias que possibilitam não só a tentativa de solução, mas funcionam como indução para ação e experimentação (GROSZ, 2002). A segunda habilidade diz respeito a mobilizar tais saberes para transpor o medo que o contato com o outro provoca em nós, temor do caos e da incerteza criadora, de forma a escapar de fechar-se para o mundo e para a alteridade, base das bandeiras antidemocráticas que negam e sabotam a invenção de sentido e realidade social.

Ocupar e resistir: subjetividades e a constituição de problemas na crise

No contexto das Ocupações Secundaristas, busco olhar para os acontecimentos molares, característicos da macropolítica, em consonância com as formas de vida que estas promovem na micropolítica. Na trilha de Ocupações que tomou o mundo, Negri e Hardt (2016) apontam as figuras de produção de subjetividade que entram em crise junto com a falência de outras instituições do capitalismo transnacional e da democracia representativa.

Primeiro, nos modos de vida que carecem de recursos para a subsistência, o empréstimo financeiro sequestra a existência, o ritmo e planejamento próprio de trabalho. A subjetividade produzida aí opera pela culpa e pela sujeição do trabalhador precarizado, que “deve trabalho, deve dinheiro e deve obediência” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 25). Centrada na culpa, a pessoa sente-se penho-

rada, determinada a pegar o primeiro emprego que encontrar, importando-se menos com benefícios e direitos. Aos poucos, diversão, vazio e criação tornam-se luxos caros demais para quem deve muito só por estar vivo. Eis a subjetividade *endividada*.

A superabundância no acesso à informação, juntamente com a multiplicação dos canais responsivos ao cliente alimentam a subjetividade *mediatizada*. Ela é centrada na falta de vazio e silêncio - necessários para a problematização e criação - e na reafirmação de suas tendências familiares e crenças pessoais. A subjetividade mediatizada está intimamente vinculada à ocupada, em uma nova ética do trabalho, na qual as tecnologias garantem que a distância não seja mais um problema para as transações de trabalho, reforçando a captura: “[...] você pode ir a qualquer lugar e continuar ocupado, o que significa que você continuará trabalhando onde for.” (NEGRI; HARDT, 2016, p.29).

Esses meios e modos de comunicar monopolizam o tempo e afogam outras qualidades de comunicação, do estar junto necessário para a inteligência coletiva e (criação) política. O controle dessas técnicas também serve a produção de informação sobre os cidadãos e aos mecanismos de vigilância que operam na produção da subjetividade *securitizada*. Como a fronteira entre o trabalho e os demais territórios vitais foi borrada, a instituição da prisão e os demais espaços sociais também se misturam cada vez mais na multiplicação das tecnologias de rastreamento, avaliação e armazenamento de dados.

Como esses mecanismos funcionam de modo a capturar o desejo, mediar nossas relações com a cidade e interferir na produção dos sujeitos de direitos, em tempos de exceção da crise brasileira, é uma elaboração que está em aberto, produzida diariamente no tempo presente. O securitizado é reterritorializado nas subjetivações que desejam intervenção militar e armamento civil. A centralidade dos afetos de medo opera outro movimento de fechamento, restrição nos regimes coletivos de atenção, cognição e relação com a alteridade.

Os episódios que marcam o início da onda de Ocupações Secundaristas brasileiras balizam especialmente a crise da figura do *representado*, apartado e ausente do centro de tomada de decisão. Figura que se produz a partir da distância, absentismo e privação, o representado se alimenta de afetos de impotência. Para Villela (2012, p. 224):

O pensamento político euro-americano moderno convenceu-se de que o participante ideal-real do processo representativo é um indivíduo racional passível de isolar-se do mundo sensível e, por sua vontade livre e soberana, escolher o seu representante. Após acirrados debates desencadeados a

partir do século XVIII, este conceito logicamente bizarro para os setecentistas (a democracia representativa) construiu uma figura arquitetônica que concretiza este ideal: *l'isoloir*. Ali, o agente político conveniente, o eleitor, capaz apenas de atuar intermitentemente e a distância, tornar-se-ia materialmente existente. O sujeito político ideal atingia o plano real. Por outro lado, os detratores da cabine acusavam-na precisamente disso: de permitir que os seus eleitores fossem ali isolados dos compromissos mais profundos e relevantes de suas existências cotidianas: a comuna, a profissão, o grupo de parentesco.

As subjetividades *representada* e *securitizada* possuem especificidades no Brasil, especialmente em torno do golpe de Estado de 1964 e da atualização desses processos em torno do golpe de 2016. Com a produção de medo e insegurança mobilizados pelo terrorismo de Estado nos anos 60 e 70, a matriz de alteridade das políticas que instrumentalizam a vida reunia sob a alcunha de “comunistas”, “subversivos” todos que mobilizavam linhas de atenção à vida pública, oposta ao sossego familiar da vida privada.

A exploração do inimigo interno pelo militarismo concentrou o emprego da força e da violência, conferindo às famílias um simulacro de segurança, somente perturbado pela possibilidade de ver um de seus filhos “sair dos trilhos”. Simulacro que é renovado depois de 2016. De um lado, militantes narrados como desordeiros, de outro, os defensores da ordem, da família e dos bons costumes. Assim, a circulação de estereótipos e segregação constituem uma tentativa de reordenar o mundo ao sinal de crise (CALDEIRA, 2000). Mas quais são os novos elementos dessas narrativas?

Fora do regime militar, a insegurança e medo são alimentadas pela dramatização e repetição do mal através da corrupção, do narcotráfico e da criminalidade. A partir dos anos 90, como o avanço neoliberal, que alimenta o cenário de crise e culmina no golpe de 2016, soma-se a isso o desemprego, a competição, o retrocesso nos direitos dos trabalhadores, escassez e exclusão, fenômenos que pulverizam a experiência de medo e de fragilidade.

Como sugere Caldeira (2000), o fortalecimento de discursos sobre o crime serve tanto para dar matéria de expressão aos sentimentos de perda e declínio típicos da crise, quanto para corroborar um certo tipo de reação adotada. Um dos elementos de reterritorialização que opera é a criminalização das camadas empobrecidas. Através do equipamento midiático⁷, mobilizam-se políticas de

⁷ Quanto ao uso da expressão “equipamento”, transcende as empresas de comunicação e refere-se ao modo característico de narrativa de realidade adotado para reconhecimento deste como “jornalístico”, como o tom impessoal no

homogeneização da alteridade, produzem-se identidades, modos de viver, fazer e saber que atestam como subalterna, imprópria, suja e marginal a existência do outro. Surgem os enunciados e visibilidades de “faxina”, “purificação” que facilmente recaem na eliminação e extermínio do outro, impactando no consenso em padrões de reação e conduta.

Ao adentrar o esgotamento de sentido característico da crise, o *securitizado*, o *mediatizado* e o *representado* podem acessar as linhas de fuga e exercitar a habilidade de *problematização*, ou seja, explorar novos vocabulários para constituir problemáticas em torno do limite de tais existências e seus agenciamentos. Além destas, nas Ocupações Secundaristas, pode-se observar outras figuras de subjetividade intimamente ligadas as dinâmicas entre estado e movimentos sociais no cultivo de jovens e mulheres. A seguir, me dedico a refletir sobre estas relações e as habilidades de *desconstrução* e relação com a alteridade, que demarcam novos modos de ser cidadão.

Sujeitos de direitos e as dinâmicas entre Movimentos Sociais e Estado

Entre as figuras que tiveram destaque nas ocupações, esmiuçamos as condições de emersão de mulheres e jovens como sujeitos de direitos e as subjetivações que se manifestaram nas escolas. Entre as mulheres, historicamente, a luta por educação pública é espaço de aprendizagem e constituição de planos de existência e resistência política. Na São Paulo de 1979, narrada por Sposito (1993), o Primeiro Encontro da Mulher Paulista reuniu comunidades periféricas que lutavam por creches e escolas. Recém iniciadas em mobilizações políticas, as ativistas perceberam rapidamente que não bastava conquistar *A Escola*, era preciso perguntar *Qual Escola*. Depois de meses de reuniões com os representantes do poder público, que, quando não desmarcadas na chegada do movimento ao local, duravam horas de promessas e engodos⁸, as poucas escolas que saíam do papel estavam longe de resolver as demandas das mulheres, seus filhos e familiares.

Cancelamentos, terrenos inadequados, construções de baixa qualidade e sem acabamento, apadrinhamentos políticos na contratação de funcionários

texto, a capacidade de troca de expressão facial muito acelerada, e outras metodologias facilmente exemplificadas pelas disciplinas de texto e produção jornalístico das universidades.

⁸ Sposito (1993) relata a existência de “escolas fantasmas”, que estavam só no papel. A prefeitura de São Paulo sorteava as matrículas e mandava as crianças para escolas que não existiam, mas tinham projeto e diretoria registrados. Quando a família procurava a instituição no endereço indicado e encontrava um terreno vazio, começava uma procissão por órgãos públicos que se recusavam a reconhecer a falha no sistema ou transferir a matrícula da criança, interrompendo a trajetória do aprendiz.

levaram os movimentos a exaustão. Como não podiam desistir e tinham pressa, ensaiaram iniciativas de gestão popular das escolas (SPOSITO, 1993). Os conflitos entre trabalhadoras, lideranças e militantes distraídos pelo poder municipal, submetendo o protagonismo das comunidades, enfraqueceu a unificação do movimento. Sincronicamente, no entanto, o desejo por participação e a invenção destes trabalhadores como gestores populares já reverberava e reaparecia na luta por saúde pública.

A efetivação do regime de “Inclusão” na política “Escola para todos” foi construída nesta tensa relação entre os movimentos sociais brasileiros e o Estado, principalmente entre os anos 70 e 80. Sua confirmação na cultura dos sujeitos de direitos diz respeito a um duplo reconhecimento. De um lado, em consideração as mulheres, sua participação no mercado de trabalho e a consequente necessidade de rede de suporte, de outro, as crianças, como direito de acesso à educação e cuidado complementar.

As estratégias do movimento macropolítico, a aprendizagem coletiva e a micropolítica de produção das subjetividades dão-se sempre no intrincado jogo entre a garantia mínima de espaços necessários a existência digna e na resistência as tentativas de captura e sequestro da vida por parte do Estado e dos modos de vida capitalista. O movimento pela Educação Pública e o Movimento Feminista foram historicamente duas arenas que se refletem e constituem mutuamente, em torno da dimensão política da maternidade e do cuidado à infância e juventude.

Uma militância que circula a dimensão antropológica dos princípios de direito à cidadania como produtor de modos de vida, elaborador de sentidos e fabricação da realidade social. Imersa num processo histórico e cultural de legitimação de técnicas e conhecimentos sobre educação e segurança, que garantem hierarquias vinculadas e comprometidas com a produção de sujeitos assentados e dispostos nos modos de governo da vida, não só dos humanos, como dos não-humanos. Não é demais lembrar a trajetória e os sentidos destes movimentos na relação comunidade-Estado-escola e a reapropriação e reinvenção dos modos de governo e produção de sujeitos, uma vez que tais procedimentos parecem se repetir, mais de trinta anos depois.

Enquanto o feminismo liberal pode captar e dar forma para as intensidades de mulheres das classes média e alta no Brasil, constitui uma aliança em torno da luta por educação, que operou principalmente junto as classes populares, no sentido de devolver à maternidade e ao trabalho feminino na família uma dimensão pública e política. A necessidade de creches e escolas inseriu, assim, as mulheres periféricas numa série de práticas que constituem a cultura política de participação nos movimentos e possibilitou a subjetivação nesses espaços e o

aparecimento da liderança e protagonismo como possibilidade. A conquista da educação para os filhos abriu o corpo e converteu-se na educação destas mesmas mulheres como reinvenção dos lugares e modos de fala. A nova subjetivação possível é a *mulher-de-luta*.

O protagonismo das meninas nas Ocupações Secundaristas elabora a experiência e a memória coletiva que se inicia nos anos 70, quando a luta por educação quer fazer contagiar o vínculo com as crianças, e desgrudar a crença em “quem pariu que cuide”. O desejo em estado de movimento social faz impregnar as atmosferas afetivas coletivas com os afetos de revolta e resistência, ressignificando a educação como problema coletivo e público.

Se nos anos 80, durante a constituinte, as mulheres-de-luta se mantinham tenazes em enredamentos e disputas entre saberes e a constituição de poder do Estado Democrático de direito, exigindo o reconhecimento das creches e escolas como direito à Educação e não mais como assistência social, em 2016, as *meninas-de-luta*, secundaristas que ocupam a escola pública e tomam a frente do conflito, se movem num cenário reconfigurado. Como disse uma secundarista em entrevista:

Outra coisa que marca bastante é o espírito de luta que tu absorve nesses espaços [...] Às vezes a gente reclama, que a gente não consegue trocar ideia assim, com as pessoas novas da escola, ou com nossos colegas, mas é porque a gente não pode querer empurrar um processo que, quando aconteceu com a gente, a gente já tava num espaço político, a gente não tava tipo dentro da escola... é que nem todo mundo reconhece a escola como espaço político! É isso que a gente quer mostrar, quando a gente constrói movimento estudantil dentro da escola.

O direito à educação e o acesso aos ambientes escolares, além de fragilizado, compromete-se em demasia com um modo de educar que as prepara para se encaixar pacificamente numa cidadania desigual, para alimentar os binarismos e lugares de poder, para afogar, precisamente, as sementes das mulheres-de-luta. Segundo Veiga-Neto (2013, p. 5-6 apud ATHAYDE, 2015, p. 114)

A inseparabilidade entre a biopolítica e a educação tem a ver justamente com a noção de que não preexiste um sujeito a ser moldado pela educação. Essa entidade que chamamos de sujeito biopolítico é constituída no desenrolar dos próprios processos educativos. Ele será um sujeito biopolítico na medida em que os processos educativos, que atuam sobre ele e nele, acontecem numa sociedade em que a biopolítica tem maior ou

menor relevância. Em outras palavras, a educação não atua de fora para dentro sobre um sujeito que estaria desde sempre aí; ela, pouco a pouco, fabrica o sujeito de um modo pervasivo, permanente e microfísico e, para tanto, serve-se das práticas que acontecem no *millieu* social em que ele está mergulhado. A noção de mergulho é útil, pois aponta para a metáfora derrideana do peixe que, mergulhado toda a vida na água do aquário, não sabe o que é água e, nem mesmo, o que é aquário.

Práticas pedagógicas intrinsecamente associadas ao gesto e ao presságio colonizador de autopoieses dilatam formas de agir e significar normalizadas, convencionadas e silenciadoras da diferença⁹, estabelecendo o necessário para que o capital continue a girar no consumo: a produção da subjetividade neoliberal aprende a assumir e dosar riscos, governar a si e sua vida de forma a cafetinar, a ter algo a ganhar sobre tudo, a explorar e maximizar os lucros. Aproveitar. Pegar sua cota de vantagem, em forma de desconto ou exclusividade.

O que busco manter em mente e desenvolver aqui é como esse modelo estrutural agrega ao estabelecimento de condições cognitivas, epistemológicas, ontológicas e subjetivantes que colapsam na crise e expõem justamente os corpos que ocupam as escolas, agora tomando uma posição de articulação de outras referências possíveis. Considerar as análises foucaultianas sobre o liberalismo, que estabelecem as bases de uma racionalidade política inerente as formas de vida que prevalecem na modernidade, nos ajuda a observar o vínculo entre corpos marginais, políticas cognitivas, ocupação de territórios e produção de subjetividades.

Uma vez que o liberalismo se realiza no exercício de liberdade, de incumbência e préstimo do mercado econômico, seria ingênuo supor que a liberdade ocorre de maneira espontânea, autônoma e irrefletida, independente do movimento histórico e contexto cultural. É, sim, produzida no contínuo empreendimento de uma gerência do espaço escolar e em outros ambientes e instrumentos de caráter pedagógico-cultural. É assim que Foucault esclarece que o liberalismo, para além do exercício da categoria liberdade, diz respeito a produção das circunstâncias e cláusulas sob as quais existe a possibilidade de ser livre.

No plano histórico, o liberalismo sucede o Estado de Polícia, que se confirmou na articulação do Poder Pastoral, uma tradição de relação entre governante e governados característica dos contextos religiosos cristãos, e a Razão de Estado

⁹ Importa destacar que ao aludir a produção de diferença, não me refiro a diferenciação produzida no interior do sistema escolar, diferenciação esta que demarca lugares da hierarquia social. Tampouco me refiro à multiplicação das diferenças culturais categóricas e contestadoras de qualquer universalidade possível. Refiro-me sim à indagação dos limites de qualquer identidade e da própria noção de identidade (baseada na posse de demarcadores sociais) como centralizadora da organização do modo de vida capitalista.

(SEHELLART, 1995). Enquanto o Estado de Polícia, também chamado de Estado de Bem-Estar, expande seu poder vigiando e tutelando a felicidade dos governados, convence de que jamais se governa em excesso. A empreitada do liberalismo, quando este assume a direção de um modo reflexivo de governança, por sua vez, faz crer no ideal de uma sociedade em que a disputa de interesses é autossuficiente e capaz de regulá-la, por isso sempre se governa em excesso. Dessa forma, sua técnica de governo está sempre a crer que é demasiada, a se perguntar sobre sua necessidade, sua utilidade e seu custo (SEHELLART, 1995).

A valorização da figura da “mão invisível” é fundamental para estimular a racionalidade econômica nas formas de vida modernas. Para a expansão do mercado, os atores financeiros não se dedicam ao bem comum pois este é melhor atendido através dos interesses que intercorrem quando predomina o endividado trabalhando por sua dívida pessoal. O mesmo se dá com os atores políticos, já que, como governantes, são inábeis em ter a visão geral do processo econômico, devem por isso fazerem-se de cegos (SEHELLART, 1995). Nesse sentido, a educação da população diz respeito sobretudo a produção do desejo de serem governados, de se deixarem governar por tais interesses, bem como rejeitarem a “castração” imposta pelos limites do Estado de bem-estar, compondo a crise na qual o impulso de consumo deve ser a via de atualização do desejo, sua satisfação, o acesso legítimo à produção de si como cidadão livre.

Percebemos que, no andamento do processo histórico, o liberalismo não tem como dissociar-se completamente da herança disciplinar do Estado de Polícia. Ao contrário, encarrega-se ela mesma de extrapolar o uso de tais dispositivos, agora para dirigir-se às populações e seus processos biológicos. Para então, voltar a questionar o custo da produção destas liberdades e sua segurança. Vem daí a conclusão de que, diferente de constituir uma saída para a crise, é ele mesmo a marca de um colapso, um limiar na razão da governabilidade (SEHELLART, 1995).

Assim, a noção de “Inclusão” possibilita compreender os encontros e tensionamentos entre interesses dos movimentos sociais e do Estado adaptado ao liberalismo no território escolar. Se por um lado os movimentos demandam maior justiça e participação na produção de mundo e combate à violência que elimina as existências dissonantes, por outro, o liberalismo, em sua política de captura do desejo, rapidamente converte a presença destes corpos em termos de disposição para governar e ser governada. Incluídas nesta cartografia, são sequestradas nas possibilidades outras de produção de si, restritas a lugares de produzir e consumir.

O comprometimento das militantes com o acesso a dispositivos educacionais igualitários é empregado como estratégias para sanar problemáticas como o cuidado das crianças, o acesso aos postos de trabalhos que exigem escolaridade e que contemplam melhores salários. Uma vez que esses dispositivos reafirmam relações de poder e violência de gênero, uma vez que planos pedagógicos normalizadores instituem condições de “viabilidade-moral-econômica” para corpos femininos, moldando-os através das políticas de produção do sujeito liberal (ATHAYDE, 2015), tornou-se necessário converter o feminismo em uma *desconstrução* da educação machista e neoliberal. A habilidade de desgrudar os planos de expressão e territórios existenciais que condicionam mulheres ao afastamento da vida pública e a subalternidade é essencial para se mover no vazio.

Para Lopes e Rech (2013, apud Athayde, 2015), quando a *Inclusão* serve para condicionar e normalizar estes corpos no espaço escolar, em associação com o currículo, age como artifício biopolítico na forma de *fluxo-habilidade*. O *fluxo* refere-se à condução destas presenças restritas a tempo-espacos reduzidos e acelerados, enquanto *habilidade* demarca a propensão a tarefas antepostas em consonância com o uso e aproveitamento destes corpos no mundo do trabalho. As diretrizes encarregam-se de garantir, então, que esses corpos incluídos permaneçam o menor tempo possível na escola e que, ao sair, o façam diretamente para o mercado de trabalho (LOPES; RECH, 2013 apud ATHAYDE, 2015).

No que toca à juventude, a mobilização de narrativas midiáticas e do aparelho de Estado em torno da linguagem dos sujeitos de direitos, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente, propunham como território duas subjetivações organizadas em torno dos afetos de medo. Referiam-se aos ocupantes através da figura da *criança-perigosa*, e os adolescentes que não participavam das Ocupações como *crianças-em-perigo*, figuras que historicamente substituem o “menor”. Deste modo, distinguiram adolescentes e construíram uma posição que justificasse o estabelecimento de verdadeiras ações de guerra contra o movimento, como o caso do juiz da vara de infância e juventude do distrito federal que recomendou o uso de práticas de exceção e isolamento para a retirada dos ocupantes de uma escola. O sistema de individuação pelo poder de Estado assim se organiza: à escola cabe a promoção da docilidade e submissão como “Normalidade”, à justiça de menores cabe reencaminhar as linhas de fuga, os conflitos e as subversões.

Vejamos como surge o aparato de atenção e seus agenciamentos coletivos. O final da década de 40 presenciou uma transformação da responsabilidade estatal no desenvolvimento de estruturas promotoras do bem-estar para a promoção do indivíduo “sujeito de direitos”. Este movimento fortalece-se no contexto pós-

-guerra, estabelecendo a soberania do indivíduo sobre as soberanias nacionais (SCHUCH, 2005). Nesta produção discursiva, fundaram-se Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o código Pan-Americano da Criança e a Declaração Universal de Direitos Humanos, instrumentos de poder marcados pela hegemonia cultural ocidental, principalmente norte-americana.

Impulsionados neste contexto sociocultural, a produção dos saberes Psi¹⁰ na defesa da universalidade da natureza humana e, por conseguinte, da infância como etapa da vida universalmente compartilhada, instaura uma nova linguagem nos debates da burocracia judiciária. Desta forma, produz o consenso sobre um modo de administração da infância e juventude cujo centro do exercício de poder encontra-se nos órgãos de justiça. Produz-se, assim, a chamada “cultura de direitos”: um modo de governo que se apoia sobretudo nas regulamentações legais e intervenções sociais dos órgãos de justiça (SCHUCH, 2005).

O paradoxo que mantém a soberania individual apoiada na universalidade da natureza humana fortalece um fenômeno igualmente paradoxal: para administrar a universalidade, cria-se categorias cada vez mais específicas de saber e poder, focos de governo produtoras de desigualdade. No que diz respeito à infância e juventude, a universalidade da infância é contrabalanceada na produção das categorias *crianças-perigosas* e *crianças-em-perigo*. Neste discurso, a atenção aos jovens é cada vez mais responsabilidade familiar e a esta cabe responder às intervenções jurídicas. Gostaria de destacar que é no contexto deste movimento que se pode pensar estratégias discursivas em torno da “Escola sem Partido¹¹”, que narram a prática docente como um risco para a autonomia familiar, como um dos fenômenos característicos da cultura neoliberal e seus modos de governo da juventude.

O contexto temporal das Ocupações Secundaristas sinalizava que o consenso sobre a retórica dos “direitos das crianças e adolescentes” coemerge com o enfraquecimento do Estado na atenção à infância e juventude, terceirizações e valorização da família e dos aparelhos judiciais de controle (SCHUCH, 2005).

Tais elementos problematizam ideias rapidamente associadas ao chamado “paradigma da proteção integral”, celebrado como democrático e antiautoritário, já que não distingue o alvo da intervenção estatal numa categoria

¹⁰ Conjunto de disciplinas que estuda o comportamento humano, como a Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise.

¹¹ Inspirada em um movimento norte-americano chamado “No Indocrination” – Não à doutrinação - conta com uma associação civil e todo um aparato de comunicação com o objetivo de propor leis que protejam as crianças de uma suposta ameaça de doutrinação na escola.

associada explicitamente à criança e ao adolescente pobre [...] Portanto, o combate ao internamento parece estar em acordo com uma mecânica de governo que faz funcionar a família como mecanismo de integração social da infância, mais do que na repressão dessa família ou dessa “infância”. Para o funcionamento dessa mecânica de poder, no entanto, é necessário um controle judicial significativo, o que acaba erigindo os órgãos judiciais como os “guardiões” da questão da infância: os guardiões de tudo o que possa ameaçá-la (infância em perigo) ou torná-la ameaçadora (infância perigosa). (SCHUCH, 2005, p. 81-2).

Da mesma maneira, justiça da infância e juventude e escola neoliberal só acolhem a diferença a partir de sua inscrição em categorias subordinadas na produção de desigualdade. O cultivo das categorias *crianças-perigosas*, *crianças-em-perigo*, como as categorias de avaliação escolar, encontram-se em sintonia com a necessidade de classificar, separar e hierarquizar tipos de comportamento, tipos de juventude e tipos de pessoas, suas posições, expectativas e reconhecimentos sociais, abreviando a universalidade de acordo com interesses específicos.

Neste cenário, a diferença e a manifestação do conflito, como no caso do movimento de Ocupações Secundaristas, são percebidas como ameaça à paz social e ao bem comum. Para Schuch (2005), a crença em uma sociedade ideal se mantém justamente no reforço das desigualdades e estratégias de subordinações produzidos no interior da escola e da rede de atenção. Assim, as relações de saber-poder são hábeis na produção de categorias avaliativas, jurídicas e na “criminalização simbólica” comprometida com a verticalização das relações sociais e pedagógicas. Conforme Caldeira (2000, apud Schuch, 2005), esta tendência é especialmente observada no contexto pós-democratização, quando o aparecimento de discursos sobre criminalidade alimenta afetos de medo e de uma instabilidade supostamente associada à democracia.

Como exemplos da produção discursiva que ocupou grande parte dos espaços midiáticos a respeito das Ocupações Secundaristas: repetem-se as acusações de vandalismo, furtos e depredações, que em números absolutos representaram poucos casos, passaram a ser usados para traçar uma teia discursiva de verdade absoluta sobre o movimento, mobilizando o imaginário da categoria de *crianças-perigosas*, e da ineficácia e ilegitimidade do movimento para lutar pelas pautas que propunha. Desta forma, criou-se um poderoso contexto, no qual a agência do policiamento e judiciário poderia ser acionada contra menores de idade desarmados, sem qualquer resistência por parte da população.

Podemos assim vislumbrar o modo pelo qual a hegemonia da proteção integral na legislação é manejada no sentido de justificar o uso de forças policiais para mediar o conflito em território escolar, que supostamente sofre sob a ação dos adolescentes que atentam contra o interesse e patrimônio coletivo e por isso perdem facilmente qualquer direito, inclusive a integridade física.

Em Santa Maria, a Brigada Militar manteve “sob custódia” e agrediu fisicamente adolescentes enquanto estavam na delegacia. Entrevistadas relataram que os policiais apareciam nos atos das Ocupações fardados e sem identificação, fotografando os adolescentes sem permissão. No trabalho de campo e nas entrevistas, os afetos de medo e a percepção da hostilidade em direção aos adolescentes eram sempre presente. A segurança da escola era contra estranhos, mas também era contra a aproximação violenta das forças policiais. As matérias que saíram na imprensa local naquela ocasião tiveram seus links retirados ou suspensos da internet.

Conclusões

Processo de subjetivação e criação, durante a crise, são possíveis junto a elaboração de critérios éticos que reinventem a democracia. Elaboração esta que perpassa outras qualidades de aprendizagem e habilidades vinculadas ao contato com a alteridade, a elaboração dos afetos e da experiência de estar-no-mundo, ao reconhecimento do esgotamento e movimento dos territórios existenciais. Neste contexto, além de atenção às necessidades básicas e acesso aos meios e técnicas, a qualidade de vida é percebida pela possibilidade de se colocar como potência de criação, condicionada pela habilidade de rastrear modos de expressão e produção de diferença (ROLNIK, 1992, p. 10).

As qualidades de atenção e aprendizagem operaram pelas habilidades “problematização” e “desconstrução”: identificar em si e na coletividade pensamentos e práticas de produção da subalternidade feminina, negra, LGBT e jovem, reinventando os modos de existir e estendo a educação como processo de um corpo vivo. Instauram no corpo a disponibilidade para borrar os lugares de poder e fala, as divisões entre educar, cuidar, trabalhar e viver, os espaços de público e privado, as dualidades entre sujeito e objeto, razão e emoção.

Estas políticas cognitivas tomam parte nas estratégias micropolíticas em defesa da vida e na luta macropolítica pelo empoderamento das minorias contra as estratégias de produção da subalternidade e exploração. Além de habitar as rachaduras, deslocando o desejo no encontro com as brechas e desterritorializando, os secundaristas propõem vivenciar o tempo e o espaço como movimentos de

outrar-se rumo a desgrudar o *representado* e experimentar autonomia. Afinar a si, ao tempo e aos espaços em que há vida. Um tempo a ser instituído e preparado a partir da atenção aberta ao presente, a paisagem e aos encontros, a partir do gesto cognitivo em elaboração de nossos problemas, necessidades, valores e afetos, constituição de agenciamentos coletivos capazes de lhes dar voz, aparecimento, acontecimento, presença.

As Ocupações Secundaristas configuraram-se como espaço de acolhida para os encontros, para o caos, vulnerabilidade e delicadeza da invenção de territórios de existir e suportar a composição de novas coletividades e singularidades. Quando esse espaço é o escolar, quão potente é essa educação que surge como processo de estar-vivo e, portanto, de aprender a cada estar-junto, de diferenciar-se a cada vez. Neste sentido, as condições de possibilidade de visualizar direção no vazio diz respeito, sobretudo, à disposição para investir e amadurecer práticas de esquivar e resistir à reinserção forçada, a submissão da vida a manutenção do capital, as práticas antidemocráticas e modos de funcionamento normalizadores. Estratégias para escapar da captura pelas políticas de abandono, arranjos de subsistência e geração de precariedade.

Por tudo isso, as ocupações podem ser invocadas como “[...] uma forma de vida que se articula com uma investigação no âmbito das formas de organização coletiva, criação e intervenção pública [...]” (VERCAUTEREN; CRABBÉ; MÜLLER, 2010, p.29). Elas dão passagem e expressão à potência da postura antropológica, presença de abertura para o surgimento de novos modos de ser, saber e significar, que articulem e comuniquem diversos campos de intervenção na crise social. Postura capaz de sustentar o germinar de zonas efêmeras, intercambiáveis, fluidamente inalcançáveis pela máquina de produção de sentido neoliberal.

De modo que as habilidades necessárias para a crise se dão em um campo relacional como memória e ancestralidade coletiva da passagem das mulheres e jovens por outros agenciamentos nas lutas sociais. Lutas que se constituem como espaço de aprendizagem, qualidade de atenção e de encontro com a alteridade, refinando o movimento do corpo vivo que coemerge com o mundo. Como disse a secundarista, desenvolver a visão, isto é, lembrar que a natureza da escola não é esta que esta colocada, mas sim, que a natureza do espaço é sempre a liberdade.

THE EMPTY OCCUPIES A HUGE SPACE: SECONDARY OCCUPATIONS AND THE SKILLS NEEDED TO MOVE IN THE CRISIS

ABSTRACT: *This work follows the qualities of attention and learning operated in Secondary Occupations. Through participant observation and interviews, it analyzes the school as an arena that presents the crisis in the struggle for ways of living, knowing, producing itself and the world. Understanding the crisis from the deleuzian matrix, the analysis starts from the notion of skills, worked by the anthropologist Tim Ingold (2010, p.15), as “properties of dynamic self-organisation of the total field of relationships in which a person’s life unfolds.” to observe the coemergence of three learning practices in the Occupations: the problematization, the deconstruction and the practice of transformation in the contact with the alterity evoked as *Outrar-se* (became another). Practices traced in the pulsing existential and subjectivation territories, that are formed between the social movements and the State, in the conflict between the modes of self-government and of the others. The conceptual reverberations of anthropology, politics, and education signal trails for a possible movement in the empty.*

KEY-WORDS: *Secondary occupations. Learning. Crisis. Anthropology.*

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, T. C. C. de. **A marcha das vadias e a escola:** feminismo, corpo e (bio) política. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38362>. Acesso em: 23 maio 2018.

BARBOSA, F. S. **Ocupo logo existo:** ocupações secundaristas e o tecer de outra educação possível. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: EDUSP, 2000.

GROSZ, E. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. Tradução: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro. **Revista Labrys: Estudos Feministas**, [S.l.], n.1-2, jul./dez. 2002. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys1_2/grosz1.html. Acesso em: 23 maio 2018.

GUATTARI, F. **Caosmose:** um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

INGOLD, T. Dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Revista Horizontes Antropológicos: Dossiê Cultura e Aprendizagem**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p.21-36, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/>. Acesso em: 23 abr. 2016.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 06-25, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777/4943>. Acesso em: 04 out. 2015.

KASTRUP, V. **A invenção de si do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.7-16, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a02v16n3.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

NEGRI, A.; HARDT, M. **Declaração**: isso não é um manifesto. São Paulo: N-1, 2016.

OCUPA CILON ROSA. Santa Maria, [2016]. Facebook: ocupacilonrosa. Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupacilonrosa/> Acesso em: 10 jun.2016

OSÓRIO, T. (ed.). Quase 2 mil estudantes não farão Enem neste final de semana em função de ocupações no RS. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 01 nov. 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2016/11/quase-2-mil-estudantes-nao-farao-enem-neste-final-de-semana-em-funcao-de-ocupacoes-nors-8112974.html>. Acesso em: 1 nov. 2016.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. **Núcleo de Estudos da Subjetividade**, São Paulo, 1992. Disponível em: www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf. Acesso em: 23 maio 2018.

ROMAGNOLI, R. C. Verdades e desestabilizações: crise, crítica e clínica na trama da imanência. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p.135-152, jun. 2017. Disponível em: Verdades e desestabilizações:crise, crítica e clínica na trama da imanência. Acesso em: 23 maio 2018.

SCHUCH, P. **Práticas de justiça**: uma etnografia do “campo de atenção ao menor infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/>

bitstream/handle/10183/5386/000469590.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 maio 2018.

SENELLART, M. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo Social: Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 1-2, n. 7, p.1-14, set. 1995. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/ts/article/download/85117/88016>. Acesso em: 23 maio 2018.

SPOSITO, M. P. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

TAKEUTI, N. Dobras na juventude e nomadismo. **Latitude Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p.7-23, jan. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/851>. Acesso em: 23 maio 2018.

VAZ, P. Corpo e risco. **Fórum Média**, Viseu, v. 1, n. 1, p.101-111, 1999. Disponível em: <http://souzaesilva.com/Website-Backups/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

O VAZIO ocupa. *In*: PINTEREST. [S.l.], [2016]. Disponível em: <https://pin.it/63ib4idisqhtg>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VERCAUTEREN, D.; CRABBÉ, O. M.; MÜLLER, T. **Micropolíticas de los grupos**: para una ecología de las prácticas colectivas. Madri: Traficantes de Sueños, 2010. Disponível em: [https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Micropolíticas de los grupos-TdS.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Micropolíticas%20de%20los%20grupos-TdS.pdf). Acesso em: 20 maio 2018.

VILLELA, J. M. Confiança, autonomia e dependência na política eleitoral no sertão de Pernambuco. *In*: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (org.). **Cultura, percepção e ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. p. 211-226.

Recebido em 8 de julho de 2018

Aprovado em 23 de novembro de 2018

VALORES E CRISE DA REPRESENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: PODEMOS ANTEVER UM PERSONALISMO POLÍTICO?

Joscimar Souza SILVA¹

RESUMO: Este trabalho revisita o debate sobre personalismo, atualizando-o para o contexto contemporâneo de crise da representação na América Latina a partir da segunda década dos anos 2000. A pergunta central de pesquisa é: quais as possibilidades de desenvolvimento do personalismo na América Latina? O tema justifica-se por trazer para o contexto latino-americano o debate sobre personalismo político crescente em países como Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos na presente década. Utilizando-se de dados de cultura e comportamento políticos como valores de tradicionalismo x auto-expressão, adesão à democracia, confiança interpessoal, confiança nos partidos e confiança na mídia e com um aporte teórico sobre populismo e personalismo, analisamos se há possibilidades de desenvolvimento de personalismos na América Latina. Os resultados reforçam trabalhos anteriores que apresentam que a cultura política e o comportamento político comum à grande parcela dos povos latino-americanos tendem à aceitação de figuras políticas de caráter populista, sendo o personalismo apenas uma de suas características componentes.

PALAVRAS-CHAVE: Personalismo político. Cultura política. Comportamento político.

Introdução

O personalismo político enquanto categoria analítica na ciência política foi pouco estudado como objeto próprio, mas foi densamente utilizado em diversos estudos teóricos e empíricos (LACLAU, 2006; FREIDENBERG,

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. joscimar144@gmail.com.

2007; ASLANIDIS, 2015). A fim de evitar quaisquer interpretações dúbias, personalismo aqui é entendido enquanto a exaltação da *persona* – da pessoa, sua personalidade e atributos – para fins de liderança política (WEBER, 1982; PANEBIANCO, 1996).

Um dos campos de estudo no qual se recorre ao que compreendemos aqui como personalismo político são os estudos sobre populismo, a exemplo dos estudos de Freidenberg (2007), Aslanidis (2015) e Laclau (2006). Assim sendo, é importante, aqui, diferenciar populismo e o que é denominado personalismo. As características personalistas são apreendidas nos estudos sobre populismo como apenas uma de suas constituintes (FREIDENBERG, 2007) ou como expressões do discurso populista (ASLANIDIS, 2015). Para uma definição mais sintética, o foco do populismo está centrado no povo e sua relação; por outro lado, o foco do personalismo é a pessoa líder, aproximando daquilo que Weber (2015) define como dominação carismática, “[...] caracterizada em essência pela personificação das orientações de valores vinculadas à missão e pela relação de autoridade. A personificação se baseia em um processo psicológico de atribuição coletiva de faculdades extraordinárias [...]” (BACH, 2011, p. 57).

Discutir personalismo pode nos remeter aos estudos sociais desenvolvidos sobre as costumeiras relações sociais estabelecidas num meio predominantemente rural ou (HOLANDA, 1990; BACH, 2011) a democracia de público (MANIN, 1995). Entretanto, ainda que essas fontes nos auxiliem na compreensão do fenômeno, é necessário compreender o personalismo que perpassa um conjunto da literatura política de Maquiavel a Chantal Mouffe, sem que deixe de se representar teorias densas como a de Weber e as que se construíram sobre o populismo e o neopopulismo, em que tema do personalismo tornou-se central para analisar as democracias na nossa década (a partir dos anos 2011) (BACH, 2011; CASTELLS, 2018).

Diante disso, a questão que norteia este trabalho é: há valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que possibilitam o desenvolvimento do personalismo na América Latina?

A delimitação empírica ao contexto da América Latina justifica-se especialmente por: a) aspectos de cultura política compartilhada numa teia de valores comuns quanto a tradicionalismo (CARBALLO, MORENO, 2013); b) uma democracia jovem e em processo de institucionalização em todos os seus países e; c) recepciona de uma maneira singular (ainda pouco estudada, e que, portanto, precisa ser mais bem compreendida) a relação com a representação e o próprio sentido da democracia.

As pesquisas que temos à disposição utilizam conjuntos diferentes de países. As análises mais amplas costumam generalizar os aspectos observados em alguns da amostra para toda a região, recomendando a necessária cautela, especialmente subsidiando a análise com dados de outros estudos. Nosso trabalho não se deterá à análise das especificidades de cada país, mas cabe citar que as pesquisas do *WVS* não utiliza todos os países latino-americanos pesquisados pelo Barômetro das Américas. Dessa forma, optou-se por situar os dados do *WVS* apenas para fins de desenvolvimento teórico, mas este não subsidia as análises empíricas do trabalho, desenvolvidas exclusivamente com dados do Barômetro das Américas do ano 2014 (LAPOP, 2014).

A questão levantada por este trabalho é relevante, considerando que há um intenso debate sobre a institucionalização da democracia na América Latina (KITSCHOLT *et al*, 2012; MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013; TORCAL, 2015). Por outro lado, há uma discussão sobre como as percepções acerca da representação podem legitimar a democracia na América Latina (BAQUERO, 2000; RODRÍGUEZ, 2017). Há que se considerar ainda que as democracias latino-americanas podem ser afetadas – se não mais, ao menos de maneira distinta às democracias europeias e norte-americana – pelo fenômeno que Mair (2015) denominou como vazio da representação ou por transformações profundas nas possibilidades da democracia representativa (BAQUEIRO, 2010; MAIR, 2015; CHERESKY, 2015). Mair (2015) considera que o distanciamento da relação entre representantes e representados gerou uma crise de representação que se torna a cada dia mais aguda pelas novas configurações da política, como o discurso anti-política, a mudança na estruturação dos partidos políticos que passaram de partidos ideológicos a partidos cartéis e a descrença cada vez mais aguda dos cidadãos quanto às instituições políticas e quanto à representação política.

Para discutir sobre o personalismo no atual contexto latino-americano, este artigo perpassa diversos autores da teoria política (CHERESKY, 2015; DOWNS, 2013; INGLEHART; WELZEL, 2009; MAIR, 2015; MANIN, 1995; WEBER, 1982), dando destaque aos autores que projetam a relevância da figura pessoal do líder político como o produtor da política (WEBER, 1982, MANIN, 1995) e ao debate sobre a crise de representação (CHERESKY, 2015; MAIR, 2015, CASTELLS, 2018). Discute-se o papel da cultura política e seus valores, a figura do personalismo na crise de representação e a possibilidade de cultura pró-personalismo na América Latina. Por fim, são apresentadas algumas considerações acerca da figura do personalismo e a compreensão do seu papel na América Latina, bem como indicado algumas necessidades de aprimoramento dos estudos sobre personalismo.

O presente trabalho é de caráter descritivo, buscando contribuir com os estudos sobre personalismo político, relevante para o contexto atual onde o personalismo se tornou marca central da representação política em detrimento do papel dos partidos políticos (CASTELLS, 2018; MAIR, 2015), mas que ainda carece de novos estudos empíricos, especialmente para o contexto latino-americano (CHERESKY, 2015).

Para compreender quais valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que possibilitam o desenvolvimento do personalismo na América Latina, o artigo estruturou-se por meio de uma revisão de literatura e dados empíricos sobre o tema, valorizando-se, para a teoria, as produções das duas últimas décadas² e, para os dados, empíricos a versão mais recente disponível no período de elaboração do artigo (novembro de 2017). Os dados empíricos utilizados são provenientes do *WVS* (2015) e do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014). Os dados do *WVS* (Mapa Cultural do Mundo, 2015) são utilizados apenas para a reflexão teórica, enquanto dados do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) são utilizadas em todas as análises aqui empreendidas.

O personalismo enquanto categoria conceitual em teoria política

De maneira direta ou indireta, o personalismo sempre permeia a teoria e filosofia políticas. A associação cultural das sociedades tribais entre o poder político e o poder religioso parece ainda presente sob outras interpretações nos mais modernos pensadores (BACH, 2011). O que leva Maquiavel a depositar tamanha confiança na *virtu* do príncipe? Que graus de sabedoria e nobreza fariam do rei-filósofo platônico aquele que poderia do alto das suas capacidades inteligíveis decidir monárquica, sabiamente e de maneira justa? Qual medo do “enjaulamento” burocrático coloca Weber em posição de reconhecer o carisma do líder retroalimentando a democracia?

Podemos citar também pensadores como Confúcio (551-479 a. C.), Kautilya (350-275 a. C), Al-Farabi (870-950), Jean Bodin (1529-1596), Thomas Paine (1737-1826), José Maria Luis Mora (1780-1850) e Carl Schmitt (1888-1985)³ que apresentavam a importância da figura pessoal do líder para o exercício da política (KELLY *et al*, 2013). O que leva esses pensadores, em diferentes

² Este artigo foi fortemente influenciado por leituras, reflexões e debates desenvolvidos durante a disciplina “Crise de Representação: novos padrões de comportamento político-partidário na América Latina e Europa”, ministrada pela Professora Helcimara de Souza Telles no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, a quem agradeço pelos comentários e sugestões feitas para a elaboração deste trabalho. Todas as lacunas e falhas aqui são de minha inteira responsabilidade.

³ Levantamento feito com base em Kelly *et al* (2013).

momentos históricos, a darem centralidade à figura do líder (homem) político constituindo sobre este certa “aura”, em detrimento da racionalidade – no caso dos modernos – das instituições e do sistema político?⁴.

Para chegar a uma definição de personalismo na contemporaneidade, cruzamos três tipologias de modelos políticos (democracia liberal, populismo e personalismo), com três elementos constitutivos (Estado, povo e líder), atribuindo valências positivas (+), negativas (-) ou neutras (*), à presença de cada elemento constitutivo para cada modelo político. A tentativa aqui é de diferenciar esses três modelos, para clarificar uma definição de personalismo. A classificação foi elaborada com base em Dahl (2012), Freidenberg (2007), Weber (2015) e Manin (1995) e está demonstrada na tabela 1.

Tabela 1 – Categorização de valências dos sentidos de Estado, Povo e Líder em três tipologias de modelos políticos

| Elementos constitutivos | Tipologia de modelos políticos | | |
|-------------------------|--------------------------------|-----------|--------------|
| | Democracia liberal | Populismo | Personalismo |
| Estado | * | * | - |
| Povo | - | + | - |
| Líder | * | + | + |

Fonte: Elaboração própria, com base em Dahl (2012), Freidenberg (2007), Weber (2015) e Manin (1995).

Nas democracias liberais, o elemento Estado tem uma valência neutra ou em disputa (*). Ainda que detentor de soberania quanto ao seu território e perante outros Estados, não cabe a ele capacidades autoritárias perante o povo, portanto tem um poder que pode ser questionado, e mutuamente controlado (*checks-and-balances*), descentralizado, e pelo qual elites políticas plurais competem pelo poder.

Nesse contexto de democracia liberal, ao povo cabe a escolha de seus líderes, podendo também demandar perante o Estado não somente nos períodos eleitorais, mas conformando pautas governamentais. Ainda que numa perspectiva de democracia pluralista (DAHL, 2012), o povo não assume uma centralidade no fazer político, ainda que não precise abrir mão dessa atuação, a centralidade da decisão permanece na liderança, selecionada via processo eleitoral

⁴ Um exemplo emblemático desse caso é Weber, que mesmo compreendendo o processo tendencial de ampliação da racionalidade nos processos estatais, reconhece que os líderes carismáticos continuarão a existir, e ainda parece suspirar aliviado com as contribuições que esses líderes carismáticos podem dar à democracia.

(DAHL, 2012; DOWNS, 2013). Assim, a categoria povo, assume uma valência negativa (-).

Na democracia liberal, a figura do líder possui um papel ambivalente ou neutro (*). Neste contexto, o papel do líder está atrelado ao papel do grupo político do qual faz parte. Na democracia de partidos, a centralidade do poder temporário de governo está atrelada à construção da relação com os cidadãos por meio de partidos políticos (MANIN, 1995). Dessa forma, o líder do governo é uma representação figurativa de um plano de governo desenvolvido pelo ou pelos partidos que conquistaram o poder.

Nos modelos políticos classificados como populistas, apresenta-se um Estado que divide espaço com a liderança, às vezes predominando sobre o próprio Estado. Por outro lado, no populismo também se atribui poder ao povo, ao menos de maneira plebiscitária. Neste sentido, os “governos populistas” – e aqui se faz importante frisar que falamos de governos e não de Estados populistas ou de um sistema político populista – crescem apropriando-se de espaços das instituições do Estado, deixando este com uma valência neutra (*), pois se a valência do Estado for fraca, sobra espaço para o povo adentrar (ou sobrepor) a ele, e se for forte, obnubila a figura do líder.

No populismo, é subjacente a destacada figura do líder, portanto assumindo essa uma valência positiva (+). Segundo Freidenberg (2007), o estilo de fazer política dos líderes clássicos caracteriza-se por forte dose de carisma e alta dose de personalismo, bem como a ausência de instituições mediadoras. Esses elementos característicos do populismo clássico perpetuam-se nos populismos contemporâneos, diferenciando nos itens citados apenas “*el grado de rechazo al carácter mediador de la relación líder-seguidor*” (FREIDENBERG, 2007, p. 248). Nessa conjuntura, o sentido de povo, de Estado e de líder tenta dissociar o populismo da democracia, ou classificá-lo como ideologia ou discurso. Mas, como situa Aslanidis (2015), o populismo está para além desses campos limítrofes, ainda que eles ajudem-nos a compreender o fenômeno.

Na terceira tipologia política, o personalismo, percebemos uma valência negativa (-) atribuída ao Estado, uma valência negativa (-) atribuída ao povo e uma valência positiva atribuída ao líder (+). Segundo Weber (1982, p. 287), “o carisma puro não conhece outra ‘legitimidade’ a não ser a advinda da força pessoal”. Nesse contexto, é provável que a análise weberiana do carisma estendesse-se mais para uma tipologia política personalista que necessariamente uma tipologia política populista como comumente apropriada para entender os contextos políticos na América Latina.

Aproximando-se dessa concepção weberiana, Manin afirma que nas democracias de público, cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido, e assevera ser este um dos fatores que influenciam o desenvolvimento de uma crise de representação (MANIN, 1995).

A crise de representação e os incentivos para uma política personalista

No debate contemporâneo sobre a representação política, é inevitável falar sobre suas transformações, seus riscos e desafios, especialmente ante ao anunciado por Manin (1995) quanto à migração de uma democracia dos partidos para uma democracia de público. Numa perspectiva mais institucional, Mair (2015) apresenta algumas questões sobre a relação entre o enfraquecimento dos partidos e das demais instituições da representação, que podem impactar a democracia, incluindo a possibilidade de sua continuidade.

Menos pessimistas, Cheresky (2015) e Castells (2018), por adotar uma perspectiva teórico-conceitual mais ampla de democracia, não são tão fatalistas. Segundo os autores, as transformações na democracia de partidos podem levar a um novo formato de democracia. Essas perspectivas aproximam-se de Manin (1995), ao afirmar uma resposta não limitadora aos potenciais de metamorfose da democracia. Assim, Cheresky (2015) e Castells (2018) apresentam suas análises considerando a emergência do que Manin (1995) denominou como uma democracia de público. Cheresky (2015) e Castells (2018), reconhecendo essas transformações na democracia contemporânea, porém situado para além do institucionalismo estrito, acrescentam que esse ambiente de transformações e crise das instituições representativas é o espaço ideal para o surgimento de novas formas de liderança mais personalistas, capitalizando vínculos de representatividade a partir da desconfiança política, mesmo sem se definir como modelo alternativo. Assim sendo, cada vez mais, mesmo em demandas democráticas, a atuação cidadã foge dos caminhos institucionais, exibindo espontaneidade e explicitando autorrepresentação (CHERESKY, 2015).

Numa perspectiva diferente, Mair (2015) fundamentando sua análise nos partidos, na negação da política até mesmo pelos políticos, na redução do papel da política institucional (da política com P maiúsculo para a política com p minúsculo), na desafeição expressa na opinião dos cidadãos e na cultura partidária anti-democrática, afirma a existência do vazio de representação, mais do que um vazio da democracia representativa, considerando que a descrença na política ultrapassa as instituições formais do Estado, mas perpassa também a construção da cultura política, legitimadora da experiência democrática. Dois pontos são

essenciais na análise empreendida por Mair (2015): a) o enfraquecimento da atração e apoio dos cidadãos aos partidos; b) os partidos não proporcionam mais ser a plataforma necessária aos líderes políticos. Nesse contexto, os cidadãos recuam à vida privada e a formas de representação mais dinâmicas, saída que Cheresky (2015) aponta como tendencialmente ao personalismo.

O personalismo e a cultura política na América Latina

Alguns autores têm apontado vinculações entre os a alteração de valores e o desenvolvimento do personalismo para as democracias mais consolidadas da Europa e da América do Norte (CASTELLS, 2018; MAIR, 2015; TORCAL; MONTEIRO; GUNTHER, 2003). Além disso, têm questionado quanto à possibilidade da ocorrência do mesmo fenômeno na América Latina, a partir da transformação dos valores que embasam a cultura e as práticas políticas, dentre elas a aceitação da democracia liberal enquanto modelo político (CHERESKY, 2015).

Na principal pesquisa de opinião pública atualmente existente, a *WVS* a América Latina aparece assemelhada aos seus países colonizadores quanto à tradição católica romana, bem como alguns valores atinentes a essa tradição (CARBALLO; MORENO, 2013). Como os dados apresentados por Carballo e Moreno (2013) estão desatualizados, apresenta-se aqui o mapa cultural do mundo do ano 2015, versão mais atualizada com dados do *WVS*.

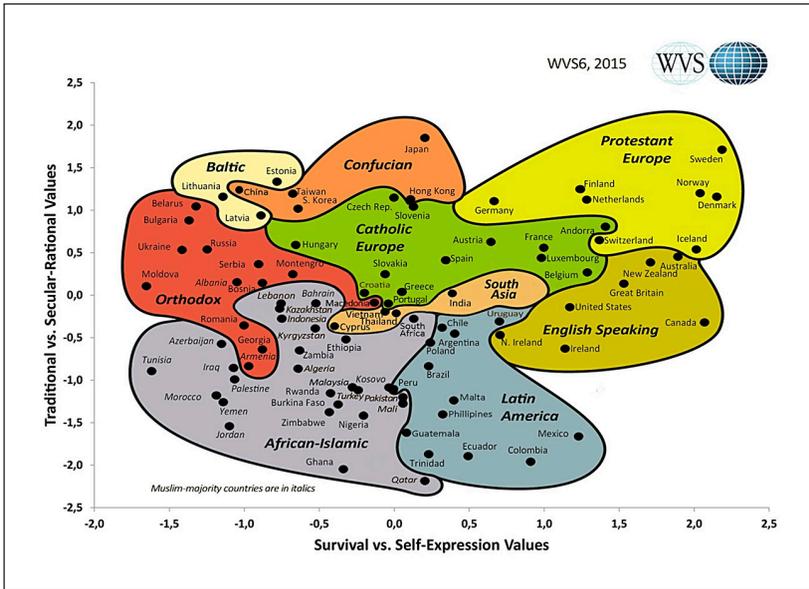
Nos dados mais atuais⁵, referentes ao ano de 2015 (Ver figura 1), percebemos pouca mudança nas escalas de valores tradicionais x valores seculares e valores de sobrevivência x autoexpressão. Os resultados repetem uma continuidade histórica verificada desde os anos 1990 (CARBALLO; MORENO, 2013). Além do traço de continuidade cultural que ajuda a identificar valores comuns à sociedade latino-americana, isso nos ajuda a interpretar as possibilidades da democracia diante dessa cultura política.

Segundo Inglehart e Welzel (2009) a mudança de valores pode significar uma maior ou menor adesão às práticas democráticas. Quanto aos valores de autoexpressão, os autores assinalam que estes podem se relacionar com medidas de desenvolvimento socioeconômico e com instituições democráticas (INGLEHART; WELZEL, 2009). Por outro lado, os valores tradicionais ou seculares podem apresentar-se como correlacionados à baixa modernização socioeconômica, mas também a valores como tolerância e aceitação da diferença numa

⁵ Os dados mais atualizados do *Live Cultural Map* do *World Values Survey*, são referentes ao ano de 2015. O *Live Cultural Map* contempla dados longitudinais de 1981 a 2015.

escala entre conservadorismo moral e secularização dos valores (INGLEHART; WELZEL, 2009).

Figura 1 – Mapa cultural do mundo no ano de 2015



Fonte: World Values Survey (2015).

Nesse contexto, conforme figura 1, a América Latina apresenta predominância de valores tradicionais quanto aos valores morais, apontada como reflexo da alta tradição religiosa (CARBALLO; MORENO, 2013) e com desenvolvimento médio dos valores de autoexpressão, que estão relacionados à sua condição de baixo desenvolvimento econômico (INGLEHART; WELZEL, 2009). Nesse quadro, a América Latina pode não representar um espaço aberto para o desenvolvimento de valores pós-materialistas, a exemplo das sociedades de economia avançada e de longa tradição democrática, portanto não propensa ao desenvolvimento de novas expressões individualistas e da antipolítica como aqueles que alimentam os partidos insurgentes na Europa Católica, na Europa Protestante e nos países de língua inglesa⁶.

A teoria demonstra que a democracia institucional, em especial a democracia de partidos na América Latina, apresenta-se permanentemente em uma

⁶ Existem estudos que contemplam diversos países, sendo casos mais citados Espanha, Itália, Reino Unido, França, Alemanha e Estados Unidos (MAIR, 2015; CASTELLS, 2018).

crise de representação (BAQUERO, 2010), talvez por não ter experimentado a consolidação de uma democracia de partidos, nos termos de Manin (1995), mantendo-se uma democracia longitudinalmente (nos curtos períodos democráticos) equilibrada em seu sistema de partidos, mas com baixa adesão (TORCAL, 2015). Por outro lado, um conjunto de valores tradicionais ainda perpassam as experiências democráticas latino-americanas (CARBALLO; MORENO, 2013).

Nos estudos sobre a América Latina, as análises sobre o personalismo político aparecem corriqueiramente nos estudos sobre o populismo e o neopopulismo. Nosso próximo passo é problematizar o debate sobre o populismo na América Latina e identificar traços personalistas na região. Esse momento de crise até mesmo nas velhas democracias parece ser propício a olhar a América Latina – seguindo o que tem sido feito nas últimas décadas – não mais como um *locus* de subdesenvolvimento da política democrática, mas como um *locus* de análise para esse processo em curso de transformação na representação (CHERESKY, 2015).

A crise da representatividade⁷, a expansão dos *Alt-Rights*, o fluxo migratório contemporâneo e uma desestabilização das instituições representativas têm desafiado democracias do mundo todo, a exemplo do desafio já percebido no contexto italiano pós-operação mãos limpas, em que já se invocava o discurso da antipolítica (PANEBIANCO, 1996); no contexto espanhol de aumento da desconfiança política pós-casos de corrupção (LAPUENTE, 2016), a ampliação dos discursos radicais nos partidos insurgentes europeus (MUDDE, 2007) e da extrema direita (NORRIS, 2005), que também chegam ao contexto brasileiro (SILVA, 2017; SILVA, 2018).

A descrença nas instituições representativas amplia o espaço para o surgimento da antipolítica e do personalismo, e a construção de discursos autoritários tem ganhado espaço, mesclando populismo e autoritarismo de direita (MUDDE, 2007). Mas, para além disso, há outro aspecto a ser analisado: o aumento do sentimento antipartidário que expressa um abuso do discurso e que frustra expectativas democráticas dos cidadãos (TORCAL; MONTEIRO, GUNTHER, 2003).

Enquanto num primeiro momento de transformação dos partidos, estes migraram de partidos de quadros ou partidos de massas para partidos *catch-all* (KIRCHHEIMER, 2012). Em uma segunda onda de transformação, a litera-

⁷ Referimos aqui à crise da representatividade como as mudanças que têm ocorrido atualmente de descrença nos contextos eleitorais, governamentais, nas instituições religiosas, nas instituições do Estado, na democracia e mesmo nas formas mais orgânicas de representação que eram símbolos de sentimentos de pertencimento como a nação, os sindicatos, os movimentos sociais, os grupos religiosos, etc. Nesse contexto, mais que uma crise da representação política, referimo-nos a uma crise do “sentir-se representado”, e essa crise interfere diretamente na legitimidade da representação política e das instituições democráticas.

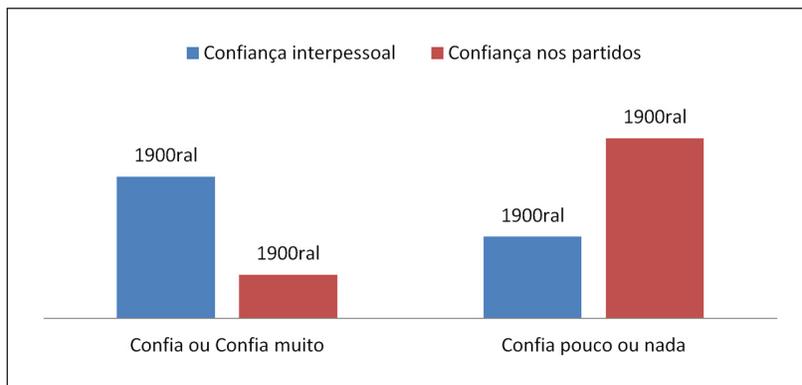
tura relata a transformação em partidos cartéis (AUCANTE; DÉZÉ, 2008). Na perspectiva de Kirchheimer (2012), a característica *catch-all* de um partido político define-se quando o partido flexibiliza seus posicionamentos ideológicos, ou mesmo altera seus discursos a fim de alcançar determinadas parcelas do público votante e conseqüente aumento do eleitorado, com intenções de resultados positivos nas eleições (KIRCHHEIMER, 2012). Por outro lado, Katz e Mair (*apud* AUCANTE, DÉZÉ, 2008) definem o partido cartel como aquele que se desloca da sociedade civil e passa a ser dependente do Estado, com acesso aos canais de comunicação e demais benesses do Estado, distanciando-se de uma concepção de povo.

Contudo, Kirchheimer (2012) e Aucante e Dezé (2008) estão trabalhando com uma contextualização das democracias ocidentais avançadas. Essas democracias tiveram consolidadas experiências do que Manin (1995) denominou de democracia de partidos. Por outro lado, tais reflexões sobre as mudanças nos sistemas partidários e de enfraquecimento dos partidos, sendo estes o principal vínculo do processo de representação nas democracias contemporâneas, pode assumir-se em contextos em que tais partidos apresentam frágil consolidação (BAQUEIRO, 2010), baixa legitimidade (TORCAL, 2015) em uma cultura política de predominância personalista (CARBALLO; MORENO, 2013), e com fortes experiências populistas (FREIDENBERG, 2007), num contexto de volta de expressão de discursos autoritários (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

A crise da representação pode atingir seu ápice, resultando no fim dos sistemas partidários e conseqüentemente o fim do sistema de democracia representativa, segundo Mair (2015), ou ainda abrir caminhos para uma metamorfose na democracia representativa dando espaço à participação e deliberação, influenciado especialmente pela difusão e apropriação da internet enquanto plataforma política democrática (CHERESKY, 2015; CASTELLS, 2018). Não buscamos aqui fazer uma prospecção sobre o futuro da democracia na América Latina, mas discutir se, no presente, há possibilidade de um personalismo político que negue a política e as instituições representativas alterando a forma da democracia na América Latina.

Nossa questão recoloca-se: há valores de cultura política e aspectos da conjuntura de representação que contribuem para a constituição do personalismo na América Latina? O primeiro passo de nossa análise foi identificar os níveis de confiança interpessoal na América Latina. Altos níveis de confiança interpessoal são identificadores de uma cultura política pró-democrática, podendo conferir às sociedades mais igualitárias expressão de condições menos hierárquicas (INGLEHART; WELZEL, 2009). Porém esse não é o caso latino-americano.

Figura 2 – Confiança interpessoal *versus* confiança nos partidos



Fonte: LAPOP (2014).

Apesar de uma significativa confiança interpessoal (conforme figura 2), a América Latina apresenta-se como uma sociedade socioeconomicamente desigual. Outro fator associado à confiança interpessoal seria a confiança nas instituições. Nesse contexto, Inglehart e Welzel (2009) apontam que a confiança institucional tende a decair conforme um conjunto de valores, não hierarquicamente organizados.

A Figura 2 apresenta um cruzamento, comparando confiança interpessoal *versus* confiança nos partidos políticos. Para melhor clarificar a comparação entre confiança interpessoal e confiança nos partidos políticos, classificamos os resultados dessas medidas em dois grupos (confia muito ou confia e confia pouco ou nada). Nos dados originais, a confiança interpessoal era mensurada em “muito confiável”, “confiável”, “pouco confiável” ou “nada confiável”. A categoria confiança nos partidos políticos estava estruturada em notas de confiança de 1 a 7, em que 1 era “nada confiável” e 7 “muito confiável”. Para essa classificação dicotômica, adotamos de 1 a 3 para a categoria “confia pouco ou nada”, e de 4 a 7 para a categoria “confia ou confia muito”.

Percebe-se que existe uma substantiva confiança interpessoal (63,4%) enquanto há uma altíssima desconfiança nos partidos (80,52%). Contudo, conforme assinalam resultados de pesquisas longitudinais, a desconfiança nos partidos, bem como nas instituições democráticas na América Latina, não está associada a um fenômeno recente, mas perpassa os seus períodos democráticos (MOISÉS, 2008). E, apesar de uma baixa confiança institucional (Figura 2), a América Latina ainda apresenta uma cultura de valores tradicionais em detrimento de valores secularizados (Figura 1).

Uma questão central a ser considerada é que essa desconfiança institucional está atrelada a uma ambivalente adesão à democracia ou a regimes autoritários, conforme aponta Moisés (2008). Ao comparar o contexto brasileiro com o dos demais países latino-americanos, o autor aponta que há um espaço na cultura política para o desenvolvimento de lideranças fortes, seja isso refletido no retorno dos militares ou no apoio a lideranças carismáticas (MOISÉS, 2008).

Segundo Torcal, Monteiro e Gunther (2003), ao analisar os sentimentos antipartidários no sul da Europa, os cidadãos menos interessados em política tendem a ser mais predispostos a manifestar o antipartidarismo. Os autores também afirmam que a insatisfação implica em desejo de mudança, e que esses sentimentos antipartidários podem ser tão fortes quanto a intensidade do desejo de mudança.

O antipartidarismo e até mesmo o sentimento de anti-política é influenciado dentre outros fatores pela percepção da corrupção (LAPUENTE, 2016). No contexto latino-americano, a percepção cidadã da corrupção é extremamente alta, quando comparada a outras democracias ao redor do mundo. Dentre os países da América Latina, apenas Chile e Uruguai apresentam uma percepção baixa da corrupção. Em países como Argentina, Brasil, Colômbia, México e Paraguai, a percepção da corrupção é alta, ampliando assim o descrédito nas instituições democráticas. Esse dado de percepção da corrupção, ainda que um dado simples, pode alimentar efeitos perversos quando atrelados a outros elementos da crise da representação. A percepção da corrupção pode elevar o descontentamento com a democracia (LAPUENTE, 2016).

Os dados do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) apresenta-nos a relação entre a satisfação com a democracia *versus* percepção da corrupção em funcionários públicos. Os dados apresentam uma relação fraca estatisticamente (0.1182), mas tendencialmente significativa quanto a uma maior insatisfação com a democracia quanto maior o grau de percepção de corrupção de funcionários públicos. O contexto de percepção da corrupção, caso se amplie e mantenha essa tendência de significância estatística, pode, conforme estudos empíricos realizados em outros contextos, ampliar a descrença na democracia e nos procedimentos democráticos (LAPUENTE, 2016), ou ainda abrir espaços para a anti-política ou para a ascensão de líderes autoritários (PANEBIANCO, 1996).

No contexto latino-americano, não temos um apoio massivo aos líderes autoritários, ainda que esse valor seja mais alto que em outras regiões do globo, como na Europa e na América do Norte. Segundo dados de 2014 do Barômetro das Américas, 28.32% apoiam a existência de regimes autoritários e 71.68% apoiam a participação de todos nos processos de decisão governamentais. O dado

que tem mobilizado debates sobre a cultura política latino-americana concentra-se na quantidade de ambivalentes (aqueles para os quais é indiferente um regime democrático ou autoritário) (MOISÉS, 2008), que, conforme dados de 2014, aproximam-se de 28,22%.

Esse fenômeno torna-se ainda mais preocupante quando verificada a instabilidade da satisfação com a democracia. No ano 2014, apenas 4,53% declaravam-se muito satisfeitos com a democracia, 51,68% declaravam-se satisfeitos; 36,17% declaravam-se insatisfeitos, e 7,62% declaravam-se muito insatisfeitos. Agregando esses dados em duas categorias, temos que 56,21% declaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a democracia, enquanto 43,79% declaram-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia.

Um ponto que cabe ser questionado é se a satisfação ou a insatisfação com a democracia pode dar apoio a uma líder autoritário de caráter personalista. Os dados apontam fraca relação entre aprovação ou desaprovação à democracia em relação à opção por governos democráticos e autoritários. Nessa análise, a relação entre as duas variáveis é baixa (0,0295). Também não é demonstrável relação entre aprovação à democracia e percepção de corrupção entre os funcionários públicos. Por outro lado, o contexto de ambivalência na aprovação à democracia ou a um regime autoritário parece aumentar sua relação (ainda pouco significativa, mas quase triplicada sua significância) para 0,0751, quando há muita corrupção e um governo autoritário pode se instaurar como forma (ou discurso⁸) de combate à corrupção.

Outro ponto que pode acalantar os ambivalentes na aprovação à democracia ou à governos autoritários é a questão da segurança pública. Da mesma forma, ainda que não apresente significância estatística alta, há uma tendência maior, em dados gerais à aprovação de um Golpe de Estado em detrimento da manutenção da democracia em contextos de aumento da percepção da violência. A relação entre as duas variáveis chega a 0,0752.

Isto posto, cabe retomar a nossa pergunta e tentar sintetizar a nossa resposta parcial a ela. Considerando, por um lado, os dados demonstram que, apesar da ampla descrença nos partidos políticos, da alta percepção quase geral entre os países latino-americanos quanto à corrupção, há poucos indícios de que possa surgir uma liderança personalista na região.

⁸ É importante salientar o papel do discurso na construção da “persona” do líder, seja em contextos de personalismo, ou mesmo em contextos de associação discursiva enaltecendo uma identidade de povo, como no caso do populismo. Para uma excelente análise da função do discurso no populismo ver “*Is populismo an Ideology? A refutation and a new perspective*” (ASLANIDIS, 2015) ou “*La razón populista*” (LACLAU, 2006).

Alguns fatores parecem obstruir as possibilidades do personalismo político na região: o grau de confiança interpessoal, que pode demonstrar alguma resistência à estrutura mais hierárquica, conforme demonstra a teoria (INGLEHART; WELZEL, 2009); o mediano desenvolvimento dos valores de autoexpressão que permanece ao longo dos anos (CARBALLO; MORENO, 2013) e ainda agregado aos valores tradicionais (LAPOP, 2014).

Além disso, para uma democracia de público, nos termos de Manin (1995), é necessário certo grau de confiança na mídia, que é significativo na América Latina. Numa escala de 1 (nada confiável) à 7 (muito confiável), a maior porcentagem concentra-se entre 3 a 5 quanto à confiança na mídia. Dicotomizando essa escala, podemos considerar que 67,82% confiam medianamente a muito na mídia, e 32,2% confiam pouco na mídia. Apesar dessa confiança, não é significativa estatisticamente a relação entre confiança na mídia e apoio a um líder autoritário.

Por outro lado, dentre todos os cruzamentos e análises de correlações realizadas, os maiores índices (ainda que sem forte significância estatística) estão concentrados quanto à existência de regimes autoritários, especialmente a Golpe de Estado. O conjunto de valores que permanecem na América Latina junto ao seu nível de apoio à democracia, ao mesmo tempo que compactua valores democráticos com possibilidades de exceções não democráticas, associa-se muito mais com potenciais retomadas populistas ou neopopulistas, do que por lideranças personalistas.

Considerações finais

Conforme discutido ao longo do texto, as democracias contemporâneas passam por um agravamento da crise de representação e essa crise pode ter impactos mais profundos no contexto da América Latina, pois a maioria dos países latino-americanos tem democracias em fase de consolidação onde nunca se efetivou uma democracia de partidos, o que coloca as democracias latino-americanas em permanente contexto de crise da representação.

Os dados da *World Values Survey* e do Barômetro das Américas (LAPOP, 2014) demonstram que, na América Latina, apesar de uma crise de representação, ela aparenta não ter tendências ao desenvolvimento de um personalismo político que angarie os cenários eleitorais e constituam um novo modelo de democracia de público. No entanto, as estruturas dessa democracia de público podem contribuir, junto a outros fatores de cultura política (valores de autoexpressão e de tradicionalismo), para o levantar de novos governos autoritários

de caráter mais populista, que ainda mantenha uma certa força do Estado para manter vínculos fortes com um povo.

Essa conjuntura de cultura política expõe os riscos da crise de representação democrática na América Latina. Os dados analisados apontam que não há um risco de personalismo, a exemplo dos casos europeus estudados por Mair (2015) e Castells (2018). Contudo, há um significativo índice de pessoas ambivalentes quanto à preferência pela democracia ou pela ditadura desde que haja um contexto de crise econômica ou de aumento da percepção de violência. O que os dados demonstram é que o caminho alternativo aos latino-americanos é permeado pelo Estado, ainda que autoritário. A busca por soluções às crises econômicas ou de violência exacerbada podem vir de um Estado autoritário.

Assim, a América Latina não busca um líder personalista que negue e questione as estruturas do Estado, mas um líder com tendências mais populistas, patriarcais e que apresente uma convergência entre a sua figura pessoal e o Estado.

Essa reflexão ainda é exploratória de um conjunto pequeno de dados sobre valores de cultura política na América Latina, limitações dadas, dentre outros fatores, pela temporalidade da análise e pelos dados que temos disponíveis. Algumas variáveis específicas poderiam ser incluídas nesses *surveys* para facilitar a compreensão do papel do personalismo na construção dos valores populistas na América Latina, a exemplo de indicadores de avaliação de outras possibilidades de veios autoritários para além dos “golpes de Estado”, a exemplo de dados de crença na figura de lideranças carismáticas, do papel da internet na alteração da cultura política latino-americana, a influência na representação política dos novos movimentos sociais e mobilizações produzidas após a primeira árabe, que reverberou em formatos de algumas mobilizações também na América Latina.

Outras incursões podem ser realizadas para ampliar o debate sobre o tema do potencial de desenvolvimento do personalismo na América Latina. Sugiro aqui duas possibilidades latentes: a) análises longitudinais sobre as variáveis de adesão à democracia e valores de cultura política que corroboram ao personalismo e ao populismo, e b) estudos que incorporem o debate sobre o papel da internet na formação de novos representantes políticos na América Latina.

VALUES AND CRISIS OF REPRESENTATION IN LATIN AMERICA: CAN WE ANTECIPATE A POLITICAL PERSONALISM?

ABSTRACT: *The paper revisits the debate on personalism, updating it to the contemporary context of representation crisis in Latin America from the second decade of the 2000s. The central question of research is: what are the possibilities for the development of personalism in Latin America? The theme is justified by bringing to the Latin American context the debate on growing political personalism in countries such as Spain, Italy, Germany, United Kingdom and the United States in the present decade. Using data on cultural culture and political behavior as values of traditionalism x self-expression, adherence to democracy, interpersonal trust, trust in parties and trust in the media and with a theoretical contribution on populism and personalism, we analyze whether there are possibilities for development of personalities in Latin America. The results reinforce previous works that show that the political culture and the political behavior common to the great part of the Latin American peoples tend to the acceptance of political figures of populist character, being the personalism only one of the characteristics components of this one.*

KEYWORDS: *Political personalism. Political culture. Political behavior.*

REFERÊNCIAS

- ASLANIDIS, P. Is populism an ideology? a refutation and a new perspective. **Political Studies**, Surrey, p.1-17, 2015.
- AUCANTE, Y.; DÉZÉ, A. **Lés systèmes de partis dan les démocraties occidentales: le modèle du parti-cartel en question.** Paris: Science Po, 2008.
- BACH, M. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-70, 2011.
- BAQUERO, M. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, p.181-192, 2010.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- CARBALLO, M.; MORENO, A. **El cambio de valores en América Latina: hallazgos e la encuesta mundial de valores.** México, D.F.: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública; Cámara de Diputados, 2013.

- CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHERESKY, I. **El nuevo rostro de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- FREIDENBERG, F. **La tentación populista: una vía al poder en América Latina**. Madrid: Síntesis, 2007.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.
- KELLY, P. *et al.* **O livro da política: as grandes ideias de todos os tempos**. São Paulo: Globo, 2013.
- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p.349-385, 2012.
- KITSCHOLT, H. *et al.* **Latin American party system**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- LACLAU, E. **La razón populista**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LAPOP. **Barómetro das Américas**. Nashville: Lapop, 2014.
- LAPUENTE, V. **La corrupción en España: un paseo por el lado oscuro de la democracia y el gobierno**. Madrid: Alianza Editorial, 2016.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑAN, A. **Democracia and dictatorship in Latin America: emergence, survival, and fall**. New York: Cambridge University Press, 2013.
- MAIR, P. **Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental**. Madrid: Alianza, 2015.
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.10, n.29, p.5-34, 1995.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.23, n.66, p.11-43, 2008.

MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

NORRIS, P. **Radical right**: voters and parties in the electoral market. New York: Cambridge University Press, 2005.

PANEBIANCO, A. Evitar a política? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.2, n.35, p.51-57, 1996.

RODRÍGUEZ, L. R. **Percepciones y actores de la representación política en América Latina**. Barcelona: Huygens Editorial, 2017.

SILVA, J. S. Crise e junk news nas eleições presidenciais brasileiras 2018: um análise da primeira volta. **Más Poder Local**, [S.l.], n. 36, p. 17-19, Oct. 2018.

SILVA, T. M. Direita, voltar?! o declínio do conservadorismo no Brasil contemporâneo. **Revista Debates**, Porto Alegre, p.09-36, 2017.

TORCAL, M. **Sistema de partidos en América Latina**: causas e consecuencias de su equilibrio instable. Barcelona: Anthropos Editorial, 2015.

TORCAL, M.; MONTEIRO, J. R.; GUNTHER, R. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, v.1, n.101, p.9-48, 2003.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2015.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Recebido em 14 de julho de 2018

Aprovado em 22 de outubro de 2018

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



